



# Conflitos e Convergências da Geografia

---

**Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora

Ano 2019



**Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**  
(Organizador)

# **Conflitos e Convergências da Geografia**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /  
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa  
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da  
Geografia; v. 1)

Formato: PDF  
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7247-320-0  
DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.  
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira  
Montes Claros-MG  
Outono de 2019



## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....  | <b>1</b>  |
| ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO   |           |
| Alysson André Oliveira Cabral<br>Ivan Targino Moreira  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2001915041</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....  | <b>10</b> |
| AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA  |           |
| Fabrícia Carlos da Conceição<br>Ana Ivânia Alves Fonseca   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2001915042</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....  | <b>23</b> |
| O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP |           |
| Tamires Regina Rocha<br>Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol<br>Alan da Silva Vinhaes   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2001915043</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....  | <b>40</b> |
| ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)  |           |
| Maryna Vieira Martins Antunes<br>Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2001915044</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....  | <b>57</b> |
| A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP                       |           |
| Alan da Silva Vinhaes<br>Antonio Nivaldo Hespanhol<br>Tamires Regina Rocha   |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2001915045</b>   |           |
| <b>CAPÍTULO 6</b> .....  | <b>73</b> |
| AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ   |           |
| Renato Paiva Rega<br>Ricardo Maia de Almeida Junior  |           |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2001915046</b>   |           |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 7</b> .....   | <b>83</b>  |
| MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA                                     |            |
| Maria José Andrade da Silva   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2001915047</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 8</b> .....   | <b>95</b>  |
| VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO                |            |
| Vinício Luís Pierozan<br>Vanessa Manfio<br>Rosa Maria Vieira Medeiros   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2001915048</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 9</b> .....   | <b>109</b> |
| AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS |            |
| Suelen de Leal Rodrigues  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.2001915049</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 10</b> .....  | <b>124</b> |
| A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL                  |            |
| Leonardo Calixto Maruchi  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150410</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 11</b> .....  | <b>134</b> |
| ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS                         |            |
| Victoria Nenow Barreto  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150411</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 12</b> .....  | <b>142</b> |
| GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO  |            |
| Vanderson Viana Rodrigues<br>Ademir Terra   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150412</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 13</b> .....  | <b>153</b> |
| ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO   |            |
| Tiago Roberto Silva Santos<br>Helen Soares Vitória<br>Eduardo Helison Lucas Pinheiro  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150413</b>   |            |



|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 14</b> .....  | <b>165</b> |
| ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ   |            |
| Alexandre Pinheiro de Freitas<br>Daguinete Maria Chaves Brito   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150414</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 15</b> .....  | <b>180</b> |
| A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L   |            |
| Paulo Roberto Rosa<br>Marcos Pereira Campos   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150415</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 16</b> .....  | <b>190</b> |
| A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O   |            |
| Guilherme Magon Whitacker   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150416</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 17</b> .....  | <b>206</b> |
| O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ” |            |
| Rodrigo Simão Camacho   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150417</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 18</b> .....  | <b>219</b> |
| O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O   |            |
| Carlos Marcelo Maciel Gomes<br>Márcio dos Reis Santos   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150418</b>   |            |
| <b>CAPÍTULO 19</b> .....  | <b>228</b> |
| A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O ( 2 0 1 7 - 2 0 1 8 ) : L I M I T E S E R E C U O S   |            |
| Antonio Jadson Rocha Sousa<br>Vanda Balduino dos Santos<br>Antônia Alves dos Santos<br>Agenor Neto Cabral da Cruz<br>Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior<br>Fátima Maria de Lima   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150419</b>   |            |

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 20 .....</b>   | <b>234</b> |
| A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)                           |            |
| Osmar Oliveira de Moura  |            |
| Fátima Maria de Lima   |            |
| Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues  |            |
| Patrícia Fonseca Dias Miranda  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150420</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 21 .....</b>   | <b>241</b> |
| O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA         |            |
| Gilberto de Carvalho Soares  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150421</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 22 .....</b>   | <b>249</b> |
| INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO |            |
| Jean da Silva Santos   |            |
| Ana Margarete Gomes da Silva   |            |
| Lorena Silva de Oliveira Souza   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150422</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 23 .....</b>   | <b>262</b> |
| FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO   |            |
| Marcos Aurelio Zanlorenzi  |            |
| Neusa Maria Tauscheck  |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150423</b>  |            |
| <b>CAPÍTULO 24 .....</b>   | <b>272</b> |
| ENSINO PÚBLICO E PRIVADO:AVANÇOS E CONTRADIÇÕES  |            |
| Marbio Pereira de Almeida  |            |
| Maikon Geovane Oliveira Vila Nova  |            |
| Gilvânia Ferreira da Silva   |            |
| <b>DOI 10.22533/at.ed.20019150424</b>  |            |
| <b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>  | <b>280</b> |



### Alysson André Oliveira Cabral

Universidade Federal da Paraíba (UFPB),  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
(PPGG)

João Pessoa – PB

### Ivan Targino Moreira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB),  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
(PPGG)

João Pessoa – PB

**RESUMO:** Este texto procura relacionar o Estado capitalista à noção de direito à propriedade privada como conhecemos atualmente. Filósofos como Hobbes e Locke defendiam a ideia de que o Estado existe para proteger a propriedade. Os marxistas entendem o Estado como elemento de consolidação de uma classe sobre as demais. Para Offe, o principal papel do Estado é assegurar o sistema de trabalho assalariado. A repressão ao campesinato e a não realização da Reforma Agrária no Brasil reflete não apenas a opção política da classe dirigente, mas está na raiz da instituição do Estado, cuja missão é assegurar a propriedade privada e a organização da produção nos moldes capitalistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Propriedade. Estado. Campesinato. Reforma Agrária.

## 1 | INTRODUÇÃO

A noção de propriedade que se tem atualmente data do período de transição do feudalismo para o capitalismo, em que os meios de produção foram separados da força de trabalho. No Brasil, esta noção foi assegurada com a promulgação da Lei das Terras, em 1850. No século XX, foi incorporada a ideia de função social, alargando o conceito sem de fato alterar a concepção de propriedade consagrada pelo Estado capitalista.

Filósofos como Thomas Hobbes e John Locke, no século XVII, já defendiam a ideia de que o Estado existe para proteger a propriedade. Hobbes defende que os cidadãos devem transferir sua autoridade ao Estado em troca de proteção. Locke, por sua vez, vê a liberdade como direito natural, por isso, a submissão ao Estado não pode contrariar o direito natural. Os marxistas entendem o Estado como elemento de consolidação de um grupo sobre os demais, através da legislação, do uso da força.

No Brasil, a relação entre grandes proprietários de terras e camponeses reflete essa concepção marxista, pois historicamente o Estado atua como elemento de consolidação do poder dos grandes proprietários sobre os camponeses, valendo-se de todas as esferas de atuação e da violência para impedir o acesso

à terra e para assegurar a exploração do trabalho.

Segundo Offe & Lenhardt (1984, p. 19), “com a propriedade privada dos meios de produção foram institucionalizados tanto um certo modo de distribuição dos bens quanto uma certa forma de divisão do trabalho. Em consequência, os trabalhadores perderam em larga medida a possibilidade de estruturar a organização do trabalho autonomamente, e segundo os seus próprios interesses”. Esse é o grande desafio do campesinato, na sua luta para “estruturar e organizar o trabalho autonomamente, e segundo os seus próprios interesses” e assegurar “a transmissão de normas e valores” próprios, o que provavelmente explica os conflitos com o capital e com o Estado.

O presente trabalho é uma revisão bibliográfica, que inclui obras e autores clássicos acerca da concepção do Estado, e textos sobre a luta do campesinato brasileiro pela sobrevivência, que tem no Estado capitalista um dos principais adversários. O estudo é fruto das seguintes indagações: Por que a Reforma Agrária até hoje não foi efetivamente realizada no Brasil? Por que o campesinato é reprimido pelo Estado brasileiro?

O objetivo geral é relacionar a concepção do Estado capitalista à instituição da noção de direito à propriedade privada como conhecemos atualmente, bem como sua atuação em defesa da classe proprietária dos meios de produção e da manutenção da organização da sociedade de classes. Especificamente, realçar o caráter antagônico do campesinato à essa organização, tanto em sua luta pela terra como pela forma como produz. Além desta introdução, o texto está dividido em quatro seções: “Hobbes e Locke: A necessidade de criação do Estado”; “Pachukanis e Offe: O papel do Estado capitalista”; “A luta do campesinato pela sobrevivência”; e as “Considerações finais”.

## 2 I HOBBS E LOCKE: A NECESSIDADE DE CRIAÇÃO DO ESTADO

Segundo Hobbes (2003, p. 86), “a competição pela riqueza, a honra, o mando e os outros poderes levam à luta, à inimizade e à guerra”. Por esse motivo, seria necessário organizar a sociedade de forma a unir forças para enfrentar essas ameaças. Essa união ele denomina de *república*. A formação da república (ou do Estado) seria a condição necessária para o estabelecimento e a defesa do direito de propriedade e, conseqüentemente, da concepção de justiça.

“Onde não há o que é seu, isto é, não há propriedade, não pode haver injustiça, e onde não foi estabelecido um poder coercitivo, isto é, onde não há república, não há propriedade, pois todos os homens têm direito a todas as coisas.” (HOBBS, 2003, p. 124)

A criação do Estado e o estabelecimento e a garantia do direito de propriedade aparecem intimamente relacionados também quando Hobbes define propriedade. Fica claro que, para ele, o papel do Estado seria estabelecer, atribuir e defender esse direito.



“Está anexado à soberania todo o poder de prescrever as regras através das quais todo homem pode saber quais os bens de que pode gozar e quais ações pode praticar, sem ser incomodados por nenhum dos seus concidadãos: é a isto que os homens chamam propriedade.” (HOBBS, 2003, p. 153)

Assim como Hobbes, Locke considera como finalidade do Estado a defesa do direito de propriedade, embora considere que a propriedade seja conquistada pelo trabalho humano. Locke defende um governo parlamentarista submetido à regras gerais que impeçam que o soberano ou o parlamento violem os direitos dos cidadãos à vida, à liberdade e à propriedade.

Ao Estado caberia o poder político, definido por ele como o direito de fazer leis, cujo principal objetivo seria assegurar a propriedade e a proteção contra as ameaças estrangeiras.

Por poder político, então, eu entendo o direito de fazer leis, aplicando a pena de morte, ou, por via da consequência, qualquer pena menos severa, a fim de regulamentar e de preservar a propriedade, assim como de empregar a força da comunidade para a execução de tais leis e a defesa da república contra as depredações do estrangeiro, tudo isso tendo em vista apenas o bem público. (LOCKE, s.d., p. 35)

A origem da propriedade seria o trabalho humano. Nesse ponto, as ideias de Locke não diferem de pensadores como Karl Marx, para quem o trabalho humano é a fonte de tudo que é apropriado pelo homem na natureza.

“A superfície da terra que um homem trabalha, planta, melhora, cultiva e da qual pode utilizar os produtos, pode ser considerada sua propriedade. Por meio do seu trabalho, ele a limita e separa do bem comum.” (LOCKE, s.d., p. 43)

Também não difere quanto ao conceito de valor trabalho, largamente utilizado por Marx no desenvolvimento da sua teoria. Para Locke (s.d., p. 46), “é o trabalho que estabelece em tudo a diferença de valor”. Locke, portanto, advoga que a propriedade tem origem no trabalho. Esse direito só seria questionável se privasse os demais de dispor da natureza em quantidade e qualidade.

Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade. (LOCKE, s.d., p. 42)

Marx parece aceitar essa concepção de Locke, pois na sua crítica ao sistema capitalista procura demonstrar que a propriedade acumulada inicialmente foi obtida não pelo trabalho, mas pela pilhagem. Na exploração do trabalho assalariado, a

mercadoria é apropriada pelo capitalista, enquanto para Locke “nenhum homem, exceto ele [o trabalhador], pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou”.

A necessidade de existência do Estado para proteção da propriedade é fartamente defendida por Locke, como pode-se observar nas seguintes passagens:

O objetivo capital e principal da união dos homens em comunidades sociais e de sua submissão a governos é a preservação de sua propriedade. (p. 69)

O grande objetivo dos homens quando entram em sociedade é desfrutar de sua propriedade pacificamente e sem riscos, e o principal instrumento e os meios de que se servem são as leis estabelecidas nesta sociedade. (p. 71)

Um dos mais importantes argumentos utilizados por ele contra o poder absolutista é justamente a defesa da propriedade privada, que estaria ameaçada por um soberano que não estivesse submetido às leis.

Embora Hobbes e Locke enfatizem a relação umbilical entre a defesa da propriedade privada e a existência do Estado e das leis, ao longo do tempo procurou-se desenvolver uma pseudo Teoria Geral do Direito, que fundamentaria as leis e a organização social com base em uma noção superior, anterior e neutra (direito subjetivo) sem qualquer relação com a estrutura econômica.

Esse entendimento é contestado por Pachukanis, que defende que o Direito é o reflexo da organização econômica. Especificamente, que essa necessidade é exclusiva da sociedade de classes. No comunismo, tanto o Estado como o Direito não teriam razão de existir.

### **3 | PACHUKANIS E OFFE: O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA**

Pachukanis relaciona o surgimento do Estado burguês com o desenvolvimento das relações mercantis e a consequente consolidação do poder da burguesia. Assim como Hobbes e Locke, ele também encara as leis e o seu cumprimento como principal atribuição do Estado, mas não enfatiza diretamente a defesa da propriedade privada. Para ele, o Estado assegura o cumprimento dos contratos.

Considerando que numa sociedade capitalista os contratos são utilizados para transações mercantis, isto é, de compra e venda, pode-se concluir que, para Pachukanis, o Estado também existe por causa e para defender a propriedade privada.

A noção de propriedade que se tem na atualidade originou-se na transição do feudalismo para o capitalismo. Para isso, foi de fundamental importância a atuação do Estado, moldando as leis e as interpretações da lei às necessidades burguesas e garantindo o cumprimento dos contratos de compra e venda.

Pachukanis observa que quando a luta de classes avança, a burguesia abandona o pseudo respeito às leis e a aura de imparcialidade do Estado de direito se revela como braço armado da burguesia na luta de classes. Claus Offe avança nesse entendimento, ao procurar demonstrar que o papel do Estado tem sido preservar o

sistema de exploração do trabalho assalariado, mesmo que aparentemente contrarie interesses capitalistas individuais.

A principal transformação provocada pela adoção do trabalho assalariado foi a perda da autonomia do trabalhador para estruturar e organizar o trabalho segundo o seu próprio interesse.

Cabe ao Estado disciplinar e “adestrar” a força de trabalho para inserção no sistema. Para isso, de acordo com Offe & Lenhardt (1984, p. 20), há uma “tendência a considerar delituosos, e reprimir, modos de subsistência que constituam uma alternativa à relação de trabalho assalariado [por um lado] e, por outro, a transmissão de normas e valores, organizada pelo Estado, cuja observância assegura a passagem para a relação de trabalho assalariado”.

Para M. Parenti, segundo Offe (1984, p. 164), na atuação do Estado há todo um sistema “protegendo e servindo os grandes interesses dos produtores, ora contornado e ignorando a lei em benefício dos poderosos, ora aplicando-a com todo o seu rigor punitivo contra os heréticos e os ‘desordeiros’.”

O campesinato é uma das formas de organização não-capitalista da sociedade e, por isso mesmo, um dos principais alvos da atuação do Estado brasileiro no sentido de eliminá-lo e/ou convertê-lo em uma das classes da sociedade capitalista. Para isso, o aparato estatal atua para impedir o acesso à terra e para fortalecer a organização capitalista da produção agrícola.

#### **4 | A LUTA DO CAMPESINATO PELA SOBREVIVÊNCIA**

A luta pela terra é a face visível da luta do campesinato pela sobrevivência. Essa luta no Brasil remonta ao período colonial.

Octávio Ianni observa em “A utopia camponesa”, de 1986, que “a reivindicação principal do campesinato é a posse e o uso da terra”. Não é simplesmente uma luta pela terra, mas uma “luta para preservar, conquistar ou reconquistar o seu objeto e meio básico do trabalho e vida.” (IANNI, 2009, p. 142)

Como o camponês organiza a produção de forma autônoma e sem a subordinação característica do capitalismo, ele entra em conflito com o sistema, e sua luta é encarada como uma ameaça ou como um delito. Como identificado por Offe & Lenhardt (1984, p. 20), há uma “tendência a considerar delituosos, e reprimir, modos de subsistência que constituam uma alternativa à relação de trabalho assalariado”.

Nesse sentido, a resistência camponesa adquire, como constatado por Ianni (2009), conotação revolucionária. “O camponês luta pela terra. Reage à sua expulsão do lugar em que constrói a sua vida. E essa luta frequentemente adquire conotação revolucionária.” (IANNI, 2009, p. 142)

Enquanto a organização capitalista no campo está interessada nos aspectos econômico e financeiro e na preservação do poder político que a posse da terra

confere, o camponês está interessado na preservação da vida em sentido amplo, que contempla aspectos como cultura e religião.

O movimento social camponês não se limita à luta pela terra. Mesmo quando essa é a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes. A cultura, a religião, a língua ou dialeto, a etnia ou raça entram na formação e no desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais que isso, pode-se dizer que a luta pela terra é sempre, ao mesmo tempo, uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida e trabalho. (IANNI, 2009, p. 142)

Esse modo de vida e trabalho contraria um pilar importante da lógica capitalista, o individualismo. Por essa razão, “o seu caráter revolucionário está na afirmação e reafirmação da comunidade. A sua radicalidade está na desesperada defesa das suas condições de vida e trabalho.” (IANNI, 2009, p. 142)

Analisando a luta camponesa no século XIX, Guilherme Palacios em “Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875”, de 1987, constata que

o Estado nacional se constitui, na formação nordestina, sob as ruínas da liberdade camponesa, já que só a restrição dessa liberdade e o submetimento dos pobres livres do campo aos interesses funcionais da *platación* permitirão a famigerada transição ao “trabalho livre”, a qual, por sua vez, fará possível a consolidação do Estado como Império liberal ou como República oligárquica. (PALACIOS, 2009, p. 170)

Essa constatação reforça a tese de Offe (1984) de que o Estado existe para assegurar o sistema de trabalho assalariado.

No campo, o Estado brasileiro sempre esteve ao lado dos grandes proprietários, defendendo os interesses da denominada “grande lavoura” ou “*platación*” ou “agronegócio”, e suas culturas de exportação.

Em 1957, Kalervo Oberg, em “O camponio marginal no Brasil rural”, já observava que “toda a organização financeira e política se acha por detrás das culturas de exportação, não se prestando assistência comparável à produção doméstica de alimentos.” (OBERG, 2009, p. 185)

Grisa & Schneider (2014) reforçam essa constatação sob a ótica dos pequenos agricultores, ou camponeses, ou como atualmente se denomina, agricultores familiares.

A chamada “modernização conservadora”, ocorrida no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980, privilegiou os médios e grandes agricultores do sul-sudeste, exportadores e/ou os produtos de interesse dos grandes grupos agroindustriais. (GRISA & SCHNEIDER, 2014, p. 129)

Nos anos 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Estado brasileiro deu início a um conjunto de medidas em prol dos pequenos agricultores, embora a intenção inicial tenha sido uma política assistencial para minimizar as condições de pobreza no campo e fomentar a inserção no mercado.



Conforme Grisa & Schneider (2014, p. 132), o Pronaf era visto como um mecanismo para impulsionar para os mercados os agricultores familiares que apresentassem um mínimo de condições produtivas. Os maiores beneficiários do programa foram os produtores de milho, soja e café do sul e sudeste.

O caráter de política de assistência social do Pronaf foi contestado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 1996, quando cobrou do governo o reconhecimento de que a agricultura familiar é “a mais eficiente nos aspectos econômico e social.” (III Grito da Terra Brasil, apud GRISA & SCHNEIDER, 2014, p. 135)

A partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, Grisa & Schneider (2014) identificam que “importantes alterações ocorreram nas relações e no papel do Estado e da sociedade civil, especialmente no que se refere ao direcionamento das políticas públicas, na relação com os movimentos sociais e com a sociedade civil”. A principal característica dessa fase seria uma preocupação com a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.

Grisa & Schneider (2014, p. 139) registram que, nessa nova geração de políticas, decidiu-se que “uma parte importante do orçamento público era destinada à compra de alimentos para várias finalidades e esta demanda institucional deveria ser canalizada para a agricultura familiar”. Os autores destacam além do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), a criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (2004) e o Programa Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBIO), de 2008, como iniciativas de estímulo à agricultura familiar, além de apoio às agroindústrias, fiscalização da sanidade agropecuária, criação de selos e certificação que contribuem para o aumento do valor agregado da produção familiar.

Embora Grisa & Schneider (2014) observem avanços no fomento à agricultura familiar, autores como Pinto Neto (2017), Mitidiero Júnior (2016) e Cabral (2017), constatarem que o Estado brasileiro continua fortalecendo os grandes latifundiários e a exportação de *commodities* agrícolas, além de favorecer a atuação dos impérios alimentares no país, a financeirização da agropecuária e a privatização da natureza, principalmente após a deposição da presidente Dilma Rousseff, em 2016, por forças conservadoras da sociedade.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como identificado por Hobbes e Locke, a existência do Estado está intimamente relacionada ao estabelecimento e defesa da propriedade privada. No Brasil isso continua ocorrendo, conforme é possível extrair das obras de Pinto Neto (2017), Mitidiero Júnior (2016), Cabral (2017), entre outros.

Pachukanis, por sua vez, defende que o Direito reflete a organização econômica

da sociedade, o que é possível identificar na obra de Pinto Neto (2017), que analisou a atuação de grandes associações do agronegócio e da Frente Parlamentar da Agropecuária (bancada ruralista) para alterar a interpretação e elaborar leis de acordo com os interesses da classe.

Offe et al. (1984) defendem a tese de que o Estado não está a serviço de uma classe específica, mas para preservar a existência de uma sociedade de classes. Nesse sentido, o principal papel do Estado é assegurar o sistema de trabalho assalariado, impedindo, combatendo e criminalizando formas de organização da produção que não estejam de acordo.

A repressão do Estado brasileiro ao campesinato e a não realização da Reforma Agrária não reflete apenas a opção política da classe dirigente, mas está na raiz da instituição do Estado, cuja missão é assegurar a propriedade privada e a organização da produção nos moldes capitalistas.

## REFERÊNCIAS

CABRAL, Alysson André Oliveira Cabral. **Questão agrária no Brasil e o desafio da Reforma Agrária**. Itabaiana (SE): XII Congresso da Sober Nordeste, 2017.

GRISA, Cátia & SCHNEIDER, Sérgio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil**. RESR, Piracicaba-SP, vol. 52, supl. 1, p. S125-S146, 2014.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

IANNI, Octávio. **A utopia camponesa**. In: Welch, Clifford Andrew et al. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, vol. I. São Paulo: Unesp; Brasília-DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**. Petrópolis: Vozes, s.d. (Clube do Livro Liberal)

MITIDIERO JÚNIOR., Marco Antonio. **Crise do capital global, natureza e agronegócio**. In:

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antonio; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; SANTOS, Laiany Rose Souza (orgs.). *Questão agrária e conflitos territoriais*. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

OBERG, Kalervo. **O compônio marginal no Brasil rural (1957)**. In: Welch, Clifford Andrew. et al. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, vol. I. São Paulo: Unesp; Brasília-DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, Claus & LENHARDT, Gero. **Teoria do Estado e política social**. In: OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PALACIOS, Guilherme. **Campeinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875**. In: Welch, Clifford Andrew et

al. Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, vol. I. São Paulo: Unesp; Brasília-DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PINTO NETO, Geraldo Miranda. **A solução é alugar o Brasil?** Brasília: Unb, 2017 (dissertação).

## AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA

### Fabrcia Carlos da Conceição

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo/UNIMONTES – Montes Claros-MG

### Ana Ivânia Alves Fonseca

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo/UNIMONTES Montes Claros - MG

**RESUMO:** A agricultura familiar se caracteriza pela gestão da propriedade compartilhada entre os membros familiares, os agricultores familiares têm uma relação de afinidade com a terra, o seu lugar tanto de trabalho quanto de moradia, sendo a produção agropecuária sua principal fonte de renda e uma diversidade de produção.

O presente trabalho discute o conceito da agricultura, sua sistematização no Brasil, a relação da agricultura familiar em Januária e descreve a dinamização da agricultura familiar na Comunidade de Barra do Tejuco, sendo o objetivo desta pesquisa analisar a agricultura familiar nesta comunidade que se localiza a distância de 26 km da cidade de Januária-MG, as metodologias utilizadas foram revisão bibliográfica e pesquisa de campo *in loco*, para se entender como a agricultura familiar estrutura-se na comunidade. Conclui-se que a maioria das famílias desta comunidade vive em pequenas propriedades, a terra é o seu principal

meio de sustento, demonstram satisfação em viverem ali, têm esperanças de melhora em relação às questões climáticas e econômicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Comunidade; Barra do Tejuco.

**ABSTRACT:** Family agriculture is characterized by the management of shared ownership among family members, family farmers have a relation of affinity with the land, their place of work and housing, and agricultural production is their main source of income and a diversity of production. This paper discusses the concept of agriculture, its systematization in Brazil, the relation of family agriculture in Januária and describes the dynamization of family agriculture in the community of Barra de Tejuco, the objective of this research is to analyze family farming in this community that is located distance of 26 km from the city of Januária-MG, the methodologies used were bibliographic review and field research *in loco*, to understand how family farming is structured in the community. It is concluded that the majority of the families of this community live on small properties, the land is their main means of support, they show satisfaction in living there, they hope for improvement in relation to climatic and economic issues. Keywords: Family Agriculture; Community; Barra do Tejuco.



## 1 | INTRODUÇÃO

O conceito de agricultura familiar tem sua caracterização com a relação entre trabalho e a forma de gestão, o processo produtivo são conduzidos pelos proprietários, a diversificação produtiva, a duração dos recursos e a qualidade de vida.

A agricultura familiar se diferencia da agricultura patronal ou do agronegócio, devido toda a atividade e gestão produtiva ser feitas pelo próprio núcleo familiar, além de ser uma importante fonte de renda de tal núcleo. Observa-se também uma forma maior de zelo, dedicação, até mesmo porque o local de trabalho dos agricultores familiares é o mesmo onde residem. O conceito de agricultura familiar já vem sendo discutido há algumas décadas. Graziano da Silva (1978) descreve a identificação dos componentes da pequena produção agrícola familiar:

a) utilização do trabalho familiar, onde se configura como unidade de produção; b) a posse dos instrumentos de trabalho ou parte deles; c) existência de fatores excedentes (terra, força de trabalho, meios de trabalho) que permitam uma produção de excedentes, destinados ao mercado; e d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção, como mercadoria. Dessa forma, não só o proprietário, mas também o parceiro, o arrendatário e o posseiro, podem se configurar como pequena produção agrícola familiar. (GRAZIANO DA SILVA, 1978, p. 3).

Desde os anos 1990 o governo começou a criar mecanismos governamentais e políticas públicas nacionais com o objetivo de apoiar e dar suporte técnico e financeiro, através de financiamentos. A Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 pontua as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para caracterização desse público, tendo como pressupostos para tal que o agricultor não possua, a qualquer título, área superior do que quatro módulos fiscais; use predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas relacionadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; coordene seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Lei 11.326 de 24 de julho de 2006).

Também estão incluídos, de acordo a lei 11.326, tais categorias com as seguintes referências; silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável aqueles ambientes, aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 hectares ou ocupem até 500 metros cúbicos de

água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; extrativistas que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores; além de pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

A agricultura familiar não é definida pelo tamanho da propriedade, mas pela extensão máxima do terreno que a família pode explorar, com base no seu trabalho desenvolvido com a tecnologia disponível. A dinâmica que comanda as relações sociais dos agricultores familiares possui modelos diferentes. (FONSECA, 2012, p. 58).

Agricultura familiar está em constante debate, onde sua importância e relevância são evidentes, o rural é imprescindível para que o urbano aconteça de forma plena, pois a sustentabilidade alimentar da cidade depende do campo.

Segundo o IBGE (2014), Januária possui uma população com um pouco mais de 68 mil habitantes, com 33 mil moradores na área rural. Clima tropical, com transição para o semiárido, com chuvas irregulares, escassas e concentradas no verão, INMET (Instituto Nacional de Meteorologia, 2014). Devido à escassez de chuva, a consequência disso é a falta de água no solo de Januária, a sua vegetação é xeromorfa, isto é com formas adaptadas a seca, o cerrado, matas secas, caatinga e veredas. A cidade possui um relevo plano, com pequenas irregularidades, com rochas sedimentares e arenitos. Pereira (2004) descreve “Januária como um município localizado na margem esquerda do rio São Francisco, na região média do rio, que vai de Pirapora a Santana do Sobradinho, compreendendo um trecho de 1.328 km. O município é banhado ainda pelos rios Pardo, Pandeiros e Carinhanha, fazendo limite com os municípios de Formoso, Chapada Gaúcha, Pedras de Maria da Cruz, Itacarambi, Bonito de Minas e Cônego Marinho”.

O seu desenvolvimento econômico se baseia na prestação de serviço e na agricultura principalmente pecuária e para o SINTRAF (Sindicato da Agricultura Familiar) a agricultura familiar tem grande peso na vida dos januarenses, com míni e pequenos produtores rurais, o desenvolvimento da agricultura familiar é importante, pois a economia rural gira basicamente em torno da agricultura e da prestação de serviço, não tendo indústrias ou outras fontes de renda.

O objetivo deste trabalho é analisar a dinâmica da agricultura familiar na comunidade de Barra do Tejuco, distrito do município de Januária-MG, tendo como metodologias utilizadas visita in loco e revisão bibliográfica.

## **2 | A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL**

Pesquisas afirmam que setenta por cento de todos os produtos, que vão à mesa dos brasileiros, ou seja, que as pessoas consomem no seu dia a dia, vem da agricultura familiar, além de produzir alimentos, carregam também à cultura, valores que são muito importantes, e principalmente desenvolvimento local, onde tem agricultura familiar,

tem desenvolvimento, ela desenvolve e ao mesmo tempo gera o desenvolvimento, pois a compra e venda é no local, ela tem singularidades, econômica, social e cultural.

Por ser mais um espaço homogêneo, o trabalho familiar é profundamente diferenciado do ponto de vista econômico, social e cultural, já que os agricultores familiares não vivem isolados, mas evoluem seguindo trajetórias diferentes; isto é, alguns passam pelo processo de acumulação de capital, enquanto outros passam pela descapitalização, sendo que essas relações estão associadas à dinâmica das relações sociais nas quais eles estão inseridos. (FONSECA, 2012, p. 56-57).

O desenvolvimento local para Souza (2006) é um processo em que o social se integra ao econômico, para ele o desenvolvimento se propõe a ir, além de desenvolver os aspectos produtivos, potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que constroem o bem-estar da sociedade.

O papel da agricultura familiar na economia do Brasil garante a segurança alimentar, gera trabalho, renda, há um melhor aproveitamento da terra, cria condições para que as pessoas permaneçam no campo, preservando o vínculo, diminuindo os inchaços urbanos, também tem o papel de produzir alimentos saudáveis, geralmente à agricultura familiar garante o consumo interno do país, enquanto o agronegócio é um modelo voltado para a exportação.

A modernização da agricultura aconteceu em um complexo processo de transformações no espaço rural, isso se deu a partir da década de 1950, com a Revolução Verde.

“Modernização da agricultura” é um complexo processo de transformações nos espaços agrícola e rural do mundo a partir da década de 50, no Brasil especialmente (ou mais visivelmente) a partir de meados da década de 60. Corresponhia, efetivamente, a integração da agricultura ao processo de acumulação de capital. Isto ocorreu com a efetiva participação do Estado que através de suas políticas de crédito subsidiado, pesquisa, tecnologia, assistência técnica e extensão rural, viabilizou as maiores propriedades agrícolas, principalmente aquelas localizadas em terras melhores, mais férteis. Foi o tripé pesquisa agrícola, extensão rural e crédito rural subsidiado, portanto, que viabilizou o padrão tecnológico proposto com a “modernização da agricultura”. (ALMEIDA, 1997, p. 01).

A agricultura no Brasil tem duas vertentes principais os grandes produtores de sucesso das culturas de *commodities* destinadas ao mercado exportador e os pequenos produtores com precárias condições de acesso a terra, crédito e tecnologias de produção, chamados agricultores familiares.

Em algumas regiões do país, como o Nordeste e o Norte a agricultura familiar ainda supera o agronegócio na produção de commodities como café, arroz e milho, mas apenas um quarto das terras produtivas está com a agricultura familiar, são pequenas hortas, leite, carne de porco, entre outros que empregam 77 por cento da mão de obra no campo, o restante está nas mãos do agronegócio com grandes produções, voltadas para a exportação.

A agricultura familiar tem se apoiado com o crédito PRONAF – Programa Nacional

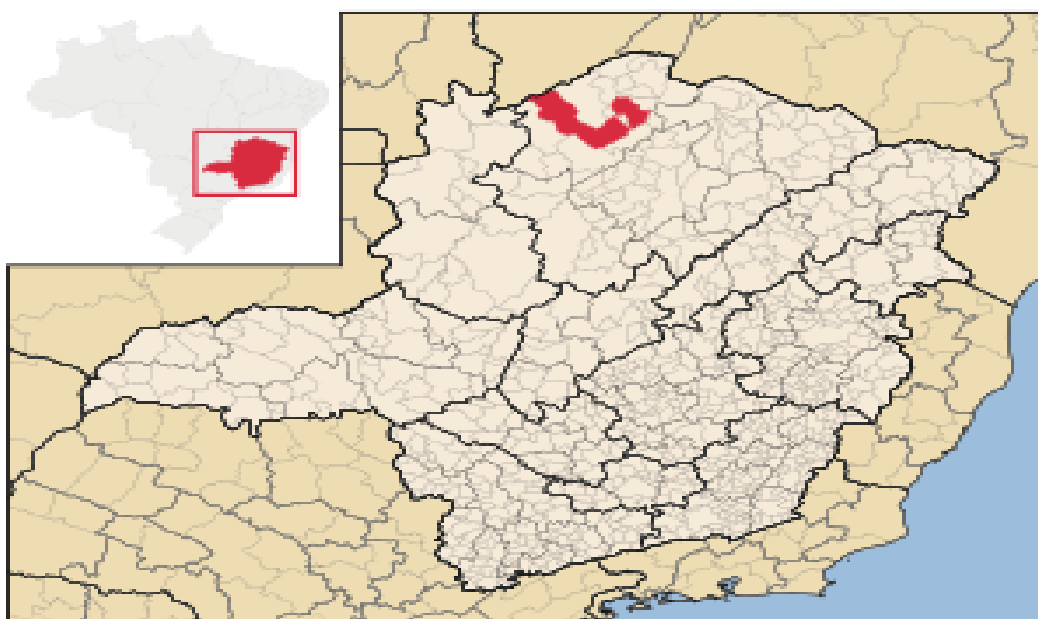
de Fortalecimento da Agricultura Familiar, assistência para aplicar novas técnicas e compra da produção na época da safra, assim o PRONAF fortalece a importância da agricultura familiar e a valorização do campo.

As transformações recentes do mundo rural brasileiro são marcadas por dois fatos importantes. Um deles é o reconhecimento, pela primeira vez na história, da agricultura familiar como um ator social importante, sendo o Programa de Apoio a Agricultura familiar (PRONAF) uma expressão dessa valorização. O outro fato está relacionado à demanda pela terra e aos assentamentos de reforma agrária. Isso se traduz na revalorização do rural como lugar para se trabalhar e para se viver. (ELESBÃO, 2007 apud WANDERLEY, 2000, p. 61).

Outra forma de incentivo governamental para a agricultura familiar em nível nacional está evidenciada através da aquisição de produtos para o (PNAE) - Programa Nacional de Alimentação Escolar. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 ela determina que no mínimo 30% do valor repassado aos estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, dando prioridade aos assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

## 2.1 A Agricultura Familiar No Município De Januária/Mg

Januária possui mais de 27 mil famílias que vivem da agricultura familiar, 274 comunidades rurais com 226 associações comunitárias rurais. (EMATER, 2014).



Mapa 01. Mapa de Minas Gerais - Localização de Januária/MG

Fonte: IBGE, 2017



A agricultura familiar no município é bem parecida com o modelo de comunidades tradicionais, pois produz de forma sustentável, com a preservação da natureza, cria uma relação afetuosa com a terra, que para os agricultores é um bem e não apenas um negócio. Diegues (2001) descreve as características específicas das populações tradicionais que também são encontradas no modelo de agricultura familiar das comunidades de Januária.

a) dependência com a natureza, seus ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida; b) conhecimento da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração das estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transmitido de geração em geração por via oral; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação deste território por várias gerações; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica e comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, seu impacto é limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam o processo de trabalho até o produto final (DIEGUES, 2001, p. 88).

D' Angelis Filho (2005) faz uma comparação, das regiões de Minas Gerais, para ele o Norte é a região de maior participação na ocupação quando se trata de agricultura familiar. Nos cerrados, a ocupação das paisagens conhecidas como Gerais se deu por migrantes, ora por europeus, ora por indígenas e africanos em quilombos, todos conhecidos como Geraizeiros.

A agricultura familiar possui um peso muito grande no meio rural do Norte de Minas, com proporções maiores que a do estado mineiro, tem destaque pela importância do que produz, mas passa por problemas por causa da pequena quantidade de terras disponíveis. Sobre as unidades de produção da agricultura familiar em Januária, Sampaio (2013), afirma que:

As atividades predominantes são lavoura e pecuária de corte ou de leite, e criação de animais de pequeno porte, tais como aves e suínos, em pequena quantidade. Dentre os cultivos predominam, o milho, o feijão, a cana, a mandioca e hortaliças. O plantio de arroz é esporádico, devido à escassez de água, uma vez que não existem terras apropriadas e nem irrigação para esse cultivo. (SAMPAIO, 2013, p. 145).

O produtor familiar do município de Januária se arrisca fazendo muitos gastos, investindo tanto na produção, como no seu escoamento, pois os meios de transporte utilizados têm altos custos, devido à distância e a situação das estradas que são precárias, fazendo com que aumentam os gastos, gerando assim, mais riscos para o produtor.

A agricultura no município, precisa se expandir tanto em quantidade como em

qualidade, além disso, os agricultores precisam de organização com os meios de transportes, (SAMPAIO, 2013, p. 45) afirma que “uma das dificuldades é o transporte, e devido a pouca produção, os produtos são comercializados na própria propriedade e nos lugares mais próximos, como as feiras do município de Januária”.

Neves e Castro (2010) destacam que a preocupação mundial é crescente com o conceito de sustentabilidade, na agricultura familiar é mais valorizada na visão deles, pois fortalece as opções ambientais e socialmente corretas, além de ser economicamente viáveis e no âmbito institucional asseguradas, isto porque a sociedade faz pressão na busca por modelos de produção sustentáveis.

O mais interessante de tudo é que não se abordarão apenas produtos, mas sistemas de produção ambientalmente corretos. Tratar-se-á de outro fenômeno ocorrido nos últimos dez anos que foi a transição do foco apenas no meio ambiente para um foco mais abrangente, mais subjetivo e mais complicado, do qual o meio ambiente faz parte, chamado sustentabilidade. Para muitos consumidores não basta apenas o produto ser “verde”. O modo de produção deve ser sustentável. (NEVES; CASTRO, 2010, p. 3).

Assim como a maioria dos agricultores do Brasil, sofrem com os problemas climáticos, que o mundo passa no momento, principalmente a falta de água, não é diferente com os agricultores do município de Januária, para poder dar seguimento nas suas propriedades, grande parte destes pequenos agricultores, tem como recurso principal os poços artesianos, como é o caso da comunidade pesquisada, Barra do Tejuco.

## 2.2 A Agricultura Familiar Na Comunidade Barra Do Tejuco

Barra do Tejuco é uma comunidade que conta com 35 famílias, que moram e vivem de suas pequenas produções, são produtos que servem para a sua subsistência e os excedentes são comercializados, características típicas da agricultura familiar.

As principais produções dessas famílias são: melancia, abóbora, banana, laranja, limão, melão, frango caipira, pequi, feijão, mel de abelha e também o gado de corte e leite, além da mandioca, milho e hortaliças.

Os dados primários para a escrita dessa pesquisa foram feitas com *visita in loco*, entrevistas e observações com os moradores desta comunidade. O que se percebeu com a visita e conversa com os produtores é que eles têm características de pertencimento da terra, pois muitos deles quando perguntados há quanto tempo estão ali, a sua grande maioria responde “deste que nasci”. Eles têm uma afetividade grande com o lugar, onde moram e trabalham, Santos (2005) descreve: “Lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições, cooperação e conflito são à base da vida em comum”.

A comunidade é formada em sua maioria por pequenas propriedades, as famílias produzem há muitos anos são terras recebidas de heranças, passadas de pai para

filho, que perpassam décadas.

A terra é um fruto das relações humanas e destas com a natureza, construído por relações sociais, garantindo a construção de uma rede de significados e sentidos produzidos pela história e pela cultura de uma dada sociedade, formando assim identidade. Uma vez que é o lugar da vida, é nesse espaço que o homem se reconhece. (MENDES, 2008, p. 03).



Foto 01 - Criação de Bovinos para corte e leite

Fonte: CONCEIÇÃO, 2017



Figura 02 - Plantação de feijão

Fonte: CONCEIÇÃO, 2017

As famílias desta comunidade são constituídas em média de 05 pessoas, as atividades são desenvolvidas em tempo integral nas propriedades, boa parte dos produtores tem uma segunda renda, possuem aposentadoria de 01 salário mínimo, já os filhos desenvolvem atividades de forma parcial, pois os filhos que residem na

comunidade são estudantes.

Os agricultores mais velhos já se preocupam da relação dos filhos com o futuro das propriedades, uma boa parte entende que os filhos darão continuidade ao trabalho, outra parte acredita que os filhos não levam jeito para viver da terra, para futuramente tocarem com as famílias deles aquelas pequenas propriedades, e muitos deles já deixaram seus pais e foram morar e trabalhar na cidade, o que representa uma ameaça para o futuro da comunidade.

Quando indagados sobre os estudos e se eles querem morar sempre ali, os filhos dos proprietários em sua maioria respondem que querem dar continuidade ao trabalho do pai e da mãe, mas querem outros meios, não querem viver só das plantações, pretendem cursar universidades e ter um nível de instrução maior que a dos pais, além de uma profissão.

Tenho 14 anos, nunca saí da comunidade, estudo na escola aqui próxima, é muito boa, ajudo mãe e pai na produção, não me vejo fazendo outra coisa no futuro, pretendo continuar plantando e colhendo. (Filha do Agricultor familiar A, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Pretendo mudar de vida, tenho 17 anos e estou terminando o ensino médio, quero ir morar na cidade, cursar universidade, pois meu sonho é ser advogado, mas por enquanto ajudo minha família com as plantações. (Filho do Agricultor B, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Gosto muito da forma que vivo, eu estudo pela manhã, na parte da tarde ajudo meu pai com nossas plantações, tenho 15 anos, e eu pretendo dar continuidade ao trabalho dos meus pais aqui mesmo na nossa comunidade. (Filho do Agricultor C, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Eu sou novo, mas sempre quis conhecer outros lugares, como vivo aqui desde que nasci, sonho um dia ir morar na cidade, quero estudar para ser Engenheiro Agrônomo e contribuir com o trabalho dos meus pais. (Filho do Agricultor D, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Os agricultores familiares de Barra do Tejuco, como a maioria das pessoas que produzem no Brasil enfrentam a falta de água nas suas propriedades, para fornecer água para suas produções, eles contam com os poços artesianos, e sofrem com a estiagem que a cada ano aumenta e interfere muito nas plantações, principalmente as produções de mandioca, feijão e milho, é o que relatam em conversa sobre o que melhorar na comunidade.

O que nos falta aqui é chuva, a água é essencial para produção, se tivéssemos mais apoio com os poços artesianos, pois é a alternativa que temos para continuarmos aqui, o nosso trabalho seria mais valorizado financeiramente. (Agricultor A, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

A estrada para escoar a produção é ruim, pois se chove é lama e se temos a estiagem, como acontece na maior parte do ano é poeira que não acaba mais. (Agricultor B, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Precisamos de apoio dos nossos governos, pois o lugar aqui é muito bom, somos trabalhadores, e gostamos muito de plantar e colher, passamos a vida toda fazendo este trabalho. (Agricultor C, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Sou muito esperançoso, acredito em dias melhores, chuva, estrada boa e melhores condições de trabalho para o povo da nossa comunidade. (Agricultor D, Barra do



Tejuco, 14 de julho de 2017).

Quando perguntados sobre a vida nas propriedades, seus desafios, muitos deles responderam que são felizes e não mudariam dali nunca, ou seja, não trocariam sua pequena propriedade por nada. Esse contexto pode ser percebido na fala de alguns deles:

Eu sou muito feliz da vida, falo sempre que está tudo bem, assim as coisas melhoram, na verdade o que falta aqui é só chuva. (Agricultor A, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Estou trabalhando, produzindo, então está muito bom, Deus vai abençoar que vai dar tudo certo para nós, aqui na nossa comunidade. (Agricultor B, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Bem graças a Deus, não tenho dívidas, tenho muita saúde, produzo o que me alimenta e ainda ganho um dinheirinho com a minha produção, meu trabalho. (Agricultor C, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Aqui é muito bom, faço o que mais gosto e sei fazer que é plantar e colher, não sei como seria se tivesse que deixar aqui e ir para a cidade, pois vivo aqui desde que nasci, só tenho que agradecer a Deus. (Agricultor D, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Percebe-se muito otimismo na fala deles, apesar das adversidades climáticas e econômicas vividas, eles têm esperanças de melhoras e contam com o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar), que é um incentivo onde tomam o dinheiro emprestado para investir em suas propriedades e tem um tempo de carência para começarem a pagar, em entrevista boa parte, faz uso desse programa do governo federal.

As políticas públicas ainda são necessárias à manutenção da dinâmica de produção agrícola familiar. Através delas se torna possível o alcance do desenvolvimento rural sustentável via acesso aos serviços de apoio à produção e capacitação para a gestão econômica de seus processos de desenvolvimento. O PRONAF é a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros, e está conseguindo alterar o cenário do crédito rural no Brasil, que não era destinado a esse segmento dos produtores rurais. (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

Os produtores na sua maioria não têm como escoar a sua produção, pois uma das dificuldades dos entrevistados é o transporte, assim, eles comercializam nas próprias propriedades, poucos levam para a feira da cidade, em Januária aos sábados e outros têm seus próprios pontos fixos de comércio, que são vendas certas, o que compensa melhor financeiramente.

Percebe-se que as maiores dificuldades dos produtores familiares pesquisados são vivenciar os mesmos problemas que em geral outros produtores de outras regiões passam também, que são: falta de maquinário agrícola, transporte para escoar a produção e os problemas ambientais, como aquecimento global, e principalmente a falta de chuva. Mas apesar dos problemas que circundam o campo, em especial a falta de chuva, os agricultores de Barra do Tejuco, estão sempre plantando, colhendo

e comercializando os seus produtos, como relatam abaixo:

A minha produção é feita pensando no sustento da família, primeiro, mas sempre sobra e a venda é certa, graças a Deus. (Agricultor A, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Vendo para a escola, ela sempre compra. (Agricultor B, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Estou na feira de Januária, todo sábado, e a saída é muito boa. (Agricultor C, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

A minha galinha caipira é muito solicitada. Toda semana eu sou procurada na feira. (Agricultor D, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Como a falta de chuva é constante na região, a produção sobrevive dos poços artesianos. Foram indagados também sobre como é produzir no campo, ou seja, viver da agricultura nos dias atuais.

É muito triste, pois falta água, a falta de chuva é castigante, mas graças a Deus, temos o poço artesiano. (Agricultor A, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Eu gosto muito, sou feliz, vivo do que gosto, tenho meus porcos, crio minhas galinhas, minhas vacas, plantações. (Agricultor B, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

O governo está ajudando recebo bolsa escola, bolsa família, isso me ajuda com minhas plantações assim vou levando. (Agricultor C, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

Vivo do que produzo, tenho 57 anos, sempre foi assim e graças a Deus, vendo para escola, minha cebolinha verde, alface, couve, feijão, pimentão, melancia e aos sábados estou na Feira do mercado municipal. (Agricultor D, Barra do Tejuco, 14 de julho de 2017).

| Número de Famílias que vivem da agricultura familiar | Principais produções  | Locais de comercialização dos produtos  |
|--|---|---|
| 35 famílias  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- melancia</li> <li>- abóbora</li> <li>- banana</li> <li>- laranja</li> <li>- limão</li> <li>- melão</li> <li>- frango caipira</li> <li>- pequi</li> <li>- manga</li> <li>- feijão</li> <li>- mel de abelha</li> <li>- gado de corte e leite</li> <li>- mandioca</li> <li>- milho</li> <li>- hortaliças</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Escolas Municipais e Estaduais</li> <li>- Mercado Municipal aos sábados</li> <li>- Ambulantes</li> <li>- Pontos comerciais próprios</li> </ul> |

Tabela 01. Principais produções e locais de comercialização

Fonte: Agricultores Familiares de Barra do Tejuco

Organização: CONCEIÇÃO, 2017.

As estratégias de sobrevivência destes produtores familiares e a diversificação dos modos de vida que eles estão inseridos são usados para definir o desenvolvimento rural local, garantindo a melhoria das condições de vida da comunidade que se percebe

a ampliação das suas possibilidades que fomentam a reprodução social e econômica. As oportunidades são criadas e encontram-se na própria comunidade onde as famílias vivem.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar tem relevância para a comunidade estudada, como também é de extrema importância para entender um pouco sobre a segurança alimentar e minimizar os problemas da fome no Brasil e no mundo, e é uma forma de agricultura menos severa para agredir o meio ambiente, pois em geral ela trabalha de forma sustentável, e com os incentivos governamentais, que são necessários e decisivos, como mecanismos de apoio técnico, tecnológico e financeiro através de políticas públicas, assim deu-se mais destaque para essa atividade que está em significativa expansão. As políticas públicas propiciaram aos agricultores familiares, uma maior abertura para os mercados consumidores que já foram mais restritas.

É notório em conversas realizadas com os agricultores familiares de Barra do Tejuco, que devido às questões climáticas, principalmente a falta de chuva, eles não têm condições financeiras favoráveis para investirem em culturas mais rentáveis, por isso só investem ou plantam, culturas pouco rentáveis, pois sabem que o mercado é garantido, como é o caso da mandioca, feijão e milho, e também culturas de épocas como o pequi e a manga.

As peculiaridades da agricultura familiar desta comunidade os levam em uma situação vulnerável ao mercado e muitas vezes deixam sua população, os trabalhadores rurais e suas famílias, vivendo em pobreza extrema, e isso facilita o êxodo rural e a formação dos bolsões de pobreza nos grandes centros, porém deixar sua terra é um refúgio longínquo para os povos mais velhos, diferente do que pensa os mais jovens.

Ainda há muito a se fazer para o desenvolvimento rural local, pois é necessário pensar em ações que façam com que a comunidade, possa se unir ao município, na perspectiva de melhores estradas, transporte para escoar a produção dos agricultores, espaços e equipamentos, centros culturais, esportivos, escolas, hospitais, feiras, mercados, onde os agricultores familiares possam vender diretamente os seus produtos.

Analisando as falas dos agricultores familiares desta comunidade conclui-se que o PRONAF tem relação direta com a produção da agricultura familiar, daquele povo, dessa forma, o programa traz benefícios econômicos às famílias beneficiadas, com isso induz-se a melhoria das condições de vida da população local, além da permanência no mercado em que estão inseridos.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione. **Pesquisa Agrícola, Agricultura Familiar e Sustentabilidade**. Embrapa, Passo

Fundo/ RS, 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as Diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. 25 jul. 2006.

D'ANGELIS FILHO, João S. **Políticas locais para o desenvolvimento no Norte de Minas: uma análise das articulações local e supralocal.** Temuco, Chile, 2005.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** 3. ed. São Paulo: Hucitec.

ELESBÃO, Ivo. **O Espaço Rural Brasileiro em Transformação.** In: Finisterra, XLII, 84, 2007, p. 47-65.

Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais). Emater-MG faz campanha para melhorar aplicação do crédito rural. 2008.

FONSECA, Ana Ivania Alves. **Agricultura Familiar como Sustentabilidade: Estudo de Caso do Planalto Rural de Montes Claros/MG.** 2012. 181 f. Tese de Doutorado em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1978. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=313520> acessado em 10 de julho de 2017. <https://amigosdejanuaria.wordpress.com/2012/01/11/agricultura-familiar-de-januaria-um-potencial-nao-aproveitado/> acessado em 06 de junho de 2017.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Agricultura Familiar e Identidades Sociais no Cerrado: as comunidades rurais no município de Catalão – Goiás – Brasil.** Goiás/Brasil, Campus Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-Ambientais (NEPSA), 2008.

NEVES, Marcos Fava; CASTRO, Luciano Thomé e. (Org.) **Agricultura integrada: inserindo pequenos produtores da maneira sustentável em modernas cadeias produtivas.** São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, José Gilson Carvalho de. **Análise da Agricultura Familiar e do PRONAF no Norte de Minas Gerais.** 2012. 81 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Montes Claros. 2012.

SAMPAIO, Ronaldo Maurício. **A Qualificação e a Formação da Identidade dos Agricultores da Região de Januária/MG.** 2013. 232 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2013

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

SOUZA, Luziana da Silva. **Turismo e Desenvolvimento Local Sustentável na Paraíba,** 2006.

## O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIRROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP

**Tamires Regina Rocha**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – SP

**Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – SP

**Alan da Silva Vinhaes**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente – SP

**RESUMO:** O desenvolvimento da pluriatividade e da obtenção de rendas não agrícolas pelas famílias rurais tem se constituído num importante tema de discussão devido às recentes transformações verificadas no espaço rural e nas relações estabelecidas entre campo e cidade. Nesse contexto, considerando a relevância das atividades agrícolas e não-agrícolas realizadas pelos membros da família, selecionamos como recorte territorial da pesquisa os bairros rurais do Poste e Caxambú no município de Jundiaí. Constatou-se que as famílias adotaram diferentes estratégias de reprodução social e econômicas, não apenas focadas em atividades agrícolas, mas também, relacionadas à atividades de lazer e de agroindustrialização (sobretudo com a produção

de vinho) como uma forma de aquisição de renda complementar. A busca de rendas fora da agricultura e a combinação de diferentes tipos de rendas e atividades (agrícolas e não-agrícolas) reforçam o caráter múltiplo e plural dessas famílias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pluriatividade; atividades não-agrícolas; reprodução social.

**ABSTRACT:** The development of pluriactivity and the achievement of non-agricultural incomes by rural families has become an important topic of discussion due to the recent transformations in rural areas and the relationships established between the countryside and the city. In this context, considering the relevance of the agricultural and non-agricultural activities carried out by family members, we selected the rural districts of Poste and Caxambú in the municipality of Jundiaí. It was verified that the families adopted different strategies of social and economic reproduction, not only focused on agricultural activities, but also, related to leisure activities and agro-industrialization (mainly with the production of wine) as a form of acquisition of complementary income. The search for income outside agriculture and the combination of different types of income and activities (agricultural and non-agricultural) reinforce the multiple and plural character of these families.

**KEYWORDS:** Pluriativity; Non-agricultural



activities; Social reproduction.

## 1 | INTRODUÇÃO

A compreensão das transformações no meio rural brasileiro no período contemporâneo deve ter como parâmetro a inserção de novas estratégias de reprodução social, como a pluriatividade e as atividades e fontes de renda não-agrícolas obtidas pelas famílias rurais.

Nesse intuito, o trabalho tem como objetivo principal analisar o desenvolvimento da pluriatividade e das atividades não-agrícolas nos Bairros Rurais do Poste e Caxambu, localizados no Município de Jundiaí. Isso porque, a família rural passa a adotar diferentes estratégias de reprodução social e econômica que excedem as atividades agrícolas, devido os rendimentos obtidos com a agricultura serem insuficientes para prover suas necessidades, sendo assim, as famílias rurais passam a buscar atividades e rendas não-agrícolas ligadas especialmente ao trabalho externo da propriedade rural, tais como - na indústria, no comércio, nos serviços públicos e na prestação de serviços.

O município de Jundiaí possui localização privilegiada, estando situada entre as regiões de Campinas e São Paulo, além de ser cortada por duas vias de acesso consideradas as mais importantes do país (Rodovia Anhanguera e Bandeirantes). Sua economia está estruturada nos setores industrial, de comércio e serviços e agropecuários. Em 2013, segundo o IBGE, o município possuía o 5º maior PIB industrial e o 7º PIB em prestação de serviços e comércio do estado de São Paulo. Apesar dessa importância do setor industrial e de comércio e serviços, a agricultura e o espaço rural tiveram e ainda tem importância fundamental no processo de formação e consolidação do município, sendo conhecido nacionalmente como a capital da uva e do morango.

O período contemporâneo é caracterizado pelo desenvolvimento técnico-científico e informacional, no qual articula-se e torna-se mais complexa as relações entre o campo e a cidade. Os espaços rural e urbano buscam se adaptar frente às mudanças impostas pelas estruturas econômicas. Essas alterações possibilitaram o desenvolvimento das atividades e a obtenção de rendas não agrícolas no meio rural.

Além desta introdução, das considerações finais e das referências, o texto encontra-se estruturado em mais duas sessões. Na próxima seção, há uma abordagem teórica da pluriatividade e das atividades e rendas não-agrícolas no meio rural; e na última sessão, se aborda as dinâmicas e as atividades desenvolvidas pelas famílias nas propriedades rurais nos bairros rurais do Poste e Caxambú, caracterizando as famílias como pluriativas ou não.

## 2 | AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO RURAL: ÊNFASE A PLURITIVIDADE

O espaço rural é heterogêneo e a pluriatividade aparece como um dos elementos importantes para o entendimento das transformações verificadas no espaço rural e nas relações estabelecidas entre o campo e a cidade. Nessa heterogeneidade se faz necessário compreender as estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelos produtores para permanecerem no campo. A busca da obtenção de rendas fora da agricultura e a combinação de diferentes tipos de rendas e atividades (agrícolas e não-agrícolas) reforçam o caráter múltiplo e plural das famílias rurais.

Segundo Schneider, a pluriatividade pode ser definida como:

[...] um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. [...] (SCHNEIDER, 2003, p.91).

A pesquisa *Arkleton Research Project*, iniciada em 1982 e consolidada em 1986, foi o marco conceitual dos estudos referentes à pluriatividade nos países europeus. Tal pesquisa defendia a ideia de que a pluriatividade permite condensar, num só conceito, duas outras noções fundamentais, quais sejam: a agricultura em tempo parcial (*part time farmings*) e a diversificação econômica e produtiva. (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 85).

Segundo Cunha (1998):

[...] o conceito de trabalho agrícola *part time* (*part time farming*) refere-se ao regime de dedicação, despendido para a atividade agrícola, pelo principal operador da propriedade. A principal diferença entre o conceito anterior com o conceito de pluriatividade, é que este, toma a família como unidade de análise, incorporando ao foco das atenções, atividades não-agrícolas dos membros da família que tem significância na geração de renda (CUNHA, 1998, p. 385).

Deste modo, o que vai caracterizar a família como sendo pluriativa ou não, são: as atividades para-agrícolas (processamento de alimentos, agregação de valor, produção de vinho etc.); as atividades desenvolvidas na própria unidade sem vínculos agrícolas (chácaras de lazer, pesque-pague, artesanato etc.); e, os trabalhos externos (empregos em diversos setores da economia, como indústria, comércio, prestação de serviço etc.).

Para Cunha (1998, p.286), a mudança de foco do operador para a família, e do agrícola para o rural, constitui, portanto, a principal diferença entre as análises de *part-time farming* e a pluriatividade rural.

A partir da década de 1990, em pleno período de expansão da globalização da economia e da política neoliberal, em que ocorreu a diminuição da atuação do

Estado na economia, em especial no setor agrícola, o desenvolvimento agrário no Brasil ganha outras características do ponto de vista social e produtivo, surgindo então o “novo rural brasileiro”, em meio à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas no meio rural brasileiro (GRAZIANO da SILVA, 1996).

Portanto, apenas na década de 1990 que os estudos sobre a pluriatividade no Brasil se aprofundaram, baseando-se em múltiplas formas de trabalho realizadas pela família rural, sobretudo através da combinação de atividades agrícolas com empregos fora da propriedade rural.

Para Graziano da Silva e Del Grossi (1999), na década de 1990 houve uma acentuada queda na participação das rendas agrícolas e, conseqüentemente, um crescimento das rendas não-agrícolas, especialmente entre as categorias dos ocupados rurais por conta própria, ou seja, os agricultores familiares. A Figura 1 indica a redução das rendas agrícolas e a maior evolução e importância das rendas voltadas as atividades não-agrícolas.

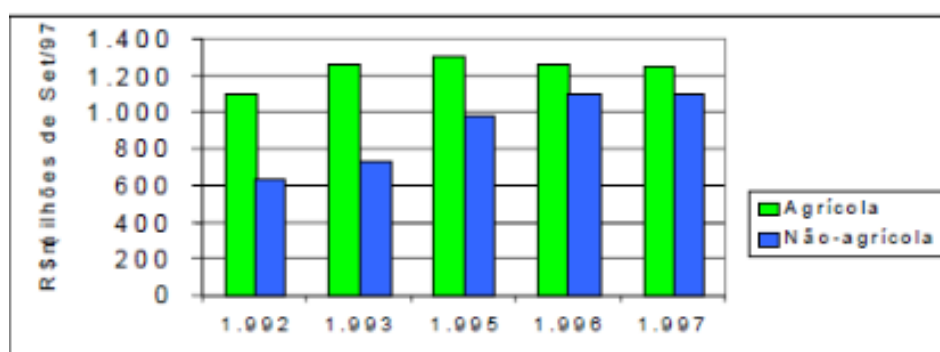


Figura 1. Evolução da renda total das pessoas residentes na zona rural, segundo o setor de ocupação, Brasil, 1992-1997

Fonte: Projeto Rurbano (apud Graziano da Silva e Del Grossi, 1999), Deflator INPC.

Para Souza (2003), o que realmente está ocorrendo é a diminuição dos empregos no setor agrícola e o crescimento dos empregos assalariados não-agrícolas. Isso, no entanto, não quer dizer que o crescimento de membros da família rural ocupados em algum tipo de serviço ou emprego assalariado fora da agricultura significa que sejam famílias pluriativas. Assim, deve-se separar a pluriatividade entendida como estratégia de reprodução social e o crescimento de atividades não-agrícolas.

De acordo com Schneider (2005), alguns fatores são fundamentais para o surgimento das novas formas de emprego e geração de renda para os agricultores, que proporcionam mudanças nas formas de ocupação no meio rural e no crescimento da pluriatividade. Entre os fatores estão:

a própria modernização técnico-produtiva da agricultura; a terceirização agrícola; a queda das rendas agrícolas; as políticas de estímulo as atividades rurais não-agrícolas e contenção das migrações; as mudanças nos mercados de trabalho e o reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar no meio rural” (SCHNEIDER, 2005, p. 3).

A pluriatividade constitui-se num fenômeno em que, os rendimentos são obtidos por meio do desenvolvimento de diferentes atividades, tanto no “interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 90).

Apesar dos inúmeros fatores que levam à prática da pluriatividade e das atividades não agrícolas, eles tendem a um único objetivo, qual seja a busca de estratégias de reprodução social para garantir a permanência no campo. É pertinente a concepção de pluriatividade que Schneider (2005, p.6) utiliza, caracterizando-a como a “combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família”. Tais inserções podem ser desde atividades agrícolas exercidas tanto dentro como fora da unidade familiar, até as atividades não-agrícolas praticadas no interior ou não da propriedade rural.

Portanto, a pluriatividade pode ser entendida como uma forma de estratégia que foi resultado de escolhas e decisões realizadas pelos indivíduos de uma família perante as pressões econômicas e sociais que a agropecuária, principalmente em regime familiar, sofre diante da realidade a que foi imposta pelo mercado econômico existente.

Na Tabela 1 são apresentadas as principais atividades não-agrícolas dos residentes em domicílio rural no estado de São Paulo no ano de 2000.

| Ocupação  | % no total de pessoas rurais ocupadas não-agrícolas | % acumulada |
|---|---|-------------|
| Serviços Domésticos                               | 15,7  | 15,7        |
| Pedreiros   | 6,5   | 22,1        |
| Vendedores  | 4,3   | 26,4        |
| Transporte de Mercadorias                         | 3,5   | 29,9        |
| Gerentes de Produção e Operação                   | 3,2   | 33,1        |
| Outros trabalhadores elementares na indústria     | 2,8   | 35,9        |
| Ajudante de Pedreiro                              | 2,8   | 38,8        |
| Serviços de manutenção em edifícios e logradouros | 2,8   | 41,5        |
| Costureiros                                       | 2,3   | 43,8        |
| Ocupação mal especificada                         | 2,1   | 45,9        |
| Vendedor ambulante                                | 2,1   | 47,9        |
| Carregador  | 1,9   | 49,9        |
| Outros serviços                                   | 1,9   | 51,8        |
| Garçons   | 1,6   | 53,4        |
| Outras ocupações                                  | 46,6  | 100,0       |

Tabela 1. Principais ocupações não-agrícolas dos residentes em domicílio rural no Estado de São Paulo em 2000. Total do estado (n = 705.264)

Fonte: Censo Demográfico 2000. Org. Tamires Regina Rocha, 2018.

Através da análise da Tabela 1 se constata que a ocupação não-agrícola mais importante é do emprego doméstico, totalizando uma porcentagem de 15,7% do total de pessoas. Em segundo lugar aparece a de pedreiro, com 6,5% de ocupações, ou seja, duas ocupações que exigem baixa qualificação e são mal remuneradas que constituem a principal fonte monetária de trabalho não agrícola no meio rural na década de 2000.

Outras ocupações mais frequentes, porém, com pequena representatividade, são: vendedores, pessoas que trabalham no transporte de mercadorias, trabalhadores elementares da indústria (pressupõe-se que sejam de baixa qualificação), ajudante de pedreiro, garçons e outras ocupações não especificadas. As ocupações de melhor nível, que aparecem geralmente com menor frequência que as anteriores, são as de gerente e costureiro (operadores de máquina de costura de roupas, geralmente vinculado à indústria têxtil).

Além dos aspectos já citados, ou seja, as diferentes combinações de rendas e atividades agrícolas e não agrícolas que proporcionam uma alternativa de renda para o produtor rural, outro elemento importante é o papel das agroindústrias familiares na pluriatividade, que auxilia no desenvolvimento rural e no fortalecimento da agricultura familiar.

De acordo com Mior (2005):

[...] a agroindústria rural familiar é onde a família rural irá produzir, processar e transformar parte da sua produção, seja ela oriunda da produção agrícola e/ou pecuária, visando à produção de valor de troca. Esta industrialização dos produtos obtidos na propriedade não é uma novidade para o agricultor, pois faz parte da sua cultura e da sua história. E ainda de acordo com o autor, as agroindústrias podem ser criadas para atender partes do mercado que a indústria não cobriu ou criar novos mercados (MIOR, 2005, p.8).

Nesse sentido que podemos destacar o município de Jundiaí e os Bairros Rurais do Poste e Caxambú, pois, de acordo com Verdi (2010), essa localidade se destaca pela sua extensa concentração vitivinícola e pela presença de pequenos e grandes produtores de vinho. O autor ainda ressalta que o vinicultor de Jundiaí tem a peculiaridade de utilizar basicamente como matéria prima, a uva cultivada na propriedade, elaborar e comercializar o vinho nas próprias dependências do imóvel rural. Além dessas características, as atividades vitivinícolas e os serviços relacionados à comercialização são desenvolvidos pelos membros da própria família, portanto, trata-se de agroindústria familiar, na qual, o produto resultante dessa categoria de produtores vitivinícolas é comumente denominado de vinho artesanal.

Sendo assim, a agroindústria familiar promove a agregação de valor aos produtos excedentes, os quais, muitas vezes não conseguiram comercializar, através



do processamento artesanal, além do envolvimento de toda família na produção e comercialização. Portanto, essas atividades proporcionam maior envolvimento dos jovens, mulheres e idosos, criando condições para que os jovens permaneçam no campo, além de valorizar o papel da mulher.

Segundo Schneider (2005):

[...] a agroindústria se torna mais uma ferramenta para suprir algumas necessidades de determinados atores, criando alternativas de emprego e renda para os agricultores familiares, pois é caracterizada pela verticalização da produção, isto é, os próprios proprietários dos empreendimentos é quem produzem e industrializam a matéria-prima. (SCHNEIDER, 2005, p. 26)

E nesta nova realidade rural, da pluriatividade, a agroindústria familiar encontra-se como uma das estratégias mais utilizadas pelos agricultores familiares. As agroindústrias familiares não são apenas importantes para diversificar a produção e garantir uma renda monetária ao agricultor, mas também por tornar a propriedade mais eficiente em termos produtivos e econômicos.

Por fim, a pluriatividade e o desenvolvimento das atividades não-agrícolas podem representar uma importante estratégia para o processo de desenvolvimento das áreas rurais, pois permitem gerar formas de trabalho e renda, através da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas. Deste modo, na próxima seção, será analisada a pluriatividade e o desenvolvimento das atividades não-agrícolas, tendo como referência as propriedades rurais situadas nos Bairros Rurais do Poste e Caxambú no município de Jundiaí – SP.

### **3 | O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS, NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ**

O exercício de caracterizar o perfil das famílias estudadas é de suma importância ao estudo da pluriatividade. Entende-se que a família, como uma instituição social dinâmica, seja capaz de sofrer adaptações e, simultaneamente, desenvolver estratégias individuais e também coletivas com vistas à reprodução social e econômica no campo.

Sendo assim, o trabalho empírico foi de fundamental importância para estabelecer o primeiro contato com as famílias rurais. No total foram visitadas seis (6) propriedades rurais, sendo três (3) localizadas no Bairro Rural do Caxambú, denominadas de: família 1, família 2 e família 3, e três (3) no Bairro Rural do Poste, sendo designadas de: família 4, família 5 e família 6, deste modo, foram aplicados um total de 6 questionários.

Na Tabela 2 é apresentado o tamanho médio das propriedades rurais pesquisadas nos dois bairros.

| Estratos da Área (hectare) | Bairro Rural do Poste | Bairro Rural do Caxambú |
|----------------------------|-----------------------|-------------------------|
| De -1 - 10 hec             | 1                     | 1                       |
| De 11 – 19 hec             | 2                     | 2                       |
| De 12 – 20 hec             | 0                     | 0                       |

Tabela 2. Tamanho das propriedades rurais pesquisadas

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.

De acordo com informações sistematizadas na Tabela 2 é possível observar que em relação aos pesquisados ocorre o predomínio de pequenas propriedades em ambos os bairros rurais. Verificou-se que nessas seis propriedades pesquisadas há o cultivo da uva para a produção do chamado vinho artesanal. Este vinho é produzido conforme as tradições das famílias de imigrantes italianos, das quais os responsáveis pelas propriedades pesquisadas são descendentes e sem a utilização de conservantes químicos. Esta produção artesanal vem sendo uma das alternativas encontradas pelos produtores para complementar a renda monetária familiar.

Com relação às pessoas que desempenham atividades não-agrícolas fora da propriedade rural ficou evidente o papel dos filhos quando estes ainda residem na propriedade rural. A exemplo, temos a família 1, no Bairro Rural do Caxambú, em que os dois filhos residem na propriedade rural, porém, durante a semana eles trabalham na indústria e nos finais de semana auxiliam os pais nas atividades relacionadas à propriedade, como por exemplo, no atendimento na adega e na agricultura, principalmente na época de colheita.

A família 2 que também possui sua propriedade no Bairro Rural do Caxambú, o filho não reside mais na propriedade rural, sendo assim, a principal atividade não agrícola realizada fora da propriedade é o trabalho de faxineira realizado por parte da esposa do responsável, durante três dias da semana.

Já a família 6, localizada no Bairro Rural do Poste, o filho realiza atividades no setor de serviços durante quatro dias da semana, e nos demais dias também auxilia nas atividades desenvolvidas na propriedade.

Nas três famílias que constam este tipo de atividade, ou seja, realizada fora da propriedade rural, a renda monetária adquirida é contabilizada no orçamento familiar mensal.

Nas demais três propriedades pesquisadas, os filhos não residem mais com os pais, e geralmente estudam fora, ou foram tentar melhores condições de vida na cidade.

É interessante ressaltar que, quando perguntamos das atividades/trabalho desempenhadas pela mulher (esposa), constatamos que nas seis (6) propriedades pesquisadas, o trabalho predominante é no interior da propriedade, sendo que as principais atividades realizadas são: trabalho doméstico; colheita; lavagem e seleção

das frutas; e, principalmente, no atendimento nas adegas, já que a maior dedicação do homem é nas atividades agrícolas, porém, este também realiza o atendimento no estabelecimento comercial (adega).

O produtor rural herdeiro da propriedade da família 1, no Bairro Rural do Caxambú, ressaltou que a produção agrícola da uva é realizada pela família a mais de 70 anos e ainda representa a maior fonte de renda familiar.

A renda monetária obtida com as atividades agrícolas é utilizada para os investimentos na propriedade, a subsistência da família e as despesas pessoais. Em relação à comercialização da fruta (uva), o principal destino é o entreposto da Ceagesp em São Paulo, sendo que há a atuação do intermediário.

Quando perguntado em relação à mão de obra utilizada na propriedade, o entrevistado ressaltou a familiar, principalmente dos filhos e de dois (2) irmãos, e de seis (6) trabalhadores mensalistas que auxiliam em todo processo produtivo, além disso destacou o papel da mulher, que auxilia desde o processo de plantio e colheita da uva até o processo de seleção e colocação nas caixas.

Entretanto, de acordo com que foi relatado pelo pesquisado, após a criação da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho - AVA, que realmente ele se propôs a intensificar a produção de uva, pois tinha o interesse de produzir o vinho artesanal com qualidade. Desta maneira, passou a contar com um químico responsável pela análise dos produtos, com os custos divididos entre os produtores, favorecendo para otimizar custos com matéria prima, transporte e divulgação de seus produtos em nível local e nas feiras livre da região. Assim, a produção agrícola e o vinho passaram a abastecer as feiras agrícolas e tradicionais festas locais, tais como a Festa da Uva e a Festa Italiana realizadas no município de Jundiá.

A família 1 exerce grande influência no direcionamento das estratégias produtivas, servindo como referência para outros produtores rurais do bairro. O herdeiro da propriedade ressaltou que a família foi uma das primeiras a assumir os riscos de aumentar sua produção de uva e investir na produção de vinho, melhorando a estrutura de sua adega, devido à necessidade econômica.

A família produz cerca de 30.000 litros de vinho anuais, e toda a renda obtida com a comercialização do produto é utilizada para subsistência da família, nas despesas pessoais e investimentos na propriedade. A produção de vinho da família ficou mundialmente conhecida após servirem a mesa de dois pontífices: Papa Bento XVI e Papa Francisco.

Além da produção de vinhos artesanais, ocorre a produção artesanal de licor, cachaça e suco de uva. Os clientes que chegam ao local ficam à vontade para degustar os vinhos e então fazer a melhor escolha. Há uma grande variedade de vinhos e o ambiente é bastante agradável. No interior da adega há enormes máquinas e tambores para o armazenamento dos vinhos e ainda oferece espaço para pequenos eventos.

Os principais consumidores do vinho artesanal são do próprio município e das cidades vizinhas. De acordo com o produtor rural, muitas pessoas se deslocam da

cidade de São Paulo para Jundiaí nos finais de semana, almoçam nos restaurantes que servem comidas típicas italianas e aproveitam para degustar o vinho artesanal.

Nas Fotos 1 e 2 é possível observar a plantação de uva da família, bem como, a estrutura interna da adega localizada na propriedade rural.



Foto 1. Vinhos para comercialização na adega da família 1 no Bairro Rural do Caxambú

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.



Foto 2. Plantação de uva da família 1 no Bairro Rural do Caxambú

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.

Já para a família 2, também localizada no Bairro Rural do Caxambú, a renda obtida com as atividades agrícolas não é a principal no orçamento mensal. Sendo assim, a principal utilização da renda monetária obtida com esta atividade é para completar o orçamento mensal familiar.

A propriedade não possui diversidade produtiva, priorizando o cultivo da uva, de acordo com o produtor rural pesquisado, sendo que a comercialização da fruta é feita diretamente com comerciantes de barracas, situadas nas estradas de acesso ao bairro.

Enquanto a mão de obra utilizada na propriedade também é de base familiar, através do auxílio do irmão que também é produtor rural e dos sobrinhos, além de amigos próximos que residem no bairro e auxiliam, principalmente na época da colheita.

A família vem mantendo a tradição de produzir vinho desde 1931. Consideram a produção do vinho artesanal como um complemento da renda da família, equivalendo entre 10% a 15% da renda total. Sua produção de vinho também é menos expressiva, girando em torno de 2.000 a 3.000 litros de vinho por ano. A renda monetária obtida com

está atividade é utilizado em investimentos na propriedade e nas despesas pessoais.

De acordo com o pesquisado, a maior fonte de renda da família é o aluguel de um caminhão, ou seja, a atividade mais importante em termos monetários para a família provém de uma ocupação não-agrícola.

O produtor rural ressaltou que considera um risco muito grande aumentar sua produção de vinho, mas não tem em vista abandoná-la, acreditando que juntos, pequenos e médios produtores, podem fazer com que a região ganhe força para resistir às flutuações dos preços dos produtos agrícolas e, ao mesmo tempo, colaborar para manter o interesse dos mais novos na agricultura e morando no campo.

De acordo com entrevistado, as motivações para a família manter o cultivo da terra e participar da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho – AVA estão relacionadas com a conscientização coletiva e as formas típicas de organização das famílias rurais, em que são reafirmados os valores da família, do parentesco e de vizinhança.

Já na propriedade da família 3 no Bairro Rural do Caxambú, de acordo com as informações expostas pelo pesquisado, a produção agrícola ainda representa a maior fonte de renda da família, que é utilizada para os investimentos na propriedade e a subsistência.

A propriedade é altamente produtiva, com criação de suínos e bovinos e produção diversificada de frutas, como uva, goiaba, pêsego, banana, entre outras. O produtor diz entregar a produção no Ceasa do município de Jundiá, além de realizar a comercialização na própria adega da família, localizada na propriedade. Em relação à pecuária, o produtor diz realizar a comercialização apenas dos suínos, com pessoas que vão à propriedade e estão interessadas na sua aquisição.

Com relação à mão de obra utilizada, o produtor rural enfatizou o papel dos familiares, sendo que seus dois (2) irmãos também são produtores rurais e o auxiliam. Ele ressaltou também o apoio de vizinhos conhecidos há muito tempo que auxiliam principalmente na época de plantio e de colheita das produções, além de que contrata cerca de cinco (5) empregados temporários.

No que diz respeito à produção de vinho artesanal na propriedade, apesar dos valores brutos da comercialização do vinho serem bem superiores aos da família 2 por exemplo, a participação relativa na renda familiar é de aproximadamente 20%, devido à grande diversificação das atividades, que passa desde o cultivo até a pecuária. Além da venda do vinho artesanal, a família também realiza a produção de linguiça caseira, geleias de frutas, vinagre, entre outros produtos.

De acordo com o entrevistado, a produção desses produtos diversificados são realizados pela sua esposa, e quando possível ele auxilia nas atividades. A ideia de diversificar os produtos comercializados na adega surgiu como forma de atrair mais clientes, auxiliando na renda familiar.

O produtor entrevistado ressaltou que a família também participa da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho - AVA, a qual ele considera como uma ótima



estratégia, devido a divulgação de seus produtos em festas e feiras da região.

A propriedade também possui uma horta, na qual, os produtos cultivados variam de alface, chuchu, beterraba, almeirão, repolho, berinjela, entre outros. Essa produção da horta é realizada no sistema orgânico e tudo é comercializado com o Ceasa do município e na adega, junto com os demais produtos. A família decidiu investir na produção de produtos orgânicos, devido esta ser uma forma de evitar prejuízos, uma vez que o consumo de produtos orgânicos tem aumentado.

Nesse sentido, percebemos que o trabalho da mulher no âmbito das atividades agropecuárias é compreendido como complementar e secundário ao trabalho do homem, ou seja, podemos dizer que a força de trabalho da mulher é invisibilizada e estas não usufruem do reconhecimento social enquanto trabalhadoras, uma vez que o trabalho que realizam cotidianamente é naturalizado e não é reconhecido como essencial para a reprodução social da família. Além disso, os próprios produtores rurais ressaltam que a esposa já contribuiu de certa forma com a criação dos filhos e os afazeres da casa.

Na Foto 3 é possível observar alguns dos produtos comercializados na adega, além do próprio vinho artesanal.



Foto 3. Alguns produtos comercializados na adega da família 3 no Bairro Rural do Caxambú

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.

No Bairro Rural do Poste, é interessante ressaltar que no interior das propriedades pesquisadas, a diversificação produtiva é muito mais acentuada, sendo que, muitas vezes, fica imperceptível a quem percorre as principais vias de acesso ao bairro rural por meio da sua paisagem.

Na propriedade rural da família 4, de acordo com o produtor rural pesquisado, a diversidade de cultivos de frutas é grande, uma vez que há a produção de uva, pêssigo, limão, ameixa e poncã. Toda a renda obtida com estas atividades agrícolas é utilizada para os investimentos na propriedade e na subsistência da família.

Em relação à comercialização, o produtor diz entregar seus produtos para os comerciantes de barracas da região de Jundiá e Itupeva. Quando perguntado sobre a mão de obra utilizada na propriedade, o produtor ressaltou utilizar somente a familiar, já que tem o auxílio de sua esposa, de familiares e amigos próximos que se interessam pelas atividades agrícolas.

Entretanto, as atividades não agrícolas realizadas no interior da propriedade vem se fortalecendo em virtude dos investimentos que vem ocorrendo na adega administrada pela família (Foto 4) que, além de produzir o vinho artesanal, realiza a produção de massas caseiras, doces e pimenta em conservas e bagaceira artesanal, que favorecem para complementar o orçamento familiar.

De acordo com o entrevistado, a produção de vinho ainda é considerada um complemento da renda familiar, equivalendo entre 10 e 15% da renda total, ou seja, a renda obtida com as atividades agrícolas ainda se sobressai no computo geral. Sua produção é menos expressiva em termos de vinho, girando em torno de 2.000 litros por ano. Entretanto, mesmo com uma produção menos expressiva de vinho, a família também participa da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho – AVA. Outra renda não agrícola que também favorece para ser contabilizada no orçamento familiar é a aposentadoria do casal.

Na propriedade há também a presença de uma horta, como mostra a Foto 5, que se destina principalmente à produção de alface, a qual é comercializada com os comerciantes que têm de barracas próximas às rodovias.



Foto 4. Estrutura interna da adega da Bairro Rural do Poste

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.



Foto 5. Horta na propriedade rural da família 4 no Bairro Rural do Poste

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.

Já a família 5 que possui sua propriedade rural localizada no Bairro Rural do Poste, a diversificação produtiva encontrada também é bastante expressiva, sendo que, o principal foco de produção são as frutas, tais como: uva, morango, acerola e poncã. A renda adquirida com as atividades agrícolas é utilizada para investimentos na propriedade e para a subsistência da família.

De acordo com o produtor entrevistado, na época do plantio e colheita dos produtos agrícolas, a mão de obra utilizada é familiar, principalmente por parte do irmão e de três (3) primos que auxiliam em todo processo, além disso, são contratados cinco (5) trabalhadores temporários. A família é considerada uma das que mais produzem uva na região. A comercialização dos seus produtos ocorre com a Ceasa do município de Jundiá.

A família também produz em larga escala o vinho artesanal na adega localizada na propriedade, sendo participante da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho –

AVA. A produção de vinho se iniciou para o consumo da própria família, porém, com o passar do tempo, as pessoas não pertencentes à família começaram a querer adquirir o vinho, favorecendo para aumentar a produção e a comercialização.

A adega foi fundada em 1991 e possui uma produção de 30.000 litros de vinho por ano. De acordo com o produtor rural entrevistado, a renda obtida com esta atividade não-agrícola é de suma importância para o orçamento familiar, pois, boa parte da renda é reservada para auxiliar a subsistência da filha que estuda em outro município. Além disso, a família também conta com a renda advinda da aposentadoria do casal, favorecendo para o orçamento familiar.

A esposa do entrevistado ressaltou que as rendas obtidas com as atividades desenvolvidas na propriedade rural são administradas da melhor maneira, pois devido à idade avançada do casal (69 anos a mulher e 73 anos o homem) a família acredita que a dedicação existente com as atividades agrícolas poderá entrar em declínio com o passar dos anos, favorecendo, assim, para uma maior importância das atividades não agrícolas, como por exemplo, os cuidados com adega.

Além da produção de vinho, a esposa ressaltou que também realiza a produção de pães caseiros, doces e geleias para a comercialização na adega. A produtora rural ainda enfatizou que vêm reservando algumas economias, pois a família possui um projeto de construção de um restaurante na propriedade rural, sendo que a filha auxiliaria nas atividades do restaurante, devido ao curso relacionado à culinária que está realizando. Enfim, são futuros projetos que fortaleceriam ainda mais o turismo rural na região, contribuindo para a geração de novos postos de trabalho, intensificação de atividades não agrícolas no meio rural e contabilizariam no orçamento familiar, garantindo sua reprodução social e da filha. A Foto 6 apresenta a colheita da uva para o transporte a Ceasa do município de Jundiaí.



Foto 6. Trabalhadores finalizando a colheita de uva para o transporte ao Ceasa do município de Jundiaí

Fonte: Família 5, 2018.

E, por fim, a última propriedade rural analisada foi a da família 6, localizada no Bairro Rural do Poste. Nesta propriedade rural, a aplicação de questionário ocorreu com uma das residentes na propriedade, pois o responsável não se encontrava no momento da pesquisa de campo.

De acordo com a entrevistada, a renda obtida com as atividades agrícolas

é a principal fonte de subsistência da família. A propriedade também apresenta diversificação produtiva, como o cultivo da uva, poncã, caqui e manga, além da própria importância da pecuária, já que a família possui criação de gado, cavalos e galinhas. Toda a produção agrícola é entregue ao Ceasa do município de Jundiáí.

A pesquisada ressaltou que há muito tempo a família do sogro desenvolve tais atividades, desde a imigração italiana para Jundiáí, sendo que toda a renda obtida através das atividades agrícolas é contabilizada para a subsistência da família, investimentos na propriedade e nas despesas pessoais.

Quando perguntada em relação à mão de obra utilizada na propriedade, a entrevistada respondeu ser somente familiar, sendo utilizada na época de plantio e colheita, ressaltando o auxílio do marido, do filho e do sogro (responsável pela propriedade), enquanto que a entrevistada e a sogra são responsáveis pelo embalamento e a seleção das frutas a serem comercializadas.

Entretanto, segundo a entrevistada, as principais atividades não-agrícolas desenvolvidas no interior da propriedade são a adega, representada pela Foto 7 e um pequeno pesque-pague, como se verifica na Foto 8. A produção de vinho artesanal é considerada um complemento da renda familiar, equivalendo de 10% a 20% da renda total. A família ainda realiza a produção de licor, cachaça e suco de uva e participa da Cooperativa Agrícola dos produtores de Vinho – AVA. Em relação ao pesque-pague, a entrevistada diz que foi uma ideia do responsável pela propriedade.

A entrevistada informou que a família estabeleceu um valor de R\$ 25,00 reais (por pessoa) para a pescaria e as pessoas que visitam a propriedade acabam se interessando, sendo assim, acabam adquirindo os produtos da adega e, conseqüentemente, aproveitam para tirar algumas horas de descanso no pesque-pague com a pescaria.

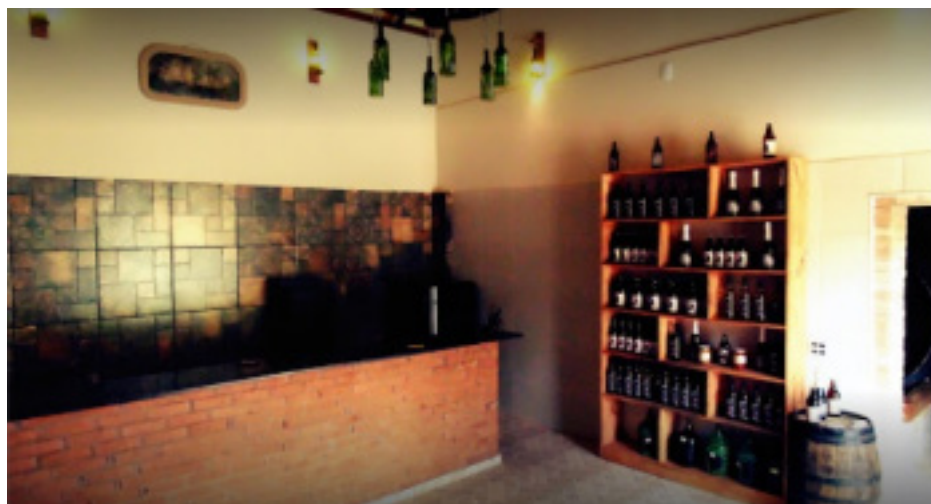


Foto 7. Adega da família 6 no Bairro Rural do Poste

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.





Foto 8. Pesque-Pague da família 6 no Bairro Rural do Poste

Fonte: Tamires Regina Rocha, 2018.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a relação cidade-campo se alterou ao longo do tempo, atualmente prevalece a complementaridade entre esses espaços, a vida da cidade penetra na vida do campo, favorecendo para o surgimento de novas formas de trabalho, de produção, além de promover o surgimento de estabelecimentos voltados ao setor da indústria, comércio e serviços nos espaços rurais.

Nesse sentido, com esses elementos ressaltados, que foi possível observar que as atividades não-agrícolas desenvolvidas fora e no interior das propriedades vem se fortalecendo nos Bairros Rurais pesquisados, favorecendo de forma expressiva para o desenvolvimento da pluriatividade das famílias, sem ocorrer o abandono da agricultura. Ou seja, se verificou que as atividades não agrícolas são importantes justamente por conta da relevância da agricultura.

Nas famílias rurais em que os filhos residem na propriedade rural, como por exemplo nas famílias 1 e 6, estes optam por trabalhar fora da propriedade rural, no setor industrial e de serviços, sendo que o orçamento é computado na renda familiar, porém prevalece sua ligação com o campo, no qual residem e auxiliam nas atividades agrícolas dos progenitores.

Foi possível constatar que em todas as propriedades rurais analisadas, as famílias optaram pelo desenvolvimento das atividades não-agrícolas no interior da propriedade, como por exemplo, o pesque-pague e as adegas, sendo que as famílias rurais passam a produzir, processar e transformar parte da sua produção de uva visando à comercialização, promovendo assim, uma nova modalidade de trabalho na própria propriedade, assim como no caso da construção do pesque-pague que proporciona uma nova modalidade de turismo como forma de completar a renda familiar, caracterizando a pluriatividade.

Portanto, procurou-se compreender a pluriatividade e o desenvolvimento das atividades não-agrícolas como uma noção que permite apreender as características do espaço rural no período atual e, sobretudo, no contexto regional pesquisado: um exercício teórico que permite examinar as mudanças ocorridas na agricultura e, por



isso, uma noção diversificada que torna apropriado compreender as modificações ocorridas nas estruturas familiares rurais. Certamente, tanto a pluriatividade como o desenvolvimento das atividades não-agrícolas revelam as especificidades do “mundo rural atual”, por consequência, suas mudanças e suas adaptações diante das acelerações do mundo contemporâneo.

## REFERÊNCIA

CUNHA, A. R. A. A. Dinâmica da agricultura familiar na Bacia do Suaçuí. Belo Horizonte: **Instituto Lumen**. Pucminas, 1998. p. 383-398.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP: 1996. cap. 1, p. 1-40.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E. A evolução das rendas e atividades rurais não-agrícolas no Brasil. Disponível em <

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, Unochapecó, Editora Argos, 2005.

SACCO DOS ANJOS, Flavio. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento Rural no Sul do Brasil. **EGUFPEL**, p. 11- 44, 2003.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

VERDI, A. R. et al. **Revitalização da cadeia vitinícola paulista: competitividade, governança e sustentabilidade**. São Paulo: FAPESP, 2010 (Relatório FAPESP). Mimeografado.

## ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/SP)

### **Maryna Vieira Martins Antunes**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, bolsista CAPES

### **Rosangela Ap. de Medeiros Hespagnol**

Professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP

Ruralidades. Agropecuária.

### 1 | INTRODUÇÃO

O trabalho discute os resultados da pesquisa concluída em nível de mestrado<sup>1</sup> que teve como objetivo realizar o levantamento, compreensão e reflexão das características econômicas, sociais e culturais engendradas na organização espacial dos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã/Dracena/São Paulo (figura 01), decorrentes de mudanças verificadas no setor agropecuário regional.

**RESUMO:** O trabalho discute os resultados da pesquisa que versou sobre a organização espacial dos distritos municipais Jamaica e Jaciporã/Dracena/São Paulo, nos quais, a partir de mudanças no setor agropecuário regional, foram identificadas alterações de suas funções e no cotidiano de suas populações. Metodologicamente, além da revisão bibliográfica e sistematização de dados de fonte secundária, realizou-se uma pesquisa empírica em três etapas que incluíram o mapeamento temático dos distritos; a elaboração e aplicação de questionários socioeconômicos e a realização de entrevistas semiestruturadas. Os resultados permitiram averiguar que as mudanças, sobretudo, no que diz respeito à estrutura fundiária e às relações de trabalho, revelam que a agropecuária influencia menos na organização espacial dos distritos, que se consolidaram como espaços, majoritariamente, destinados ao uso residencial para a população empregada no setor de serviços urbano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Distritos Municipais.

1 Resultados apresentados na dissertação intitulada “Agricultura e organização espacial dos distritos municipais: estudo de caso em Jamaica e Jaciporã/Dracena (SP)” (2016), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP e realizada com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).



Figura 01: Localização do recorte espacial da pesquisa: Dracena/São Paulo/Brasil.

Fonte: Adaptação e organização própria a partir da Base cartográfica do IBGE (2015).

O propósito de estudar a organização espacial de distritos municipais – localidades rurais do interior paulista – revela dois pontos de preocupação para o presente trabalho: a necessidade de debater os aspectos formais que envolvem tal recorte espacial, ou seja, a delimitação do que é um distrito municipal no contexto brasileiro e o interesse em apreender as mudanças ocorridas na agropecuária ao longo de seu desenvolvimento na região Oeste do Estado de São Paulo. Justo a esta dupla preocupação, está a discussão das ruralidades, no sentido de se apreender os rebatimentos dos novos elementos na escala local e suas especificidades frente às lógicas oriundas da escala regional (assim como, nacional e global), numa relação entre verticalidades e horizontalidades (SANTOS, 2002).

A ideia central é que a partir das mudanças verificadas no setor agropecuário regional – em síntese a substituição da cafeicultura por outros tipos de exploração, principalmente a cana-de-açúcar – decorreram diferentes alterações nas funções exercidas pelos distritos municipais, assim como, no cotidiano de suas populações. Evidencia-se assim, a preocupação em apresentar uma perspectiva espacial que englobe fatores e características econômicas, sociais e culturais. Para isso, lança-se mão ao conceito de organização espacial, compreendida como um conjunto de formas, objetos, interações e ações que envolvem pessoas, instituições, informação, capital, que pode ser expressa na relação entre processo, estrutura, forma e função (SANTOS, 1985; CORRÊA, 2001).

Nesse sentido, o espaço é compreendido, de acordo com Santos (2002), como

“um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (p. 12)” – o que conduz à interpretação do espaço como “[...] a materialidade e a vida que a anima [...]” (p. 38). Os objetos são tudo que se percebe materializado na superfície terrestre (herança da natureza ou criações humanas) e as ações compreendem atos e comportamento orientados, ou a própria humanidade, dado que, sua presença no planeta implica em processos com objetivos e finalidades originárias da necessidade de alterar os objetos, criando-os ou alterando suas funções.

Compreender a organização espacial, que Corrêa (2011, p. 07) define como “[...] o conjunto de formas (campos, fábricas, caminhos, casas, etc.) e interações envolvendo pessoas, mercadorias, informação e capital, dispostos espacialmente”, é desvendar a lógica de como tais elementos (formas-interações) tornam-se funcionais à sociedade. É, portanto, uma maneira de apreender a espacialidade humana, nos termos de Soja (1993, p. 101), o “[...] espaço socialmente produzido [...]”. Além disso, esta perspectiva procura distinguir a análise geográfica dos estudos que contemplam o espaço tal qual um cenário estático, implicando na superação de sua assimilação como uma mera obra das ações da sociedade.

Para examinar essas interconexões delimitou-se a concepção metodológica da pesquisa, compreendendo a metodologia de modo amplo, ao englobar o método de pesquisa e o método de interpretação, indicando a relação entre a bibliografia e os dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa. Foi realizado, dessa maneira, uma pesquisa empírica nos distritos de Jamaica e Jaciporã em três etapas, para além da revisão bibliográfica e sistematização de dados de fonte secundária: levantamentos em campo e mapeamento temático dos distritos; elaboração e aplicação de questionários socioeconômicos e realização de entrevistas semiestruturadas com os moradores (MORAES; COSTA, 1987; TURRA NETO, 2012; RICHARDSON, 2012; GUNTHER, 2003; MARANGONI, 2005; DUARTE, 2005).

Tal como se apresenta nas seções seguintes, os resultados permitiram averiguar que as mudanças, sobretudo, no que diz respeito à estrutura fundiária e às relações de trabalho, terminaram por fazer com que a agropecuária influenciasse menos na organização espacial dos distritos, uma vez que a produção do campo está relacionada a escalas mais distantes, ultrapassando os distritos e inclusive a própria cidade de Dracena. Jamaica e Jaciporã se consolidaram como espaços, majoritariamente, destinados ao uso residencial para a população empregada no setor de serviços na cidade de Dracena.

## **2 | DISTRITOS MUNICIPAIS: DEFINIÇÃO A PARTIR DA FORMAÇÃO ESPACIAL BRASILEIRA**

Para a análise e delimitação do recorte espacial estudado fez-se necessário compreender o que é um distrito municipal na realidade brasileira – considerando

sua heterogeneidade. Para isso recorreu-se a fontes históricas, uma vez que, a definição oficial adota pelo Estado brasileiro, por sua natureza genérica, necessitava de aprofundamento.

Na estrutura político-administrativa do Brasil, o município – terceiro nível da federação juntamente com a união e os estados – divide-se em distritos, daí a denominação “distritos municipais”. Esta organização varia de município para município e pode se dar em razão do reconhecimento de uma população concentrada, de áreas que necessitam de atenção especial ou por finalidades de planejamento específico. De modo geral, os municípios são constituídos por um distrito-sede, onde está situado o poder municipal, e pode apresentar mais distritos. Encontramos nos documentos oficiais do IBGE – como a sinopse do Censo Demográfico de 2010 – uma definição que vai ao encontro desta explanação, ao demarcar os distritos como “unidades administrativas dos municípios” (IBGE, 2011, p. 24-25).

Esta demarcação atende aos pressupostos do Decreto-Lei 311 de 1938 – já bastante discutido por sua superficialidade e defasagem para regulamentar a divisão territorial brasileira, sobretudo no que diz respeito às definições de rural e urbano. O documento dispõe que para a demarcação de uma vila, ou seja, a sede-distrital – que possui nos termos da lei o caráter urbano – é necessário que esta apresente no mínimo trinta (30) moradias.

É evidente, dessa forma, que a denominação distrito municipal, tomada a partir dos parâmetros legais, revela poucos aspectos a respeito de suas dinâmicas espaciais, sendo necessário utilizar outros instrumentos que não somente a legislação. Sendo assim, como ponto de partida para entender o significado dessa categoria adota-se as próprias especificidades do território brasileiro, ou seja, desvendar dentro da formação espacial do país – conjunto particular de relações econômicas, políticas, sociais e culturais que o caracterizam – os possíveis significados que os distritos podem apresentar (SANTOS, 2005).

Azevedo (1970), ao estudar a questão urbana no Brasil, afirmou que as cidades e vilas do país, salvo exceções, tinham sua origem relacionada à criação de um povoado. Em cada região e até dentro de um mesmo estado foram observadas diferenças, tanto de denominação, quanto de processos e formas. Entretanto, apresentavam certos traços em comum, tais como: população reduzida, uma única rua principal, um pequeno templo, estabelecimento escolar de nível primário e o predomínio da função comercial.

Estes povoados estão presentes desde o Brasil Colonial, sendo tipos importantes desta época os núcleos de povoamento que surgiram a partir de lugares fortificados e postos militares. Tem esta origem as cidades de Fortaleza, Manaus, Rio de Janeiro, Belém, Natal, Recife, entre outras. Os aldeamentos indígenas são do mesmo período, induzidos pelos colonizadores, sobretudo, pela atuação dos Jesuítas, e promoveram o surgimento de cidades, sendo São Paulo um dos exemplos mais citados (AZEVEDO, 1970).



Outro caso relacionado ao desenvolvimento de uma atividade econômica específica são os povoados que surgiram nas áreas de mineração de ouro e pedras preciosas, principalmente entre os séculos XVII e XVIII, nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, com forte atuação dos Bandeirantes, que eram denominados “arraiais”. Do mesmo modo, os núcleos que surgiam da mineração de diamante, no século XX, foram chamados de “corruptelas” nas regiões Centro-Oeste e Norte (AZEVEDO, 1970).

No que diz respeito às atividades agropecuárias e sua influência na formação de povoados, tem-se as fazendas de gado como fatores para o surgimento de cidades no Nordeste – como Feira de Santana/BA – e no Sul do país – Vacaria/RS, sendo a pecuária fator primordial para a colonização do interior no Brasil Colonial. Outro tipo de povoado relacionado às atividades agropecuárias e que apresentam desde a gênese a clara intenção em constituir um povoamento de caráter urbano são os loteamentos rurais, que, em síntese, referem-se à prática “[...] do loteamento de uma gleba de terras e da cessão, por venda ou aforamento, dos lotes correspondentes, sistema que tem sido adotado desde os tempos coloniais, embora mais comum viesse a tornar-se a partir do século XIX” (AZEVEDO, 1970, p. 245).

São importantes também os loteamentos realizados por iniciativas particulares, oficiais, individuais ou coletivas. Para Azevedo (1970), as sesmarias no século XVI podem ser consideradas como as primeiras manifestações nesse sentido, outro exemplo são os núcleos coloniais que se tornaram significativos no século XIX com as correntes imigratórias da Ásia e Europa para o Brasil (AZEVEDO, 1970).

Os denominados patrimônios são outra forma de loteamentos rurais e apresentam-se na história brasileira como religiosos ou leigos. Os patrimônios religiosos são formados pela doação de uma área a um “santo de devoção”, o que significa passá-la, via documento público, para uma autoridade eclesiástica, deste modo:

[...] o doador fixa as bases estruturais do futuro aglomerado, procurando atrair moradores para o local; os que se estabelecerem no chão doado ao santo patronímico pagarão seus foros à diocese, e os que se fixarem nas redondezas se tornarão arrendatários ou mesmo proprietários dos lotes ocupados (AZEVEDO, 1970, p. 245).

Já os patrimônios leigos constituem um tipo de loteamento rural característico principalmente do século XX, onde há a atuação de um agente ou sociedade imobiliária que promove o povoamento, construindo os primeiros prédios, geralmente, algumas casas de madeira, que serão destinadas à instalação de pequenos comércios, casas de hospedagem e a administração e disponibilizando lotes previamente demarcados a venda (AZEVEDO, 1970).

Os patrimônios leigos: “Correspondem aos melhores exemplos de nossas cidades pioneiras, surgidas notadamente em terras paulistas e paranaenses” (AZEVEDO, 1970, p. 245). São povoados relacionados tipicamente com as “frentes de expansão”,

que no Estado de São Paulo foram impulsionadas por fatores como a necessidade de expandir a área destinada à produção do café somada à vasta área no Oeste do estado coberta por matas – o que atraía os pioneiros pelo seu solo fértil – e tomada como “disponível”, embora habitada por povos indígenas (PETRONE, 1970).

Mesmo com diferentes características e origens, os povoados, que constituem a história de muitos distritos municipais no país, permitem considerar que, em suas gêneses, explicitamente ou não, se previa o desenvolvimento de uma cidade. Becker (1978), ao estudar os povoados surgidos na rodovia Belém-Brasília na Amazônia, apresenta reflexões que, apesar de circunscritas à realidade em análise, ajudam a compreender facetas do processo de urbanização em outras regiões do país. Para a autora:

Povoados são núcleos populacionais especialmente compactos com nomes reconhecidos localmente, que possuem caráter rural-urbano. São a residência de trabalhadores rurais ou pequenos agricultores e pequenos centros de mercado. Não possuem, assim, a variedade de funções, a complexidade social e o status legal, critérios necessários à sua classificação como centros urbanos segundo a teoria contemporânea. Contudo, de acordo com o conceito adotado, é possível considerar os povoados como uma manifestação do urbanismo, sua forma particular estando vinculada à sua função no padrão global de circulação do produto excedente socialmente designado (BECKER, 1978, p. 111).

Os povoados podem ser considerados “formas incipientes de urbanismo” (BECKER, 1978, p. 111). Ferreira (1991) assinala o mesmo princípio tomando como referência o Norte do Paraná: “[...] no processo de urbanização nas regiões de ocupação, caracterizados de ‘fronteiras’, a criação de pontos de apoio demográfico, denominados de distritos, vinculando-se aos municípios [...]” (FERREIRA, 1991, p. 57).

A mesma autora relaciona o aumento do número de distritos no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1970, com a expansão das fronteiras e urbanização das regiões de ocupação, que foi muito estimulada pelo Estado neste período: “[...] houve um acréscimo de 401 distritos neste período, pois em 1964 totalizavam 7.762, crescendo para 8.163 distritos em 1979” (FERREIRA, 1991, p. 57).

Nesse sentido, alguns autores, entre os quais Pinto (2003) e Pina *et al* (2008), associam a ideia de povoado a de distritos municipais com a formatação legal atual, uma vez que, uma estratégia para fortalecer os núcleos em formação é requerer seu status de distrito, ao mesmo tempo em que criar um distrito é reconhecer um núcleo de população concentrada. Para melhor compreensão desta ideia, deve-se considerar o contexto de promulgação do Decreto Lei 311 – respaldo legal para a formalização de parte considerável dos distritos municipais atuais. Com o fim da República Velha (1889-1930) e o primeiro governo de Getúlio Vargas, inaugura-se no Brasil o planejamento estatal, entendido como técnica de governo capaz de acelerar o desenvolvimento do país por meio do crescimento econômico e da modernização enquanto proposta

norteadora, que neste caso, era a busca pela modificação da estrutura do país, de agrário-exportadora para urbano-industrial (BACELAR, 2003).

Nesse contexto se promulgou o Decreto-Lei 311 de 1938, ou seja, durante o Estado-Novo (1937-1945), marcado pela centralização e pelo nacional-desenvolvimentismo. No período referido foram criadas muitas das instituições, formulações e instrumentos técnicos que, posteriormente, orientariam as transformações via Estado do espaço brasileiro nas próximas décadas, como o IBGE e o próprio Decreto-Lei 311.

Sendo assim, a delimitação de um distrito, como reconhecimento de um povoado, trazia implícito o ideal de desenvolvimento baseado na urbanização e servia como um estímulo para que tais núcleos progredissem ao nível de se tornarem cidades. Todavia, sabe-se que nem todos esses povoados alcançaram/alcançam tal categoria, ou seja, há diversos casos que um distrito não se torna cidade ou sede municipal. Considera-se, assim, que as desigualdades são geradas nos próprios processos de produção do espaço, portanto, entre os “destinos” que um povoado pode ter, encontram-se a condição de estagnação e permanência ou o desaparecimento, como discutido por Becker (1978):

Parece, assim, que, uma vez exercido o seu papel de concentrar a mão-de-obra para desbravamento da área para os grandes proprietários, o povoado se torna desnecessário, extinguindo-se e reaparecendo em novas áreas que estão sendo abertas (BECKER, 1978, p. 120).

A autora relaciona a estagnação não somente às próprias dinâmicas econômicas, mas também devido as possíveis vantagens/desvantagens locais entre os povoados:

Os povoados são pequenos pontos de concentração e circulação do surplus e, portanto, uma manifestação do fenômeno urbano. Para que se transformem em cidades, contudo, é necessário que essa mobilização se estabeleça em bases permanentes. [...] a maioria deles tende a estagnar e a se extinguir, enquanto alguns favorecidos por vantagens locais, crescem e ampliam sua esfera de influência, sobrepondo-se à pequena esfera de influência local dos menores (BECKER, 1978, p. 122).

Sendo assim, em síntese, um distrito municipal é uma denominação genérica para as divisões dos municípios brasileiros e estão relacionados ao reconhecimento de um povoado, e, por conseguinte, de seu “potencial” em tornar-se uma cidade (de fato ou oficial, ou seja, um município autônomo). É conveniente ressaltar que essas elaborações dizem respeito, principalmente, a povoados, distritos e municípios surgidos no período anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988 – que tornou a criação de municípios uma atribuição dos governos estaduais – e da Emenda Constitucional número 15 de 1996 – que estabeleceu, entre outras medidas, a necessidade da realização do Estudo de Viabilidade Municipal para as emancipações de municípios (RIBEIRO, 2010).

Ainda assim, excluindo-se os exemplos em que sua delimitação se dá por critérios de planejamento e gestão do território municipal com a divisão de áreas internas à malha urbana, boa parte dos casos está relacionada aos processos de expansão e/ou interiorização econômica e urbana, que no Brasil, cabe dizer, estão muitas vezes vinculados, direta ou indiretamente, aos empreendimentos agropecuários. Mesmo no contexto recente (pós-1988), percebe-se que a quase totalidade dos novos municípios trata-se da emancipação de distritos e concentra-se “[...] na porção do país onde se nota grande avanço dos empreendimentos econômicos (centro-oeste e norte), destacadamente no setor agroindustrial [...]” (RIBEIRO, 2010, p. 296).

Levando em conta essa reflexão, pontua-se que os distritos que não atingem tal status urbano – ou não apresentam elites locais politicamente organizadas –, a ponto de emancipar-se e não terminam por desaparecer com a perda populacional, mantém intensos laços com o espaço rural, com a agricultura e uma forte dependência da sede municipal. Os distritos municipais analisados em particular – Jamaica e Jaciporã (Dracena/SP) – apresentam essas características. Em suas origens podem ser classificados como patrimônios leigos, implantados no contexto de expansão da cafeicultura para o oeste paulista em meados do século XX. Na atualidade, a partir da decadência do café e inserção de novas dinâmicas econômicas, se configuram como espaços de rarefação populacional, econômicas e de redes técnicas, conforme debate-se na próxima seção.

### **3 | OS DISTRITOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA-SP) NO CONTEXTO REGIONAL: MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E RURALIDADES**

A crise da cafeicultura na Região de Dracena se deu a partir de um arranjo de fatores que criou um contexto altamente desfavorável para a produção de café. De acordo com Hespanhol (2007), as condições determinantes foram as questões climáticas – as geadas que atingiram em 1975 as plantações, não somente da região, mas de áreas produtoras de café nos estados do Paraná e Minas Gerais –; a baixa de preços no mercado internacional; e a desregulamentação do produto com a extinção do Instituto Brasileiro do Café – órgão federal que definia as políticas para a cafeicultura de 1952 a 1889 e o término dos Acordos Internacionais do Café (AICs) – criados na década de 1960 para estabelecer cooperação entre os países produtores e consumidores – em 1990 (HESPANHOL, 2007).

A decadência da cafeicultura inaugurou um período de inércia para a região de Dracena, caracterizado pela “[...] atuação fraca do capital, atuação fraca do Estado e atuação fraca das lideranças políticas locais e regionais, resultando em longos anos de incertezas, quantificados nas altas taxas de evasão populacional e de divisas” (GIL, 2007, p. 143). Entre as consequências, pode-se elencar no universo do trabalho a diminuição drástica do emprego rural, dado que a absorção de trabalhadores

na colheita de café nas pequenas propriedades rurais era muito expressiva, isso conduziu a população não somente ao êxodo rural como ao abandono da própria região (HESPANHOL, 2007).

Em Jaciporã e Jamaica o dinamismo inicial da cafeicultura – quando se estabeleceram os povoados – trazia a esperança de que melhorias viriam para os distritos, o que terminou se enfraquecendo com a crise, como conta um dos entrevistados: “[...] Jamaica ia emendar com Dracena, né, mas aí parou!” (Entrevista com Sr. M.C., 64 anos, Morador de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014). Boa parte das casas de comércio fecharam as portas, em efeito o “*aqui tinha*” entrou para o vocabulário daqueles que permaneceram: “Antigamente, tinha uma farmacinha, tinha um hotel, tinha ai acabou tudo, tinha serraria... ai acabou tudo...” (Entrevista com o Sr. M.C. 64 anos, Morador de Jamaica - Trabalho de Campo - 2014).

Um cenário análogo foi percebido na maioria dos outros núcleos da região, inclusive nos que se tornaram sedes de município, tendo em vista que não recebiam mais os investimentos em infraestrutura básica e serviços públicos e apresentavam poucas possibilidades de emprego, reafirmando assim a migração regional e não somente do campo para a cidade, principalmente de jovens (HESPANHOL, 2007).

No entorno das sedes distritais, a área de pastagens aumentou e nas pequenas propriedades rurais, em combinação com a policultura – em destaque o algodão e o amendoim –, desenvolveu-se a pecuária bovina mista visando à produção de leite e carne. Já nas fazendas, principalmente, ao longo dos anos 1990 e 1980, se consolidou a pecuária bovina de corte (HESPANHOL, 2007; GIL, 2007).

A crise da principal atividade econômica e, por consequência, a estagnação e o isolamento que se instaurou, terminaram por esgotar em Jamaica e Jaciporã as funções relativas às atividades econômicas predominantes desenvolvidas no espaço agropecuário de seus entornos. Tornaram-se assim local de moradia para uma população cada vez mais reduzida.

Os dados populacionais no nível distrital (Censos Demográficos e Contagem da População), no caso do município de Dracena estão disponíveis apenas a partir do ano de 1991, ainda assim, eles auxiliam na compreensão das modificações do perfil populacional. Na tabela 1 constam as informações sobre a população total, urbana e rural nos distritos entre os anos de 1991 e 2010:



| 1991                       |        | 1996     |     | 2000     |     | 2010     |       |        |     |
|----------------------------|--------|----------|-----|----------|-----|----------|-------|--------|-----|
| Absoluto                   | (%)    | Absoluto | (%) | Absoluto | (%) | Absoluto | (%)   |        |     |
| Dracena<br>(sede)          | Total  | 37.739   | 100 | 38.265   | 100 | 38.869   | 100   | 40.941 | 100 |
|                            | Urbana | 33.979   | 90  | 35.041   | 92  | 35.964   | 92,52 | 39.046 | 95  |
|                            | Rural  | 3.760    | 10  | 3.224    | 8   | 2.905    | 7,47  | 1.895  | 5   |
| Jamaica                    | Total  | 829      | 100 | 707      | 100 | 683      | 100   | 1.646  | 100 |
|                            | Urbana | 355      | 43  | 374      | 53  | 677      | 99    | 405    | 25  |
|                            | Rural  | 474      | 57  | 333      | 47  | 6        | 1     | 1.241  | 75  |
| Jaciporã                   | Total  | 1.125    | 100 | 1.071    | 100 | 948      | 100   | 671    | 100 |
|                            | Urbana | 529      | 47  | 567      | 53  | 512      | 54    | 495    | 74  |
|                            | Rural  | 596      | 53  | 504      | 47  | 436      | 46    | 176    | 26  |
| Município<br>de<br>Dracena | Total  | 39.693   | 100 | 40.043   | 100 | 40.500   | 100   | 43.258 | 100 |
|                            | Urbana | 34.863   | 88  | 35.982   | 90  | 37.153   | 92    | 39.946 | 92  |
|                            | Rural  | 4.830    | 12  | 4.061    | 10  | 3.347    | 8     | 3.312  | 8   |

Tabela 1: População total, urbana e rural dos distritos do Município de Dracena (1991-2010).

Fonte: Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010); Contagem da População (1996) – IBGE.

Para analisar os dados expressos na tabela 2, deve-se retomar os critérios utilizados pelo IBGE e sua aplicação no município: a população urbana é contabilizada nas áreas internas aos perímetros urbanos (zonas urbanas) e a rural em suas áreas externas (zona rural), cada qual dividida em setores censitários entre os distritos. Nesse caso, é evidente que o município tem um crescimento urbano constante, concentrado na sede, enquanto que o entorno mantém a maior parte da população rural. Nas cercanias de Jamaica e Jaciporã a população diminui e nas sedes, embora reduzida, se estabiliza se comparada ao decréscimo de suas zonas rurais. Houve ainda pequenos aumentos em Jaciporã (de 529 habitantes em 1991 para 567 em 1996) e em Jamaica foi um pouco mais expressivo (em 1996 a população era de 374 e em 2000, de 677), nos dois casos seguidos de redução, que podem ser explicados pela mobilidade da população da zona rural para os distritos. No quadro 1, que apresenta a origem dos moradores que residem há menos de 25 anos, pode-se ver esse movimento:

| LOCAL DE ORIGEM                               | JAMAICA | JACIPORÃ |
|---|---------|----------|
| Distritos                                     | -       | 2        |
| Zona rural dos Distritos/Município de Dracena | 21      | 15       |
| Microrregião de Dracena                       | 6       | 2        |
| Ribeirão dos Índios                           | -       | 7        |
| Presidente Venceslau                          | -       | 2        |
| Outros locais do Est. de São Paulo            | 6       | 8        |
| Grande São Paulo                              | 6       | 7        |
| Outros estados                                | 2       | 5        |
| Total   | 41      | 48       |

Quadro 1: Origem dos moradores que residem há menos de 25 anos nos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã (%).

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Nota-se que os valores mais significativos se referem aos moradores provenientes das zonas rurais (21% em Jamaica e 15% em Jaciporã), que, por sua vez, continuamente perderam população: de cerca de 10 mil habitantes em 1970 para 3.312 em 2010 no município. Nesse contexto, a diminuição da população das adjacências dos distritos contribuiu para a estagnação destes espaços, pois os moradores das fazendas e sítios constituíam parte da população atendida pelos serviços existentes, reforçando o esgotamento da função de organizar o espaço agrícola.

Em efeito, é possível pensar que Jamaica e Jaciporã se estabilizam como zonas de rarefação: técnica, informacional, normativa, comunicacional etc. A crise da cafeicultura motivou consideráveis modificações no setor produtivo de toda a Região de Dracena, nas pequenas propriedades rurais ocorreu o desenvolvimento de estratégias de reprodução social – como a implantação da fruticultura e a participação em políticas públicas, já nas propriedades de grande porte notou-se a expansão da cana-de-açúcar substituindo a pecuária realizada de forma extensiva (HESPANHOL, 2007).

Foi a partir das decorrências da crise e decadência da cafeicultura que se estabeleceram as preocupações que envolvem os objetivos do presente trabalho, ou seja, o intento de analisar de quais maneiras a substituição do café – central no processo de ocupação e formação dos núcleos estudados – por outros tipos de exploração agropecuária – sobretudo a cana-de-açúcar – pôde ter implicado em alterações nas funções exercidas e no cotidiano dos distritos municipais de Jamaica e Jaciporã.

Sendo assim, com base nos resultados alcançados foi possível constatar que as mudanças, sobretudo no que diz respeito à estrutura fundiária e às relações de trabalho, terminaram por fazer com que a agropecuária influenciasse menos na organização espacial dos distritos, uma vez que a produção do campo está relacionada a escalas mais distantes, ultrapassando os distritos e inclusive a própria cidade de Dracena. Jamaica e Jaciporã se consolidaram como espaços, majoritariamente, destinados ao uso residencial para a população empregada no setor de serviços na cidade de Dracena.

Contribui para isso as mudanças promovidas em escala nacional a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, sobretudo no que diz respeito às novas atribuições dos municípios que trouxeram novas funções também para os distritos, uma vez que, ao longo dos anos 1990, houve a instalação de unidades de prestação de serviços públicos, entre as quais se destacam os postos de saúde, que contribui em Jamaica e Jaciporã para o deslocamento da população rural dispersa para as sedes distritais, decorrendo muitas vezes em sua fixação.

Aos postos de saúde somam-se as subprefeituras, os correios e as instituições de Ensino Básico (Infantil – Fundamental) e os equipamentos públicos de lazer: campos de futebol, bocha e os “parquinhos” infantis. Nos distritos há também a possibilidade de frequentar as instituições religiosas, as pequenas lanchonetes, o salão de cabelereiro (no caso de Jaciporã) e acessar os serviços prestados informalmente pelos moradores, como a venda de cosméticos, produtos artesanais, do mesmo modo, que há as cabelereiras e manicures que atendem em suas próprias residências, por exemplo.

O funcionamento dos serviços públicos revela que no período pós-1988, a escala distrital pôde, neste caso, ser reconhecida como uma possibilidade para atuação do poder público, ainda que de maneira menos significativa se comparada à municipal. Além disso, é possível que se tenha fortalecido as iniciativas coletivas (como a Associação J.Marques de Jaciporã, uma associação de moradores e agricultores do distrito, e os mutirões promovidos nas comunidades católicas) e privadas (por meio da iniciativa de prestar serviços informais) voltadas aos distritos, pois colaborou para atrair a população das demais áreas rurais circundantes.

Com a estagnação da economia, o êxodo rural, o envelhecimento e o empobrecimento da população, os distritos municipais tornaram-se importantes para os moradores do entorno a partir da possibilidade de enfrentar as precariedades e o isolamento nas demais áreas rurais (não concentradas). A experiência de residir no distrito pode oferecer algumas vantagens: ter vizinhos mais próximos, preços mais acessíveis de terrenos e casas em comparação à Dracena e a facilidade de continuar a desenvolver a agropecuária, no caso dos que ainda possuem sítio ou chácara nas proximidades.

Constou-se que a vida nos distritos municipais estudados é marcada pelo “acontecer solidário”, não em um sentido emocional, mas, como Santos (2005) explica, pela “[...] realização compulsória de tarefas comuns, ainda que o projeto não seja comum [...]” (p. 158). No caso em questão, há uma convergência de atos em torno da busca por uma experiência menos precária de vida. As lógicas da agropecuária, relacionadas a escalas distantes, não estão mais no centro da organização espacial dos distritos. As práticas espaciais são motivadas, por sua vez, pelas ausências: a necessidade de meios básicos de qualidade de vida, o desemprego e o subemprego, o empobrecimento e a dependência da pequena cidade de Dracena, conformada agora como a principal de uma rede urbana formada por núcleos de pequeno porte (LEÃO, 2011).

A ocupação dos moradores corrobora o argumento apresentado acima. Dos que estão em idade economicamente ativa – entre 18 e 64 anos – 7% em Jamaica e 5% em Jaciporã estavam desempregados, 11% e 9%, respectivamente, recebiam benefícios previdenciários (aposentadoria, pensão ou auxílio-doença) e as “donas de casa”, ou seja, a população feminina que se ocupa do trabalho doméstico não remunerado, eram cerca de 8% em cada um dos distritos. Dos que estavam empregados (formal ou informalmente), 30% em Jamaica e 15% em Jaciporã trabalhavam em Dracena, deslocando-se diariamente.

Em Jaciporã 10% trabalhavam como trabalhadores rurais ou eram sítiantes na área rural circundante. O emprego no setor industrial, com exceção às Usinas de cana-de-açúcar, foi mais expressivo em Jamaica (6%), entretanto, em cargos/funções que não exigem alta qualificação (como auxiliares de produção e costureiras, por exemplo). Quanto às Usinas de Açúcar e Álcool, encontram-se, nos dois distritos, 14 pessoas empregadas em algum cargo/ocupação dentro dessas empresas, dos quais apenas uma residia em Jamaica. As Usinas citadas foram: Usina Dracena e as Usinas Rio Vermelho e Alta Paulista (USALPA) localizadas em Junqueirópolis.

A mecanização da lavoura e a terceirização de diversos serviços fez com que o número de moradores empregados diminuísse consideravelmente desde a implantação da Usina Dracena, mesmo com um tempo relativamente curto de operação (aproximadamente nove anos) no município. Assim, a busca de empregos na sede em Dracena permanece como uma das únicas opções para a população, sendo o setor de serviços o que mais absorve tal mão-de-obra, principalmente, o funcionalismo público, comércio, prestação de serviços. Estes trabalhos são, em boa parte, de baixa remuneração e muitos informais, como no caso das domésticas e dos trabalhadores da construção civil. As pessoas que estão empregadas nos distritos são, em sua maioria, funcionários das subprefeituras.

Isso reforça a noção de que a função primordial dos distritos é a residencial. Esta afirmação dá pistas também de que, para definir a ruralidade nestes espaços, deve-se extrapolar as atividades econômicas desenvolvidas nos distritos. Wanderley (2009) expõe que o rural pode ser definido “[...] pela predominância dos espaços não construídos (predominância da natureza) e pela condição de pequeno aglomerado, com baixa densidade populacional, no qual prevalecem as relações de proximidade” (p. 72). Podem exercer, deste modo, funções produtivas, residencial e patrimonial. As situações analisadas remetem ao uso residencial para uma população que majoritariamente tem origem rural e empregos urbanos. Sendo assim, a organização espacial volta-se para a *valorização* dessa função.

Isso significa dizer que a população rural “[...] constrói uma área de circulação – seu espaço de vida – centrada em seu local de moradia, a partir do qual se mobiliza para ter acesso aos bens e serviços necessários” (WANDERLEY, 2009, p. 75). Considerando a realidade de muitas sedes distritais e de municípios de pequeno porte populacional, mesmo com os avanços percebidos em termos de infraestruturas (eletrificação rural,

transporte intra municipal) e serviços (saúde e educação), sua cobertura e qualidade são avaliadas como insuficientes e insatisfatórias (WANDERLEY, 2009).

Não obstante, tais melhorias em bens e infraestruturas, embora limitados, foram capazes de aprofundar os contatos entre as áreas rurais e as sedes municipais. E, no caso dos distritos estudados, também entre as áreas rurais dispersas e os distritos e a cidade de Dracena. E diante da diminuição da população, a centralização na sede do município vai se tornando cada vez mais necessária do ponto de vista do planejamento municipal.

Sendo assim, Jamaica e Jaciporã se caracterizaram atualmente pela baixa densidade populacional; econômica; e de redes técnicas, pois perdem as funções relacionadas à organização do espaço agrícola do complexo cafeeiro. Ocorre um processo de “envelhecimento das formas” associadas ao café, porém, alguns processos de refuncionalização podem ser notados. Há processos de reestruturação que vão desde a economia à vida cotidiana da população – o que inclui, por exemplo, hábitos de consumo. A expansão da cana-de-açúcar é proeminente no município, entretanto as características atuais desse tipo de produção: arrendamento de terras de pequenas propriedades rurais, mecanização da lavoura e crescente qualificação exigida aos funcionários, não gerou novos empregos nos distritos.

Nesse sentido, o setor privado atua seletivamente nos distritos no que diz respeito ao uso dos espaços ao longo do tempo, tendo as sedes se desvalorizado, enquanto o espaço agrícola circundante é disputado e inserido em dinâmicas relacionadas à outras escalas. Tal seletividade é notável também em relação à inclusão dos moradores como consumidores, haja vista, a instalação e funcionamento de serviços de comunicação por grandes empresas, por exemplo, ao passo que estão em condições inferiores no mercado de trabalho e com pouco poder de negociação com os empregadores.

Nos distritos de Jamaica e Jaciporã, os processos de refuncionalização e as estratégias “solidárias” da população constroem um sentido de ruralidade que ultrapassa o agrícola, levando a se configurarem como destinados ao uso residencial e de prestação de serviços públicos. Diante disso, as principais ações que qualificam a função de moradia dos distritos advêm do setor público, também em resposta às demandas dos moradores que procuram se articular para reivindicar melhorias.

Muitos dos habitantes permanecem residindo nos distritos por motivos familiares, laços de vizinhança e devido às limitações de idade, escolarização, gênero e pelo empobrecimento, fatores que agravam às desigualdades na mobilidade espacial produzidas com a decadência econômica. Há uma relação entre as verticalidades – processos que geram as modificações na organização espacial precedente e, por serem seletivos, implicam na perda de seu dinamismo – e horizontalidades – ações localmente construídas que buscam o fortalecimento do lugar, pela coesão da sociedade civil a favor de interesses comuns (SANTOS, 2002).

Nessa conjuntura, os diversos tipos de segregação e as vulnerabilidades sociais que acometem a população rural de maneira geral, são agravados pela fraca



relação com o poder municipal, uma vez que, o (relativo) distanciamento espacial e o político dificultam as articulações e impedem que os sujeitos sociais alcancem grande representatividade junto ao poder público. Considerando a produção e reprodução de desigualdades inerentes às lógicas de expansão do meio técnico-científico-informacional, conclui-se que espaços como Jamaica e Jaciporã podem ser considerados como “não-selecionados”, dado a alta seletividade desse processo e uma vez que não possuem as “próteses”, ou seja, os objetos necessários para sua inserção nas novas dinâmicas, apresentam, em comparação com outros lugares, pouca atratividade para a racionalidade dominante, o que vem a reforçar uma condição periférica (SANTOS, 2002). De modo que, ainda que se insiram em determinados pontos (como as tecnologias de comunicação), possuem poucos papéis de comando relacionados à essas dinâmicas, o que termina por caracterizá-los pela baixa densidade, em diferentes aspectos que vão de objetos à interações com outros espaços.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se assim, retomando o objetivo posto a este trabalho, que as mudanças verificadas no setor agropecuário regional influem diretamente na organização espacial dos distritos municipais, de modo que estes não são espaços selecionados para o desenvolvimento de funções relacionadas às novas atividades, tanto pelas características inerentes à produção de cana-de-açúcar no período atual, quanto em razão da rigidez de seus objetos e por características de sua população – reduzida e envelhecida. Nesse sentido os moradores, que têm uma escala limitada de ação, buscam estratégias para tornar a vida nos distritos mais amena diante dos problemas advindos da estagnação populacional e econômica, bem como, do distanciamento político. Por conseguinte, constroem uma ruralidade que ultrapassa o setor agropecuário e é marcada pela convivência, proximidade e laços de parentesco entre os moradores e pelas estratégias “solidárias” desenvolvidas pela população a fim de alcançar amenidades no cotidiano, solução de conflitos e melhorias nos distritos, por meio das articulações e reivindicações políticas perante a administração municipal.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aroldo de. As cidades. In. AZEVEDO, Aroldo de. (org.) **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 211- 282.

BACELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In.: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves *et al.* (Orgs). **Políticas públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BECKER, Bertha. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 40 n.1, jan-mar 1978. p. 111-122.

BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 02 de Março de 1938.

- CORRÊA, Roberto Lobato. Organização do Espaço: dimensões, processo, forma e significados. **Geografia**, Rio Claro, v. 36, número especial, p. 7-16, jan., 2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial –uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, p-121-129, jan./jun., 2000.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In. DUARTE, Jorge; DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. O papel dos distritos na estruturação da fronteira e o seu significado urbano. **Geografia** (Londrina), Londrina, v. 6, p. 55-55, 1991.
- GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: Entre memórias e sonhos**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007 (Tese de Doutorado em Geografia).
- GÜNTHER, Hartmut. Como elaborar um questionário. **Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais**. n. 1. Brasília: UnB, p. 1-15, 2003.
- HESPANHOL, Rosângela. Ap. de Medeiros. Decadência da cafeicultura e pequenas propriedades rurais: alternativas econômicas na Microrregião Geográfica de Dracena –SP. XLV CONGRESSO DA SOBER: Conhecimentos para Agricultura do Futuro, 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo Agropecuário de 1995/96 e 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 Mar. 2015
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 Out. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 (série histórica)**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 Set. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Contagem da População, 1996**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 Set. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- LEÃO, Carla de Souza. **A inserção das pequenas cidades na rede urbana: o caso das cidades da Região de Governo de Dracena-SP**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.
- MARANGONI, Ana Maria Marques Camargo. Questionários e entrevistas: algumas considerações. In: VENTURI, Luis Antônio Bittar (org.). **Praticando a Geografia: Técnicas de campo e de laboratório**. São Paulo: Oficina de textos, 2005, p.167-174.
- MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- PETRONE, Pasquale. Povoamento e colonização. In. AZEVEDO, Aroldo de. (org.) **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970. p. 127-158.
- PINA, José Hermano Almeida; LIMA, Oscar Almeida de; SILVA, Vicente de Paulo da. Município e distrito: um estudo teórico. **Campo-território**. v. 3, v. 6, p. 125-142, ago. 2008.
- PINTO, George José. **Do sonho à realidade: Córrego Fundo-MG –Fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Instituto de

Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Fragmentação administrativa territorial: notas para a construção de um debate sobre a criação de municípios. **Cidades**, v. 7, n. 12, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TURRA NETO, Nécio. Pesquisa qualitativa em Geografia. XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS -XVII ENG, 2012, Belo Horizonte. **Anais...**, 2012.

WANDERLEY, Maria Nazareth. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 17, no. 1, 2009: 60-85.

## A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP

**Alan da Silva Vinhaes**

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/  
UNESP

Presidente Prudente - SP

**Antonio Nivaldo Hespanhol**

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/  
UNESP

Presidente Prudente - SP

**Tamires Regina Rocha**

Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/  
UNESP

Presidente Prudente - SP

**RESUMO:** A atuação do Estado brasileiro no direcionamento de políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento rural mostrou-se, historicamente, centralizadora e com foco na modernização das atividades agropecuárias. Na década de 2000, algumas políticas públicas, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no âmbito do governo federal, e o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado, na escala do Estado de São Paulo, passaram a incorporar elementos que estão desconectados da preocupação com a modernização da agropecuária. O presente trabalho enfoca a implementação do Projeto de Desenvolvimento

Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado - nos municípios de Dracena e Presidente Venceslau, Estado de São Paulo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado, Modernização, Projeto.

**ABSTRACT:** The role of the Brazilian State in directing public policies to stimulate rural development has historically been centralized and focused on the modernization of agricultural activities. In the 2000s, some public policies, such as the Food Acquisition Program (PAA), under the federal government, and the State Program of Hydrographic Microbasins (PEMH) and the Sustainable Rural Development Project - Microbacias II - Access to Mercado, on the scale of the State of São Paulo, began to incorporate elements that are disconnected from the concern with the modernization of agriculture and livestock. The present work focuses on the implementation of the Sustainable Rural Development Project - Microbacias II - Market Access - in the municipalities of Dracena and Presidente Venceslau, State of São Paulo.

**KEYWORDS:** State, Modernization, Project.

### 1 | INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 estabeleceu um novo marco na formulação e implementação de

políticas públicas no Brasil ao conferir autonomia político administrativa aos municípios reconhecendo-os como entes federativos dotados de autonomia.

Desde 2011, a CATI vem executando o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II - acesso ao Mercado, cujo objetivo principal é promover o desenvolvimento rural sustentável, e a inclusão social, bem como contribuir para a preservação dos recursos naturais e ampliar a renda e o bem-estar dos beneficiários.

Através disso, o artigo visa analisar os resultados das políticas públicas voltadas ao espaço rural nos municípios de Dracena e Presidente Venceslau com ênfase no Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

Levantamento bibliográfico sobre os temas relacionados às políticas públicas e ao desenvolvimento rural, bem como o processo de ocupação nos municípios de Dracena e Presidente Venceslau.

Além disto, foi efetuado o levantamento de dados secundários referentes aos municípios de Dracena e Presidente Venceslau publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), assim como o uso dos dados da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

Por fim, houve a realização de entrevistas com os assistentes técnicos da CATI dos municípios de Dracena e Presidente Venceslau, com a presidente e o assistente administrativo da APRD de Dracena e a presidente da Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera de Presidente Venceslau. Todas as entrevistas foram realizadas com a utilização de roteiros previamente elaborados.

## **2 | O PROGRAMA ESTADUAL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS (PEMH)**

O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH) passou a contar com apoio financeiro do Banco Mundial a partir do ano 2000 e caracterizou-se por abranger três princípios básicos: “a busca por uma sustentabilidade socioeconômica e ambiental na microbacia (unidade física de intervenção do programa), participação e envolvimento da sociedade civil, descentralização e transparência nas ações governamentais” (FONTES 2006, *apud* NEVES NETO, 2009, p.4).

Neves Neto (2009, p. 98) destaca que o Programa de Microbacias, em sua primeira edição, além do apoio financeiro do Banco Mundial (2000-2008), contou com recursos do governo do Estado de São Paulo. O principal objetivo do programa foi atender os pequenos e médios produtores rurais, “já os grandes produtores rurais, por possuírem maior produção, maior facilidade de acesso ao crédito e assim maior renda, foram menos beneficiados por essa política pública estadual”.

De acordo com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI, 2001,



p. 40), o PEMH teve como propósito incentivar o desenvolvimento rural no Estado de São Paulo, destacando-se as melhorias dos níveis de renda, maior produtividade, “redução de custos e uma reorientação técnica-agronômica”.

Para conseguir os benefícios do programa, os municípios atendidos teriam que atender a dois requisitos básicos, conforme também destaca Neves Neto (2014, p. 152):

[...] possuir um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), com participação de diferentes setores da sociedade civil e formalizar convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, apresentando as diferentes operações do programa, contendo um plano de trabalho com todas as ações previstas no município.

Neves Neto (2011, p. 187) destaca que havia a necessidade de os produtores rurais formarem grupos, de pelo menos cinco produtores, para elaborar um “Projeto de Empreendimento Comunitário – PEC. Para o acesso ao incentivo, por estabelecimento rural foi necessário elaborar os Planos Individuais de Propriedade – PIP”.

O autor supracitado ainda destaca que na primeira edição do Programa de Microbacias (2000-2008), houve aumento no número de associações de produtores rurais, porém isto só aconteceu devido à motivação para acessar os recursos financeiros do programa. Contudo, após o fim da primeira edição do programa, muitas associações não conseguiram se manter e acabaram fechando.

Apesar de não ter atingido totalmente suas metas, Neves Neto (2014) relata que os resultados do Programa de Microbacias foram variados entre os aspectos positivos e negativos, mesmo com diversos fatores, tanto na escala estadual como na regional.

Hespanhol (2008, p. 10) ressalta que o maior ou menor êxito do programa “dependeu basicamente do interesse e do empenho das autoridades municipais, da atuação dos técnicos executores e do envolvimento e nível de organização dos produtores rurais”.

Neves Neto (2014) considera que durante a primeira fase do Programa de Microbacias no Estado de São Paulo, as suas ações se concentraram em aspectos agrônomo-conservacionistas, tais como o controle de processos erosivos, cercamento de Áreas de Preservação Permanente (APP), adubação verde e readequação de estradas rurais. O mesmo autor salienta que, mesmo com estas ações, o programa foi insuficiente para promover o desenvolvimento rural sustentável, havendo a necessidade de outras ações governamentais para garantir renda e emprego à população que vive nos espaços rurais.

### **3 | O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL MICROBACIAS**

#### **II – ACESSO AO MERCADO**

No ano de 2011, foi lançada a segunda edição do Programa de Microbacias que

tem como principal objetivo promover a maior integração dos pequenos produtores rurais ao mercado, diferente, portanto da sua primeira edição que possuía caráter ambiental.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) Microbacias II – Acesso ao Mercado é um projeto do Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial do Banco Mundial, executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), e pela Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). Com valor total de US\$ 130 milhões, está sendo executado desde 2011, com previsão inicial de conclusão para o ano de 2015. No entanto, o projeto foi prorrogado até o mês de setembro de 2017, quando o cronograma de desembolso de recursos do Banco Mundial foi encerrado.

De acordo com SÃO PAULO (2011), o Microbacias II é executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SEAB), por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral (CATI), que é responsável por 81,2% do total dos recursos disponíveis para o projeto, e pela Secretaria do Meio Ambiente, através da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) que ficou responsável pela alocação de 18,8% dos recursos do programa.

No quadro 1 são apresentadas as principais diferenças entre as duas edições do programa.

|                     | PEMH  | MICROBACIAS II   |
|---------------------|---|--|
| Foco                | Ambiental   | *Aumento da competitividade<br>*Aumento de emprego e renda   |
| Unidade de Trabalho | Microbacia Hidrográfica   | Organização de produtores (Associação e Cooperativa)   |
| Beneficiários       | Produtores Individuais e/ou Coletivos<br>Associações - fortalecimento | Associação e Cooperativa<br>Agricultores familiares e grupos de uma cadeia produtiva comum envolvida pela Associação/Cooperativa |
| Execução            | Plano de Microbacia   | Plano de Negócio   |

Quadro 1. Comparação entre as duas edições do Programa de Microbacias

Fonte: Neves Neto; Hespanhol, 2015, p. 247

Para ter o apoio financeiro do projeto,

a associação ou cooperativa necessita apresentar um plano de negócio. Este plano deve conter um número mínimo de 15 participantes e 50% devem ser classificados como agricultores familiares. Às comunidades tradicionais, sendo indígena ou quilombola, somente receberá os recursos para a implantação dos seus projetos se possuírem a titulação da propriedade reconhecida através de órgãos oficiais e podem apresentar seu projeto a qualquer momento, não dependendo de abertura de chamadas. Disponível em <<http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/iniciativas-de-negocio>> Acesso em 03/04/2018).

Assim com a finalidade de aumentar a competitividade dos pequenos e médios agricultores familiares, incluindo grupos como indígenas e quilombolas, o projeto

Microbacias II visa fortalecer as organizações de produtores rurais e apoiar iniciativas de negócios destas organizações que visam ampliar o acesso ao mercado e, também a consolidação das políticas públicas, infraestrutura física e os serviços de extensão rural.

As metas do projeto Microbacias II são as seguintes:

- O atendimento para 22.000 famílias de agricultores familiares e 350 famílias de tribos indígenas e 300 comunidades quilombolas;
- 30 mil famílias introduzidas nas organizações de produtores rurais receberão assistência técnica e capacitação do programa;
- 1.200 associações/cooperativas de produtores serão identificadas e estimuladas a apresentarem propostas de negócios;
- Abranger 550 municípios do Estado de São Paulo, que já possui estabelecido o convênio com a SAA/CATI e possuam os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável elaborados, acompanhados e monitorados;
- Capacitar 550 Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural para elaboração e acompanhamento da execução dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Readequar 18.000 km de estradas rurais em 120 municípios, para permitir a trafegabilidade o ano inteiro;
- Apoiar 40 subprojetos ambientais; e
- Inserir dois programas de serviços ambientais (SÃO PAULO, 2010b, p.5).

Os agricultores são classificados em três categorias: 1) agricultores familiares que possuem e/ou exploram área agrícola que somam até 4 módulos fiscais do município, obtêm renda familiar proveniente predominantemente da exploração agropecuária e não agropecuária da área explorada e utilizem predominantemente trabalho de suas próprias famílias para a produção agrícola e transformação. 2) aos médios agricultores que possuem e/ou exploram área de 4 até 15 módulos fiscais do município e obtêm renda familiar proveniente predominantemente também da exploração agropecuária e não agropecuária da área explorada; ou que possuem e/ou explorem área total de até 4 módulos fiscais e que não atendam os demais quesitos para enquadramento como agricultor familiar, nesta categoria os beneficiários não terão incentivos individuais do projeto, mas poderão participar dos empreendimentos coletivos. 3) grandes agricultores que não se enquadram nos critérios citados anteriormente e não serão beneficiários dos incentivos individuais do projeto, mas poderão participar dos empreendimentos coletivos (SÃO PAULO, 2015).

Os recursos financeiros disponibilizados por meio do PDRS poderão ser alocados às pelas associação e cooperativas de produtores rurais nos seguintes bens e serviços coletivos, desde que previstos nos planos de negócios específicos: máquinas, equipamentos ou serviços que beneficiam a atividade de colheita ou processamento e armazenagem dos produtos; construção de barracões para instalação de máquinas e equipamentos ou serviços de infraestrutura (energia elétrica, comunicação) fundamentais para a implantação do negócio proposto; serviços de montagem de equipamentos; certificações das propriedades dos produtores ou sistemas de

produção; investimentos em logística para transporte e comercialização dos produtos e consultorias especializadas para auxiliar na implantação do empreendimento, podendo ser nas áreas de tecnologia de processamento ou em estratégias de mercado. Disponível em < <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/iniciativas-de-negocio> > Acesso em 08/04/2018).

No entanto, o produtor rural pode ter acesso, por meio do Microbacias II, a benefícios individuais desde que relacionados à proposta de iniciativa de negócio aprovada, podendo ser reembolsadas parcialmente as despesas necessárias para os investimentos visando à melhoria da eficiência operacional e da infraestrutura da propriedade associada ao negócio proposto. Poderão ser feitos investimentos: 1) em sistemas de irrigação, máquinas e equipamentos agropecuários, entre outros; 2) na adequação da propriedade às responsabilidades sociais e ambientais, quando forem importantes para o fortalecimento do negócio proposto pela organização e aqueles necessários para adequação da propriedade à responsabilidade social e ambiental, exigidos em processos de certificação; 3) na realização de mudanças orientadas para a melhoria tecnológica do negócio proposto; 4) na implantação de práticas agrícolas sustentáveis, quando forem importantes para o fortalecimento do negócio proposto pela organização; e 5) na recuperação de áreas degradadas e conservação dos recursos naturais (controle de erosão, recuperação de APP), quando forem importantes para o fortalecimento do negócio proposto pela organização (SÃO PAULO, 2015).

Para receber o apoio, a associação ou cooperativa deve apresentar uma proposta de negócio que envolva todos os associados ou cooperados ou apenas parte deles. O grupo envolvido com a proposta deve ter, no mínimo, 15 produtores rurais organizados em associações ou cooperativas, dos quais mais de 50% devem ser classificados como agricultores familiares para a proposta ser considerada elegível. O percentual de apoio do projeto ao plano de negócio depende do número de agricultores familiares, conforme especificado no Quadro 2.

| Beneficiários   | Valor Máximo Apoiado R\$ | % de apoio | Caracterização dos proponentes da proposta de iniciativa de negócio   |
|---|--------------------------|------------|---|
| Associações ou Cooperativas de Produtores Rurais                                  | 800.000,00               | Até 70%    | Proposta de iniciativa de negócio constituída por grupo com mais de 70% de agricultores familiares (> 70%)                |
|   |                          | Até 50%    | Proposta de iniciativa de negócio constituída por grupo com mais de 50% e até 70% de agricultores familiares (> 50 a 70%) |
| Associações ou Cooperativas de Comunidades Tradicionais (Indígenas e Quilombolas) | 200.000,00               | 99%        | Projetos comunitários de comunidades tradicionais (Indígenas e Quilombolas)   |

Quadro 2. Beneficiários e Valores máximos apoiados pelo Projeto Microbacias II aos planos de Negócios

Fonte: SÃO PAULO, 2015, p.24.

O apoio financeiro individual é restrito aos agricultores familiares. Nesse caso o reembolso será de até 70% do valor do bem ou serviço, limitado a um teto de R\$ 10.000,00 por agricultor durante todo o projeto.

Porém, a exemplo de outras políticas públicas, Neves Neto (2014, p. 98) considera que o projeto Microbacias II – Acesso ao Mercado

é altamente seletivo e excludente, por priorizar um pequeno número de produtores (inseridos num plano de negócio) e se restringir a organizações rurais com maior nível de capitalização, as quais normalmente apresentam condições mais favoráveis para enfrentar as vicissitudes do mercado, independente do apoio oficial. Novamente, os produtores rurais descapitalizados, que enfrentam graves problemas ambientais em suas propriedades ficarão à margem dessa política pública, financiada com recursos de toda a sociedade.

De acordo com a CATI (2016), após seis anos do seu lançamento, o Projeto Microbacias II apresenta resultados que refletem a realidade das associações, cooperativas de produtores rurais e comunidades tradicionais de todo o Estado de São Paulo, tendo havido a diminuição do interesse ao longo das chamadas públicas realizadas. Em quatro chamadas públicas foram aprovados 163 planos de negócios, beneficiando diversas cadeias produtivas.

Atualmente o projeto está na quinta chamada, que contou com 90 manifestações de interesse e, dessas, 70 planos de iniciativa de negócio, que atualmente se encontram em fase de avaliação, o interesse na elaboração do plano de negócio voltou a ser maior do que nas chamadas anteriores, conforme se verifica na Tabela 1.

| Chamada | Interesses | Entregues | Aprovados   | Habilitados | Investimento em milhões de reais |
|---------|------------|-----------|-------------|-------------|----------------------------------|
| 1       | 135        | 92        | 38          | 36          | 14,8                             |
| 2       | 103        | 98        | 40          | 40          | 16,9                             |
| 3       | 65         | 38        | 35          | 35          | 14,3                             |
| 4       | 65         | 60        | 52          | Em processo | 21,9                             |
| 5       | 90         | 70        | Em processo | Em processo | -                                |

Tabela 1. Chamadas Públicas do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado

Fonte: Disponível em <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-resumo-chamadas>> Acesso em 05/04/2018.

Por fim, o Microbacias II proporciona também uma forte integração com os municípios, ao disponibilizar um sistema informatizado georreferenciado de gestão da malha viária local, além de apoiar financeiramente a melhoria da infraestrutura municipal, principalmente a reabilitação de trechos críticos e a manutenção das estradas rurais não asfaltadas, consideradas fundamentais para o acesso às cidades, e a responsabilidade na melhoria na estrutura da própria CATI, especialmente no que diz respeito à capacitação do quadro de funcionários, à aquisição de equipamentos e



veículos, bem como à melhoria da infraestrutura, possibilitando a reforma dos prédios de várias Casas da Agricultura em todo o Estado.

#### 4 | OS EDRS DE DRACENA E DE PRESIDENTE VENCESLAU

De acordo com o IBGE (2010), a região de Dracena possui uma área de 4.762,04 km<sup>2</sup> e conta com população de cerca de 190 mil habitantes. Essa região apresenta contingente populacional bem diferenciado, sendo que os municípios mais populosos são Dracena e Adamantina, com população superior a 30.000 habitantes cada um, como é destacado na tabela 2, com dados referentes ao efetivo populacional dos municípios com plano de negócio em execução no Microbacias II; e os menos populosos são São João do Pau d'Alho e Flora Rica, com menos de 3.000 habitantes cada um.

| Municípios             | População |
|------------------------|-----------|
| Adamantina             | 33.797    |
| Dracena                | 43.258    |
| Flora Rica             | 2.831     |
| Junqueirópolis         | 18.726    |
| Pacaembu               | 13.226    |
| São João do Pau D'Alho | 2.103     |
| Tupi Paulista          | 14.269    |
| Total                  | 128.210   |

Tabela 2. População total dos municípios com plano de negócio em execução no EDR de Dracena

Fonte: IBGE, 2010

O EDR de Dracena possui atualmente doze planos de negócios em execução do Microbacias II, nos municípios de Adamantina, Dracena, Flora Rica, Junqueirópolis, Pacaembu, São João do Pau d'Alho, Tupi Paulista, sendo que alguns deles possuem mais de um plano de negócio em execução.

Há 29 associações de produtores rurais e seis cooperativas no EDR de Dracena. Dentre os planos de negócios aprovados configuram-se a implantação de *packing house* e logística de transporte; a construção de um centro de recepção e processamento de hortifrúti; e a instalação de agroindústria, logística de processamento e criação de logomarca do Café.

Com relação à economia, se destaca no cenário regional os municípios de Dracena e Adamantina com PIB (Produto Interno Bruto) no valor de 957 milhões e 775 milhões de reais, respectivamente. Em situação intermediária, colocam-se os municípios de Junqueirópolis e Tupi Paulista com PIBs de 456,4 milhões e 229,6 milhões, respectivamente; o menor PIB regional é do município de Nova Guataporanga com 25,9 milhões de reais (Disponível em <http://www.deepask.com/goes?page=adamantina/SP-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-município> Acesso em 04/04/2018).

A cafeicultura foi a principal atividade da região nas primeiras décadas do século XX. Essa atividade econômica se manteve expressiva no EDR de Dracena até o final

dos anos de 1970 quando, a partir deste período, ocorreu um declínio da sua produção, levando à descapitalização dos produtores rurais e a ampliação do êxodo rural.

A crise da cafeicultura trouxe mudanças significativas para o espaço rural da região da Nova Alta Paulista. Gil (2004) destaca que na fase da cafeicultura e da policultura predominavam as pequenas propriedades rurais com o trabalho familiar e que a decadência da economia cafeeira acarretou a erradicação de milhares de pés de café e a sua substituição por pastagens, principalmente com a pecuária de corte, e, mais recentemente, pelos canaviais.

Os produtores rurais que permaneceram no espaço rural da região tiveram que desenvolver diferentes estratégias para assegurar sua reprodução econômica e social, desenvolvendo singularidades tais como: a diversificação produtiva; o associativismo rural; e, a busca de novas alternativas produtivas, como a fruticultura para o processamento industrial (acerola, maracujá, manga, entre outras) e para o consumo *in natura* (uva); urucum, seringueira, pecuária de corte e mista e, alguns permaneceram com a cultura do café, que ainda é bastante cultivada (VELOSO, 2008).

O Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Venceslau também se localiza no oeste do Estado de São Paulo e é constituído por 11 municípios: Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Ribeirão dos Índios, Rosana, Santo Anastácio e Teodoro Sampaio.

No quadro 3, estão indicadas as associações localizadas nos municípios em que há planos de negócios aprovados pelo PDRS e que atualmente se encontram em execução. Dentre os três planos de negócios aprovados, dois se constituem na implantação de *Packing houses*.

| Município                  | Associação  | Cadeia Produtiva  | Empreendimento               |
|----------------------------|---|-------------------|------------------------------|
| Caiuá                      | Associação União Agropecuária do Assentamento Luís Morais Neto          | Hortifruti        | <i>Packing House</i>         |
| Euclides da Cunha Paulista | Associação Vitória Viva Assentamento Rancho Grande e Santa Rosa         | Pecuária Leiteira | Implantação de Agroindústria |
| Presidente Venceslau       | Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera | Hortifruti        | <i>Packing House</i>         |

Quadro 3. Municípios com plano de negócio aprovado no Microbacias II no EDR de Presidente Venceslau

Fonte: Disponível em < <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-iniciativas-negocio> > Acesso em 04/08/2018..

As demais associações e cooperativas existentes no EDR de Presidente Venceslau não elaboraram propostas ou desistiram, a exemplo do que ocorreu com a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Santa Rita III, localizada no município de Caiuá. No município de Mirante do Paranapanema

o plano de negócio ainda não se encontra em fase de implantação pela Cooperativa de Pescadores e Produtores da Agricultura Familiar (COOPPAF), pois o projeto ainda está em fase de correção.

Verifica-se na tabela 3, que houve grande manifestação de interesse dos agricultores familiares na primeira chamada do projeto, mas, como ressalta o engenheiro da CATI de Presidente Venceslau, esse número foi caindo devido à grande burocracia do projeto e a necessidade de elaborar um bom plano de negócio para ser aprovado, fazendo com que algumas associações desistissem de submeter propostas.

| Número de Chamadas | Manifestação de Interesse | Plano de Negócio | Número de Aprovados |
|--------------------|---------------------------|------------------|---------------------|
| 1º                 | 23                        | 16               | 2                   |
| 2º                 | 1                         | 0                | 0                   |
| 3º                 | 1                         | 1                | 0                   |
| 4º                 | 2                         | 2                | 1                   |
| 5º                 | 11                        | 10               | 1                   |
| 6º                 | 13                        | 13               | 3                   |

Tabela 3. Manifestação de Interesse e os planos de negócios aprovado no EDR de Presidente Venceslau

Fonte: EDR de Presidente Venceslau, elaborado por Alan Vinhaes

As exigências para a aprovação dos planos de negócios e a falta empenho das associações e cooperativas fizeram com que o número de manifestações de interesse fosse caindo ao longo do tempo. Apenas a partir da quinta chamada houve ampliação do número de manifestações de interesse, entretanto apenas na sexta chamada foram aprovados os planos de negócios propostos pelas associações dos municípios de Caiuá, Euclides da Cunha Paulista e Presidente Venceslau.

## 5 | O PROJETO DE MICROBACIAS II NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU

A Associação dos Produtores Rurais de Dracena foi fundada em 1991, de acordo com o assistente técnico administrativo foi através de um grupo de produtores rurais que se percebeu a necessidade de se organizarem para vencer as dificuldades mais comuns de suas atividades. No caso de Presidente Venceslau foi com a orientação da CATI e da Prefeitura Municipal que os agricultores se organizaram em associação.

De acordo com a presidente da associação de Presidente Venceslau,

em 2000 com o PEMH a associação foi fortalecida, e começou uma gestão ativa, buscando e oferecendo melhores condições de comercialização, compra de insumos, fornecimento de mudas, serviços de moto mecanização a seus associados, capacitação de vários grupos de produção, ampliando a participação em políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, principalmente as de comercialização.

Em 2003 a Associação organizou um grupo de produtores com o objetivo de

comercializar o leite *in natura*. Com isto, a produção total está sendo comercializada com um laticínio local, a preço pré-acordado.

Assim, com esta nova forma de comercialização, os resultados econômicos foram imediatos, melhorando a autoestima dos produtores rurais e possibilitando a capacitação através de cursos, palestras e treinamentos ministrados por engenheiros agrônomos, zootecnistas e veterinários. Visitas técnicas são realizadas mensalmente para melhorar a capacidade de produção, de modo individualizado, visando atender as necessidades de cada produtor, o que tem contribuído para uma maior produtividade gerando renda ao produtor.

Antes da elaboração do plano de negócio a APRD possuía tanques de resfriamento espalhados em pontos estratégicos nos bairros rurais em Dracena e municípios vizinhos, totalizando 11 tanques que captavam em média 102.000 litros de leite por mês.

Assim de acordo com a presidente da associação

tínhamos uma parceria com este laticínio onde ele devolve parte deste leite pasteurizado e empacotado para a APRD entregar nas políticas públicas que temos contratos com as Prefeituras e outros. Participamos de pregões, leilões e licitações para a venda efetiva desta mercadoria. Por se tratar de um beneficiamento terceirizado havia um custo operacional de R\$ 0,40. O valor obtido da venda deduzida as despesas operacionais e o custo da terceirização o valor das sobras por litro de leite era distribuído para os produtores associados de acordo com sua produção.

Em 2011 a associação elaborou um plano de negócio com 28 associados, tendo como objetivo a construção de um mini laticínio e a aquisição de uma câmara fria, tendo em vista que não possuíam um local para estocar produtos para a venda.

Além da construção do mini laticínio, fazem parte do plano, o terreno, dois caminhões para coleta de leite e os equipamentos para o funcionamento do mini laticínio, conforme é demonstrado nas fotos 1, 2 e 3.



Foto 1. Construção do mini laticínio e o escritório da APRD

Fonte: APRD, 2018.



Foto 2 – Caminhão para a coleta do leite

Fonte: Alan Vinhaes, 2018



Foto 3. Escritório da APRD

Fonte: Alan Vinhaes, 2018

De acordo com o assistente técnico o valor do investimento na câmara fria foi de R\$ 195.000,00. Sendo que 30% deste valor foi custeado pela APRD perfazendo-se um valor de R\$ 58.500,00. Parte deste valor será custeado pela associação e parte será custeada pelos próprios beneficiários. Visto que o leite já é comercializado pela APRD, será descontado um valor por litro por um determinado período de tempo para restituir o valor da contrapartida atrelando assim maior envolvimento dos produtores rurais.

No total o plano de negócio foi aprovado com o valor de R\$ 1.166.000,00, sendo que o valor recebido foi de R\$ 794.980,87 reais, o restante desse valor de contrapartida foi realizado um empréstimo através do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP).

Já a Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera, localizada no município de Presidente Venceslau, foi fundada no ano de 2003, tendo como motivação inicial o uso de um trator doado, a partir do estabelecimento de uma parceria entre o governo estadual e a prefeitura.



A proposta do *Packing House* é concentrar os produtos de 29 produtores rurais que participam do projeto Microbacias II, oferecendo uma variedade de produtos hortifrutícolas através do plantio no solo e em estufas com irrigação por gotejamento, realizando as tarefas de classificar, lavar (higienizar), melhorar a aparência dos produtos, embalar, resfriar, paletizar, comercializar, controlar a oferta, formar cargas para o mercado consumidor, trabalhar a redução dos custos de transporte e reter produtos de menor qualidade.

O objetivo do plano de negócio é desenvolver

(...) uma agricultura alternativa que busca maximizar os benefícios sociais e a auto sustentabilidade; minimizar ou até eliminar a dependência de energia não renovável; preservar o meio ambiente através da utilização dos recursos naturais renováveis, onde se busca um conceito de desenvolvimento ao qual se pode chegar com modalidades de produção, tecnologia que têm uma base agroecológica; aumentar a produtividade e melhoria da qualidade dos produtos; integrar melhores práticas de manejo do solo e da água e sistemas de produção mais competitivos e sustentáveis; fortalecer a capacidade organizacional e gerencial da Associação Campos Verdes; e promover uma participação mais ativa dos associados para se integrarem de forma competitiva nas cadeias produtivas, na região onde existe competitividade (Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera, 2012, p.9).

Os principais canais de comercialização da associação são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), alguns supermercados (Pinheirão, Ulian e Fruti Verde) e a feira livre do município de Presidente Venceslau.

Na foto 4, é mostrado o galpão em que será realizado os procedimentos para os produtos da Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera.



Foto 4. Galpão onde será realizado os procedimentos para cortar, embalar e distribuir os produtos da Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera

Fonte: Alan Vinhaes, 2016.

Em relação à contrapartida do projeto, a associação vem poupando recursos próprios como a presidente relatou, sem haver a necessidade de recorrer a uma linha de financiamento no sistema financeiro.

Em termos de rendimento, os associados conseguiram realmente notar a diferença no preço pago pelos produtos embalados, pois o produto diferenciado tem destaque, como abordou a presidente da Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera.

Os pontos positivos apontados pela presidente da associação foram os seguintes: aumento da renda dos produtores rurais; fortalecimento do associativismo, pois os poucos produtores rurais que aceitaram participar do plano de negócio, hoje notam a diferença, mesmo com a burocracia, não se arrependem em participar do projeto.

Por fim, de negativo a presidente da Associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera relatou que faltou um preparo maior das organizações para aderirem ao projeto de Microbacias II, pois não havia uma maturidade das organizações, não há conexão em muitas associações, resultando em diversos casos, em despreparo e a desistência de participar da elaboração de um plano de negócio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Houve mudança de foco da primeira para a segunda edição do Programa de Microbacias, o que o descaracterizou porque ficou muito focado na agregação de valor aos produtos e na busca de maior inserção da agricultura familiar ao mercado, em detrimento do foco ambiental. O número de beneficiários do programa tem sido relativamente pequeno e a burocracia exigida para acessar os recursos financeiros tem sido bastante grande, pois os produtores rurais ainda sentem receio em relação a política pública, o que tem provocado à desistência de algumas associações e cooperativas que tiveram planos de negócios aprovados.

Em termos gerais, de acordo com os entrevistados, o Programa de Microbacias possui aspectos positivos e negativos. Dentre os aspectos positivos se destaca a disponibilização de recursos financeiros, a fundo perdido, para o financiamento de planos de negócios. Dentre os aspectos negativos se destacam: à burocracia exigida para a aprovação e liberação dos recursos financeiros, tornando inviável a participação de todos os associados ou cooperados e a falta de comunicação entre as diferentes secretarias estaduais.

Nos dois municípios analisados, a APRD, localizada no município de Dracena, possui dois planos de negócios finalizados, já a associação de Produtores Rurais Campos Verdes do Assentamento Primavera ainda não iniciou suas atividades porque ainda não conseguiu a liberação da vigilância sanitária.

O Microbacias II trouxe uma nova visão aos pequenos e médios produtores rurais participantes dos projetos, pois ao longo da história os maiores beneficiados sempre foram os grandes produtores, dificultando assim a participação das pequenas associações e cooperativas no mercado.

Nas associações estudadas nos municípios de Dracena e Presidente Venceslau,

notou-se que elas buscam participar de todas políticas públicas que podem ter acesso.

## REFERÊNCIAS

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. **Manual do Programa** – Seção Operativa. CATI: São Paulo, 2001.

CATI. **Coordenadoria de Assistência Técnica Integral**. Disponível em <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/resultados-resumo-chamadas> Acesso em 08/04/2018.

GIL, Izabel C. Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. **Revista Nera**, ano 7, nº 4, jan/jul, 2004.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização da Agricultura e Desenvolvimento Territorial/ In: Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa - **ENGRUP**, 4º. 2008, São Paulo. P. 370-392.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e Potencialidade de Políticas de Segurança Alimentar para a Agricultura Familiar. **Sociedade & Natureza** (UFU Online), v.25, p.469-483, 2013.

MATTEI, Lauro Francisco. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias A e A/C entre 2000 e 2010. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 58-69-69, 2014.

NEVES NETO, Carlos de Castro. **O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas em São Paulo: o caso do município de Assis/SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente. 196 f. 2009.

NEVES NETO, Carlos de Castro. O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, vol.07, nº 02, 2011.

NEVES NETO, Carlos de Castro. **Políticas Públicas & Desenvolvimento Rural: o Programa de Microbacias I e II no Estado de São Paulo**. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 312 f, 2013.

NEVES NETO, Carlos de Castro. O Desenvolvimento Rural no Brasil e em Portugal: os casos do Programa de Microbacias em São Paulo e da Iniciativa Leader em Portugal. **Rev. Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v.8, n.1, p. 74-102, abr/2014.

NEVES NETO, Carlos de Castro; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Os Efeitos da Descontinuidade no Programa de Microbacias em São Paulo. **Revista Formação**, nº22, vol. 2, p. 234-251, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. **Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado**. Anexo 1: Informações gerais da agropecuária do Estado de São Paulo, 2010 b.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. MICROBACIAS II – Acesso ao mercado. Acordo de empréstimo – 7908 BR: **Manual Operacional**, 2015.

VELOSO, Fernando. **As estratégias para a permanência dos pequenos produtores rurais no espaço rural do município de Junqueirópolis-SP**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2008.

VELOSO, Fernando. **Políticas Públicas no município de Junqueirópolis (SP): O Pronaf e o PAA**.



## AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ

**Renato Paiva Rega**

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

**Ricardo Maia de Almeida Junior**

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

**RESUMO:** Nos estudos rurais contemporâneos se faz muito presente um debate sobre os reflexos ocorridos com o constante aumento na oferta de serviços nos espaços rurais ou em áreas próximas. Esses serviços oferecidos nessas regiões podem ter a capacidade de alterar dinâmicas locais dos espaços rurais. Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar os elementos que influem na dinâmica migratória campo-cidade na Microbacia do Pito Acesso em Bom Jardim, Município da Região Serrana Fluminense que ocorrem sob influência de fatores como estrutura fundiária, e as novas funções e oportunidades do espaço rural multifuncional, capaz de diversificar as atividades relacionadas ou não a produção agrícola.

**PALAVRAS-CHAVE:** migração; multifuncionalidade; êxodo; esvaziamento

**ABSTRACT:** In contemporary rural studies, a debate about the effects of the constant increase of the services supply in rural areas, or in nearby

areas, is very present. Services offered in these regions may have the capacity to change local dynamics. Therefore, this work aims to analyze the elements that influence the countryside-city migratory dynamics at Pito Acesso Microbasin in Bom Jardim, a municipality in the Serrana Fluminense region that occurs under the influence of factors such as land structure, and the new functions and opportunities of rural space, multifunctional, capable of diversifying activities related to agricultural production or not.

**KEYWORDS:** migration; multifunctionality; exodus; emptying

### 1 | INTRODUÇÃO

Nos estudos rurais contemporâneos se faz muito presente um debate sobre os reflexos ocorridos com o constante aumento na oferta de serviços nos espaços rurais ou em áreas próximas aso mesmos. Esses serviços podem influenciar nas dinâmicas locais não só de forma direta, atraindo as pessoas a residirem e trabalharem nos locais que ofertam esses serviços, mas também de forma indireta, como por exemplo aumentado a necessidade por produtos agrícolas para abastecer essa nova demanda de consumidores.

Ainda é possível realizar a análise de



forma contraposta, na qual ocorre uma valorização do espaço rural como uma “fuga da cidade” em busca de amenidades que não mais se encontra com facilidade nas áreas urbanas, como distância da poluição, tranquilidade sonora, segurança, e um menor preço dos imóveis se comparado aos grandes centros urbanos. Dessa forma, desenvolveu-se uma crescente busca por moradias nessas áreas, sejam elas fixas ou de veraneio, e também uma maior procura em hotéis e pousadas nessas áreas rurais.

## 2 | METODOLOGIA

O estudo se baseou em dados primários levantados em trabalho de campo realizado na Microbacia do Pita Acesso em Bom Jardim, Município da Região Serrana Fluminense, onde foram aplicados 15 questionários no segundo semestre de 2013. A área de estudo foi escolhida a partir de uma parceria entre a EMBRAPA – Solos e meu orientador na graduação, Professor Scott W. Hoefle, fazendo parte assim de um conjunto maior de pesquisas publicadas sobre a região, e também apresentadas aos moradores da área de estudo.

Além disso, ainda que pareça pouco em quantidade, tal volume representa quase que a totalidade de números de domicílios na área de pesquisa. Tais questionários permitem a análise de elementos econômicos e sociais como; atividades econômicas (produção e ocupação), faixa etária local, estrutura fundiária, e a localização e tipo de ocupação da mão de obra, incluindo não só produtores, mas também seus respectivos familiares. A análise das informações obtidas em campo, foi realizada de forma conjunta e comparada com uma extensa bibliografia sobre os temas aqui abordado.

## 3 | DA LOCALIZAÇÃO E SEU CONTEXTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO

A área de estudo se encontra dentro do município de Bom Jardim, na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Tal município tem uma população por cerca de 25mil habitantes e uma área de 384.639km<sup>2</sup> segundo o IBGE. Entretanto, a Microbacia do Pito Aceso – recorte espacial do presente trabalho – é apenas uma pequena parte do município, e segundo dados obtidos em campo, não possui mais que 20 famílias (menos de 100 pessoas).

O Estado do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, começa a sofrer grandes transformações em sua dinâmica espacial, o que acabou por resultar em um processo de metropolização e desruralização. É a partir desse momento que a Região Serrana do Rio de Janeiro ganha importância realizando três funções fundamentais para o Estado. A primeira é a produção intensiva de alimentos, principalmente os produtos mais perecíveis e que demandam uma venda e consumo mais rápido, além de uma maior proximidade com o mercado consumidor. Esses produtos são diversos tipos de vegetais, hortaliças, frutas e uma pequena produção de leite e de carne.

Uma outra função que a região passa a exercer é a de ligação com outros Estados como Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, com a presença de rodovias para essa conexão. A última função é a que se relaciona a partir da proximidade com a capital fluminense, o que gera um aumento na circulação de pessoas e mercadorias, aumentando e incorporando cada vez mais à região às dinâmicas da metrópole do Estado do Rio de Janeiro. (ALENTEJANO, 2005)

Ainda que não seja uma área significativa em termos de tamanho, a região esteve fortemente ligada a dinâmica da produção agrícola do município por muito tempo. Assim como em outros espaços rurais do território brasileiro, a produção agrícola demandava um alto contingente de trabalhadores rurais voltados desde o plantio até a colheita. Na Microbacia do Pito Aceso não foi diferente. Nessa região, onde o café era por muito tempo era o principal produto agrícola produzido na localidade, se tinha essa grande necessidade por mão de obra para trabalhar no plantio. Ao longo do tempo a presença de imigrantes foi aumentando, e ainda hoje é se faz presente quando analisada os sobrenomes de algumas famílias da região.

Até meados de 1960 o município se consolidava como um dos maiores produtores de café não somente do Estado do Rio de Janeiro, mas também do país, mesmo com a crise do café de 1930. No mesmo período, com os enormes estoques de café da década de 1960 – que poderiam abastecer o consumo mundial de café por um ano e meio – é proposto um “acordo para erradicação do cultivo de café”, onde os pés pouco produtivos deveriam ser substituídos por outros cultivos para equacionar a relação produção x estoque do café. (PANAGIDES, 1969)

Portanto, a partir dessa substituição de cultivos, a mão de obra que trabalhava com o café passa a ficar em parte ociosa, tendo em vista principalmente que os novos cultivos demandavam uma menor quantidade de pessoas para a realização da produção. Além do mais, às condições do relevo montanhoso, muito inclinado, e com muitos fragmentos grandes de rocha exposta dificultavam – e ainda dificultam – a produção de certos tipos de alimentos, e principalmente da introdução de maquinário na localidade.

#### **4 | Esvaziamento e Envelhecimento Rural**

A partir dessa mudança na estrutura produtiva imposta pelo governo federal, começam a acontecer pequenas mudanças na estrutura demográfica do município e da região de estudo e a população rural passa a cada vez mais ir em busca de melhoria de vida nas grandes cidades e nas áreas urbanas do município.

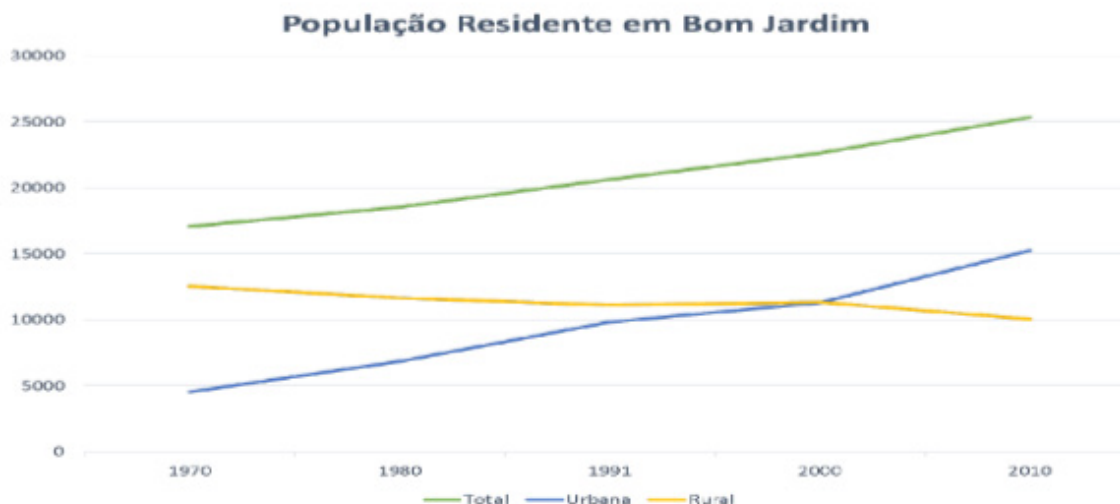


Figura 1 - População Residente em Bom Jardim - Dados: IBGE (Fonte: Arquivo Pessoal)

Presente até hoje, essa busca por melhores condições de vida tem algumas causas por muitas vezes evidenciadas nas falas dos moradores da Microbacia do Pito Aceso. Esse grupo de indivíduos que passa a procurar novos lugares pra residir, são em grande maioria jovens que são constantemente influenciados pelos grandes atrativos visuais das grandes cidades – ou até mesmo cidades médias e centros urbanos – pelas “maiores” possibilidades de crescimento econômico e profissional. De certa forma, isso acontece também quando o indivíduo não “encarna as experiências e aspirações das pessoas”, dificultando o sentimento de pertencimento em tal lugar, e facilitando os pensamentos de que essa pessoa se “encaixaria” melhor em um lugar mais próximo de seus anseios pessoais. Isso resulta, em um ambiente rural com uma tendência ao esvaziamento rural e à escassez de mão de obra local, principalmente aqueles dispostos a trabalhar na produção rural. Tal motivo se dá por parte dos indivíduos observarem que a produção agrícola é menos valorizada culturalmente e economicamente que outras profissões, preferindo assim ir trabalhar em indústrias e comércios próximos buscando essa valorização. (BERRY E KIRSCHENER, 2013, p.20; CARLEIAL, 2002, p.5; TUAN, 1979, p.387).

Contudo esse esvaziamento rural não é só reflexo dos movimentos migratórios campo-cidade, mas também de um envelhecimento rural/populacional que podem ocorrer por diversas razões. O primeiro fator que vai influenciar será a taxa de natalidade de uma determinada região, assim através do nascimento de novas pessoas, essa região pode se manter mais jovem. O envelhecimento rural também é reflexo dos movimentos migratórios que levam as pessoas em sua maioria jovens, e acabam deixando uma população de idade maior. (BERRY e KIRSCHENER, 2013).

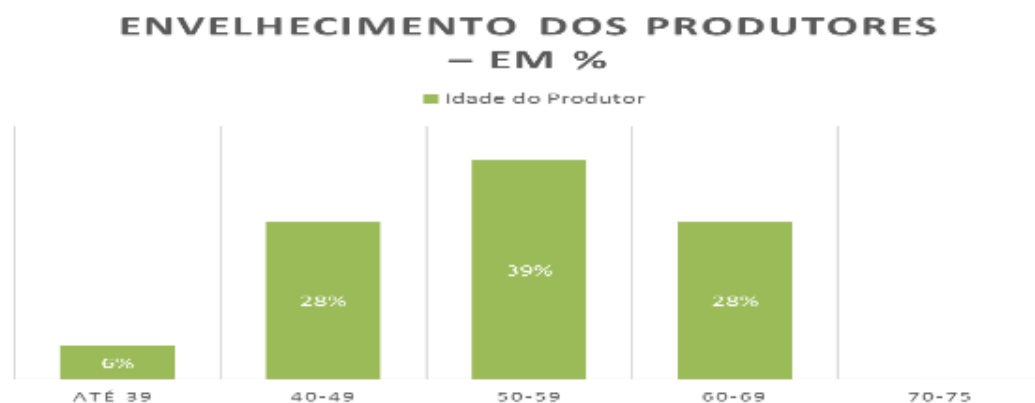


Figura 2- Idade dos Produtores da Microbacia do Pito Aceso (Dados: Arquivo Pessoal)

Como pode ser observado na figura 2, apenas 6% da população que trabalha no campo tem até 39 anos de idade, o que para os moradores seria o auge da capacidade de produção individual no trabalho rural, pois para os mesmos é nessa idade onde se alia o vigor físico necessário para o cultivo e a sabedoria das diferentes técnicas por eles utilizadas. Assim, a maior parte dos produtores locais apresenta idade avançada para o esforço diário necessário para a produção agrícola. Além disso, diferente de no passado – quando famílias suíças, italianas e japonesas vinham para a região e até hoje tem descendentes pelas regiões próximas - não há mais a chegada de imigrantes nessa região por justamente não se mais atrativa economicamente. Essa chegada de imigrantes e também de migrantes, teriam a capacidade da introdução de uma mão de obra mais nova, e que por serem mais novos, estão propensos a terem mais filhos, aumentando assim a quantidade de pessoas na região. (PARRADO, 2011 apud BERRY e KIRSCHENER, 2013)

## 5 | A ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A MIGRAÇÃO

O espaço rural pode atuar como território e lugar, produzindo sentimentos de pertencimento e identidade, sendo esses sentimentos capazes de produzir e redefinir diferentes áreas rurais. Assim, a migração pode se relacionar com esse espaço rural no que tange os movimentos migratórios, pois tais processos são resultantes de um desenvolvimento capitalista, e de uma cultura e economia local que potencializam o êxodo rural baseados em ilusões de superação de problemas. (CARLEIAL, 2002; BICALHO, 2014)

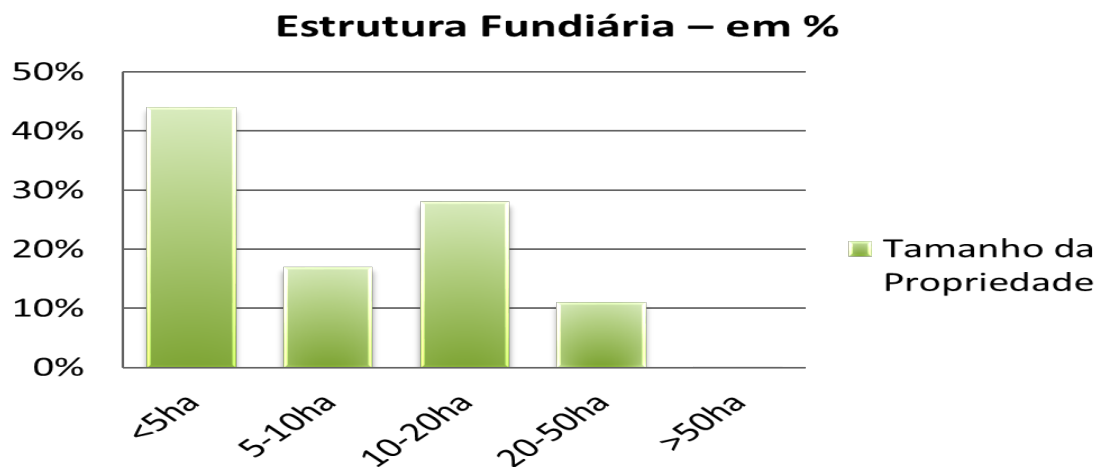


Figura 3 - Estrutura Fundiária da Microbacia do Pito Aceso (Fonte: Arquivo Pessoal)

Fator determinante para a decisão de permanência no meio produtivo rural é o tamanho da terra que o produtor local possui ou possuirá. Como pode ser observada na Figura 4, a maior parte das propriedades rurais na área de estudo são de pequenas áreas, até 10 hectares, e com predominância do próprio proprietário trabalhando diretamente na sua produção agrícola. O alto índice de pequenas propriedades na região é resultado de um processo de divisão de terras decorrente de heranças familiares ou doações, onde o pequeno produtor local divide as suas terras e entrega uma parte para cada filho.

Como mencionado anteriormente, em um determinado momento da história da população local, era comum ter muitos filhos para que ajudasse na plantação, isso gerou uma enorme fragmentação das propriedades. Com isso, os filhos que herdaram maiores propriedades (>10hectares) de terra tendem a se manter produtores agrícolas, já os que possuem a terra muito fragmentada (<5hectares), recebendo poucos hectares, tendem a se ocupar de outras atividades não agrícolas. Em regiões próximas, vivenciam uma situação parecida com a área de estudo. Dale (2014) traz em sua reportagem sobre o “*novo ciclo do café*” entrevistas realizadas com um técnico agrícola, e com pequenos produtores locais, onde os mesmos comentam sobre essa recente expansão cafeeira na Região Noroeste Fluminense, e Região Serrana Fluminense. Durante o texto fica claro a importância do tamanho da terra para fazer o cultivo ser rentável. Entretanto, o relato do técnico agrícola é positivo, ele evidencia o crescimento da agricultura familiar em pequenas propriedades, o que pode resultar em um maior retorno econômico e conseqüentemente uma maior atração populacional nesse espaço rural.

## 6 | A MULTIFUNCIONALIZAÇÃO DO CAMPO E AS NOVAS OPORTUNIDADES

Além disso, diversos outros fatores influenciam diretamente e indiretamente nos movimentos migratórios entre campo-cidade. Um deles, ainda hoje, é a queda de



postos de trabalho nas atividades produtivas agrícolas com a mecanização do campo, acompanhado de uma concentração de indústrias e outros serviços nos centros com crescente urbanização dessas áreas rurais, resultando assim em uma migração de curta distância. Há também a chamada migração não ocupacional (*non occupational migration*), em que o êxodo rural é reflexo da saída dos jovens desempregados, que não encontram empregos nas áreas rurais e acabam assim saindo da região. Isso é reflexo da não diversificação econômica nessas áreas. (CLOUT, 2013)

É nesse momento que a multifuncionalização do espaço rural toma a sua devida importância, pois ela tem a capacidade de diversificar a economia local, oferecendo novas possibilidades de empregos no campo, ainda que nem sempre relacionados com a produção agrícola. Assim, desde o declínio da produção de café, e a baixa valorização econômica e cultural da produção rural familiar parte dos moradores da região passam a exercer novas funções, trabalhando em indústrias próximas de processamento de alimentos e de engarrafar águas, no turismo rural onde em sua maioria visam a fuga do caos urbano e seus hóspedes imergem em atividades do imaginário urbano sobre o rural como tirar leite de vacas, pegar os ovos da galinha e até numa relação de maior proximidade com a natureza. Na região por exemplo tem a pousada Morgenlicht, que utiliza da mão de obra local e familiar para o seu funcionamento.

Dessa forma, com a chegada de indústrias e comércio em áreas próximas, faz com que essa população não necessariamente haja a necessidade de o indivíduo sair do espaço rural para obter seus desejos profissionais e ir em busca do seu desenvolvimento econômico. Essas novas ocupações que aparecem não demandam estudos especializados para a função, e conseguem suprir a necessidade de mão de obra apenas com a população local. Por exemplo, cria-se a necessidade de vendedores, faxineiras, porteiros, motoristas, cozinheiros e seguranças nessas indústrias e comércio. Contudo, ainda que tais funções não sejam valorizadas culturalmente e economicamente, nem pelo mercado, nem pela sociedade, esses novos empregos representam - principalmente para os mais jovens que tem esse desejo de sair do campo – uma nova oportunidade de desenvolvimento profissional e crescimento financeiro sem que necessariamente saiam do conforto e da proximidade de suas famílias.

### Ocupação dos Moradores (Maiores de 18anos)

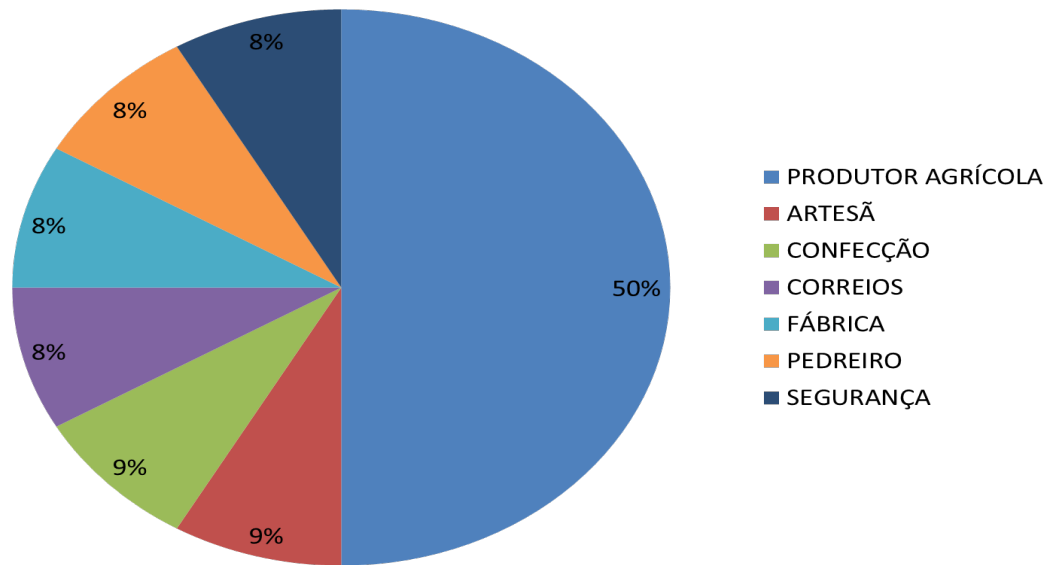


Figura 4 - Ocupação dos Moradores da Microbacia do Pito Aceso (Fonte: Arquivo Pessoal)

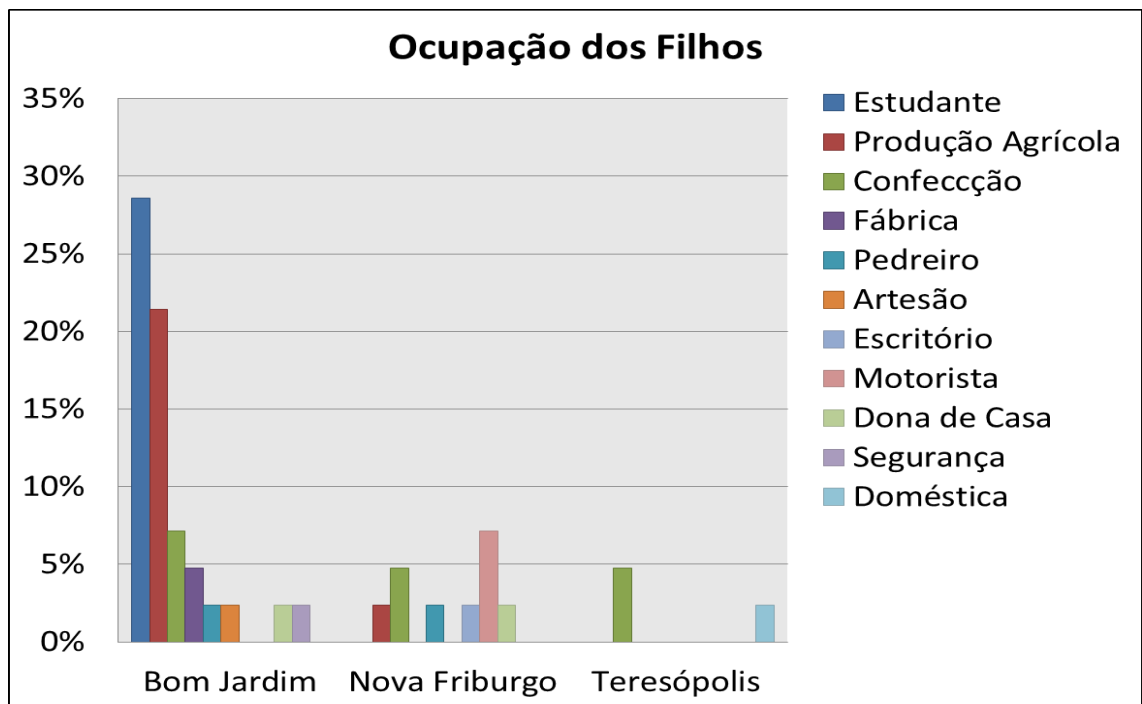


Figura 5 - Profissão dos Filhos dos Moradores do Pito Aceso (Fonte: Arquivo Pessoal)

Outra atividade também passa a crescer na região mais recentemente. A produção orgânica é uma nova chave para a fixação e atração de mão de obra para a região, pois consigo carrega moradores dos centros urbanos que buscam um estilo de vida mais próximo da natureza e de uma alimentação mais saudável. Como resultado disso, passam a estabelecer moradias nos espaços rurais, produzindo produtos orgânicos, com o objetivo não necessariamente de realizar apenas um lucro financeiro maior, mas sim de produzir e comercializar produtos mais saudáveis e de menor impacto ao

meio ambiente. Essa nova dinâmica, mostra que esse espaço rural pode se tornar cada vez mais atrativo, aos moradores locais e novos moradores. (CARNEIRO, 2012; BICALHO, 2014)

Desse modo, essas novas funções podem mudar a situação atual da região, onde como pode ser analisado na figura 5, grande parte dos filhos dos moradores da Microbacia do Pito Aceso, não se encontram mais em Bom Jardim, nem mesmo exercendo atividades ligadas a produção agrícola. Isso já demonstra que essa mão de obra mais jovem está sendo atraídas para outras áreas mais dinâmicas, e em funções mais valorizadas culturalmente e economicamente pela sociedade e por eles.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área de estudo tem percorrido um caminho ao esvaziamento e envelhecimento populacional. Tal afirmação está embasada em referências bibliográficas no qual relacionam as dinâmicas migratórias com o sentimento de pertencimento dos moradores ao local de moradia, e também dos visuais atrativos dos grandes centros motivam os moradores locais, em sua maioria jovens, à migrarem para os núcleos urbanos próximos.

Todavia, observa-se que os movimentos migratórios locais não acontecem apenas na direção campo-cidade, mas também em seu oposto com um movimento recente de pessoas que vão da cidade para o campo. Nesse outro movimento é onde se introduz a multifuncionalidade dentro dos espaços rurais, pois ela tem a capacidade de diversificar a economia local e atrair financeiramente a população com tendência a migrar das áreas rurais para os núcleos urbanos em busca de uma melhoria nas condições de vida e de atrair novos moradores para a região. Portanto, esse processo de multifuncionalização pode ser responsável pela criação de novas oportunidades para os moradores locais, valorizando o meio rural e as atividades que nele se localizam seja de forma cultural ou de forma monetária para com aqueles que ali exercem seus trabalhos diários e dependem disso para sua sobrevivência.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R., A Evolução do Espaço Agrário Fluminense, In **GEOgraphia - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**, Vol. 7, No13, 2005

BERRY, E. Helen; KIRSCHNER, Annabel. Demography of Rural Aging. In GLASGOW, N. e BERRY, E. H. **Rural Aging in 21st Century America**. Dordrecht, Springer, 2013, pg17-36, 2013.

BICALHO, A. M. S. Espaço Rural Contemporâneo: Perspectivas teórico-metodológicas. In ARAUJO, A.P. e VARGAS, I.A. (orgs.) **Dinâmicas do Rural Contemporâneo**. Campo Grande: UFMS, 2014, cap. 1, p13-36.

CARLEIAL, A. N.. **Transições Migratórias**, Fortaleza, IPLANCE, 2002.

CARNEIRO, M.J. "Do rural" como categoria de pensamento e como categoria analítica. In Carneiro, M.J. (org.) **Ruralidades Contemporâneas**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2012, p.23-50.

CLOUT, H. D. **Rural Geography: An Introductory Survey**. Elsevier - Pergamon Press, Oxford, 2013

IBGE, **CENSO ECONÔMICO/ AGRÍCOLA/ AGROPECUÁRIO/DEMOGRÁFICO**, 1940- 2010, BRASIL.

PANAGIDES, Stahis. – Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira – **Revista Brasileira de Economia** – Rio de Janeiro, V. 23, páginas 41-71, 1969.

Pousada Morgenlicht – Acessado em: 26/12/2016 <http://www.morgenlicht.com.br/>

TUAN, Yi-Fu. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S; OLSSON, G. (orgs.). **Philosophy in Geography**. Dordrecht: Reidel, 1979, pp. 387-427.

## MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA

**Maria José Andrade da Silva**

Universidade de São Paulo - USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLC. São Paulo – SP

**RESUMO:** Esta pesquisa de Geografia caracterizará o processo de asfixia da agricultura na região carbonífera no sul de Santa Catarina. A tendência asfixiante do trabalho dos agricultores na região carbonífera foi resultado da extração do carvão que ali se desenvolveu, dentro de uma nova lógica de reestruturação socioeconômica. Constatase, nesse processo, a desvalorização da produção agrícola, sobrepondo o carvão como os verdadeiros produtores de mais-valor em detrimento da agricultura familiar. No entanto, a atividade carvoeira é altamente degradante e afeta diretamente os agricultores que insistem em permanecer em suas propriedades. Em face disso, há muitos conflitos na referida região entre os agricultores e os donos de mineradoras. Para nortear esta pesquisa, optou-se por consultar não só a bibliografia referente ao assunto, bem como os pesquisadores locais. As questões aqui propostas baseiam-se nas reflexões desenvolvidas por Joan Martínez Alier, ao tratar da Ecologia dos Pobres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Carvão Mineral; Agricultores; Conflitos.

**ABSTRACT:** This geography research will characterize the process of asphyxiation of agriculture in the coal region in the south of Santa Catarina. The stifling tendency of the work of the farmers in the coal region was the result of the extraction of the coal that developed there, within a new logic of socioeconomic restructuring. In this process the devaluation of agricultural production is seen, overlapping with coal as the true producers of more value to the detriment of family farming. However, charcoal activity is highly degrading and directly affects farmers who insist on remaining on their properties. On the face of it, there are many conflicts in the region between farmers and mining owners. To guide this research, it was decided to consult not only the bibliography related to the subject, as well as the local researchers. The questions proposed here are based on the reflections developed by Joan Martínez Alier in dealing with the Ecology of the Poor.

**KEYWORDS:** Mineral Coal; Farmers; Conflicts.

### 1 | INTRODUÇÃO

A atividade carvoeira no sul de Santa Catarina vem sendo desenvolvida desde o início do século XX, na chamada bacia carbonífera, cuja área abrange aproximadamente 1.625 quilômetros quadrados dos quais cerca de 490



km<sup>2</sup> estão degradados: o solo, a fauna e a água. No decorrer de quase um século, a extração do carvão mineral foi realizada sem nenhuma preocupação com a natureza, fato que contribuiu para degradar a região carbonífera<sup>1</sup> e outros municípios ao redor. Dentre os danos ambientais decorrentes da atividade carvoeira elencam-se: os hectares de terra cobertas com piritas de carvão, o rebaixamento do lençol freático, a alteração da paisagem natural, a remoção da vegetação nativa, a expropriação dos moradores do campo, como também o prejuízo aos animais que ali residem ou os que foram expulsos de seus territórios.

Atualmente, as empresas mineradoras em sua maioria atende não apenas as normas estabelecidas pelas políticas ambientais vigentes no Brasil, bem como o emprego de novas tecnologias para extrair o mineral. Contudo, devido ao alto potencial de degradação que a mineração de carvão apresenta, continua degradando o ambiente e expropriando os moradores do campo. Essa realidade tem ocasionado inúmeros conflitos entre os agricultores e os donos de mineradoras, pois a preocupação dos moradores é que sejam degradadas as poucas áreas que ainda restam intocadas por esse tipo de atividade. Esse tipo de conflito é denominado por Joan Martínez Alier (2012) de *Ecologismo dos Pobres*, título de seu livro, onde o autor discorre acerca do aumento das tensões pelo acesso aos recursos naturais. O presente estudo, por sua vez, propõe caracterizar a degradação proveniente da atividade carvoeira e como esta se sobrepõe à atividade agrícola, além dos conflitos existentes entre os agricultores e os mineradores na região carbonífera de Santa Catarina. De acordo com Santos e Silveira (2003, p. 247), “quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política.”

## **2 | A INDÚSTRIA CARVOEIRA E A REESTRUTURAÇÃO SOCIOECONOMICA NO SUL CATARINENSE**

A área onde se situa a região carbonífera foi colonizada pelos europeus por meio da política imigratória no Brasil no século XIX. A esse respeito, o ciclo imigratório para a região sul cumpriu uma dupla função: a de colonizar e povoar o Brasil. No âmbito dessas ocupações espaciais no Brasil, Caio Prado Júnior (1972, p. 229) argumenta que “(...) um sistema de povoamento a que se deu o nome de colonização, e que consiste na formação de núcleos agrícolas de pequenas propriedades agrupadas e cedidas em condições vantajosas a modestos lavradores.” Assim, cogitava-se transformar aquelas famílias em pequenos proprietários.

---

<sup>1</sup> A região carbonífera é composta por doze municípios. Entretanto, há outros municípios que, embora não façam parte dessa região, estão envolvidos com a atividade carvoeira e ainda outros que são atingidos pelos danos ambientais decorrentes dessa atividade.

Ao passo que para aqueles imigrantes que se firmavam no território, a agricultura tornou-se a principal atividade desenvolvida. Entretanto, com o advento da indústria carvoeira a agricultura foi sendo asfixiada enquanto os agricultores sofriam expropriação de suas propriedades. A descoberta do carvão em Santa Catarina data de 1827, na região que compreendia Lauro Müller e Guatá, durante o reinado de D. Pedro I. Inicialmente a exploração do carvão nessas regiões específicas foi concedida a uma empresa inglesa, que se tornou responsável pela exploração e exportação do carvão, o que a levou a investir em infraestrutura. No ano de 1884, ela construiu uma linha férrea de Lauro Müller ao Porto de Laguna. Apesar de tais investimentos, a empresa inglesa deixou de explorar o carvão catarinense por considerá-lo de baixa qualidade. A partir de então, o governo federal repassou a concessão da mineração a empresários cariocas, Henrique Lage, Álvaro Catão e Sebastião Neto, que passaram a explorar o carvão catarinense.

O ímpeto na extração do carvão no sul de Santa Catarina partiu da perspectiva econômica atrelada aos contextos nacional e global, em virtude da importância do carvão mineral em suprir a matriz energética do país naquela época, em especial durante os anos das guerras mundiais (a Primeira de 1914 a 1918; e a Segunda de 1939 a 1945). Com a crise de 1929, mais uma vez, o governo federal volta-se para o carvão nacional, criando novas leis para favorecer a exploração do carvão no Brasil. O então Presidente da República Getúlio Vargas assinou o Decreto-lei nº. 19.398, de 9 de julho de 1931, estabelecendo a obrigatoriedade das empresas de consumirem dez por cento do carvão nacional. Outra medida voltada para fomentar a indústria carvoeira foi a criação Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) por intermédio do Decreto nº 23.979, tendo como uma das suas atribuições tanto avaliar os recursos nacionais do carvão como elaborar estudos a respeito de seu benefício (BELOLLI et al., 2002).

Com a crise do petróleo em 1973, mais uma vez o fornecimento de energia no Brasil viu-se prejudicado e, por isso, as indústrias e as companhias de navegação foram novamente obrigadas a recorrerem ao carvão nacional, outrora colocado em segundo plano, devido a sua baixa qualidade<sup>2</sup>. Desse modo, o crescimento na indústria carvoeira foi impulsionado pela crise de desabastecimento de energia no Brasil. Cabe ressaltar, que o governo federal fomentou a atividade carvoeira no sul de Santa Catarina e, portanto, dele dependeu a criação de leis, infraestrutura, subsídio para produção, ao mesmo tempo tornou-se o principal produtor e consumidor do carvão catarinense. (GOULARTI FILHO, 2001).

A produção do carvão mineral no sul catarinense acarretou uma mudança socioambiental em toda a região, em que agricultores e pescadores deixaram as suas atividades originais para trabalharem nas mineradoras de carvão. Para ilustrar tal

<sup>2</sup> O carvão catarinense era tido como de baixa qualidade devido ao seu alto índice de rejeito. Do total do carvão extraído 75% eram rejeitos e o restante (25%) servia como carvão energético; desse total 15% era metalúrgico. Além disso, apresentava um alto teor de enxofre, em torno de 5%, o que compromete os mananciais hídricos.

acontecimento, o geógrafo Élisée Reclus, em sua obra *Renovação de uma cidade: Repartição dos homens* compara tal fenômeno à figura de um polvo “[...] projetando seus longos tentáculos nos campos, seriam de fato monstros gigantescos vampiros sugando a vida dos homens”. (RECLUS, 2010, p. 37).

À medida que a indústria carvoeira atraía para si os colonos, alterava significativamente o modo de vida deles, conforme se entrevê no depoimento de Dona Santina de Oliveira Svaldi<sup>3</sup>: “Meu marido chegava em (sic) casa da mina sacudia a poeira do carvão, almoçava descansava um pouquinho e íamos para roça, nós (sic) trabalhava até anoitecer. Mas ele não aguentou era muito puxado, então se fixou na mina [...]”. (MINOTO, 2005, p. 21).

A inserção dos colonos na atividade mineradora ocorreu por vários motivos, alguns se viram obrigados a abandonarem o campo e mudaram-se para a cidade a fim de se dedicar à indústria carvoeira. Além disso, houve casos em que proprietários foram obrigados a vender as suas terras para donos de mineradoras, “(...) segundo a memória dos filhos e netos dos primeiros carregadores de carvão, imigrantes italianos e seus filhos, seus pais, embora sendo os donos da terra pouco recebessem financeiramente com a exploração do carvão mineral.” (COSTA, 1999, p. 206). Isso se deve porque o Estado, por meio de leis, já havia assegurado para si as riquezas do subsolo, conforme já constava desde a Constituição Federal de 1824 cujo artigo 179, inciso XXII, tratava das riquezas do subsolo: “É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle préviamente indenizado do valor dela”.<sup>4</sup> (CAMPANHOLE; LOBO, 1978, p. 870). As demais constituições que precederam a esta e descrito também no *Código de Minas* de 29 de janeiro de 1940, sob o Decreto-Lei nº 1.985: “Art. 4º A jazida é bem imóvel, distinto e não integrante do solo. A propriedade da superfície abrangerá a do subsolo, na forma do direito comum, não incluída, porém, nesta a das substâncias minerais ou fósseis úteis à indústria”. Significa dizer que estava embutido o direito de riqueza do subsolo à União e, por extensão, para explorar as riquezas do subsolo, é necessário a concessão desta, ou seja, a permissão do governo federal para explorar as riquezas do subsolo, como ocorre até os dias atuais.

Entretanto, a atividade carvoeira desenvolveu-se de forma dicotomizada entre a economia e a natureza, enquanto a primeira foi priorizada, a natureza foi relegada a segundo plano. Naquela época, a natureza era considerada como um recurso infinito, não havendo, portanto, a preocupação em preservá-la, não apenas na região carbonífera, assim como em todo território nacional. Assim, em virtude dessa atividade, o meio ambiente sofreu impactos negativos que até hoje salta aos olhos o quadro de degradação ambiental na região mineirada.

Do ponto de vista ambiental, o carvão tem um alto potencial de degradação,

<sup>3</sup> Dona Santina de Oliveira Svaldi. 67 anos. Entrevista realizada em 10 de maio de 2005, por Daniela da Silva Lúcio Minotto.

<sup>4</sup> Texto transcrito conforme a ortografia original.

a extração do minério se dá em duas modalidades de produção o que se chama de minas superficiais e minas subterrâneas. O método empregado depende de onde se encontra o solo, pois algumas lavras de encontram próximo da superfície, outras nas entranhas da terra que chegam a uns 150 metros. Ambas as modalidades envolvem a remoção de uma grande quantidade de solo, conseqüentemente, ocorre o rebaixamento do lençol freático, secando a fonte de águas que abastece a população na área minerada. Ademais, a mineração constitui-se um dos principais elementos de contaminação das águas, que envolve todas as etapas do carvão desde a sua extração até o seu beneficiamento (CITADINI-ZANETTE, 1999).

A economia carvoeira representa uma das contradições da lógica irracional e destrutiva da relação do homem com o campo, pela sua necessidade de ampliação da produção nega a existência socioambiental. Isso nos remete a Lefebvre (2008, p. 41), ao esclarecer que a lógica de produção capitalista nega a natureza. Sendo assim, os recursos naturais são utilizados de forma desenfreada provocando degradação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que altera a paisagem na região. A esse respeito consideremos Luchiari (2001, p. 18): “Saltam aos nossos olhos as paisagem destituídas de beleza e as paisagens-símbolo de um risco socioambiental iminente: florestas devastadas (...) rios que se transformam em canais de esgoto industrial”. O modo de produção capitalista produz uma paisagem a qual não desejamos ver. Desse modo, a racionalidade camponesa se choca com os interesses do capital industrial, o que leva ao conflito imediato. A preocupação do homem do campo transcende a preocupação pura e simples com fatos importantes, tais como: produção, produtividade, sistemas de cultivo e estrutura fundiária.

### **3 I CARVÃO MINERAL E CONFLITOS TERRITORIAIS**

Como já mencionado, os municípios onde se realiza a extração do carvão apresentam o meio físico, ecológico e biótico sob contínuo ataque de degradação. Se por um lado a atividade carvoeira gera emprego, por outro, prejudica o desenvolvimento econômico de outras atividades, como a atividade agrícola. Em decorrência disso, tem ocorrido conflitos entre agricultores e donos de mineradoras, os quais nascem da exploração cada vez mais dos recursos naturais. Então, o território fica melindrado, pois nele habitam pessoas e animais. Daí, eclodem os conflitos. Os agricultores são sujeitos sociais que não se definem como ambientalistas, isto é, são trabalhadores que lutam pela sua sobrevivência, pelo direito de permanecerem na terra e desta obter o seu sustento. Esse tipo de mobilizações é denominado por Martínez-Alier (2012, p. 35) de ecologismo dos pobres, diferente do movimento dos ambientalistas tradicionais, trata-se, portanto de atitudes “[...] aplicadas a movimentos do Terceiro Mundo que lutam contra os impactos ambientais que ameaçam a vida dos pobres, que constituem a ampla maioria da população em muitos países.” Sob essa premissa, a

região carbonífera oferece um exemplo tendo em vista que os fortes impactos negativos referentes aos problemas ambientais são sentidos exponencialmente entre os pobres.

O ecologismo dos pobres norteia-se não só pela luta contra a pobreza, bem como pela conservação dos recursos naturais como meio de sobrevivência. Esses conflitos ambientais decorrem das tensões pelo acesso a recursos naturais dos mais pobres em contraponto à ação dos grandes capitalistas. Neste viés, um dos exemplos emblemáticos residiu no enfretamento das comunidades de seringueiros no Acre contra os donos de madeiras, cujo movimento teve como líder o sindicalista Chico Mendes numa oposição ferrenha à derrubada das florestas nativas, da qual aquela comunidade tirava o látex para a sua sobrevivência. Embora esse movimento tenha proporcionado a seu líder o reconhecimento internacional, provocou simultaneamente a ira dos grandes fazendeiros locais, que culminou com o seu assassinato em 1988. (Martínez-Alier, 2012). Por extensão, na região carbonífera de Santa Catarina ocorrem vários exemplos de movimentos dessa natureza, em que os agricultores reafirmavam a posição contra a instalação de minas em defesa de seu direito de permanecerem em suas propriedades e evitar que estas sejam degradadas.

Desde o início da década de 80, eclodiram movimentos em vários municípios da região carbonífera de Santa Catarina, dentre os quais merece menção o ocorrido em Siderópolis, no referido estado, em 1985. Moradores das comunidades desse município iniciaram uma luta para a preservação de uma área ambiental, que se situava na Mina do Trevo, cujo intento era impedir a abertura de novas minas naquela localidade. Esse movimento adquiriu força e juntamente com o Movimento Ecológico de Siderópolis iniciaram um movimento contra a Mina Beluno da Carbonífera Treviso, que anunciara o projeto de abertura de mais uma mina na localidade de Rio Albina (Freitas, 1998). A maior preocupação dos agricultores recaía na preservação da água

em suas terras. Em face disso, começaram a se reunir nas comunidades dos rios Albina, Montanhão e Alto Rio Maina, que já se encontravam com problemas de escassez de abastecimento da água oriundo da poluição das vertentes de água provocadas pelas minas. De acordo com Ascelrad (2004, p. 27), “Os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território [...] - transmitidos pelo solo, água, ar, os sistemas vivos decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.”

Outros exemplos de conflito entre agricultores e donos de empresas de mineração tiveram como palcos Esperança e Santa Cruz no Município de Içara. Na tentativa de barrar a implantação do projeto da Carbonífera Rio Deserto, moradores locais se engajaram no movimento denominado *Movimento Pela Vida* de Içara para impedir a execução do projeto, ressaltando os prejuízos socioambientais que o projeto traria ao meio ambiente. Entre os anos de 2003 a 2009, o movimento içarense ganhou força. Assim, “O território, nesta perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).



O projeto da Carbonífera Rio Deserto previa explorar o carvão por quatorze anos, o que prejudicaria a agricultura familiar em Esperança e Santa Cruz que já vem sendo desenvolvida há cerca de um século. A área possui em torno de 174 propriedades e abriga em torno de trezentas famílias, ou seja, um número aproximado de mil pessoas, cujo sustento depende exclusivamente da atividade agrícola. A desconfiança de moradores e até mesmo de mineradores é que se repita o ocorrido em outras áreas mineradas, quer dizer, a alteração do lençol freático, a contaminação dos rios, a diminuição das águas de superfície, uma vez que a mineração seria realizada a trinta metros de profundidade, impactando negativamente e sistematicamente o cultivo do arroz, obrigando muitas famílias a abandonarem o local e, por conseguinte, gerando falta de perspectiva e migração para os centros urbanos. (MOREIRA, 2006).

Apesar da resistência dos agricultores de Esperança e Santa Cruz em Içara parte do projeto da Carbonífera Rio Deserto foi instalado. Durante um trabalho de campo que realizamos em janeiro de 2018, os agricultores afirmaram a intenção da mineradora em expandir a área, ou seja, de abrir novas minas na localidade. Atualmente, os agricultores já sentem os impactos causados pela instalação da mina. Segundo o depoimento de Antônio dos Santos Matiola<sup>5</sup>, um líderes do movimento em Içara, em sua propriedade já há falta d'água, além disso, afetou a umidade do solo que permanece por pouco tempo. Isso se dá porque a mineração interfere no ciclo hidrológico, que é de fundamental importância, pois a água da chuva pode ser armazenada no solo, mas com o rebaixamento do lençol freático devido a profundidade da mina, o processo de retenção de água no solo fica prejudicado.

Outro movimento de resistência ocorreu com os moradores dos Morros Estevão e Albino, no Município de Criciúma. Essa área foi colonizada por imigrantes italianos no final do século XIX, quando fixaram as suas residências nesse local. Chama-se atenção que os referidos morros encontram-se localizadas em Área de Proteção Ambiental (APA) que, nos termos da SNUC, Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 compreende:

Uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Os Morros Estevão e Albino são ocupados por cerca de 190 famílias, que exercem práticas agrícolas tradicionais. Dessa forma, a “[...] permanência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas não se justifica somente pela proteção e reconhecimento da grande bagagem de etnoconhecimento transmitido de geração em geração [...]” (DIEGUES, 1994, p. 64). Hodiernamente essas famílias se dedicam à agricultura de fumo, batata, feijão, banana, milho, cana-de-açúcar, mandioca, pimentão, café, eucalipto, entre outras. Inclui-se ainda as criações de gado leiteiro

---

<sup>5</sup> Antônio Matiola dos Santos, morador de Santa Cruz, Município de Içara, em Santa Catarina, concedeu entrevista à esta pesquisadora em 17 de janeiro de 2018.



e de suínos, cuja comercialização é realizada na própria região (REBOUÇAS et al., 1997). Cabe salientar, que a atividade econômica praticada por eles não se dá de forma predatória. Está em consonância com a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000:

A exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. (Art. 15º)

(...) o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, (...) garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.” (Art. 2º).

Desse modo, os agricultores nos morros Estevão e Albino cumprem o que está estabelecido na referida lei. Essa área abriga um potencial hídrico vital tanto para as economias agrícola, industrial e comercial, como para usos domésticos e lazer, inclusive, praticados por parte pelos moradores locais como também os do entorno. Compreende 585 pequenas vertentes, 94 médias vertentes, 36 riachos e 209 açudes e possui ainda as poucas áreas de vegetação nativa no topo dos morros. Este espaço possui também um valor simbólico, a exemplo da Igreja do Morro Estêvão, uma importante congregação comunitária do lugar, tendo sido construída como resultado do mutirão empreendido pelas famílias e inaugurada em 22 de janeiro de 1922. Neste sentido, o território compreende o espaço que os homens constroem, onde ocorre a interação entre os sujeitos, e destes com a natureza, e são permeadas de sentimentos e pelos simbolismos nos lugares (SAQUET, 2017).

Devido ao fato dos interesses dos agricultores e o modo como lidam com a terra serem contrários ao capital industrial, em 1996, os agricultores da APA Estêvão/Albino se envolveram numa disputa contra mineradores que queriam permissão para minerar a referida área. Esse movimento tinha como meta impedir que a lei fosse alterada, o que daria permissão para minerar naquela localidade, esse embate culminou com uma ação na Justiça. Na ocasião do conflito, a empresa mineradora contava com um expressivo grupo de apoio, a saber: o Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina – SIECESC, a Fundação do Meio Ambiente - FATMA, o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, o Sindicato dos Mineiros, os políticos municipais, estaduais e federais, o Sindicato dos Engenheiros de Minas e a Eletrosul. Além disso, persuadiu os trabalhadores a lutarem pela abertura da mina, pois propagavam estar do lado dos mineiros em prol da manutenção de seus empregos, cooptando-os a defenderem a mineradora. Em contrapartida, os agricultores contavam com o apoio de agricultores locais e regionais, ambientalistas, cientistas sociais, com a líder do movimento a agricultora Valdina Zanete, a ONG Amigos da Natureza e o Ministério Público Federal.

Cabe acentuar que esse movimento não foi pacífico, pois com o resultado a favor dos agricultores, os mineiros agiram de forma violenta, atacaram o Fórum com pedras e quebraram todas as janelas. Os vereadores, dois juízes, representantes

dos agricultores, funcionários da Câmara e profissionais da imprensa tiveram de ficar refugiados dentro desse prédio, até que a situação fosse controlada. Ao final do confronto, houve policiais e mineiros feridos, incluindo um mineiro internado na UTI, e oito que foram atendidos no pronto-socorro municipal, além de dez prisões efetuadas. Como se depreende da referida situação, a apropriação do espaço envolve a demarcação e definições das relações sociais, disputa de poder, abrangendo, portanto, múltiplos interesses. O poder para além do “Poder” provindo das organizações políticas, que mesmo em menores escalas tem uma abrangência do “poder” presente no constantemente no jogo relacional da sociedade como um todo (SILVA, 2002; RAFFESTIN, 1993, p. 50).

Apesar da inegável importância da agricultura familiar, na maioria dos embates envolvendo agricultores e mineradores, os donos de mineradoras saem vencedores. Cabe enfatizar que o setor carvoeiro é composto por uma rede de apoiadores que atua na consolidação do carvão, como os meios de comunicação, grupos organizadores na sociedade e políticos. Outro fator que se deve levar em consideração reside na compensação financeira arrecadada pelos municípios donde é extraída a lavra, cujo ICMS corresponde a uma alíquota de 2,0% sobre o faturamento líquido das empresas mineradoras. Esta norma está prevista na Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 20, § 1º, fixou o referido percentual que devia ser pago aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e aos órgãos da administração da União como prestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios. Isso provavelmente contribui para a pouca adesão dos vereadores e prefeitos aos grupos contrários à atividade mineradora, visto que alguns municípios dependem dos impostos gerados pela produção de carvão.

Convém frisar que, devido aos constantes conflitos envolvendo proprietários de terras e as empresas mineradoras que recebem concessões de lavras, a maioria dos casos vai parar na justiça. Como forma de amenizar a situação, a justiça propõe que as mineradoras pagarem *royalties* aos agricultores pela retirada do carvão em suas propriedades. Nesse aspecto, Sánchez (1995) salienta que a legislação brasileira é vaga por não especificar sobre a subsidência de minas no Brasil, tampouco versa a respeito das questões dos conflitos entre as mineradoras e os proprietários de terras. Esses exemplos servem para ilustrar os interesses convergentes e divergentes da exploração de carvão mineral. De um lado, as empresas tentam convencer à comunidade de que a mineração de hoje é diferente, que não se repetirá as degradações da fauna, flora, e dos recursos hídricos; por outro lado, a sociedade não se convence disso, a partir de realidades concretas, do que presenciam desde décadas anteriores. O está em jogo é a luta pela manutenção da área para o desenvolvimento da atividade agrícola *versus* a inserção da atividade carvoeira com alto potencial de degradação ecológica que resulta em alteração ambiental e no modo de vida das comunidades no local. (ALEXANDRE, 1996).

Dessa forma, a natureza do conflito se dá em três campos: econômica, social e

ambiental, os quais estão entrelaçados. Do ponto de vista ambiental, a degradação decorrente da produção do carvão inviabiliza ou põe em risco a manutenção da atividade agrícola da comunidade, obrigando os agricultores a abandonarem as suas propriedades e irem em busca de novos meios de sobrevivência. Neste sentido, Haesbaert, (1997, p. 42) explica que “O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...) uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (...)”. Em face disso, o Estado precisa ampliar as políticas de permanência do agricultor no campo, garantindo-lhe o direito de permanecer em suas terras, tirar o seu sustento e preservar suas memórias. Servindo também como meio de preservar o meio ambiente, visto que a atividade agrícola, ao contrário da carvoeira, causa menos impacto negativo.

Por fim, ainda que os agricultores da região carbonífera não tenham recebido o devido apoio, os que insistem em permanecer no campo têm contribuído de modo significativo para a produção alimentícia da região. Dentre estas, pode-se elencar: a produção de banana, batata-inglesa, cebola, mandioca, fumo em folha, feijão, tomate, uva; há também o cultivo não tão expressivo de: abacate, algodão, azeitona, limão, dendê (cacho de coco), caqui, castanha de caju, pêssego, pera, pimenta-do-reino, mamão, manga, maracujá, goiaba, figo, tangerina, borracha (látex coagulado), erva-mate (folha verde), cacau em amêndoas, café (em grãos) (IBGE, 2010). Isso demonstra que esses trabalhadores necessitam de apoio e valorização pelo seu trabalho.

Por tudo isso, o Estado precisa ampliar as políticas de permanência do agricultor no campo, garantindo-lhes o direito de permanecer em suas terras e tirar dela o seu sustento, como também o de preservar suas memórias.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme o exposto, a região carbonífera ilustra parte de uma realidade brasileira, na qual a agricultura familiar é negligenciada ao segundo plano. Isso tem levado a submissão da agricultura familiar aos meios de produção do capital, como ocorre na região carbonífera. Portanto, essa realidade está longe de ocorrer de forma pacífica, os agricultores da referida região, mantêm-se firme na posição contra a expansão da mineração.

A luta desses agricultores na região carbonífera vai de encontro com as ações predatórias das empresas mineradoras, em defesa dos recursos naturais e pelo direito de acesso a estes. Esse combate envolve ainda a defesa do meio ambiente saudável, por território e territorialidade, e pelo direito de permanecer em suas propriedades e a manutenção de sua relação com o campo. Esse processo expõe a fragilidade dos agricultores, o que acarreta constantes lutas e insatisfação dessa minoria que vive no campo. Além disso, denuncia a falta de apoio dos gestores públicos a esse setor, que

optam em sua maioria, defender os interesses das grandes empresas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCELRAD Henri (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2004, p.27.

ALEXANDRE, Nadja Zim. *Influência da mineração do carvão na qualidade das águas superficiais - revisão bibliográfica*. Revista de Tecnologia e Ambiente. Criciúma, Universidade do Extremo Sul Catarinense, v. 2, n. 1, p. 53, jan./jun. 1996.

BELOLLI, Mário et al. *A história do carvão de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina. 2002 Vol. I. Disponível em: WWW. Site. Edu. br. Acesso em: abril de 2010.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de junho de 2000. *Sistemas Nacionais de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)*. Brasília, DF: Senado, 2000.

CAMPANHOLE, Adriano; Lobo Hilton. *Todas as Constituições do Brasil*. São Paulo: 3ªed. Ed. Atlas, 1978, p. 870-871.

COSTA, MARLI DE OLIVEIRA. “Artes de Viver” recriando e reinventando espaços: memórias da Vila Operária mineira Próspera de Criciúma (1945-1961). (Dissertação em História) Florianópolis: UFSC/CFH, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. Editora NUPAUB Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FREITAS, E.B. *O movimento popular de Rio Albina (Siderópolis)*. Monografia. Curso de Especialização em Educação Ambiental com ênfase em Gestão e Controle Ambiental. Escola Agrotécnica Federal de Sombrio – SC, Santa Rosa do Sul – SC, 1998.

KOPEZINSKI, I. *Mineração x Meio Ambiente: Considerações Legais, Principais Impactos Ambientais e seus Processos Modificadores*, Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

LEFEBVRE, HENRI. *A Revolução urbana*. 3ª ed. Belo Horizonte: editora UFMG 2008.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Editora Contexto, 2ª ed. 2012.

MINOTTO, Daniela da Silva Lúcio. *Memórias do Cotidiano de Mulheres Agricultoras: Criciúma (1930-1950)*. Monografia de Pós-graduação em especialista em História Social e História Cultural. Criciúma: UNESC, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 8º Ed. 1972.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo, Ática, 1993.

RECLUS, Eliseu. *Renovação de uma cidade. Repartição dos Homens*. São Paulo: Expressão e Arte: Editora Imaginária, 2010.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha et al. *Diagnóstico preliminar dos impactos da mineração na área do Morro Estevão e do Morro Albino*. Revista de Tecnologia e Ambiente. Criciúma, Universidade do Extremo Sul Catarinense, v. 3, n. 1, p. 34-39, jan./jun. 1997.

SÀNCHEZ, Solange S. Silva. *A cidadania ambiental: Novos Direitos no Brasil*. 2º ed. 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 12º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 473p.

## **Entrevista**

Antônio Martiola dos Santos, morador de Santa Cruz, Município de Içara, em Santa Catarina, concedeu entrevista à pesquisadora em 17 de janeiro de 2018.

## VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO

### Vinício Luís Pierozan

Mestre em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia/POSGea, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul

### Vanessa Manfio

Doutora em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia/POSGea, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul

### Rosa Maria Vieira Medeiros

Docente, Programa de Pós-Graduação em Geografia/POSGea, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
Porto Alegre – Rio Grande do Sul

**RESUMO:** O crescente uso de insumos químicos, tóxicos e poluentes ao ambiente e a saúde humana é um dos pontos-chave presentes em discussões que ajudam a pensar em formas mais sustentáveis e saudáveis de se produzir alimentos. Neste segmento, se enquadra também a produção de uva e seus derivados como, por exemplo, o suco e os vinhos. No que tange à vitivinicultura orgânica, está busca atender principalmente as demandas crescentes verificadas no mercado consumidor, garantindo e assegurando, menores impactos, danos, ao ambiente onde são cultivados os vinhedos. No Rio Grande do Sul, dois municípios vêm se destacando na

produção vitivinícola orgânica, Cotiporã e Dom Pedrito. Assim, este estudo buscou discutir sobre a vitivinicultura orgânica praticada nestes dois municípios, mostrando as suas principais características e as diferentes possibilidades desta atividade realizada no estado, partindo de uma abordagem qualitativa e de recursos metodológicos que permitiram a construção do presente artigo. Contatou-se que a produção orgânica neste setor é economicamente viável e sustentável, podendo ser desenvolvida por múltiplos agricultores, bem como, em espaços agrários regionais distintos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vitivinicultura orgânica; Cotiporã; Dom Pedrito.

**ABSTRACT:** The increasing use of chemical inputs, toxic and pollutant to the environment and the health human being are one of the point-key gifts in quarrels that help to think about more sustainable and healthful forms of producing foods. In this segment, if it also fits the production of grape and its derivatives, will be example, the juice and the wines. In what it refers the organic vitivinicultura, is search you mainly take care of the verified increasing demands in the consuming market, guaranteeing and assuring, minors impacts, damages, you the environment where the vineyards ploughs cultivated. In the Rio Grande do Sul, two cities come if detaching in the organic vitivinícola production, Cotiporã



and Dom Pedrito. Thus, this study it searched to argue on the organic vitiviculture practised in these two cities, showing its main characteristics and the different possibilities of this activity carried through in the state, leaving of a qualitative boarding and metodológicos resources that had allowed the construction of the present article. It was must observed that the organic production in this sector is economically viable and sustainable, being able to be developed by multiple agriculturists, as well as, in distinct regional agrarian spaces.

**KEYWORDS:** Organic vitiviculture; Cotiporã; Dom Pedrito.

## 1 | INTRODUÇÃO

O uso intensivo de insumos químicos, biológicos e mecânicos na agricultura tem gerado muita preocupação por parte de pesquisadores e instituições públicas, principalmente porque há uma degradação considerável do solo, da biota, dos alimentos e da água. Para tentar reverter esta situação extremamente desagradável para o ambiente e para o ser humano, Lampkin (1998) coloca que as práticas e experiências em agroecologia surgem como uma alternativa para minimizar os impactos da agricultura convencional e moderna sobre os diferentes ecossistemas.

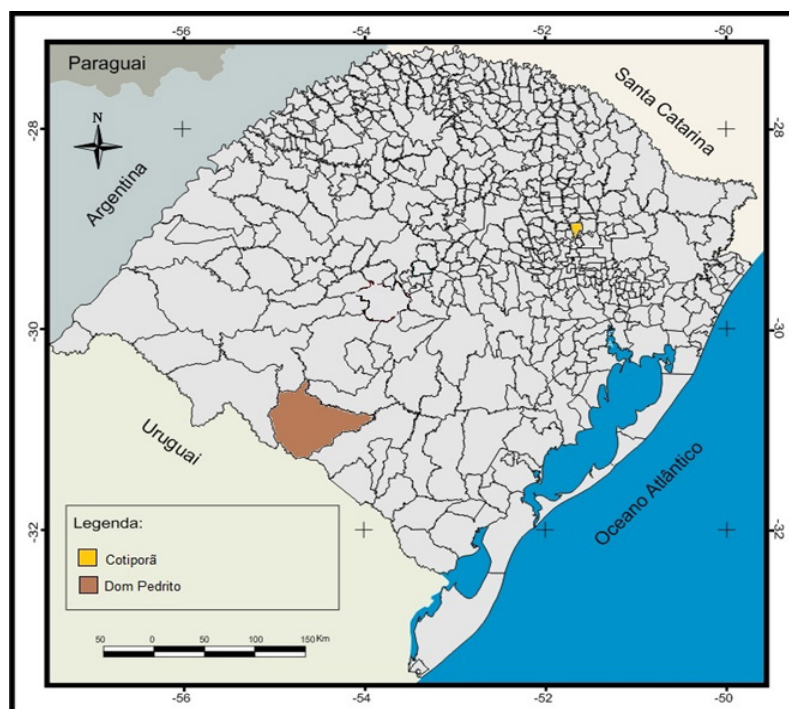
Na vitivicultura gaúcha já estão em curso diversos projetos voltados à sustentabilidade, partindo desde a concepção e implantação dos vinhedos para a produção de uvas até a elaboração de vinhos orgânicos. Através da agroecologia busca-se uma produção que não interfira de forma agressiva no meio ambiente, mas sim, que crie condições para o desenvolvimento socioambiental e gere produtos mais saudáveis ao consumidor final e a todos os envolvidos ao longo da cadeia produtiva.

O estado do Rio Grande do Sul é reconhecido como o berço da produção de uva e vinho no Brasil e atualmente a vitivicultura orgânica vem sendo desenvolvida, principalmente na pequena propriedade rural que tem como base a agricultura familiar. A região da Serra Gaúcha já encontra um ambiente bem articulado para produção de produtos vitícolas orgânicos, sobretudo em Cotiporã, onde há inclusive ações associativas, envolvendo a produção orgânica e a vitivicultura, através da Associação dos Agricultores Ecologistas de Cotiporã (ECOVÊNETO) e a Cooperativa de Sucos Monte Vêneto, ambas são iniciativas que contam com o apoio da prefeitura municipal e do Centro Ecológico Ipê (Núcleo Serra).

Em contrapartida, na Campanha Gaúcha, especialmente em Dom Pedrito a produção orgânica vem sendo incentivada pelo poder público local e desenvolvida por produtores de uva que querem se inserir no mercado, uma vez que não tem condições de competir dentro da cadeia produtiva do vinho fino a qual se encontra em expansão na região. Estes produtores familiares, em sua maioria, investem na produção de uvas orgânicas e de outras frutas que compartilham do mesmo sistema de produção.

Levando em conta estas questões, o presente trabalho buscou discutir a vitivicultura orgânica desenvolvida no Rio Grande do Sul, analisando dois municípios

produtores de uva e vinho tendo como base a produção orgânica. O primeiro está localizado na Serra Gaúcha, é o município de Cotiporã, e o segundo, localiza-se na Campanha Gaúcha, é o município de Dom Pedrito (Mapa 01).



Mapa 01: Localização da área de estudo

Fonte: Adaptado por Manfio, a partir de (IBGE, 2018).

Para dar conta dos propósitos da pesquisa utilizou-se a abordagem qualitativa, composta por: trabalho de campo nos dois municípios, aplicação de entrevistas semiestruturadas, coleta de dados estatísticos e demais informações relevantes e revisão de literatura sobre o tema de estudo.

Destaca-se, que no artigo utilizou-se os termos agricultura orgânica e agroecologia para designar a agricultura (vitivinicultura) que visa produzir uva e seus derivados com o menor dano possível ao meio ambiente e sem a utilização de produtos químicos, tóxicos, sintéticos e/ou industrializados nos vinhedos, perpassando até os diferentes processos de vitivinificação realizados nas empresas vitivinícolas para o beneficiamento da uva. Todavia, na literatura específica muitas vezes estas duas terminologias surgem com enfoques distintos.

Com o trabalho, pretende-se contribuir com as discussões sobre a vitivinicultura e a agricultura orgânica, pois julga-se importante tratar do assunto para buscar novas formas de produção de uvas, sucos e vinhos, que garantam um maior comprometimento com a saúde humana, com a qualidade ambiental, social e econômica de todo o sistema vitícola.

## 2 | A VITIVINICULTURA ORGÂNICA E A SUA EXPANSÃO TERRITORIAL NO RIO

## GRANDE DO SUL

A produção de uva e vinho no estado do Rio Grande do Sul está concentrada em uma das principais regiões de colonização europeia do país, mais conhecida como Serra Gaúcha, que está localizada “[...] no Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, onde se encontra o maior polo vitivinícola brasileiro, cujo surgimento, desenvolvimento e consolidação têm uma relação visceral com a colonização italiana estabelecida no sul do país a partir de 1875.” (PROTAS; CAMARGO, 2010, *on-line*).

Todavia, além do já consagrado polo vitivinícola da Serra Gaúcha a vitivinicultura prospera no estado também em outras regiões do território gaúcho como, por exemplo, os Campos de Cima da Serra, a Campanha Gaúcha e a Serra do Sudeste. Surge então como uma nova oportunidade de crescimento para o setor vitivinícola e para a diversificação das atividades econômicas na Região Central e Alto Uruguai (IBRAVIN, 2018b, *on-line*).

A viticultura na Serra Gaúcha se caracteriza essencialmente por ser realizada e estruturada em

[...] pequenas propriedades, pouco mecanizada devido à topografia acidentada, onde predomina o uso da mão-de-obra familiar. Mais de 80% da produção da região é de cultivares de uvas americanas, a maior parte dessa produção destina-se a fabricação de vinhos de mesa, sucos e derivados. (SILVA; RODRIGUES, 2015, p.5).

Segundo Mello *et al.* (2017, *on-line*) no Rio Grande do Sul a produção de uva está presente em 161 dos 497 municípios gaúchos que possuem no mínimo uma propriedade agrícola com parreirais produzindo uva. Porém, nem todos os municípios beneficiam a fruta, ou seja, a transformam em vinho, espumante, suco de uva ou demais produtos derivados da uva. A maior parte dos agricultores e/ou viticultores vendem a uva *in natura* para empresas de beneficiamento e vinícolas de terceiros. Existem no estado mais de 600 empresas de pequeno, médio e grande porte registradas que utilizam a uva como matéria-prima principal para a elaboração de seus produtos (SILVA; RODRIGUES, 2015, p.11). A maior parte destas empresas se localizam em municípios que fazem parte da Serra Gaúcha como, por exemplo, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, municípios sede, das principais e mais bem estruturadas empresas vitivinícolas do país.

Os dados estatísticos mais recentes do Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>, apontam que em 2015, na região da Serra Gaúcha, a microrregião de Caxias do Sul, composta por 19 municípios, concentrou aproximadamente 79,68% das propriedades vitícolas do estado, totalizando 11.488 unidades de produção agrícolas contendo vinhedos. A soma da área total das propriedades é de 158.837,31 ha, cuja a área média das propriedades foi de 13,83 ha o que equivale a 32,73% do território da

1 Apresenta informações detalhadas sobre a viticultura gaúcha, contendo a área e a produção de uvas por cultivar, por município e por região. O Rio Grande do Sul é o único estado do país que realiza o controle sobre a produção vitivinícola. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/uva-e-vinho/cadastro-viticola>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

microrregião (MELLO *et al.*, 2017, *on-line*).

No entanto, hoje em dia, e principalmente a partir do ano 2000 a produção vitícola no estado, segundo Silva e Rodrigues (2015, p.3) “[...] aumentou a participação na economia de outras regiões e têm apresentado um significativo incremento na produção.”. Dentro dessa perspectiva de expansão e crescimento

[...] a viticultura tem se tornado importante em regiões de relevo plano a suave ondulado, onde predominam grandes propriedades, com maior facilidade de mecanização, como a MR Campanha Central, MR Serras de Sudeste, MR Campanha Meridional e MR Campanha Ocidental. Nessas microrregiões a área média das propriedades variou de 94,96 ha até 564,44 ha. (MELLO *et al.*, 2017, *on-line*).

O município de Dom Pedrito juntamente com Cotiporã, que é objeto deste estudo, se insere dentro desse novo contexto de expansão da vitivinicultura no estado e desponta como um novo produtor de uvas e vinho com perspectivas de crescimento para os próximos anos na região da Campanha.

A vitivinicultura praticada no Rio Grande do Sul e no Brasil como um todo é dominada pelo cultivo convencional, que tem à sua disposição para utilização 224 diferentes tipos (nomes comerciais) de agrotóxicos. Os venenos estão agrupados em diferentes categorias sendo 135 fungicidas, 43 inseticidas e acaricidas e 46 herbicidas, que possuem registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para serem utilizados na cultura da videira.

Além dos produtos mencionados o agricultor também pode utilizar nos vinhedos adubos sintéticos, que são igualmente tóxicos ao ambiente, a quem os utiliza e ao consumidor final que consome as uvas e os subprodutos elaborados a partir da fruta. Os pacotes tecnológicos de venenos são aplicados nos parreirais durante os diferentes estágios evolutivos da vinha e da uva ao longo de todo o ano, tendo em vista que no Rio Grande do Sul é realizada somente uma safra por ano e mesmo a videira estando em período de não produção (dormência) os vinhedos continuam recebendo os diversos tratamentos à base de agrotóxicos.

Somando-se a grande quantidade dos venenos já utilizados nos vinhedos adeptos da produção convencional no estado, a safra de uva 2018/2019 para a região da Campanha Gaúcha terá mais um agravante, a contaminação dos parreirais pelos agrotóxicos das lavouras de soja, cultivo bastante presente no Rio Grande do Sul e que se encontra em expansão nessa porção do território gaúcho. O herbicida 2,4-D (Ácido Diclorofenoxiacético), utilizado para o controle de ervas daninhas, considerado extremamente tóxico no Brasil, e muito utilizado nas plantações de soja, nos últimos anos, e principalmente a partir de 2015 passou a contaminar também os vinhedos da Campanha (IBRAVIN, 2018c).

A produção de uva deste ano para a região tem uma projeção de quebra estimada em torno de 50%, devido a contaminação dos parreirais pelo veneno utilizado nas plantações de soja, ocasionando prejuízos milionários para o setor vitivinícola gaúcho

e para os agricultores locais.

Com vistas a sair deste modelo de produção vitícola regado pela utilização de venenos, surgiram diferentes iniciativas que buscam uma vitivinicultura mais sustentável, com menor impacto ao ambiente e em toda a cadeia produtiva do setor vitivinícola. Se constitui numa produção vitícola sem a utilização de agrotóxicos e demais insumos fabricados pela indústria em seus processos produtivos, com vistas a proporcionar o consumo saudável da uva, do vinho, do suco de uva e demais produtos da uva. Nesse sentido, verifica-se que mundialmente

[...] a produção orgânica é o setor que mais cresce no mercado de alimentos, constituindo-se, hoje, num mercado global anual de 80 bilhões de dólares. No Brasil, não há dados precisos, mas estima-se que a produção tem crescido significativamente, atingindo cerca de 1 milhão de hectares, 15 mil produtores certificados e previsão de faturamento de cerca de R\$ 1 bilhão em 2014. (FECOVINHO, 2016, p.3).

Na Serra Gaúcha o Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Uva e Vinho), e a Federação das Cooperativas Vinícolas do Rio Grande do Sul (FECOVINHO) são instituições que juntamente com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS) fomentam e mantêm projetos voltados para a vitivinicultura orgânica, sendo que a maior parte das iniciativas e projetos se concentram nessa região do estado e são voltados para a agricultura familiar. De acordo com FECOVINHO (2016, p.3) atualmente na “[...] Serra Gaúcha, o principal produto orgânico é a uva, especialmente a destinada para suco de uva orgânico, envolvendo mais de 20 processadores de sucos, entre cooperativas e empresas vinícolas da região.”.

Soma-se também, às iniciativas coordenadas pelas diferentes instituições citadas acima, uma parceria firmada entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)/Fundação de Amparo à Pesquisa Edmundo Gastal (FAPEG) em conjunto com a EMBRAPA para viabilizar um projeto voltado exclusivamente para a vitivinicultura orgânica junto aos assentamentos de reforma agrária situados no estado do Rio Grande do Sul. A parceria teve início no ano de 2005, está estruturada em três diferentes regiões do estado gaúcho e se dá através de Unidades de Referência Pedagógica (URP) (NACHTIGAL *et al.*, 2007).

No entanto, cabe aqui destacar, que a produção de uva orgânica realizada no estado do Rio Grande do Sul e no país, como um todo, ainda é pouco expressiva diante da vitivinicultura convencional. É difícil mensurar com exatidão a quantidade de uva produzida e beneficiada na forma orgânica, gerando produtos como suco de uva orgânico e vinho orgânico, pois atualmente a maior parte da fruta é comercializada *in natura* em feiras livres e/ou diretamente com o consumidor final, o que compromete o acompanhamento dos dados estatísticos referentes à produção e ao beneficiamento da fruta (CAMARGO; TONIETTO; HOFFMANN, 2011).

Todavia, na Serra Gaúcha existe um acompanhamento mais próximo dos



agricultores e viticultores, o que facilita a obtenção e análise de dados estatísticos em relação a vitivinicultura orgânica. Em 2017 existiam na região um total de 342 agricultores certificados que produziam uva orgânica em mais de 800 hectares de vinhedos cultivados dentro deste sistema de produção, que representa aproximadamente 2,2% do total das parreiras cultivadas na região. A maior parte dos agricultores são certificados pelo Sistema Participativo de Garantia, mas existem também agricultores e empresas que elaboram suco de uva orgânico que utilizam a Certificação por Auditoria como forma de atestar que sua produção é de fato orgânica. Entretanto, nas demais regiões do estado não existe um controle da produção e da área cultivada na forma orgânica e nem dos produtos elaborados a partir da uva orgânica tais como, o suco de uva e o vinho orgânico (PIEROZAN, 2017).

### **3 | DA VITICULTURA CONVENCIONAL À PRODUÇÃO DE UVA E SUCO DE UVA ORGÂNICO DE QUALIDADE INTERNACIONAL: A VITIVINICULTURA ORGÂNICA DE COTIPORÃ**

Em Cotiporã a uva e o vinho são de fundamental importância para a economia e para a agricultura local, que tem na produção de uvas a principal fruta cultivada e na atividade agrícola a mais presente no município. O município se destaca como um dos maiores produtores de uva da Serra Gaúcha e do estado. Os dados mais atualizados do Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul apontam que, em 2015, Cotiporã teve uma produção total de 23.460,20 t de uvas, o que coloca o município em 11º lugar entre os maiores produtores de uva do estado. A área cultivada correspondeu a 1.241,88 ha com mais de 3,3 milhões de videiras plantadas e põe o município em 10º lugar entre os que tem maior área territorial cultivada com vinhas no estado (MELLO *et al.*, 2017, *on-line*).

De acordo com Pierozan (2017, p.50) em Cotiporã “O trabalho nos parreirais em sua grande maioria é uma atividade de herança familiar, que passa de pai para filho. Praticamente toda a uva produzida no município, mais de 90%, é comercializada com vinícolas da região, localizadas nos municípios vizinhos [...]”, tendo Bento Gonçalves como o maior receptor da fruta. É bastante comum no município encontrar no trabalho ligado aos vinhedos diferentes gerações de familiares como pais, filhos e avós trabalhando em conjunto na mesma propriedade e compartilhando o mesmo ambiente de trabalho (MANFIO; PIEROZAN; MEDEIROS, 2017).

O município possui atualmente 7 empresas beneficiadoras de uva, sendo 6 delas, vinícolas que elaboram vinhos, espumantes e sucos de uva, e uma cooperativa voltada para a produção de suco de uva orgânico e integral, a Cooperativa de Sucos Monte Vêneto (Figura 01). A cooperativa, fundada em 2007, foi a primeira empresa no Brasil concebida exclusivamente para a produção de suco de uva, as demais empresas foram adaptadas a partir de instalações já existentes no país. A cooperativa



consiste num projeto binacional firmado, implementado e concretizado entre Brasil e Venezuela, tendo o país vizinho financiado a construção da cooperativa (PIEROZAN, 2017).

A criação da Monte Vêneto estimulou também a organização coletiva por parte de um grupo de agricultores localizados no interior do município que produziam diferentes cultivos agrícolas sendo a viticultura o principal deles. Assim, em 2012, foi fundada a ECOVÊNETO, que juntamente com a cooperativa passaram a alavancar a produção de uva e suco de uva orgânico no município, bem como, nos demais municípios da região.

O suco de uva orgânico (Figura 02) é comercializado regionalmente, mas tem parte da sua produção com distribuição em mercados da região sudeste do país, tendo o estado de São Paulo como principal cliente. Uma menor quantidade tem como destino o mercado internacional sendo exportado como produto de alta qualidade. A primeira exportação da Monte Vêneto foi realizada em novembro de 2011, com 54 mil litros de suco, tendo como destino a Venezuela. Porém, é possível adquirir os sucos também via E-commerce com a própria cooperativa, através do seu sítio disponível na internet.



Figura 01: Cooperativa Monte Vêneto  
Fonte: Cooperativa Monte Vêneto (2019)

Figura 02: Suco de uva Orgânico  
Fonte: Cooperativa Monte Vêneto (2019).

No município a produção de uva orgânica encontra-se em fase de expansão e a cada novo ano atrai cada vez mais adeptos entre os agricultores e viticultores. Atualmente 7 propriedades agrícolas possuem a uva certificada como orgânica, pela Rede Ecovida de Agroecologia, e mais 6 agricultores e/ou viticultores estão em fase de transição agroecológica e terão no futuro sua produção atestada como orgânica. Para Pierozan e Manfio (2016, p.7) a viticultura orgânica

[...] está possibilitando a transformação do espaço agrário, pois insere novos olhares e novas perspectivas para os agricultores, que vão muito além das atividades agrícolas. O agricultor começa a compreender e entender a agricultura como sendo um conjunto interligado, que une diferentes conhecimentos, práticas, culturas, técnicas e atores.

O sucesso verificado na produção orgânica também conta com o apoio da EMATER-RS (escritório de Cotiporã) e do Centro Ecológico de Ipê, que capacitam, assessoram e acompanham os agricultores desde a implantação e/ou processo de conversão do vinhedo do cultivo convencional para o vinhedo orgânico. A valorização da uva é percebida pelo agricultor principalmente no momento em que o mesmo vai comercializar a fruta em feiras de produtos orgânicos, supermercados, na própria propriedade, e nas empresas de beneficiamento e recebe mais do que aquela uva que foi produzida na forma convencional. Mas, a não utilização dos agrotóxicos (venenos) nos parreirais é o principal ganho apontado pelos agricultores adeptos do sistema orgânico.

#### **4 | A PRODUÇÃO DE VINHOS E SUCOS ORGÂNICOS NA CAMPANHA GAÚCHA**

O município de Dom Pedrito é um dos onze municípios do estado do Rio Grande do Sul que estão localizados na área de fronteira entre Brasil e Uruguai, região conhecida como Campanha Gaúcha. Essa região foi alvo de intensas e ferrenhas disputas entre portugueses e espanhóis para a efetivação da ocupação territorial. Isto implicou na dinâmica cultural e econômica de toda a região, ou seja, a presença da figura do gaúcho, da estância e do latifúndio pecuarista. Segundo Barreto (2011), muitos municípios da região da Campanha Gaúcha surgiram em função da estrutura militar e administrativa montada pela elite local pecuarista.

Esta condição fez com que a pecuária dominasse os campos de Dom Pedrito, por muitas décadas, e que atualmente ainda se constitui numa atividade de importância econômica para a região. De acordo com Souza e Wayhs (2017, p.3) “a riqueza do município está concentrada na agropecuária, [...] com a criação de bovinos, ovinos e equinos, e com destaque para a criação de cavalos crioulos. A produção agrícola intensificou-se a partir da década de 40, com a cultura do arroz irrigado” e posteriormente com a soja. No entanto, nos últimos anos, outras atividades econômicas e agrícolas também passaram a se inserir no município, entre elas: a vitivinicultura.

A vitivinicultura na Campanha Gaúcha teve início na década de 1970, a partir dos estudos desenvolvidos, principalmente para o chamado Zoneamento Agrícola do Rio Grande do Sul que contou com a participação de pesquisadores e universidades em parceria com a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (PIEROZAN; MANFIO, 2016). Os resultados destes estudos mostraram condições propícias para produção de uvas viníferas na Campanha Gaúcha, o que levou várias vinícolas da Serra Gaúcha a plantarem vinhedos comerciais na região.

Em Dom Pedrito, a produção de uva começou, num segundo momento, quando empresários locais perceberam a possibilidade de investirem na atividade como forma de diversificação agrícola. Ainda, neste município “a produção de uvas, teve seu início

com os vinhedos Camponogara em 1990” (WERKA, *et al.*, p.2).

Pode-se dizer que “o quadro de produtores comerciais da cidade de Dom Pedrito evoluiu e conta agora com a Dunamis, a Guatambu Estância do Vinho, Vinhedos Camponogara e Rigo Vinhedos” (WERKA, *et al.*, 2013, p.2), além da Vinhetica e de produtores que comercializam sua produção artesanal, em escala local. Entre estes produtores locais destacam-se, a família Marin e a família Costa.

Alguns dos produtores de uva e vinho, que integram o comércio local e artesanal, são adeptos do sistema orgânico em seus vinhedos como, por exemplo, a família Marin. Eles são beneficiados por políticas públicas, tais como o Programa das Agroindústrias e Produção de Orgânicos, Programa Quintais Orgânicos de Frutas e o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada na Metade Sul/RS, entre outros. São programas institucionais que buscam proporcionar condições favoráveis para a diversificação da produção agrícola com a produção de frutas e produtos orgânicos voltados principalmente para agricultura familiar.

Sobre estes programas é importante deixar claro que: a) o Programa das Agroindústrias visa dar subsídios aos agricultores familiares no âmbito da agroindustrialização e comércio dos produtos rurais; b) o projeto Quintais Orgânicos da EMBRAPA (Clima Temperado) busca implantar quintais orgânicos de frutas para auxiliar na diversificação da produção rural; c) o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada na Metade Sul/RS objetiva incentivar a inserção da cadeia frutícola na Metade Sul do Rio Grande do Sul, sendo as principais frutas produzidas em Dom Pedrito a uva e o figo.

Os agricultores participantes destes programas têm desenvolvido em suas propriedades agrícolas a produção orgânica e no âmbito dos vinhedos, produtores rurais locais têm investido na produção de uvas sem veneno, agrotóxicos. São utilizadas práticas de manejo que causam menor agressão ao ambiente como a calda bordalesa (fertilizante foliar composto por cobre, enxofre e cálcio), o bokashi (composto fermentado para a melhoria da qualidade do solo) e a limpeza dos vinhedos que é realizada por meio de roçadas (MANFIO; PIEROZAN; MEDEIROS, 2017).

Os agricultores tiveram acesso ao conhecimento das técnicas para a produção vitícola orgânica, junto à empresa Salton que possui uma unidade de produção de vinhos, em Santana do Livramento, que além dos vinhos, produz sucos orgânicos. Também tiveram apoio de outras instituições como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a EMBRAPA (PIEROZAN; MANFIO, 2016).

Através das entrevistas realizadas constatou-se que, devido à qualidade ambiental regional, como as condições do solo favoráveis a rápida infiltração das águas da chuva e a boa insolação diária, as uvas apresentam perspectivas de desenvolvimento sem a necessidade de utilização dos pacotes de agrotóxicos comumente utilizados na viticultura convencional, podendo ser adotado um modelo mais sustentável de produção de uva e que por consequência proporcione maiores lucros aos agricultores.

Nos vinhedos orgânicos, foi verificado que são cultivadas uvas das variedades

viníferas como Cabernet Sauvignon, Tannat e Merlot, tendo o sistema de condução da videira centrado na espaldeira. Além dessas cultivares também se cultivam uvas de mesa destinadas principalmente para o consumo *in natura*.

A produção dos produtos vitivinícolas é realizada nas próprias residências dos agricultores, em pequenas vinícolas familiares, de forma bastante artesanal, visto a produção ser realizada em pequena escala (Figura 03). Também é este o local onde boa parte dos produtos acabam sendo comercializados, embora a maior parte da produção de uva, vinhos, vinagres, sucos e geleias seja comercializada na feira municipal, que ocorre semanalmente na praça matriz de Dom Pedrito. Nesta feira os agricultores podem expor e vender inclusive outros produtos por eles produzidos tais como queijos, iogurtes, flores, artesanatos, rapaduras, etc. (Figura 04).



Figura 03: Vinícola Familiar

Fonte: Prefeitura de Dom Pedrito (2015).



Figura 04: Feira Municipal de Dom Pedrito

Fonte: Prefeitura de Dom Pedrito (2015).

Os produtores de uva orgânica de Dom Pedrito que fazem parte da agricultura familiar buscam sempre diversificar a sua produção agrícola pois não produzem apenas uvas, eles também cultivam hortaliças, flores, oliveiras, etc. Com isso, desenvolvem várias atividades que proporcionam uma melhor alternativa de renda para a família, evitando uma produção centrada em um único produto, que em caso de uma quebra de safra comprometeria consideravelmente a renda da propriedade.

É importante frisar que as vinícolas de Dom Pedrito também estão desenvolvendo projetos sustentáveis para produção de vinhos finos, entre estas empresas destacam-se a Guatambu Estância do Vinho que faz uso de painéis solares para produção de energia e utiliza materiais especiais para confeccionar embalagens menos poluentes; a Vinhetica que é adepta de uma filosofia empresarial voltada para o desenvolvimento sustentável, ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável, além manter projetos de implantação de vinhedos orgânicos.

Dessa forma, em Dom Pedrito está se desenvolvendo uma nova concepção no que concerne à produção de uvas e seus demais produtos derivados da fruta. É um sistema que busca se diferenciar do convencional e que visa a atender uma nova demanda de mercado, centrada num consumidor cujo perfil é diferenciado. É a forma de pensar sustentável que integra o ambiente, a comunidade e a economia local.



Verifica-se que existem condições bastante favoráveis para o desenvolvimento da vitivinicultura orgânica no município de Dom Pedrito e que o poder público local está trabalhando em parceria com os agricultores e instituições de pesquisa, tal como a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) onde se desenvolve o curso superior de Enologia. É a forma encontrada para alcançar resultados economicamente significativos e socialmente justos.

É um sistema que se encontra numa fase inicial de implantação, mas espera-se que futuramente possa atingir outras dimensões, tais como o fortalecimento local do produto orgânico; a constituição de novas técnicas de produção; a criação de uma associação que represente os produtores orgânicos e que venha a certificar os produtos para ampliar o alcance do comércio, que atualmente se restringe ao âmbito local/regional.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vitivinicultura orgânica está proporcionando, tanto em Cotiporã quanto em Dom Pedrito, uma nova forma de produzir uva, vinho e suco de uva, onde a agricultura familiar e o agricultor são os protagonistas dentro da cadeia vitivinícola.

Na produção orgânica praticada em Cotiporã, o agricultor passa a fazer parte de toda a cadeia produtiva diferentemente do que ocorre na viticultura convencional dominante no município, na qual o agricultor apenas produz a uva e se mantém refém das políticas de preço e qualidade estipuladas pelas vinícolas que compram a fruta para posteriormente elaborarem os seus produtos. Os agricultores e/ou viticultores procuram trabalhar coletivamente e, para viabilizar essa iniciativa de associativismo, fundaram a ECOVÊNETO, que conta com o apoio e a parceria de instituições que fomentam a vitivinicultura orgânica local como a EMATER, o Centro Ecológico de Ipê, a Cooperativa de Sucos Monte Vêneto e a Rede Ecovida de Agroecologia.

Em Dom Pedrito, a vitivinicultura é um cultivo agrícola recente, que teve início há pouco tempo, quando comparado à tradição vitivinícola existente em Cotiporã. Porém, a adoção dos vinhedos orgânicos tem se configurado numa excelente alternativa para os agricultores familiares conseguirem um melhor retorno financeiro para as suas famílias e para suas propriedades, além de possibilitar a oportunidade de ampliação dos negócios com a instalação de pequenas vinícolas familiares em suas propriedades rurais.

Com a produção de uva orgânica os agricultores passam a considerar principalmente aspectos ligados à sustentabilidade tanto na esfera ambiental, quanto social e econômica. Nos dois municípios as principais vantagens relatadas pelos agricultores que produzem uva orgânica são: a) as melhores condições de trabalho e saúde do agricultor, devido a não utilização dos agrotóxicos nos parreirais; b) a preservação ambiental do solo, mananciais hídricos; c) a flexibilização no horário de

trabalho; d) a possibilidade de trabalhar com os próprios membros da família criando um ambiente mais harmonioso; e) o retorno financeiro, visto que o valor pago pela uva, suco e vinho é bem superior em relação a produção convencional.

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, V. A. V. **Dom Pedrito, cidade e campo**: a modernização agrícola e a cidade local. 2011. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- CAMARGO, U. A.; TONIETTO, J.; HOFFMANN A. Progressos na Viticultura Brasileira. **Revista Brasileira de Fruticultura**. Jaboticabal. v. especial, p.144-149, 2011. Disponível em: <[https://wp.ufpel.edu.br/fruticultura/files/2011/10/pag144\\_149-Palestra098-11.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/fruticultura/files/2011/10/pag144_149-Palestra098-11.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2018.
- COOPERATIVA DE SUCOS MONTE VÊNETO. **Sucos**. Disponível em: <<http://www.sucosmonteveneto.com.br/sucos>>. Acesso em: 13 jan. 2019.
- FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS VINÍCOLAS DO RIO GRANDE DO SUL. **Viticultura Biodinâmica na Serra Gaúcha**. Farroupilha: Fecovinho, 2016. Disponível em: <<http://www.fecovinho.coop.br/UPLarquivos/180320161650154.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO. **Agrotóxicos registrados para a cultura da videira**. Bento Gonçalves: Uvibra/Ibravin, 2017. Disponível em: <<http://ibravin.org.br/admin/arquivos/downloads/1499460726.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO. **Regiões Produtoras**. Bento Gonçalves: Ibravin, 2017. Disponível em: <<http://www.ibravin.org.br/Regioes-Produtoras>>. Acesso em: 12 jun. 2018b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO VINHO. **Posicionamento do setor vitivinícola sobre o uso do herbicida 2,4-D em lavouras no Rio Grande do Sul**. Bento Gonçalves: Ibravin, 2018. Disponível em: <<https://www.ibravin.org.br/admin/arquivos/downloads/1530562220.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018c.
- LAMPKIN, N. **Agricultura ecológica**. Madrid: Mundi-Prensas Libros, 1998.
- MANFIO, V.; PIEROZAN, V. L.; MEDEIROS, R. M. V. A vitivinicultura orgânica de base agroecológica no estado do Rio Grande do Sul: as experiências dos municípios de Cotiporã e Dom Pedrito. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, ENANPEGE, XII., 2017, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANPEGE, 2017.
- MELLO, L. M. R. de. *et al.* **Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul – 2013 a 2015**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2017.
- Disponível em: <<https://www.embrapa.br/uva-e-vinho/cadastro-viticola>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- NACHTIGAL, J. C. *et al.* Definição de sistema de produção de videiras de base ecológica em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.2, n.2, 2007. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/download/2504/2236/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- PIEROZAN, V. L. **O Território da Viticultura Orgânica no Território da Vitivinicultura da “Serra Gaúcha”**: o caso dos viticultores de Cotiporã-RS. 2017. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- PIEROZAN, V. L.; MANFIO, V. A viticultura orgânica no Rio Grande do Sul: o caso da transformação do espaço agrário de Cotiporã e Dom Pedrito. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA



AGRÁRIA, ENGA, XXIII., 2016, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: UFS, 9 a 13 de nov. de 2016. CD-ROM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTIPORÃ. **Produção de uva de mesa ganha força em Cotiporã.** Disponível em: <<http://www.cotipora.rs.gov.br/index.php/agricultura/5513-rodu%C3%A7%C3%A3o-de-uva-de-mesa-ganha-for%C3%A7a-em-cotipor%C3%A3.html>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRITO. **Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação.** Disponível em: <[http://www.dompedrito.rs.gov.br/secretariaView/7\\_Secretaria-de-Agricultura-Pecuaria-e-Irrigacao.html](http://www.dompedrito.rs.gov.br/secretariaView/7_Secretaria-de-Agricultura-Pecuaria-e-Irrigacao.html)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PROTAS, J. F. S.; CAMARGO, U. A. **Diagnóstico Qualitativo das principais regiões vitivinícolas brasileiras:** aspectos tecnológicos e estruturais. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2010.

RATHMANN, R. *et al.*, Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, vol.46 n.2, Apr./June 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032008000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032008000200003)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SILVA, A. C.; RODRIGUES, E. A. G. A distribuição locacional da viticultura nas microrregiões do Rio Grande do Sul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, VII., 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015.

SOUZA, M. T. de.; WAYHS, M. B. S. P. Complexo vinícola para o município de Dom Pedrito/RS. In: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, XXII, 2017, Cruz Alta. **Anais...** Cruz Alta: UNICRUZ, 2017. Disponível em: <<https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2017>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

WERKA, C. *et al.* Panorama da vitivinicultura em Dom Pedrito/RS. **Cadernos de Agroecologia**. v.8, n.2, 2013. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/issue/view/72>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

## AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS

**Suelen de Leal Rodrigues**

**RESUMO:** Para inserir uma nova dinâmica produtiva e diminuir a concentração fundiária do município de Alegrete – RS, no ano de 2008, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criou o Assentamento Rural Novo Alegrete. O objetivo do presente trabalho consiste em analisar os aspectos socioeconômicos do Assentamento Novo Alegrete e diagnosticar as dificuldades e perspectivas de transformação em um território de concentração de terra e poder. Metodologicamente foram utilizados dados qualitativos e quantitativos empregando uma abordagem participativa. Os resultados apontam que existem sérios problemas na infraestrutura e na organização social do assentamento. Para a realidade analisada a articulação entre órgãos de ensino e extensão seria uma possibilidade de melhorar a organização produtiva e social do assentamento, promovendo, desta forma, uma paulatina transformação territorial.

**PALAVRAS-CHAVE:** desenvolvimento, território, assentamento rural

**ABSTRACT:** In order to insert a new productive dynamic and to reduce the land concentration in the municipality of Alegrete - RS, in 2008, the National Institute of Colonization and Agrarian

Reform (INCRA) created the Novo Alegrete Rural Settlement. The objective of this work is to analyze the socioeconomic aspects of the Novo Alegrete Settlement and to diagnose the difficulties and prospects of transformation in a territory of concentration of land and power. Methodologically, qualitative and quantitative data were used using a participatory approach. The results indicate that there are serious problems in the infrastructure and social organization of the settlement. Concerned with the reality analyzed here, the articulation between teaching and extension organs would be a possibility to improve the productive and social organization of the settlement, thus promoting a gradual territorial transformation.

**KEYWORDS:** development, territory, rural settlement

### 1 | INTRODUÇÃO

O Assentamento Novo Alegrete está localizado, no município de Alegrete na mesorregião conhecida como Metade Sul do Rio Grande do Sul. De acordo com os dados da Fundação de economia e Estatista do RS (FEE, 2012) Alegrete apresenta um índice de desenvolvimento social e econômico (IDESE) com valor de 0,726 o que corresponde a 229 posição entre os 497 municípios do Rio Grande

do Sul. Associado ao pouco dinamismo socioeconômico existe paralelamente uma concentração muito forte terras. O Índice de Gini da estrutura fundiária do município de Alegrete de acordo com o relatório estadual DataLuta (2012) é de 0,718 o que corresponde a um valor forte a muito forte. Na presente pesquisa utilizamos como base o trabalho de Câmara (1949) onde o referido autor faz uma análise da Estrutura Agrária Brasileira e estipula como padrões os seguintes valores: 0,000 a 0,100 nula, 0,101 a 0,250 de nula a fraca; 0,251 a 0,500 de fraca a média; 0,501 a 0,700 de média a forte; 0,71 a 0,900 de forte a muito forte; 0,901 a 1,000 de muito forte a absoluto.

A relação entre estrutura fundiária e índice de desenvolvimento social e econômico foi explorado por GIOVANINI et.al (2011) onde os autores analisaram as diferentes microrregiões do Rio Grande do Sul. A constatação do referido estudo é que quanto maior a concentração de terras menores são os índices de desenvolvimento social e econômico, reflexo da concentração de riqueza. Para diminuir a concentração de terras da região e inserir uma nova dinâmica produtiva no ano de 2008, o Programa Reorganização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criou o Assentamento Rural Novo Alegrete.

A inserção de assentamentos rurais em um território marcado pela concentração de terras e por uma produção em larga escala, cria uma nova territorialidade, pois os assentamentos rurais deveriam contribuir para diminuir a concentração de terras e de renda, garantir a perenidade das famílias no campo e produzir alimentos de qualidade com respeito aos recursos naturais. Portanto, o objetivo do presente trabalho consiste em analisar os aspectos socioeconômicos do Assentamento Novo Alegrete e diagnosticar as dificuldades e perspectivas de transformação em um território de concentração de terra e poder.

O trabalho apresentará no seu tópico primeiro o detalhamento da metodologia utilizada, o segundo tópico fará um breve resgate da estruturação fundiária brasileira e do Rio Grande do Sul e conseqüentemente a instalação do Assentamento Rural Novo Alegrete, a terceira parte apresentará os principais resultados e a última seção trará as considerações mais pertinentes identificadas no trabalho.

## **2 | MATERIAL E MÉTODOS**

Na compreensão socioeconômica dos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul Siman (2009) menciona o trabalho de Sparovek (2003), no qual foram analisados 4.430 assentamentos criados entre 1985 a 2001. De acordo com a interpretação de Siman (2009) o estudo de Sparovek (2003) aponta que a utilização do método quantitativo não reflete a realidade do desempenho dos assentamentos e sugere a utilização de critérios qualitativos que devem ser definidos de forma participativa.

A participação das comunidades na identificação dos seus problemas e na

busca a implantação de alternativas e propostas para equacioná-los, de forma que se apropriem do processo em curso, é de importância imprescindível para uma efetiva aproximação ao desenvolvimento rural sustentável.

Portanto, para a realização do diagnóstico do Assentamento Novo Alegrete foi utilizada uma metodologia participativa. O papel do diagnóstico é analisar a situação, identificar os problemas e as demandas e as possibilidades. Logo, procura-se organizar e analisar esses elementos com os agricultores, colocando as dificuldades e as potencialidades em um quadro geral.

O diagnóstico participativo privilegia o qualitativo, mas sem esquecer os dados quantitativos de base (superfície, tamanho dos rebanhos, mão-de-obra, etc.). De acordo com Creswell (2007), o emprego de técnicas mistas contribui para o enriquecimento da análise considerando as limitações de cada método. Na construção de diagnósticos, antes de tudo se busca compreender a lógica dos atores e a sua dinâmica. Seu campo de estudo engloba o conjunto da população e da organização social, o meio natural, as unidades de produção, e as relações com o exterior.

Considerando o caráter participativo do diagnóstico foram desenvolvidas as seguintes etapas integradas e não necessariamente sequenciais: Sensibilização do público envolvido no assentamento; Resgate de dados documentais e bibliográficos pertinentes à reforma agrária no RS e local; Construção participativa do instrumento de análise e sequencia da pesquisa, Diagnóstico socioeconômico dos lotes; Sistematização e análise dos dados.

Para fase de sensibilização foi delimitada uma amostra intencional descrita por Richardson (1999) como uma representação onde seus elementos:

[...] relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano das hipóteses formuladas pelo pesquisador. Se o plano possuir características que definam uma população, é necessário assegurar a presença do sujeito tipo. Desse modo, a amostra intencional apresenta-se como representativa do universo. Entende-se por sujeitos-tipos aqueles que representam as características típicas de todos os integrantes que pertencem a cada uma das partes da população (RICHARDSON, 1999, p. 161).

Portanto, a amostra contemplou os coordenadores de cada grupo do assentamento, por entender que os mesmos seriam informantes-chaves que de acordo com Gil (1999) podem ser especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais ou personalidades destacadas.

Para realização da primeira reunião formal foi utilizada a técnica de grupos focais, Morgan (1997 apud Gondim 2002, p. 3) define grupos focais como uma técnica que coleta de dados por meio de informações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade.

O instrumento utilizado para realizar o diagnóstico social e econômico do

assentamento Novo Alegrete foi construído depois de algumas reuniões com as lideranças do assentamento, onde previamente foi identificado alguns pontos essenciais, desta forma, as questões são semiestruturadas, ou seja, com questões abertas e fechadas. As entrevistas abordaram variáveis sociais (origem, idade, sexo, escolaridade, história de vida, envolvimento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e perspectiva de continuar no lote), econômicas (produção, financiamento, origem da renda, assistência técnica e associações) e de infraestrutura (acessibilidade, comunicação, abastecimento de luz, água, saneamento básico, destino do lixo e formas de lazer).

### **3 | BREVE HISTÓRICO DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA DO RS E INSTALAÇÃO DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE.**

A formação territorial brasileira foi estruturada com base na grande propriedade, monocultora e exportadora. No processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul, a doação das primeiras sesmarias ocorreu entre os anos de 1731 e 1733. As grandes extensões de terra e a existência de rebanhos bovinos levaram à imediata consolidação de um sistema de pecuária extensiva, principalmente na região fitogeográfica do Pampa, por apresentar um relevo plano formado por savanas e estepes. Os donos de estâncias constituíram nesta região conhecida como Metade Sul, a base de uma reduzida aristocracia regional, estruturada na concentração do poder e da terra.

Em termos territoriais o Estado do Rio Grande do Sul pode ser classificado em duas grandes regiões, o Norte fitogeograficamente marcado por áreas de matas e campos altos do planalto e o Sul marcado por áreas planas dos campos que formam o Bioma Pampa. Na Metade Norte a ocupação territorial ocorreu na metade do século XIX com a chegada em 1824 dos primeiros imigrantes que vieram para suprir a demanda de gêneros alimentícios para abastecimento interno. Atualmente a região apresenta os melhores índices de desenvolvimento econômico e social, concentra os setores da indústria e serviços, possui um setor primário caracterizado pela pequena e média propriedade, coexistindo o modelo familiar e empresarial.

A Metade Sul corresponde aquela que constituiu as primeiras áreas de ocupação territorial, atualmente possui os menores índices de desenvolvimento social e econômico, uma economia estruturada em grandes propriedades monocultoras e pastoris, menor concentração e diversificação dos setores de indústria e serviço.

Segundo dados do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2009), a Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul possui um território de 154.100 km<sup>2</sup> que abrange 105 municípios do Extremo Sul do país, abriga uma população de 2.638.350 habitantes, com densidade demográfica de 17,12 hab/km<sup>2</sup> (estimativa de 2007 – IBGE) e faz fronteira com Argentina e Uruguai, além de atingir uma parte do litoral gaúcho



(Figura 1).

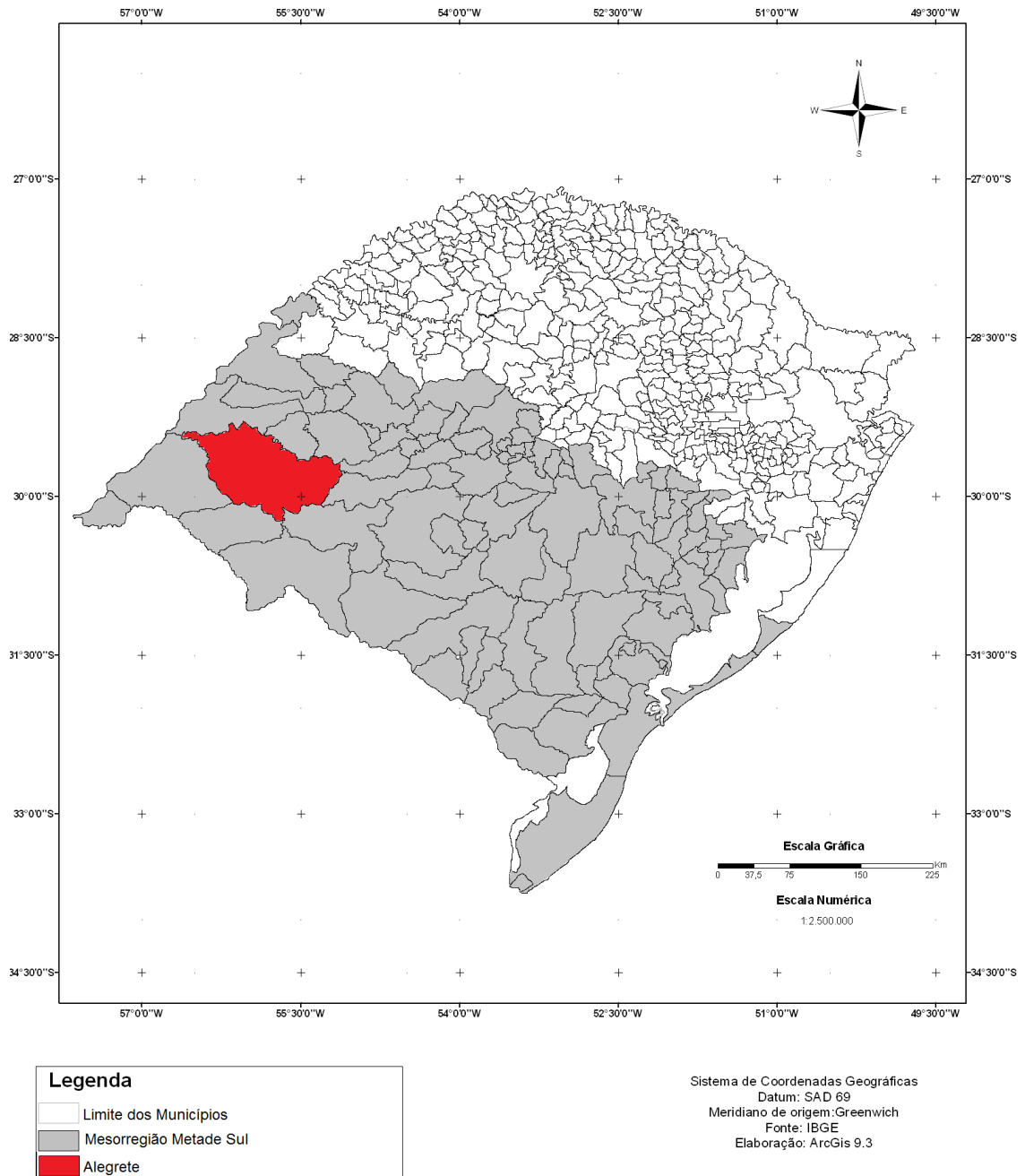


Figura 1- Localização Metade Sul e do Município de Alegrete.

Elaboração: Rodrigues. S. L

A concentração de terras existentes na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul e a pressão dos movimentos sociais, por uma política fundiária que atendesse as demandas por terra, fez com que essa região fosse alvo das políticas Reorganização Fundiária.

Portanto, é no contexto histórico e socioeconômico da mesorregião Metade Sul que está localizado o município de Alegrete que possui um baixo índice de desenvolvimento social e econômico comparado aos 497 municípios do Rio Grande do Sul. Para diminuir a concentração de terras da região e inserir uma nova dinâmica produtiva no ano de 2008, o Programa Reorganização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criou o Assentamento Rural Novo Alegrete,

no município de Alegrete.

#### 4 | RESULTADOS

O assentamento Novo Alegrete possui uma área territorial de 1.197,1519 ha, divididos em 63 lotes com aproximadamente 19 ha, hoje de acordo com a Relação de Beneficiários do INCRA (2017) estão ocupados em torno de 57 lotes, sendo que o documento aponta um beneficiário duplicado, portanto, são 56 ocupados. A pesquisa conseguiu fazer o levantamento social e econômico de 78,5% ou seja, 44 lotes, 46 famílias, pois há lotes com mais de um núcleo familiar e dados de 175 pessoas.

Para compreender a formação social das diferentes famílias assentadas no Novo Alegrete, o instrumento contemplou variáveis sociais (origem, idade, sexo, escolaridade, história de vida, envolvimento no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, perspectiva de continuar no lote). Investigar a origem dos assentados do Assentamento Novo Alegrete, têm como objetivo mapear o processo migratório da população, identificar as regiões geográficas de origem e associar esta informação com o processo de inserção desta população na região Metade Sul, um território distinto da sua origem.

Utilizando a classificação de Mesorregiões Geográficas do Rio Grande do Sul, foi identificado que os assentados tem origem de 39 municípios, onde 65% desses pertencem a Mesorregião Noroeste presente na Metade Norte do RS. A Mesorregião Noroeste possui uma estrutura fundiária menos concentrada, mas possui uma densidade demográfica mais elevada o que o que gera uma demanda maior por terra. A identificação deste dado nos permite identificar o movimento migratório de uma população que sai da Metade Norte e vai ocupar a Mesorregião Geográfica Ocidental pertencente a Metade Sul do Rio Grande do Sul.

A adaptação ao novo território marcado por um bioma típico de campos, solos arenosos e tradição pecuarista foi mencionado como algo estranho para as pessoas que vinham da região noroeste, tanto no aspecto cultural, ambiental e produtivo. Outro dado ressaltado é que assim que chegaram ao município de Alegrete a maior dificuldade que enfrentaram foi o preconceito, como no início as famílias só ganhavam uma cesta básica, era necessário trabalhar para conseguir dinheiro e então começar a produzir, no entanto, eram poucos que conseguiam algum trabalho, pois havia um forte preconceito da população local. Alguns relatos mencionaram que os estabelecimentos locais se negavam a vender qualquer produto para os assentados.

Ao serem questionados sobre os motivos que incentivaram a adesão ao MST as 46 famílias entrevistadas apontaram o desejo de melhorar de vida e ter um terra para cultivar, sair da exclusão social das cidades. Ao investigar a história pessoal e familiar foi identificado que 71% das famílias possuíam um passado ligado a agricultura, ou seja, que foram criados no interior, ou mesmo já haviam trabalhado em funções rurais e que a vida no campo era algo familiar.

O desenvolvimento produtivo dos lotes geralmente remete ao passado cultural dos assentados, pois aqueles sem tradição da agricultura possuem dificuldades para começar a produzir, o que demanda um trabalho maior de orientação técnica, tanto para produção quanto para aplicação dos recursos acessados via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Nas famílias que já possuíam um passado relacionado com a terra, constatou-se empiricamente que mesmo com dificuldades, as mesmas diversificavam a produção no lote, associando a atividade da pecuária leiteira com uma pequena horta. Nos lotes onde as famílias não possuíam ligação com a terra, mas aderiram ao movimento por entender que seria uma alternativa para sair das ruas e da pobreza extrema, constatou-se apenas um tipo de atividade, na maioria criação de porcos, aves ou gado de leite não havendo associação com pomar, horta ou pequenas lavouras. As famílias oriundas do meio urbano sem familiaridade com as atividades agrícolas, relataram que não sabiam como começar a produção e que isso certamente foi um limitador de suas oportunidades, considerando que a orientação e assistência técnica são insuficientes.

A faixa etária por sexo também foi uma variável estudada, pois nas áreas rurais está ocorrendo um processo de envelhecimento da população, onde o casal fica na terra e seus descendentes migram para cidade não dando continuidade a produção. O futuro de qualquer comunidade rural está intimamente relacionada a perspectiva de sucessão da atividade agrícola, no entanto, é cada vez maior o número de jovens que saem do campo e não retornam para o meio rural. Desta forma, a (Figura 2) retrata a Pirâmide Etária do Assentamento Novo Alegre.

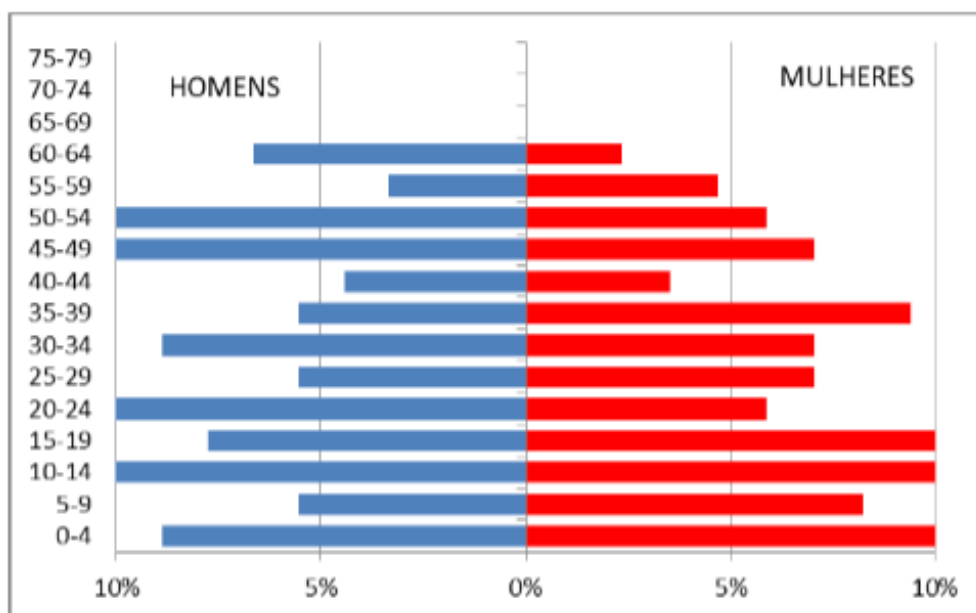


Figura 2- Pirâmide Etária do Assentamento Novo Alegre.

Fonte: Trabalho de campo 2015 e 2017

Foram analisados dados de 175 pessoas, a população jovem (15-24), adulta (25-59) e idosa (acima de 60) corresponde, a 70,2% da população analisada, os idosos

correspondem a 4,5% da população. Portanto, mesmo não tendo um percentual de idosos significativo, quando a família era questionada sobre a sucessão produtiva do lote todas as 46 famílias alegaram que dificilmente os filhos ficariam na terra, pois as dificuldades enfrentadas para produzir e a falta de infraestrutura faz com que os filhos queiram ir estudar e trabalhar na cidade.

Considerando que o fator educação interfere na qualidade de vida, na capacidade de análise e participação sociopolítica, foi investigado o grau de escolaridade dos assentados do Novo Alegrete. Referente ao grau de escolaridade 67,51 % das 175 pessoas entrevistadas possuem apenas o ensino fundamental incompleto, desta parcela 45,4% corresponde a faixa etária de (15-64), ou seja, são jovens, adultos e idosos que desistiram ou não tiveram acesso a educação. A (Figura 3) mostra a escolaridade da população assentada.

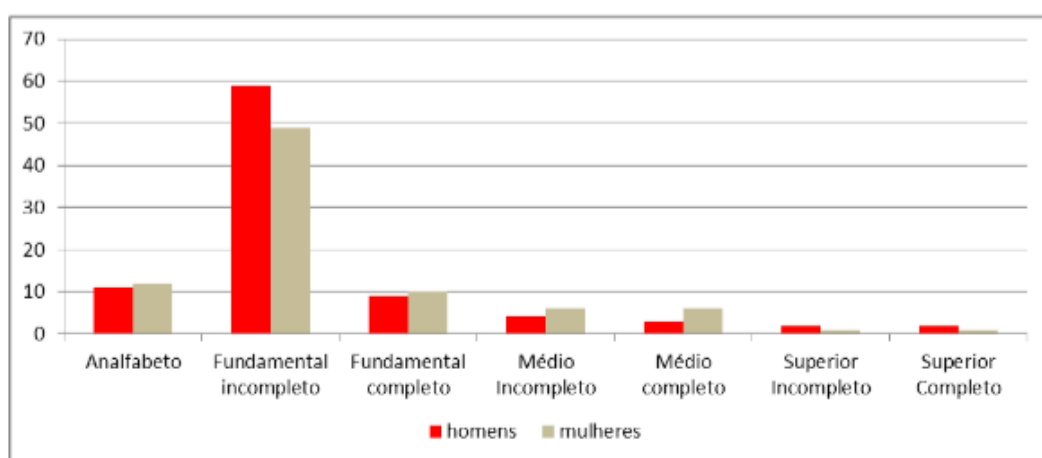


Figura 3- Escolaridade da população assentada.

Fonte: Trabalho de campo 2015 6 2017

Em relação aos diferentes níveis de escolaridade dos 67,51% que possuem apenas o ensino fundamental incompleto, 39,43% são homens e 28,08% são mulheres, já nos níveis mais avançados, ensino médio completo e incompleto, superior completo e incompleto existe um relativo equilíbrio. Trata-se de uma população de baixa escolaridade, pois a maioria parou os estudos ainda em séries iniciais do ensino fundamental. Empiricamente, a partir de relatos e observações, foi constatado que este fator interfere no desenvolvimento produtivo, pois muitos precisam de ajuda para ler e compreender as instruções seja para acessar linhas de crédito, ou para entender as orientações técnicas de produção.

Referente as variáveis econômicas foram investigadas a (produção, financiamento, origem da renda, assistência técnica e associações,). Atualmente a produção de leite é a única estrutura produtiva minimamente organizada, dos 44 lotes analisados no mínimo 56% possuem gado de leite, associando com criatórios de gado de corte, aves, suínos, ovelhas, hortas e lavouras em sistema de parceria. Para custeio da produção dos 44 lotes visitados 54% acessaram o PRONAF e sua aplicabilidade foi destinada em

investimentos na área da produção de leite, na aquisição de animais, ordenhadeiras e cercamento do lote, alguns mencionaram a compra de bomba de água elétrica, para puxar água de açudes, poços e represas, pois os lotes não possuem água por sistema de distribuição geral. Entre os cultivos para autoconsumo destacam-se as plantações de milho, mandioca, feijão batata doce, abóbora e hortaliças. Atualmente existe um lote certificado pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM) para fornecer ovos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O lote analisado pela presente pesquisa corresponde a um núcleo familiar onde a agricultora é também técnica agrícola e seu marido é engenheiro Agrônomo com experiência na área de Assistência Técnica para Assentamentos (ATES), pois o mesmo já trabalhou para cooperativas que prestam serviços de ATES. Ambos reunindo conhecimento e esforço investiram na produção de ovos, tendo hoje em torno de 300 aves. Trata-se de um importante exemplo para os agricultores do Assentamento Novo Alegre, servindo de inspiração para outras famílias que queiram investir na atividade.

Ao investigar a origem da renda familiar, 38% dos 44 lotes analisados, declararam que a renda principal era oriunda de atividades agrícolas de exploração do lote, porém ao investigar a presença de aposentados e crianças beneficiadas com o programa Bolsa Família, no núcleo familiar, foi possível detectar que apenas 6,8% dos lotes, realmente tinham como renda principal a exploração da terra.

A prestação de serviço agrícola, como fonte principal de renda, foi declarado por 43% dos 44 lotes analisados, entre as atividades desenvolvidas, muitos são empregados permanentes em fazendas das regiões e outros prestam serviços temporários na época da colheita. No que tange as atividades não agrícolas, essas foram declaradas por 18% dos lotes, entre as atividades desenvolvidas foi identificado o artesanato, desenvolvido por um grupo de mulheres, empregos temporários de pedreiro e marceneiro. Portanto, dos 44 lotes analisados, 61,3% precisam complementar a renda, pois somente a exploração agrícola do lote não é suficiente. Complementar a renda com prestação de serviço agrícola ou mesmo com atividades não agrícolas é um fator muito observado em áreas de agricultura familiar. No caso do assentamento Novo Alegrete foi possível identificar uma preponderância de famílias pluriativas. O assentamento Novo Alegrete é carente de qualquer tipo de infraestrutura básica, estrada, saneamento, água encanada e organização produtiva, dificilmente uma família consegue se manter com a renda oriunda apenas da exploração do lote. A (Figura 4) mostra a origem da renda das famílias.

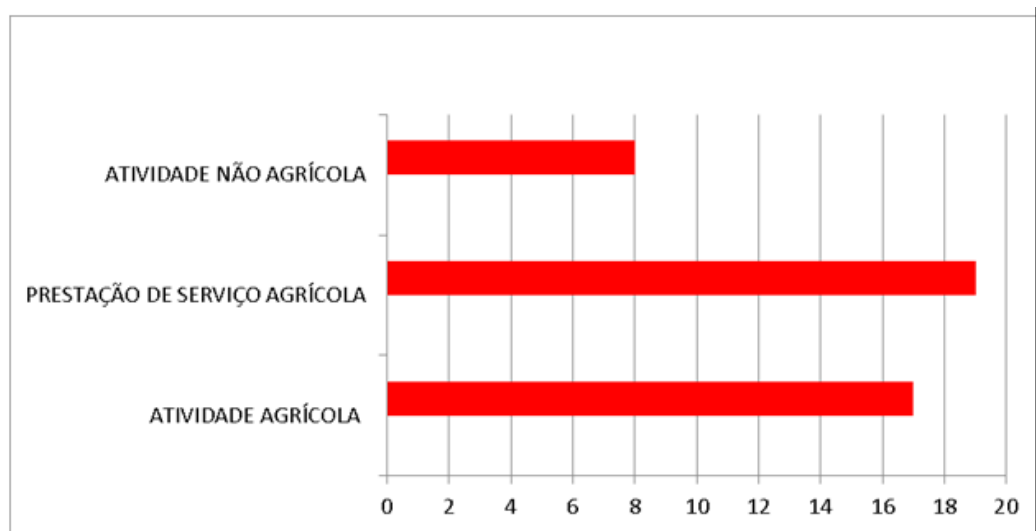


Figura 4 - Origem da renda das famílias

Fonte: Trabalho de campo 2015 a 2017

Estes dados nos permitem afirmar, que se as famílias assentadas não conseguem sobreviver apenas da renda da terra e que só estão sobrevivendo pela diversificação de atividades fora do lote e por receberem benefícios sociais e aposentadoria.

Ao analisar as ocupações dos membros da família é possível averiguar que os homens são os que saem para prestar serviços agrícolas e que as mulheres são as que tomam conta do lote, pois a maioria das mulheres se declararam agricultoras, ou seja, que se envolvem nas atividades agrícolas do lote e poucas alegaram que eram apenas responsáveis por tarefas domésticas Figura 5.

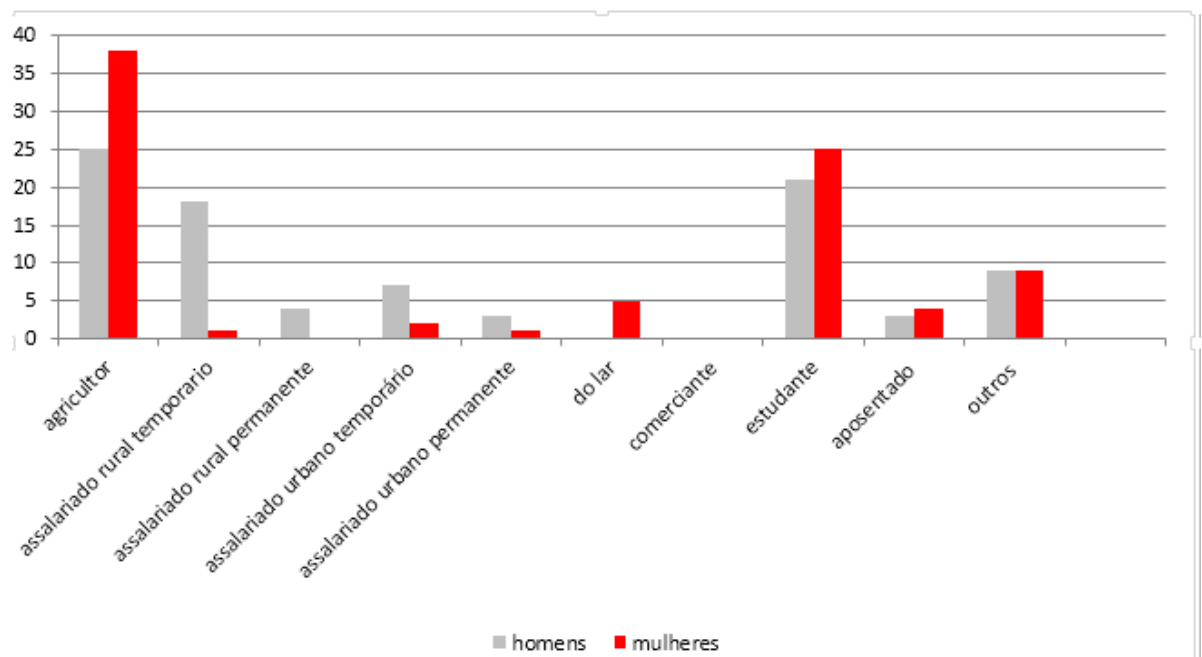


Figura 5 - Ocupação dos membros da família

Fonte: Trabalho de campo 2015 a 2017

As mulheres estão envolvidas tanto nas atividades domésticas quanto na agricultura, desta forma, considerando o papel significativo das mulheres no trabalho



agrícola é pertinente o incentivo e a qualificação das mesmas para que possam aumentar seus rendimentos. No decorrer da pesquisa foram identificadas algumas demandas e o Instituto Federal Farroupilha (IFFAR) ofertou um curso de avicultura destinado as mulheres.

Para diversificação da renda as atividades não agrícolas são uma alternativa, no entanto, o crescimento dessas atividades está vinculado a um processo educativo. Em trabalho que correlaciona Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro Ney; Hoffman (2009) traz os estudos de Lanjouw (1999) e Reardon (2001), onde os autores citados destacam que o baixo nível de escolaridade da população limita o crescimento de atividades não agrícolas. Referente as atividades não agrícolas para a realidade do assentamento Novo Alegrete, existe um pequeno grupo de mulheres envolvidas com artesanato, nesta área o (IFFAR) ofertou cursos de extensão envolvendo o artesanato em lã e na área de agroindústria o aproveitamento de alimentos, padaria e confeitaria. Aqui identificamos um nicho de geração de renda significativo que pode contribuir para renda familiar.

Para promover a representação institucional e jurídica do Assentamento Novo Alegrete para o acesso às políticas públicas disponibilizadas no âmbito municipal, estadual e federal em 2011, após dois anos de motivação e sensibilização das famílias do Assentamento Novo Alegrete houve a constituição da Associação Familiar do Novo Alegrete (ASFAN) com 47 famílias. Após sua fundação, a ASFAN realizou a mediação das demandas dos associados junto ao município. Entre as principais reivindicações é pontuada a manutenção das estradas de acesso, os problemas de abastecimento de água para as famílias e o acesso aos serviços da patrulha rural. A associação organizou a produção de leite, favorecendo o recolhimento para empresas através de resfriadores coletivos, entre outras ações pontuais. A ASFAN consiste no elo que representa as famílias assentadas perante as instituições, promovendo o diálogo entre os assentados e governantes locais. No entanto, nem todos os assentados reconhecem ou entendem a importância da ASFAN como representatividade social. Ao serem questionados sobre a associação poucos sabiam definir qual era sua importância.

A instituição responsável pela assistência técnica no assentamento é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), dos 44 lotes analisados 84% alegaram receber assistência, porém esta varia de esporádica a mensal, pois além do Assentamento Novo Alegrete a EMATER também assiste ao Assentamento Unidos pela Terra. Portanto, a demanda de trabalho da EMATER é muito grande e a mesma possui um reduzido quadro técnico, o que inviabiliza uma orientação técnica mais frequente. A falta de orientação faz com que os agricultores tenham dificuldade para acessar linhas de crédito, aplicar de forma correta e desenvolver a produção.

Referente as variáveis de infraestrutura foram analisadas questões de acessibilidade, transporte, comunicação, abastecimento de água, saneamento básico, destino do lixo e formas de lazer). O principal acesso ao assentamento Novo Alegrete é a rodovia estadual ERS 377 que apresenta condições razoáveis de circulação, mas

para chegar ao assentamento é necessário utilizar estradas secundárias que são mal conservadas. A energia elétrica foi instalada no assentamento apenas em 2011, ou seja, três anos depois da criação do assentamento, como meio de comunicação todas as famílias utilizam aparelho celular, dos 44 lotes analisados 50% declararam não ter acesso a internet e 45% acessam via celular e apenas um lote tem antena para acessar via rádio.

Decorridos quase 10 anos da implantação do assentamento o assentamento não possui rede de abastecimento geral de água nem para o consumo e nem para as atividades agrícolas. Para o abastecimento das residências a cada 15 ou 20 dias a prefeitura de Alegrete envia um caminhão que é abastecido no assentamento, pois existe um poço artesiano na antiga sede da fazenda desapropriada, abastecido o caminhão distribui a água nos lotes e é frequente o relato de haver desabastecimento pelo fato do caminhão estragar.

Atualmente os assentados estão sendo beneficiados com casas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNRH) em regime de mutirão, em parceria com outras Cooperativas, INCRA e Caixa Econômica Federal. De acordo com o INCRA (2016) em dezembro de 2016 foram entregues 47 casas de alvenaria no Assentamento Novo Alegrete cada família recebeu uma unidade habitacional de R\$ 33 mil, dos quais R\$ 28,5 mil foram pagos por meio do Programa Nacional de Habitação Rural/Minha Casa Minha Vida, financiado pela Caixa Econômica Federal, destes R\$ 28,5 mil os assentados devem pagar 4% do valor, em quatro parcelas anuais de aproximadamente R\$ 280, o restante R\$ 4,5 mil foi pago pela da Secretaria Especial de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul. As casas são 52,8m<sup>2</sup> e possuem três dormitórios. As casas estão em fase de conclusão, no entanto, para instalação do banheiro será necessário a canalização de água e nenhum lote recebe água pela rede geral de distribuição. Todo o esgoto do banheiro é lançado em fossas rudimentares (patentes), agora com a instalação de banheiros nas novas moradias foram construídas fossas sépticas, porém o problema da água ainda não foi solucionado e muitos estão acoplado caixas de água no banheiro para que o sistema de descarga possa funcionar.

Não existe serviço de coleta de lixo, desta forma, os resíduos secos são enterrados ou queimados na propriedade, o lixo orgânico e os efluentes domésticos são jogados ao céu aberto, alguns resíduos domésticos como restos de comida são utilizados para alimentar os criatórios e apenas 29% das famílias fazem compostagem. Considerando que a maioria dos criatórios são extensivos os dejetos dos criatórios ficam a céu aberto não sendo reutilizados para fertilização do solo. A utilização de esterqueiras além de produzir um fertilizante natural para o solo é uma alternativa de baixo custo para impedir que os dejetos infiltrem no solo contaminando os cursos d'água subterrâneos e/ou cursos d'água superficiais

Referente aos serviços na área da saúde os assentados utilizam o posto de saúde da Vila do Passo Novo e a unidade móvel que mensalmente atende as famílias no assentamento. A distância dos centros urbanos de Alegrete e Manoel Viana e o

difícil acesso por estradas mal conservadas dificultam os serviços de emergência, pois foram relatados vários casos de mortes que ocorreram pelo tempo de deslocamento até uma unidade de pronto atendimento.

Considerando a baixa escolaridade da população assentada, foi investigada a acessibilidade dos estudantes em relação aos estabelecimentos escolares. As crianças que cursam o ensino fundamental todas estão matriculadas na escola municipal Barros Cassal, localizada na Vila do Passo Novo, distante uns 8km do assentamento, o ônibus diariamente entra no assentamento para realizar o transporte. Em relação aos jovens e adultos a maioria estuda em escolas de Alegrete e alguns estão cursando o ensino médio e superior no Instituto Federal Farroupilha. O transporte para os alunos do noturno é oferecido pela prefeitura de Alegrete, portanto, a maioria dos jovens e dos adultos estudam na sede municipal que fica a 50 km e alguns casos esporádicos pegam carona com esse transporte para chegar até o Instituto Federal Farroupilha que fica a 15 km. A maioria dos alunos assentados que hoje cursam o ensino superior no IFFAR, campus Alegrete, estão instalados nos alojamentos, justamente porque não existe um transporte noturno para esses alunos.

Como o assentamento fica distante dos centros urbanos as formas de lazer também foram investigadas, pois as mesmas podem contribuir para criação de elos de amizade e manutenção cultural, esses fatores podem ajudar no fortalecimento do tecido cultural de forma que o coletivo crie uma identidade. Quando questionados sobre suas formas de lazer, as mulheres citaram o culto da igreja, o chimarrão com a vizinha, as que participavam do grupo de artesanato mencionaram a atividade como algo prazeroso e em termos de espaço coletivo a atividade mais mencionada foi o jogo de futebol no campinho aos finais de semana. Ao investigar, as possibilidades de investimento na área de lazer, a maioria citou uma praça para as crianças e para encontro das famílias.

## 5 | CONCLUSÕES

Em cumprimento ao objetivo proposto analisar os aspectos socioeconômicos do Assentamento Novo Alegrete e diagnosticar as dificuldades e perspectivas de transformação em um território de concentração de terra é possível chegar a algumas conclusões gerais.

Atualmente a produção de leite é a única estrutura produtiva minimamente organizada dos 44 lotes analisados no mínimo 25 (56%) possuem gado de leite associando com criatórios de aves, suínos e ovelhas, destes 21 (84%) aplicaram o Pronaf na produção de leite. A maioria possui produção para autoconsumo, no entanto, é insuficiente, pois entre os dados analisados 38% dos 44 lotes analisados alegaram que a renda principal advém de atividades agrícolas de exploração do lote, mas ao detalhar os dados declarados, foi identificado que essas famílias recebiam aposentadoria ou Bolsa Família e apenas 3, ou 6,8% dos lotes realmente se mantinham com a renda

advinda da exploração do lote, a prestação de serviço agrícola em associação com a exploração do lote é a alternativa de sustentação encontrada pelos assentados, pois dos 44 lotes analisados 43% declararam ter ocupações agrícolas fora do lote.

As atividades não agrícolas são identificadas como atividades pontuais e de menor expressão, pois só foram identificadas em 8 (18%) dos lotes, sendo estas conduzidas por mulheres seja na área do artesanato ou venda de farináceos como cucas, pães, doces. No entanto, as atividades não agrícolas são uma alternativa de geração de renda que merecem especial atenção, considerando que podem ser desenvolvidas para fortalecer os elos de cooperação e resgate da autoestima dos envolvidos. Aqui é possível sinalizar uma possibilidade de geração de renda que pode ser estimulada pela oferta de cursos de extensão, como o de padaria que foi ofertados pelo IFFAR – campus Alegrete que foi além de ser apenas a qualificação específica, pois ofertou oficinas que contemplaram diversos temas como cooperação e saúde da mulher. No entanto, para ampliação do público contemplado e perenidade dos projetos é necessário parceria entre diferentes órgãos. É pertinente destacar que os diferentes cursos são demandados pelos assentados e comunidade do Passo Novo, mesmo assim existe uma problemática relacionada ao envolvimento e empoderamento desse público, pois os mesmos desistem e a evasão é grande.

A população do Assentamento Novo Alegrete possui uma baixa escolaridade, 67,51 % de 175 pessoas entrevistadas possuem apenas o ensino fundamental incompleto, o que em si é um limitador para o entendimento dos seus direitos. Pela precária infraestrutura, de estradas, meios de transporte, saneamento básico, sistema de distribuição de água e acesso a formas de lazer e educação, a perspectiva é de que os jovens não queiram permanecer no assentamento. As 46 famílias entrevistadas manifestaram preocupação com a sucessão produtiva do lote, pois os jovens estão migrando para cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida. Portanto, a fixação desses jovens passa necessariamente por uma melhoria estrutural que oferte os serviços básicos, qualificação e oportunidades de produzir no lote. Por se tratar de um território historicamente construído na concentração do poder e da terra a manutenção de um assentamento rural apresenta muitos entraves, que vão do preconceito ao descaso dos órgãos que deveriam assessorar o assentamento. A ampliação das possibilidades de melhorias socioeconômicas da realidade analisada deve contemplar um processo educativo e motivador em que as famílias sejam empoderadas do seu desenvolvimento. A partir do levantamento dos dados sociais e econômicos do assentamento, um dos problemas identificados é a necessidade de um engajamento maior das famílias na Associação Familiar do Novo Alegrete (ASFAN) para que haja uma possibilidade de ampliar o diálogo com os poderes locais, buscar melhorias na infraestrutura e estabelecer parcerias para suprir as diversas demandas principalmente no setor educativo e de assistência técnica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLETIN DATALUTA. **Banco de dados Dataluta RS** 2012. Disponível em: <<http://neagufrgs.wix.com/neag#!dataluta-rs/oajt9>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional - (MI), Secretaria de Programas Regionais – (SPR). **PROMESO Programa de Promoção da Sustentabilidade Sub-Regionais**. 2009 Disponível em:<[www.mi.gov.br/cartilha-promeso](http://www.mi.gov.br/cartilha-promeso)>. Acesso em: 14 abr. 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)** 2017. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-11\\_rs\\_0.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-11_rs_0.pdf)> Acessado em: 10 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. (INCRA). **Assentados de Santa Margarida do Sul (RS) recebem 33 casas**. 2016. Disponível em< <http://www.incra.gov.br/noticias/assentados-de-santa-margarida-do-sul-rs-recebem-33-casas>>. Acesso em: 14 Dez. 2016.

CÂMARA, L. A. Concentração da Propriedade Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: **Boletim Geográfico**. v.7. n.77, p. 516-528, 1949. Disponível em: < [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg\\_1949\\_v7\\_n77\\_ago.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1949_v7_n77_ago.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

GIOVANINI, A.; MARIN, S. R.; ATAÍDES, C.; AREND, M. Estrutura fundiária e desenvolvimento humano: uma análise para as microrregiões do Rio Grande Do Sul. **ESTUDOS DO CEPE**. n.34, p.263-290, jul./dez, 2011. Disponível em:<<http://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/2279>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONDIM, S. M. G. Grupos Focais Como Técnica De Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos. **Paidéia**. v.12, n.24, 2002. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103863X2002000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2002000300004)>. Acesso em: 20 nov. 2015.

NEY, M. G; HOFFMANN, R. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Rev. Econ. Sociol. Rural** [online]. v.47, n.1, p.147-181, 2009. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032009000100006>>. Acesso em 3 jun. 2018.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística. (FEE), Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)**. 2012. Disponível em:<<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/>>. Acesso: 20 fev. 2016.

SIMAN, R. F. **Capital social e instituições nas performances dos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul**. 2009. 192f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.



## A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL

**Leonardo Calixto Maruchi**

Universidade Federal da Grande Dourados-  
Faculdade de Ciências Humanas  
Dourados, Mato Grosso do Sul

**RESUMO:** O presente trabalho é resultado de um trabalho de conclusão de curso, durante sua construção buscou-se fazer uma análise e trazer reflexões acerca do papel do indígena no comércio de Amambai-MS. Essa cidade está localizada no sul do estado do Mato Grosso do Sul, próximo à fronteira com o Paraguai. Segundo dados do IBGE de 2010, a cidade possui 35.523 habitantes, e destes, 8.807 (24,7%) são indígenas das etnias Guarani e Kaiowá, que moram nas três aldeias que ficam nos arredores da cidade, e também, há aqueles que vivem dentro da área urbana. Esse elevado percentual da população indígena se reflete também no espaço urbano, especialmente no centro comercial da cidade. Portanto, essa pesquisa buscou demonstrar que apesar do preconceito e da invisibilização sofrida por estes povos, eles possuem grande relevância na dinamização do comércio e são importantes para a economia de Amambai.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guarani e Kaiowá; preconceito; dinamização do comércio.

**ABSTRACTS:** The present paper is the result of

an assignment for course conclusion, during its creation we sought to make an analysis and bring up reflections about the role of the indigenous people in the commerce in Amambai city, MS. The city is located in the south of Mato Grosso do Sul state, near the border with Paraguay. According to the IBGE data of 2010, the city has 35.523 inhabitants, from these inhabitants 8.807 (24,7%) are indigenous from the Guarani and Kaiowá ethnicity who live in three different villages located around the city, there are also those who live in the urban area. This high percentage of the indigenous population also reflects in the urban area, especially downtown near the stores. Therefore this research sought to show that despite the prejudice and infeasibility suffered by these people they have great relevance in the dynamization of the commerce and are important for the economy of Amambai.

**KEYWORDS:** Guarani and Kaiowá; Prejudice; Dynamization of the commerce.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado dos dois primeiros capítulos de um trabalho de conclusão de curso intitulado: “A territorialidade Guarani e Kaiowá na cidade de Amambai-MS”, tal trabalho é resultado de discussões



e aprendizados dentro do grupo de pesquisa TERRHA- Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social, que trabalha temas que permeiam a questão agrária, urbana, econômica e social.

O propósito deste trabalho foi analisar o centro comercial da cidade de Amambai-MS e a relação dos povos indígenas com este lugar, para assim também termos um panorama da questão indígena local, buscando entender e denunciar o preconceito e os diversos problemas e dificuldades enfrentados por estes povos que na verdade se mostraram importantes para a economia local.

Portanto, para entender essa dinâmica, é importante que busquemos compreender as relações socioespaciais existentes neste lugar, sejam elas através da vivência, do consumo, do oferecimento de serviços e etc., são estes enfoques buscados no andamento desta pesquisa, através de entrevistas, questionários e revisão bibliográfica.

Amambai se localiza no interior do estado de Mato Grosso do Sul, e caracteriza-se por possuir uma grande parte da população de etnia indígena, cerca de 25% da população total, estando a maioria divididos em três aldeias nos arredores da cidade, e uma pequena parte mora dentro da área urbana. Por grande parte da população amambaiense ser indígena, a dinâmica no comércio diferencia-se da maioria das cidades pequenas do país, uma vez que a cultura indígena influencia nas relações existentes dentro da cidade.

Durante a execução desse trabalho, buscou-se demonstrar a importância do indígena para a economia de Amambai, lembrando sempre que o indígena não se torna menos indígena por fazer coisas entendidas como sendo do não índio, como consumir no comércio local ou vender sua mão de obra por exemplo. Tal enfoque foi uma forma de combater o preconceito enraizado na população sul-mato-grossense, que muitas vezes de forma equivocada taxa os indígenas de vagabundos, como se eles não trabalhassem e vivessem apenas de auxílios governamentais e não contribuíssem ou fossem um empecilho para o avanço econômico.

Durante a execução da pesquisa pudemos perceber que em determinados pontos da região central da cidade a relação entre indígenas e o comércio se dá de maneira muito intensa, portanto, e dentro desses pontos, ainda há a preferência de consumo dos indígenas por determinados estabelecimentos, mesmo que estes tenham concorrentes vizinhos que ofereçam o mesmo serviço. Um dos questionamentos que esta pesquisa buscou entender é como essa relação foi construída, para assim entendermos essa dinâmica.

Foram identificadas diversas interações espaciais e relações entre a população indígena dentro do comércio de Amambai. Essas interações ocorrem por meio do consumo de bens e serviços, entre eles, o atendimento médico-hospitalar público, como a Casa de Saúde do Índio- CASAI; também há muitos indígenas que buscam educação nas escolas públicas da cidade, mas o foco da pesquisa foi no comércio da cidade, que oferece comércio varejista de vestuário, calçados, alimentos, eletrodomésticos e eletrônicos, móveis, farmácias, utilidades e insumos agrícolas. Cabe destacar também

o número de trabalhadores indígenas que se deslocam diariamente das aldeias para trabalhar na cidade.

Durante a realização da pesquisa foi possível perceber através do levantamento bibliográfico que ainda há poucos trabalhos que buscaram entender a relação do indígena com o espaço urbano e como ele pode ser protagonista na construção deste espaço, mesmo que algumas vezes ele tenha muitas dificuldades e limites impostos para conseguir se inserir nele.

## **2 | O CONTEXTO HISTÓRICO E A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS**

Para entendermos a atual situação da questão indígena em Amambai, é necessário primeiramente que entendamos o contexto histórico de exploração e desterritorialização brutal sofrida pelos povos originários dessa região. O atual território sul-mato-grossense, segundo estudos arqueológicos, foi ocupado e nele viveram por longos períodos de tempo muitos grupos nômades que se deslocavam pelo continente, como: pescadores, caçadores e coletores, orientando-se pelo curso dos rios e trilhas naturais.

Nesta região, existiam excelentes condições para desenvolvimento e manutenção de culturas humanas. Desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus no continente, a área de Mato Grosso do Sul, por mais que fosse distante dos centros econômicos mercantilistas sul-americanos, fez-se, imediatamente, sua inserção na estratégia econômica do sistema colonial na importante posição de caráter fornecedor de uma mercadoria indispensável para o funcionamento desse modelo de sistema: a mão-de-obra escrava.

Como resultado dessa violenta convivência com “outra” civilização, quase acarretou o extermínio da população indígena dessa região. Nos primeiros trezentos anos de colonização, diversos grupos com diferentes modelos de comportamento, que hoje poderiam ser fonte enriquecedora cultural, foram extintas, deixando poucos vestígios arqueológicos que possam caracterizar os modos de ser, o que promoveu danos irreparáveis à contribuição do conhecimento da cultura homem/natureza. Apesar disso, Mato Grosso do Sul possui a segunda maior concentração de população indígena do Brasil, atrás apenas do Amazonas. Ao final do século XIX, teve início a ocupação da região por não índios, através principalmente da exploração de umas das riquezas presentes no território Guarani com grande valor no mercado: a erva-mate. A atividade comercial da erva mate pela companhia Mate Laranjeira se consolidou com início da tomada do território Guarani através de vários tipos de exploração econômica, visto que tais territórios foram reconhecidos por certa abundância de recursos e havia o interesse em domina-lo com ou sem consentimento dos locais. O povoamento da região teve como base as atividades produtivas em fazendas e a expropriação dos povos originários da região mediado pelo antigo SPI— Sistema de Proteção ao Índio—

precursor da FUNAI— Fundação Nacional do Índio. No intervalo de 1915 a 1928 foram estabelecidas oito “reservas” no estado com a finalidade de ser o lugar para onde os indígenas expropriados eram levados.

Esse processo de transferência arbitrária a população indígena, que ocupava inúmeras aldeias, para as reservas demarcadas pelo SPI, caracteriza o confinamento compulsório e marca a situação dos índios Kaiowá e Guarani hoje e que está na raiz dos inúmeros conflitos entre os Kaiowá e Guarani e os que adquiriram essas terras, muitas delas arbitrariamente liberadas pelo SPI e pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Cabe destacar que no processo de demarcação como reservas indígenas dessas oito porções de terra, o SPI não teve em conta as formas de ocupação e exploração dos recursos naturais próprios dos Kaiowá e Guarani. Portanto, hoje a maioria das comunidades indígenas sul-mato-grossenses vivem em áreas reduzidas, confinadas em áreas reservadas pelo antigo SPI, e são pequenas porções de seu território original do período pré-colonial, que hoje, são insuficientes para os indígenas exercerem seu modo de vida.

Outra finalidade das reservas era a de tentar transformar aos poucos os indígenas em “cidadãos civilizados”, o nome “reserva” surge no sentido de estes lugares serem uma reserva de mão de obra para as cidades, mas este processo de transformar o Guarani parte da “comunidade brasileira” foi uma catástrofe, o que torna impossível abordar a história indígena no estado e no país sem falar de resistência, derramamento de sangue e genocídio, procedimento não tão distinto de acontecimentos atuais. Além da violência, os constantes deslocamentos em curtos períodos de tempo para as frentes de trabalho são até hoje fatores que impedem a organização social dos povos indígenas.

São povos cujo destino, sob a ótica dos colonizadores, era o desaparecimento total, mediante a sua integração em nossa sociedade, entendendo-se, historicamente, essa integração como superação da sua distintividade enquanto povos com seu território, seu modo de vida, sua organização social, sua economia, sua religião e sua cosmologia. (Brand, Ferreira e Azambuja, 2008, p.27/28).

Os Guarani foram e são excelentes agricultores, cultivando principalmente o milho, base de seu cardápio. Além de serem eficientes no cultivo e tecelagem de algodão silvestre, utilizados para confecção de redes e roupas, produzem uma variedade de recipientes de cerâmica utilizados em rituais e no dia-a-dia. O modo de vida de uma população que por séculos viveu a partir da subsistência tanto cultural como alimentar em uma região com abundância de recursos naturais, foram modificados para se tornarem dependentes de um sistema de desenvolvimento agressivo visando apenas lucrar com produção em massa, deixando-os vulneráveis à fome, doenças, alcoolismo e outras drogas.

Nesse sentido, Férrer acrescenta:

Tem-se, de um lado, o pujante agronegócio, movimentado pelo plantio de cana-de-açúcar, soja e milho e pela intensiva criação de gado; e de outro, mais de 40 mil índios habitando fragmentos de terra, isolados e dispersos em 69 áreas, que incluem 36 acampamentos onde as condições de sobrevivência são subumanas. (FÉRRER (2012) p.112).

Mesmo com organização e mobilização indígena e de apoiadores não indígenas como da academia, ONG's e comunidade em geral, a sobrevivência da população Guarani e Kaiowá prossegue ameaçada devido às políticas desenvolvimentistas do governo brasileiro e os atores do agronegócio que atuam dentro e fora da lei, destruindo o Tekohá dessa população.

Centenas de famílias Guarani e Kaiowá, estão retomando seus Tekohá aguardando a demarcação de suas terras tradicionais. Atualmente, os indígenas das etnias Guarani e Kaiowá vivem/sobrevivem ao sul do estado de Mato Grosso do Sul, compondo um contingente mais expressivo comparado as outras etnias presentes no estado. A maioria dos índios Guarani vive em terras legalizadas nos municípios de Dourados, Amambai, Caarapó e outros municípios menores. No entanto, milhares de indígenas lutam na Justiça Federal pelo reconhecimento de terras que hoje ocupam, mas os processos correm lentamente por diversos fatores como a corrupção, falsificação de documentos, grilagem de terras, influência de ruralistas e agentes do agronegócio e até mesmo grupos que adotam discursos de senso comum e preconceituosos.

Os Guarani e Kaiowá tiveram durante séculos até os dias atuais, o seu território invadido e loteado e sua população reduzida de maneira drástica. Este panorama de falta de terra e a necessidade de buscar renda para sobrevivência traz o indígena dos confinamentos da aldeia cada vez mais próximo da dinâmica urbana, por mais graves que sejam as calúnias e estereótipos reproduzidos por moradores não indígenas.

Os indígenas na região de Amambai sofreram o processo de perda das suas terras no início do século XX, com isso ao longo do tempo foram colocados em três reservas, a maior delas é a Aldeia Amambai, com população de cerca de 5469 indígenas, a segunda maior é a Aldeia Limão Verde, com cerca de 1092 indígenas, e a terceira maior é a Aldeia Jaguari, com 321 indígenas, (IBGE 2010) estas aldeias ficam nos arredores da cidade. Como sabemos, os tamanhos de suas terras são insuficientes para que eles possam manter o modo de vida que tinham antes da colonização no estado do Mato Grosso do Sul, como afirma Férrer:

A vida dessa gente ficou marcada pela violência das frentes de expansão do capital agrícola, presente no processo de expropriação territorial, que por sua vez, conduz à perda do acesso à alimentação, educação e saúde e ao extermínio dos grupos mais fragilizados. (FÉRRER, 2012, p.112)

Com o passar dos anos, a população indígena dentro das reservas foi aumentando, e cada vez mais os indígenas não conseguiam produzir e manter sua forma de vida apenas com o pequeno espaço das reservas. Com isso, o indígena se viu obrigado

a buscar outras formas de conseguir sobreviver, sendo inevitável que ele passasse a vender sua mão de obra em troca de dinheiro ou comida na cidade.

Os indígenas até os dias atuais sobrevivem através da venda da sua mão de obra, o que faz com que as relações entre os indígenas e não índios sejam inevitáveis. A cidade de Amambai é um exemplo disso. As relações entre indígenas e não indígenas está presente em todos os lugares. É muito comum encontrar indígenas que vem das aldeias diariamente para a cidade. Eles buscam na cidade atendimento hospitalar na CASAI- Casa de saúde do índio, trabalho e principalmente o consumo de bens e serviços, que é o viés utilizado nessa pesquisa para a discussão dessa relação.



AMAMBAI-MS: INDÍGENAS FAZENDO COMPRAS NO COMÉRCIO DA CIDADE

Foto: Leonardo Calixto Maruchi (2016)

Essa forte presença de indígenas na cidade e, especialmente no comércio, levanta a questão da importância e da relação de interdependência entre o comércio da cidade de Amambai e os indígenas. Sendo assim, o foco para buscarmos entender essa relação foi através do levantamento de dados qualitativos e quantitativos, a partir da aplicação de questionários e entrevistas. Com isso, buscou-se além de entender essa relação de interdependência, também mostrar que contrariamente ao pensamento que grande parte da população local reproduz, o indígena não é um vagabundo que vive de assistência governamental e não trabalha, muito pelo contrário, a pesquisa deixa claro que os indígenas trabalham e consomem tanto quanto os não indígenas, e são importantíssimos para a economia da cidade ao consumirem e fornecerem mão de obra para a cidade.

Para o andamento da pesquisa, primeiramente foi necessário que fosse delimitada a área a ser estudada, o centro comercial de Amambai é extenso e o objetivo da pesquisa não é obter dados absolutos sobre quanto dinheiro os indígenas movimentam no comércio. O consumo indígena no comércio é um instrumento para análise e também um instrumento para fomentar a discussão da questão indígena atualmente. Sendo assim, foi escolhida uma pequena área do centro da cidade onde



fosse possível verificar uma maior presença de indígenas, e que também tinha uma variedade nos tipos de estabelecimentos, uma vez que em Amambai grande parte do comércio é do ramo de roupas e calçados. Sendo assim, a região delimitada para estudo foi a Avenida Pedro Manvailer, entre as ruas Vereador João Neves e Avenida Nicolau Otano.



PLANTA DA CIDADE DE AMAMBAI: ÁREA DE ESTUDO DELIMITADA

Fonte: Prefeitura de Amambai-MS- Elaborado pela Secretaria de obras pública

Org.: Leonardo Calixto Maruchi

Verificou-se através da pesquisa que a média geral de clientes indígenas foi de 17,6% em todos os estabelecimentos da área de pesquisa. Essa taxa é considerável comparativamente à porcentagem de população indígena da cidade, que é de quase 25% da população total. Vale ressaltar aqui a grande amplitude encontrada nos dados, sendo que em alguns casos a porcentagem de clientes indígenas não passava de 5%, e em alguns casos sendo igual a zero, mas em outros casos, a estimativa dos comerciantes foi de que essa porcentagem fosse de 50 até 90%.

Os dados acima revelam que o indígena tem uma preferência por certos gêneros de estabelecimentos e dentro destes gêneros também nota-se uma preferência por certos estabelecimentos, um exemplo, é entre os estabelecimentos do gênero mercado. Um estabelecimento apontou que tinha de 20 a 30% de clientes indígenas, mas o outro mostrou ter praticamente o dobro de porcentagem do concorrente (de 50 a 60%), vale lembrar, que estes mercados estão localizados lado a lado, literalmente encostados. As lojas de utilidades também demonstraram ter bastante diferença. Uma

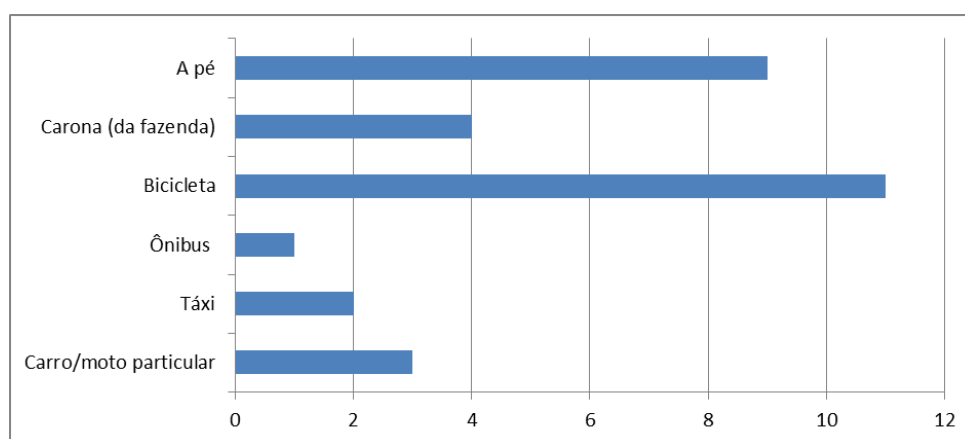


delas apontou que tinha de 10 a 20% de clientes indígenas, já outra apontou ter entre 70 a 80%. As lojas de móveis e eletrodomésticos também apresentaram bons números, variando entre 20 e 40%. Já os demais tipos de comércio não apresentaram grandes porcentagens falando de maneira geral, a maioria apresentou dados que variam entre 5 e 20%, mas é possível notar que entre eles há alguns que apresentam dados bem diferentes dos demais da mesma categoria, sendo eles muito baixos ou muito altos em relação aos demais.

Tais dados nos revelam que os tipos principais de estabelecimentos frequentados pelos indígenas são os mercados e lojas de móveis e eletrodomésticos, mas ainda assim, de maneira geral, eles são importantes para todas as principais categorias de comércio da região. Esses dados ainda nos levanta o questionamento do “por que” dos indígenas terem preferência por alguns estabelecimentos, sendo que alguns possuem concorrentes do mesmo gênero a poucos metros de distancia que possuem uma frequência de indígenas bem menor. Podemos levar em consideração a questão de preços e oferta de mais variedades de produto, mas também não podemos esquecer a questão do mal atendimento e preconceito relatados por diversos indígenas em alguns estabelecimentos locais.

Através destes dados podemos perceber a importância do indígena no comércio de Amambai e o nível de inserção dos Guarani e Kaiowá nas relações mercantis. Os dados apontam que existe uma relação de interdependência entre o indígena (que busca na cidade suprir suas necessidades) e o comércio (que necessita dos indígenas para se fortalecer). Essa relação algumas vezes encontra algumas barreiras, mas a maioria dos comerciantes parece estar ciente disso e da importância dessa relação.

Nas entrevistas muitos indígenas afirmaram que a renda que tinham através do trabalho e dos auxílios do governo davam para apenas para consumir o básico ou era insuficiente. Nota-se assim que para eles é muito difícil ter acesso à bem materiais, a maioria vinha das aldeias a pé ou de bicicleta, vale ressaltar que a Aldeia Amambai está a cerca de 7,5 quilômetros do centro da cidade, a Limão Verde está a cerca de 8 quilômetros e a Jaguari a cerca de 50 quilômetros da cidade.



Cidade De Amambai: Meios De Locomoção Utilizados Pelos Indígenas

Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Org.: Leonardo Calixto Maruchi, 2017

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi evidenciar a importância do indígena no comércio de Amambai-MS. Buscamos desde o princípio comprovar através de dados que o consumo dos indígenas é muito importante para alguns comércios da cidade. Sendo assim, a economia de Amambai e os indígenas criaram uma relação de interdependência, uma vez que os indígenas não conseguem mais produzir tudo o que precisam como antigamente, então passaram a buscar na cidade as coisas que precisam para sua sobrevivência, e com isso, a economia de Amambai também depende desse mercado já que ele fortalece o comércio local.

Primeiramente fizemos uma contextualização histórica para mostrar os processos violentos pelo qual os indígenas passaram até serem colocados nas reservas indígenas sem o mínimo de preocupação com suas necessidades e sua cultura.

Buscamos entender como funciona a dinâmica na cidade de Amambai-MS, e a sua particularidade devido a grande presença de indígenas no centro da cidade. Concluímos que Amambai possui uma dinâmica muito particular, já que são poucas as cidades onde se presencia uma quantidade tão grande de índios andando nas ruas e frequentando os comércios da cidade.

Após entendermos o processo histórico que levou Amambai a ter essa atual configuração, buscamos delimitar uma área da cidade, e através da aplicação de questionários e entrevistas com comerciantes e indígenas pudemos obter dados que comprovaram a importância que os indígenas tem para o comércio da cidade através do consumo de bens e serviços e conseqüentemente o fortalecimento da economia local.

Neste trabalho também discutimos a questão das dificuldades que os indígenas sofrem devido as baixas condições de vida que a maioria tem, através de entrevistas pudemos entender que os auxílios do poder público ajudam, mas não são suficientes.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. **Os Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul. A questão agrária em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: UFMS, 2008.

BRAND, A. **Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS.** *Tellus*, ano 4, n. 6, p. 137-150, Campo Grande –MS, abril de 2004.

BRAND, A.; FERREIRA, E. M. L.; ALMEIDA, F. A. A. de. **Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia. Matte Larangeira: negociações e conflitos.** In: SIMPÓSIO NACIONAL

FÉRRER, F. A. **Os Guarani Kaiowá.** In: Revista do Instituto do Ceará, 2012

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARTINS, G. R. **Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, MS: 2 ed. UFMS, 2002

MIZUSAKI, M. Y. **O “agrobandidismo” e as disputas territoriais em Mato Grosso do Sul.** Jornal O Progresso, 2011. Disponível em: <http://www.progresso.com.br/opiniao/marcia-yukari-agrobandidismo-e-as-disputas-territoriais-em-ms>. Acesso em: 30/10/2016

MOTA, J. G. B. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** In: Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 15, nº. 21 pp. 114-134 Jul-dez./2012

NUNES, E. S. **Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades.** In: Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.

PEREIRA, L. M. **Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais.** Revista História em Reflexão: Vol. 1 n. 1 – UFGD - Dourados Jan/Jun 2007.

PEREIRA, L. M. **O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS.** *Tellus*, ano 3/ n. 4/ p. 137-145, Campo Grande - MS abril de 2003.

SANTANA, J. V. J de. **Globalização e saber indígena: na “geografia do sagrado” a possibilidade de construção de uma identidade étnica.** In: Revista Espaço Acadêmico, nº 106, março de 2010.

SIQUEIRA, E. M. de; BRAND A. J.. **Os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul: os conflitos de terra e as marcas do SPI.** Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/Paineis/>

## ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS

**Victoria Nenow Barreto**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa – Paraíba

**RESUMO:** A água é um elemento primordial para a manutenção e reprodução da vida e da sociedade, portanto é um direito inalienável de todos os seres humanos. A perspectiva de escassez desse bem natural, faz da água alvo de debate e disputa empresarial, social e governamental no mundo. O problema social decorrente dos episódios de seca no nordeste brasileiro engendrou a água objeto de debate no país. Dessa forma, surgiram projetos políticos e sociais para o combate e convivência com a oferta hídrica dessa região. Dentre os projetos está o PISF – Projeto de Integração do Rio São Francisco no Nordeste Setentrional, que se enquadra nas políticas de combate à seca e de segurança hídrica. Assim, o objetivo é analisar o PISF à luz de teorias da Geografia Política, notadamente aquelas que abordam o debate sobre Recursos Hídricos. Foram elucidadas algumas das teorias que contribuem para a análise da conjuntura política de acesso aos recursos hídricos em escala mundial, e aplicadas, em menor escala, na reflexão do semiárido brasileiro, mais especificamente nos territórios onde as águas da transposição alcançam. Foi possível perceber que o PISF

abarca as exigências de direito dos seres humanos ao devido acesso público à água, propostas em algumas Conferências e Comitês Mundiais da Água, pela ONU e por alguns autores. Porém vai na contramão do que propõe o Conselho Mundial da Água, a OMC e o Banco Mundial, por tratarem a água como mercadoria.

**PALAVRAS-CHAVES:** PISF; semiárido; recursos hídricos

**ABSTRACT:** Water is an essential element for the maintenance and reproduction of life and society, therefore it is an inalienable right of all human beings. The prospect of shortage of these natural asset turns water into a target of debate and dispute between the business', social's and government's sectors all over the world. The social problems due to the drought episodes in Brazilian's northeast turned water into a subject of debate in the country. Therefore, have emerged political and social projects to debate the coexistence with the hydric supply of the region. Among these projects there is PISF – São Francisco's Integration Project on the Northeast, which is in line with the politics for hydric security and combating drought. Thereby, the objective is to analyze PISF considering the theories of Political Geography, especially those regarding the Hydric Resources debate. Some of the theories that contribute to the analysis of the political conjuncture were considered, and

then applied, in a minor scale, in the reflection of Brazilian's semiarid region, especially in the territories reached by the waters of the transposition. It was possible to perceive that PISF embraces the human rights demands for public access to water, proposed in a couple of World Water Forums and World Water Councils, by UN and other agents. However, PISF also goes against some proposals of the World Water Council, WTO, and World Bank, for treating water as a commodity.

**KEYWORDS:** PISF; semiarid; hydric resources.

## 1 | INTRODUÇÃO

Os recursos hídricos estão entre os recursos naturais mais imprescindíveis à sobrevivência humana e à manutenção da vida na Terra. Porém a água não é utilizada apenas para garantir a vida na Terra, é também para a produção de mercadorias e bens de consumo, produção de alimentos industriais e agrícolas, saneamento básico, higiene pessoal, preparo de alimentos, limpeza de residências e estabelecimentos, pesca, lazer, recreação, transporte, geração de energia. Devido a tamanha importância desse recurso, alguns autores como Petrella (2002) e Ribeiro (2008) atentam para a importância da distribuição igualitária da água, para a necessidade de políticas de governança e distribuição hídrica que incluam todas as camadas populacionais do globo, e assim não favoreçam apenas as camadas econômicas mais abastadas.

Levando em consideração que o ritmo de produção e consumo de bens é cada vez mais acelerado no mundo (RIBEIRO, 2008) a utilização dos recursos hídricos também se intensificou. E há uma grande desigualdade entre os países em relação ao consumo de água dos países mais industrializados e capitalizados em detrimento dos demais. Para se ter uma ideia, os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) somam 15% da população mundial e utilizam 27% dos recursos hídricos da Terra (RIBEIRO, 2008).

O desenvolvimento industrial e agroindustrial, principais responsáveis pelo consumo de água no mundo, levou a uma crescente urbanização em todo o mundo, o que intensifica o uso da água, pois esses centros necessitam de cada vez mais saneamento básico e uso doméstico. As áreas urbanas também são grandes poluentes das águas dos rios urbanos, pela falta de saneamento e pela concentração industrial características dos grandes centros urbanos.

O intenso ritmo de consumo hídrico no mundo e sua possível escassez levou algumas autoridades políticas a organizarem encontros mundiais para tratar e pensarem a respeito dos recursos hídricos. A água já foi e é motivo de conflito, inclusive bélico, em diversas partes do mundo, o que fomenta a necessidade de discutir em âmbito mundial a utilização dos recursos hídricos nessa escala, na tentativa de amenizar as tensões.

Para tanto, autoridades internacionais começaram a organizar algumas



conferências, reuniões e encontros internacionais que tem como preocupação discutir a utilização e distribuição dos recursos hídricos. Desde a primeira reunião, na Argentina, em 1977, muitos desafios foram encontrados para firmar acordos internacionais e, principalmente, colocá-los em prática.

Algumas conferências pensaram e esboçaram acordos de distribuição democrática da água, pensando na importância desse recurso para toda a população. Outras conferências, contraditoriamente, afirmam a necessidade da cobrança pela água, a água como uma mercadoria para que ela seja melhor administrada. Essa visão é financiada pelo Banco Mundial da Água e pela OMC (Organização Mundial do Comércio), e tem espaço de repercussão, principalmente, nos Fóruns Mundiais da Água. Autores como Petrella (2002) e Ribeiro (2008) afirmam que a cobrança pela água apenas aumentaria o desigual acesso a esse recurso no mundo, já que a desigualdade econômica global é enorme. Para se ter uma ideia, atualmente “1,4 bilhão de pessoas não tem acesso à água potável” (PETRELLA, 2002, p. 52).

No Brasil, a região que mais sofre com problemas de distribuição hídrica é o Semiárido Setentrional. Há aspectos físicos naturais que influenciam nos periódicos quadros de escassez hídrica da região, como os baixos índices pluviométricos e a ausência de aquíferos devido ao solo cristalino da maior parte da região, porém, os aspectos políticos e econômicos também influenciam muito na escassez que sofre grande parte da população que ali vive (BRITTO, 2013). A distribuição hídrica é desigual e favorece os mais capitalizados, senhores da terra e da água (Petrella, 2002).

Para amenizar os efeitos da seca no Semiárido foram criadas, desde o Brasil Colonial, algumas políticas de combate e convivência com a seca. As mais antigas são as políticas de açudagem e perfuração de poços, sendo as mais recentes os carros-pipas e cisternas.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Semiárido Setentrional – PISF é pensado desde antes do Brasil República como política de combate a seca nordestina. Porém, só foi colocado em prática com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva – PT, com o investimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, a partir de 2007.

O objetivo divulgado e prometido pelo governo é de levar água para a população para acabar com os efeitos da seca, para dessedentação humana e animal e para cultivo agrícola. Devido a realidade política de distribuição hídrica da região há muita desconfiança a respeito de quem será o maior beneficiário desse imenso projeto. Se realmente a população mais carente economicamente terá acesso pleno a essas águas ou será destinado aos grandes proprietários de terra da região Semiárida e aos centros urbanos.

Há diversas desconfianças a respeito do projeto e segundo Britto (2013), a divisão de opiniões se divide, de maneira geral, entre os Estados doadores e Estados receptores dessas águas. Sendo os doadores contra e os receptores a favor.

Os projetos de transposição fazem parte de políticas de distribuição hídrica

presente em muitas partes do mundo. Mas há no Brasil quem acredite que esse não é ainda o melhor meio de mitigar e, quem sabe, acabar com a seca do Semiárido Setentrional.

## **2 | OBJETIVOS**

A proposta desse artigo é analisar o Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Semiárido Setentrional a partir de algumas políticas institucionais internacionais pensadas até então no mundo a respeito dos recursos hídricos. Com a intenção de identificar como esse projeto se encaixa nessas políticas e quais os desafios do projeto na realidade da região semiárida, levando em consideração as desconfianças e esperanças de diversos segmentos da sociedade a respeito do PISF.

A proposta desse artigo é analisar o Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Semiárido Setentrional a partir de algumas políticas institucionais internacionais pensadas até então no mundo a respeito dos recursos hídricos. Com a intenção de identificar como esse projeto se encaixa nessas políticas e quais os desafios do projeto na realidade da região semiárida, levando em consideração as desconfianças e esperanças de diversos segmentos da sociedade a respeito do PISF.

## **3 | METODOLOGIA**

Para atingir o objetivo proposto nesse artigo foram utilizadas duas obras que tratam a respeito dos recursos hídricos em escala mundial com um viés da Geografia Política, são essas: Geografia Política da Água, de Wagner Costa Ribeiro, 2008. O Manifesto da Água - Argumentos para um contrato mundial, de Riccardo Petrella, 2001 (traduzido e publicado em português em 2002).

A tese de doutorado de Franklyn Barbosa de Brito, Conflitos pelo Acesso e Uso da Água: Integração do Rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste), também foi uma bibliografia que contribuiu muito para a realização desse artigo, pois ajudou a entender o Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Semiárido Setentrional, os desafios que essa região vive pelo acesso à água e a visão de diversos setores da sociedade a respeito da obra de integração, já praticamente finalizada.

## **4 | ENCONTROS INTERNACIONAIS A RESPEITO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

Devido à importância da água para a manutenção da vida, produção de alimentos e bens de consumo, utilização doméstica etc, o acesso a esse recurso muitas vezes vira objeto de disputa política e bélica pelo mundo. Com a intenção de aliviar essas tensões e pensar em políticas institucionais de distribuição dos recursos hídricos,

foram realizados

alguns encontros internacionais para tratar a respeito, com a tentativa de criação de acordos acerca da regulamentação da água pela ordem ambiental internacional.

Sendo assim, as diversas reuniões internacionais que ocorreram sobre recursos hídricos procuraram produzir um aparato institucional na possibilidade de regulamentar o uso da água em escala internacional (RIBEIRO, 2008). Ribeiro (2008) apresentou conferências e fóruns que foram realizados pelo mundo e salientou que muitos encontros e projetos foram criados, mas pouco foi colocado realmente em prática.

A primeira reunião internacional ocorreu em Mar Del Plata, Argentina, em março de 1977. Tendo como principal objetivo estabelecer alternativas para evitar uma crise de água e com a tentativa de reforçar a cooperação internacional para solucionar os problemas referentes aos recursos hídricos. “Foi acordado que cada país membro deveria promover políticas públicas de acesso à água de qualidade e saneamento básico para a totalidade da população até 1990” (RIBEIRO, 2008).

A Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente, realizada em Dublin, em 1992, reconhece que ela é finita e “necessária para sustentar a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente” (RIBEIRO, 2008), e dessa forma aumenta a consciência da importância da água. Porém salienta que a água tem um valor econômico, portanto deve ser administrada por setores privados e atribuído valor monetário. Foi feita a proposta de criar um Conselho Mundial da Água para opinar sobre recursos hídricos.

Segundo Petrella (2002), atribuir valor econômico à água apenas favorece os senhores da terra e da água, e deixa mais distante o acesso à água às camadas da população menos favorecidas economicamente. O autor afirma a necessidade de uma governança solidária, comunitária e justa dos recursos hídricos devido a tamanha importância da água para a vida, salientando que as instituições privadas não é o melhor meio a garantir o acesso de água para todos de maneira igualitária.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, reconheceu a água como um bem público e de acesso a todos. Propôs a redução da contaminação urbana e industrial, salientando que deve haver um equilíbrio na expansão das cidades. Alertou para a importância de estudos a cerca de técnicas de irrigação mais adequadas (sem tanto desperdício de água) e da gestão integrada de bacias internacionais. Desse encontro saiu a Agenda 21, que consiste num plano de ações para recuperação ambiental em escala mundial até o ano 2000 (RIBEIRO, 2008).

O Conselho Mundial da Água, construído de fato em 1996, em Marselha, reconhece a água como um bem necessário e comum a todos para a manutenção da vida, onde a população deve ter pleno acesso, mas incentiva a privatização da gestão dos recursos hídricos, afirmando a importância das empresas privadas em fornecer o abastecimento de água e o saneamento básico. Esse discurso é difundido pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio – OMC.

De acordo com Petrella (2002), essas instituições fomentam a ideia de que

as instituições públicas não têm capacidade de governar os recursos hídricos adequadamente e a atribuição de valor econômico a água enfatizaria e conscientizaria a população mundial a respeito da importância da água, tornando seu uso mais consciente. Porém, o autor novamente denuncia a quem esse discurso favorece.

A Participação Global da Água; Convenção de Cursos D'Água Internacionais; Convenção de Helsinque; Conferência de Paris, Conferência de Bonn; Conferência de Johnnesburgo (quatro fóruns entre 1997 e 2006), reafirmam a ideia do Banco Mundial e da OMC a respeito da administração e distribuição dos recursos hídricos.

## **5 | O PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM O SEMIÁRIDO SETENTRIONAL**

O PISF é um projeto financiado pelo Governo Federal que tem como bandeira acabar com os problemas de déficit hídrico da região Semiárida do nordeste brasileiro e assim garantir a segurança hídrica da população que ali vive. A transposição das águas do Rio São Francisco chegará aos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O projeto oficial declara que todos os municípios ao longo dos canais dos dois eixos (Norte e Leste) deverão ser atendidos pelas águas da transposição. Ao todo são 559 municípios (BRITTO, 2013).

O Eixo Leste foi inaugurado pelo Ministério da Integração Nacional em março de 2017. Em abril do mesmo ano as águas chegaram ao açude Epitácio Pessoa, município Boqueirão/PB. Em abril de 2018 o Eixo Norte estava com 96% de suas obras concluídas.

Porém a obra do PISF divide opiniões, alguns acreditam nas promessas feitas pelo governo nacional de que as águas transpostas garantirão a segurança hídrica de toda a população do Semiárido. Outros acreditam que essas águas serão destinadas em sua maioria aos grandes proprietários de terra e centros urbanos. Alguns críticos do projeto acreditam ainda que como o gasto com a obra foi elevado, pode haver a possibilidade de no futuro essa obra passar a ser administrada pela iniciativa privada, e assim essas águas poderão ser cobradas financeiramente, o que já não garantiria o acesso à água a quem não puder pagar.

Os movimentos sociais dos Estados receptores das águas do São Francisco, Movimento dos Sem Terra (MST); do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), são contra a transposição por entenderem que o projeto não beneficiará a população mais carente, e sim o agronegócio (BRITTO, 2013).

De acordo com o presidente da AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba, em entrevista ao programa televisivo “Correio Debate”, no dia 07/05/2018, as águas do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco terão como prioridade atender a demanda hídrica do município de Campina Grande/PB,

segundo maior centro urbano da Paraíba, só perdendo para a capital do Estado, João Pessoa, cidade litorânea. As águas do Eixo Norte serão destinadas prioritariamente ao abastecimento da cidade de Fortaleza/CE. Atualmente apenas o Eixo Leste está em funcionamento, e as populações ao longo do canal artificial da transposição só podem utilizar água para irrigar meio hectare de terra.

O 8º Fórum Mundial da Água, realizado no Rio de Janeiro/RJ, em março de 2018, se posicionou a favor das obras de transposição e intensificou a ideia de que a população que realmente sofre com a má distribuição das águas na região semiárida passaria a ter segurança hídrica.

## 6 | RESULTADOS PRELIMINARES

Foi possível perceber que o Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Semiárido Setentrional, em sua proposta inicial de garantir o acesso à água de toda a população da região e dessa maneira levar segurança hídrica às famílias que ali vivem condiz com o que foi dito nas conferências internacionais acerca dos recursos hídricos, quando defendem a importância da água e do acesso de toda a população mundial a esse bem natural.

Porém, atualmente não é o que vem acontecendo com as águas transpostas do Eixo Leste, já que a população do entorno do canal artificial não possui o acesso de que realmente necessitam em detrimento da cidade industrializada de Campina Grande/PB, que recebe a maior parte das águas transpostas.

Quanto ao valor monetário atribuído à água defendido por algumas instituições em encontros internacionais, citados no presente artigo, o PISF não contemplou essa lógica. Portanto ainda garante o acesso gratuito às águas transpostas.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futuro das águas da transposição do Rio São Francisco ainda é incerto. Se será destinada realmente à população mais carente economicamente como prometido pelo governo que implementou o projeto só o tempo dirá. Porém, os movimentos sociais, os intelectuais, as comunidades científicas e toda a população deve se posicionar, averiguar e cobrar o destino dessas águas, pois a importância dessa obra não deve ser jogada fora abastecendo apenas os detentores do capital, aprofundando ainda mais a desigualdade da região.

## REFERÊNCIAS

BRITO, Franklin Barbosa de. **Conflitos pelo Acesso e Uso da Água: Integração do Rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste)**. 359f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. Edusp: São Paulo. 1992

LIMA, Valéria Raquel Porto de; VIANNA, Pedro Costa Guedes. **A Necessidade de Uma Reforma Hídrica: o Conflito por Água no Semi-árido da Paraíba**. II Semiluso - Seminário Luso-Brasileiro Agricultura Familiar e Desertificação. 2008

NETO, Francisco Vilar de Araújo Segundo. **Diferentes Formas de Convivência com a Seca na Região Semiárida da Bacia do rio Paraíba**. 131f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016

PETRELLA, Riccardo. **O Manifesto da Água**. Editora Vozes. 2001

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia Política da Água**. Annablume. 2008



## GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO

### **Vanderson Viana Rodrigues**

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Departamento de História e Geografia – DHG  
São Luís – Maranhão

### **Ademir Terra**

Professor Adjunto da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Departamento de História e Geografia – DHG  
São Luís – Maranhão

**RESUMO:** O reconhecimento da agricultura camponesa justifica a criação de um ambiente institucional favorável para o desenvolvimento de suas atividades de base sustentável e em consonância com as novas demandas ambientais às quais o planeta vem sendo submetido. A presente pesquisa objetiva verificar a ação do PRONAF no âmbito do estado do Maranhão, analisando a política do programa e os impactos econômicos que a mesma vem provocando nas economias locais e na vida dos beneficiários. Para tanto, buscou-se identificar e analisar os impactos do volume de recursos do PRONAF em relação ao PIB estadual. Verificando-se os entraves encontrados pelos camponeses na aquisição do crédito, e a aplicação dessa política no estado, as mudanças por ela causadas e a relevância para as famílias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Camponeses, PRONAF, Economia.

**ABSTRACT:** The recognition of peasant agriculture justifies the creation of a favorable institutional environment for the development of its sustainable base activities and in line with the new environmental demands to which the planet has been subjected. The present investigation aims to verify the action of PRONAF within the framework of the state of Maranhão, analyzing the policy of the program and the economic impacts that it has been causing in the local economies and in the lives of the beneficiaries. To do this, we sought to identify and analyze the impacts of PRONAF's volume of resources in relation to the state GDP. Seeing the obstacles encountered by farmers in the acquisition of credit, and the application of that policy in the state, the changes caused by it and the relevance for families.

**KEYWORDS:** Peasants, PRONAF, Economy.

### 1 | INTRODUÇÃO

O PRONAF surge em meio à pauta de reivindicações da política agrícola dos camponeses e movimentos sociais, sendo fruto de muitas lutas e ações de enfrentamento a grupos políticos. A partir da década de 1970, os

camponeses vivenciaram um processo de concentração de suas atividades em uma ou duas culturas, ou a destinação de seus produtos ao mercado agroindustrial, isso sobretudo com a implantação de grades projetos de expansão das fronteiras agrícolas do país, o que os força a se encaixam nos moldes capitalista de produção.

Segundo Abramovay e Veiga (1999), Belik (1999) e Silva (1999), as avaliações sobre os primeiros anos de execução do PRONAF demonstram que nem todos os agricultores familiares beneficiaram-se do programa, isso por que o camponês tendo seu modo tradicional de vida não se submete a essa nova política, criada de cima para baixo e buscando torná-lo dependente do capital financeiro. Para esses autores, em primeiro lugar, foram beneficiados, sobretudo, os mais prósperos agricultores familiares, aqueles de maior renda e, provavelmente, os que já mantinham relações comerciais com o setor bancário. Em segundo, os bancos tendiam a privilegiar agricultores familiares que trabalhavam com mercados mais dinâmicos, mais estáveis, e beneficiavam, então, preferencialmente, os agricultores integrados à agroindústria.

Contudo observando o impacto do programa na vida dos trabalhadores brasileiros que passaram a ter “maior facilidade” em acessar recursos para produção de alimentos e animais no campo podemos destacar que a conquista do PROVAP em 1990 e posteriormente o PRONAF em 1996 fortaleceram e desenvolveram a agricultura antes tida como apenas de subsistência, segundo Rossi (2008) “O programa PRONAF, abriu essa perspectiva para esse grupo de trabalhadores. Com isso, há um crescimento impressionante da produção”, a partir dessa linha de financiamento.

No entanto inúmeros camponeses que haviam acessado o crédito do PROVAP se endividaram, Santiago e Silva (1999), afirma que os produtores rurais se endividaram junto às instituições financeiras durante a década de 1990. Isto aconteceu devido aos diversos planos de estabilização da economia do período e às constantes mudanças nas regras de operacionalidade do crédito rural. Assim quando implantado o PRONAF em 1996, houve um aumento nos processos judiciais devido às diferenças entre a correção dos preços mínimos e os saldos devedores dos contratos de financiamento.

De acordo com o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER, 2007), embora seja um programa nacional, nos primeiros anos a maior parte dos recursos do PRONAF foi aplicada no Sul do país. As razões para essa concentração centram-se nos seguintes aspectos: agricultores mais integrados aos mercados; facilidade na operacionalização e em sua divulgação, pressão do movimento sindical; e a existência de uma rede bancária bem mais distribuída pelos municípios, se comparada às demais regiões do país.

Tendo os estados do Norte e Nordeste os menores índices de acesso ao programa, argumentação validada pela má distribuição de bancos e agências de apoio ao camponês, outro motivo é que os camponeses das regiões Norte e Nordeste têm sua produção ligada as relações familiares, socioculturais, e socioterritoriais com a terra, tendo-a como algo divino e sagrado, negando tornarem-se minicapitalista, optando pela manutenção de sua tradicionalidade.

Segundo Ploeg (2010, p. 5), a agricultura familiar – ou camponesa – difere totalmente da agricultura empresarial e capitalista, seriam duas formas mutuamente exclusivas, tendo em vista que a agricultura familiar possui um modo próprio de produção. Para esse autor, é necessário resgatar o agricultor familiar desenvolvendo políticas que possam resituar este indivíduo na sua localidade e, ao mesmo tempo, promover a multifuncionalidade da unidade produtiva familiar, rompendo com a especialização e o uso de insumos artificiais que desconectam a agricultura da natureza. Neste modelo que incorpora os critérios de produtividade, eficiência e rendas crescentes, deve se acrescentar também o tema da sustentabilidade.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2007) reconhece que, contrariando o objetivo do programa, o principal tipo de fortalecimento que o PRONAF propicia está ligado ao padrão de desenvolvimento agrícola setorial, no qual a especialização das atividades produtivas e econômicas dos agricultores se sobressaem, e não o desenvolvimento da categoria camponesa. Assim fica claro que a conquista da política que visava beneficiar o camponês passa a garantir a manutenção das estratégias do capitalismo fortalecendo o modo desenvolvimentista do campo.

## **2 | PRONAF: MARANHÃO, A TERRA E O DESENVOLVIMENTO?**

Os estados do Nordeste sempre careceram de políticas que visassem o desenvolvimento de indústrias pesadas nas regiões fora das capitais e o assistenciamento à população, e constantemente enfrentam grandes problemas decorrentes das condições climáticas. Por apresentar um expressivo contingente populacional ligado ao uso da terra, durante o governo Lula criou-se facilidades para uma maior adesão ao PRONAF, desenvolvendo linhas de créditos especiais específicas para a região Nordeste.

É neste contexto que o Maranhão, o estado brasileiro com maiores índices de população considerada pobres do Brasil e que também apresenta a maior população rural (Gráfico 1), apenas nos anos finais da década de 1990 é que houve a ultrapassagem da população rural pela urbana (o estado do Maranhão foi o último dos estados brasileiros a passar por esse processo), processo esse que ocorreu por conta das oligarquias políticas estadual que durante anos mantêm o poder em suas mãos, e que direciona os investimento para atender seus próprios interesses deixando a grande maioria da população mais carente, principalmente os camponeses desassistidos.

O Maranhão, por ser um estado com população majoritariamente rural, teve sua economia durante anos ligada essencialmente a produção do/no campo e a agropecuária leiteira/de corte, desenvolvidas em grande parte por camponeses.

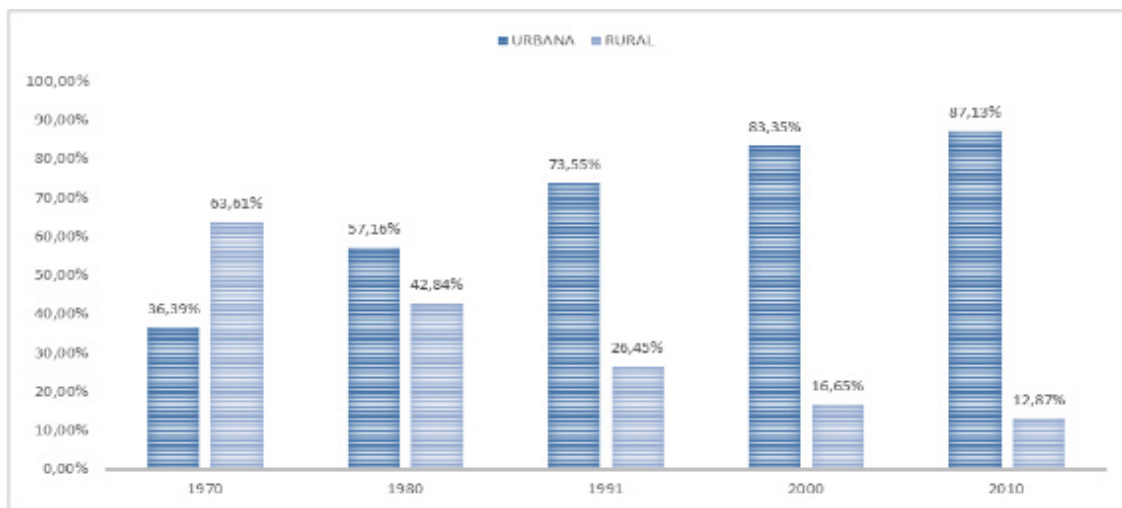


Gráfico 1 - População urbana e rural do Maranhão de 1970 a 2010 (em %).

Fonte: IBGE, 2017.

Os camponeses por serem poliprodutores se mantêm com base em seu trabalho na roça e da criação de pequenos animais e nas últimas duas década passaram também contar com auxílio de programas sociais como é o caso do Bolsa Família e o Seguro Defeso (no caso dos pescadores), o excedente que as famílias produzem é comercializado nos núcleos urbanos locais, para a viabilizar a aquisição de produtos que não produzem.

O acesso ao financiamento do PRONAF garante (ou deveria garantir) a produção em maior quantidade, com melhor qualidade e também facilitar a vida do camponês que com maior disponibilidade de recursos financeiros poderiam investir na mecanização das atividades que desenvolvem nos seus territórios, no entanto são muitos os empecilhos para que os mesmos possam ter acesso à esta modalidade de financiamento. Tais dificuldades deu origem em 2015 a um documento elaborado durante o 2º Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no Estado do Maranhão, enviado ao então Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Destacamos a necessidade de que o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF se torne menos burocrático e mais acessível em nosso estado, essencialmente quando se trata da relação entre o homem e a mulher do campo e as instituições bancárias, que deveriam ser um facilitador e hoje se mostram como um verdadeiro entrave, pela falta de sensibilidade para com o público desse importante programa (FETRAF-MA, SINTRAFs, 2015)

Os camponeses maranhenses, a exemplo dos camponeses de todo o país, mesmo tendo que enfrentar uma gama enorme de dificuldades, que vão além da falta de investimentos na produção, logística e comercialização, mas sobretudo em setores essenciais, como na saúde e educação, sofrem ainda com as constantes ameaças de desterritorialização, ainda assim, não desistem da manutenção do seu modo de vida pautado, sobretudo, na produção de alimentos.

O Maranhão é o terceiro estado com a maior concentração de famílias agricultoras da região Nordeste e o quinto do país. De acordo com o último Censo Agropecuário, são quase 860 mil agricultores familiares responsáveis pela produção de 93% do café, 89% do arroz, 86% da mandioca e do feijão consumidos no estado. Na safra passada, foram contratados mais de R\$ 436 milhões em créditos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), destes, quase 83 mil contratos foram destinados para melhorias no estabelecimento e na produção dessas famílias. (Sec. Esp. D.A, 2017)

O Maranhão é também um estado com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, variando sua colocação entre a primeira e a segunda posição (revezando com o estado de Alagoas). A Tabela 1, apresenta os índices de IDH do Brasil e do Maranhão, esses valores são dados pelo índice de GINI, e nos mostra que mesmo passando de 0,357 em 1991 para 0,689 em 2010, praticamente dobrando seu índice, o estado ainda permanece com elevado índice de desigualdade social.

|                 | Pop. Total 2010 | IDH 1991 | IDH 2000 | IDH 2010 |
|-----------------|-----------------|----------|----------|----------|
| <b>Brasil</b>   | 190.755.799     | 0,493    | 0,612    | 0,727    |
| <b>Maranhão</b> | 6.574.789       | 0,493    | 0,476    | 0,689    |

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Maranhão e do Município de Balsas entre os anos 1991 a 2010.

Fonte: ADHB, 2017.

O PRONAF apresentou maior amplitude e abrangência populacional em sua vigência no estado do Maranhão a partir do primeiro mandato do então presidente Lula em 2003, chegando ao ápice de contratos em 2006 quando foram registrados 237.378 junto ao Banco Central do Brasil (Gráfico 2), no entendo durante os anos de 2008 a 2017 o número de contratos se manteve instável, tendo variações pouco acentuadas, toda via o montante de recursos foi se elevando até 2012.

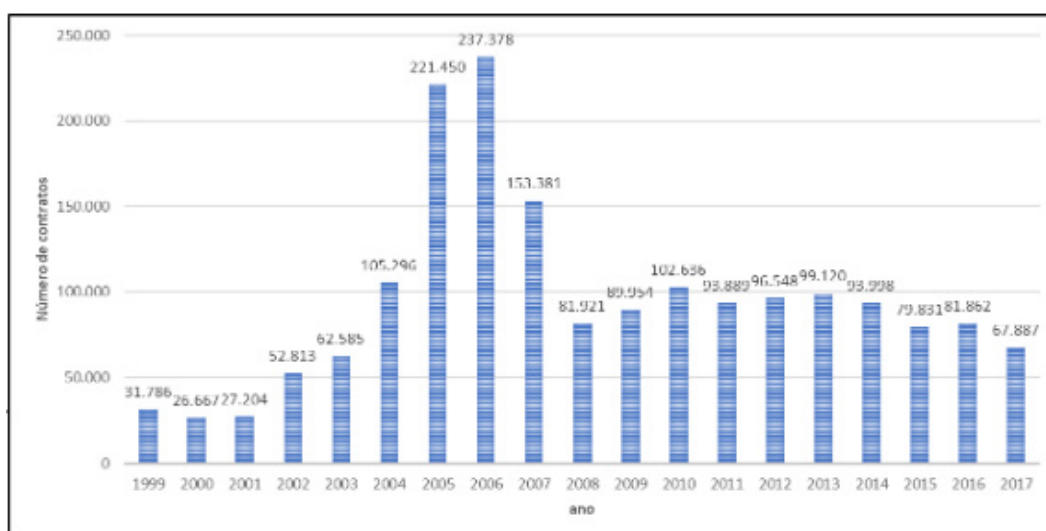


Gráfico 2 - Número de contratos do PRONAF no Maranhão - 1999/2017.

Fonte: BRASIL, B.C. 2017.

O montante de recursos disponibilizado aos camponeses teve seu recorde registrado em 2012 com R\$ 1.305.325.964,10, já no governo Dilma Rousseff (Gráfico 3), após grande investimento governamental aplicado na agricultura camponesa na busca de capitalizar o camponês, em consonância com as políticas que criou um novo ator social no campo denominado de agricultor familiar, visando metamorfosear o camponês em agricultor familiar, ou seja, torná-lo um produtor de escala média. Todavia, tal volume de investimento na agricultura camponesa materializado no PRONAF, foi justificado pela abstenção de criação de novos assentamentos rurais, com o argumento de que seria mais racional investir na viabilização econômica daqueles já existentes, tal opção, se por um lado trouxe algum benefício aos camponeses, por outro lado, estagnou de vez a lenta e árdua luta pela desconcentração da propriedade fundiária no país.

Os problemas que assolaram o setor econômico do país, por conta da crise financeira que ocorreu nos Estados Unidos da América e na União Europeia em 2012, provocou a queda de investimentos em todos os setores da economia no Maranhão, como também em todo território nacional.

Os reflexos desta queda de investimentos atingiu também o PRONAF, no Maranhão em 2013, o montante foi de apenas R\$ 412.897.562,81 (Gráfico 3), restringindo ainda mais o acesso dos camponeses à essa modalidade financiamento, para eles única, aos quais restando apenas a forma de produção que lhes são característico, o modo tradicional, porém, esta também é uma peculiaridade do camponês, que ora se submete ao capital, ora o estranha, assim, nessa atuação ambígua, ele se recia em sua território, em virtude da flexibilidade que o trabalho familiar e a relativa independência das instituições financeiras lhes conferem, permitindo lhes encontrar novas formas de produzir.

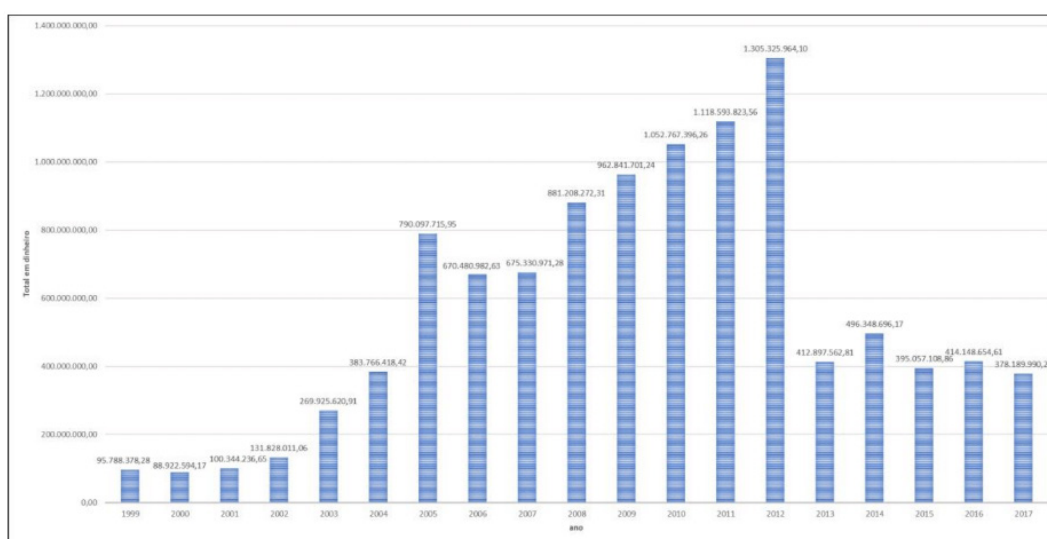


Gráfico 3 - Valores dos financiamentos do PRONAF no Maranhão no período 1999/2017.

Fonte: BRASIL, B.C. 2017.

Nos últimos anos o Maranhão foi destaque nos meios de comunicação em razão



da sua produção e pelo acesso ao crédito do PRONAF. Destacamos duas reportagens: a primeira publicada em 2014, onde um site de notícias nacionais veiculou que o Maranhão receberia R\$ 429 milhões para investimentos na agricultura familiar e que esse montante seria aplicado no PRONAF, com o seguro Garantia-Safra, com os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), além dos programas de compras governamentais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (Pnae); a segunda notícia foi publicada no site de um jornal estadual no dia 02 de fevereiro 2017, chamando bastante a atenção da população campesina maranhense, pois apresentava o título: “BNB destina R\$ 257 milhões à agricultura familiar no Maranhão” a notícia se referia ao ano anterior (2016) e destacava que:

Os agricultores familiares do Maranhão receberam, em 2016, investimento total de R\$ 257 milhões em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste. O crédito, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), alcançou famílias de agricultores e produtores rurais de todos os 217 municípios maranhenses. Apesar da redução acentuada nas precipitações nos últimos anos (em 2016 as chuvas ficaram 30% abaixo do normal, de acordo com o Núcleo de Meteorologia Geoambiental da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA), o valor contratado aumentou 19,78% em relação a 2015, passando para R\$ 257 milhões. A quantidade de operações cresceu 21,62%, totalizando 49.086 em 2016. As áreas que mais demandaram crédito na pecuária foram: bovinocultura, suinocultura, caprinocultura e avicultura. Na agricultura: grãos, raízes e tubérculos, fruticultura e olericultura. Segundo o superintendente estadual do BNB no Maranhão, Expedito Neiva, “a agricultura familiar tem uma participação importante na produção de alimentos não só no Maranhão, mas em todo o Brasil. Nesse sentido, o Banco do Nordeste tem dado todo o apoio ao segmento Pronaf, viabilizando a produção, a geração de renda, em resumo: garantindo a sustentabilidade do homem do campo”. A expectativa do Banco do Nordeste para 2017 é investir mais de R\$ 286 milhões na agricultura familiar maranhense, por meio do Pronaf. (BOGEA. JORNAL PEQUENO, 2017)

Em dezembro de 2017 foi lançado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Pesca - SAGRIMA, Superintendência de Pesquisas e Geoprocessamento (SPG) e o Governo do Estado do Maranhão, um boletim intitulado “Perfil da Agropecuária Maranhense 2016”, onde buscou-se traçar um perfil da agropecuária maranhense, destacando o papel da agropecuária na economia do Maranhão; a relevância no mercado de trabalho do estado; as principais culturas e atividades desenvolvidas; os principais municípios produtores; as vocações regionais e a importância da produção maranhense no contexto regional e nacional.

Nesse boletim são destacadas as dez maiores culturas agrícolas (temporárias + permanente) do estado, sendo elas Soja, Milho, Mandioca, Cana-de-açúcar, Algodão, Arroz, Feijão, Banana, Abacaxi, e Melancia, e os três maiores rebanhos do estado, que é o Avícola, o Bovino e o Suíno. Algumas produções têm maior destaque ao serem financiadas pelo PRONAF, e também maiores facilidades, por essa razão e baseado nas análises da política de legislação do PRONAF, destacamos aqui algumas informações da produção de Milho, Mandioca, Arroz, Feijão, e Melancia, ambos abrangidos pela

política do PRONAF no âmbito especial da região Nordeste, e também destacaremos o impacto econômico dos três rebanhos destacados anteriormente.

Nas Tabelas 2 e 3, temos os dez maiores municípios produtores do estado em 2015 e 2016, destaca-se a saída do município de Carolina em 2016, e a entrada do município de Açailândia, esse processo ocorreu graças a expansão das grandes plantações de grãos (a lavoura mecanizada de grande porte que é a principal fonte de recursos na economia desses municípios, estando presente em todos aqui citados) para a região Oeste onde se localiza Açailândia.

| <b>Município</b>             | <b>Valor (R\$1.000)</b> | <b>%</b> |
|------------------------------|-------------------------|----------|
| Balsas                       | 691.880                 | 17,82    |
| Tasso Fragoso                | 543.641                 | 13,98    |
| Alto do Parnaíba             | 172.064                 | 4,42     |
| Simbaíba                     | 171.263                 | 4,40     |
| São Raimundo das Mangabeiras | 143.199                 | 3,68     |
| Riachão                      | 129.394                 | 3,32     |
| Carolina                     | 120.672                 | 3,10     |
| Loreto                       | 110.175                 | 2,83     |
| São domingos do Azeitão      | 87.468                  | 2,25     |
| Brejo                        | 69.877                  | 1,79     |

Tabela 2 - Dez maiores produtores de lavoura temporária e permanente do Maranhão em 2015.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2015.

Org.: SAGRIMA, 2015.

Adp.: RODRIGUES, 2018.

Em 2015 os dez municípios (Tabela 2) eram responsáveis por 57,59% da economia agrícola do estado do Maranhão, já em 2016 os dez municípios retratados na Tabela 3 foram responsáveis por 48,63%, essa queda ocorreu por conta de inúmeros fatores climáticos que influenciaram na produção dos municípios, e também pela espacialização da política do PRONAF que ajudou alguns produtores camponeses de vários municípios a desenvolverem suas plantações de forma mais capitalista, visando o mercado consumidor das cidades mais próximas.

| <b>Município</b>             | <b>Valor (R\$1.000)</b> | <b>%</b> |
|------------------------------|-------------------------|----------|
| Balsas                       | 413.986                 | 13,70    |
| Tasso Fragoso                | 348.163                 | 11,52    |
| São Raimundo das Mangabeiras | 145.930                 | 4,82     |
| Alto do Parnaíba             | 101.147                 | 3,34     |
| Simbaíba                     | 88.953                  | 2,94     |
| Brejo                        | 84.412                  | 2,78     |
| Riachão                      | 82.412                  | 2,72     |
| Açailândia                   | 76.023                  | 2,51     |
| Loreto                       | 66.653                  | 2,20     |
| São Domingos do Azeitão      | 63.488                  | 2,10     |

Tabela 3 - Dez maiores produtores de lavoura temporária e permanente do Maranhão em 2016.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2016.

Org.: SAGRIMA, 2016.

Adp.: RODRIGUES, 2018

Na Tabelas 4, tem-se as cinco principais culturas produzidas no campo no estado do Maranhão em 2015 e 2016, cobertas pelo financiamento do PRONAF. Ressaltamos aqui que essas culturas não são somente produzidas por camponeses que acessam o financiamento do PRONAF, mas também por produtores que dispõem de grande poder aquisitivo, maquinário agrícola e vastas áreas disponíveis para sua produção. Justifica-se a utilização desses dados pois os mesmos dão uma visão aproximada da realidade já que englobam os camponeses pronafianos e os grandes produtores não pronafianos. Ressalta-se que não há dados disponíveis que retratem apenas a produção camponesa e financiada pelo PRONAF, já que o extinto Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA) hoje Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, vinculada à Casa Civil, nunca fez um levantamento das rendas obtidas pela produção camponesa beneficiárias dos financiamentos dos créditos do PRONAF.

| Culturas | 2015          |       | 2016          |       |
|----------|---------------|-------|---------------|-------|
|          | Valores (R\$) | %     | Valores (R\$) | %     |
| Mandioca | 1.481.907     | 38,12 | 1.497.537     | 16,65 |
| Milho    | 1.397.831     | 35,96 | 1.511.467     | 17,12 |
| Arroz    | 314.486       | 8,09  | 131.284       | 4,39  |
| Feijão   | 45.918        | 1,18  | 81.077        | 2,71  |
| Melancia | 17.490        | 0,45  | 15.369        | 0,51  |

Tabela 4 - Valor da produção das cinco culturas agrícolas financiadas pelo Pronaf, e de maior relevância do estado do Maranhão (R\$) (Temporária + permanente) em 2015 e 2016.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2015/2016.

Org.: SAGRIMA, 2015/2016.

Adp.: RODRIGUES, 2018.

Assim observa-se na Tabela 4, que a mandioca majoritariamente utilizada para a produção de farinhas (seca e d'água) cultivada por grandes e pequenos agricultores, sua produção foi ultrapassada pela produção de milho, utilizado para exportação pelos grandes produtores e para consumo e ração de animais na grande maioria das vezes pelos camponeses. A produção de milho na safra 2015/2016, foi de 682.791 toneladas, sendo que o sul do estado foi detentor da maior produção de grãos. O destaque ficou por conta dos municípios de Balsas, com quantidade produzida de 127.134 toneladas, Tasso Fragoso com 66.312 toneladas seguido por São Raimundo das Mangabeiras com 60.225 toneladas. A produção de mandioca na safra de 2015/2016, foi de 1.305.850 toneladas, o que correspondeu a quase 1/3 da produção nordestina, onde o estado do Maranhão ocupa a segunda posição e a quarta no Brasil comparado aos outros estados, sendo os municípios com maior produtividade Barreirinhas, Tutóia e Santa Luzia.

Contudo, analisa-se a produção de arroz, feijão e melancia, para que se possa compreender a dinâmica de produção desses produtos geralmente, mas não necessariamente “ligados” ao camponês e ao PRONAF. A produção de arroz no Maranhão é destaque no país sendo a sexta maior, e a primeira do Nordeste, na safra 2015/2016, o estado produziu 152.216 toneladas em uma área colhida de 159.414 hectares, obtendo um rendimento médio de 955kg/ha. Já a produção de feijão em 2016 ficou em terceiro lugar em comparação com outros estados do Nordeste, que segundo o IBGE (2017) foi de 69.948 hectares e obteve um rendimento médio de 483 kg/ha. E por fim temos a produção de melancia, o Maranhão produziu em 2016 segundo o IBGE, 23.112 toneladas, tendo uma área cultivada de 2.574 hectares e um rendimento médio de 8.979 kg/ha, valores superiores ao ano anterior. Em 2015, os maiores destaques foram os municípios de São Domingos do Maranhão e Ribamar Fiquene. Sendo este último, também destaque em em 2016 com 1.420 toneladas, juntamente com o maior produtor, São Felix de Balsas que produziu 3.560 toneladas, e Magalhaes de Almeida com 1.357 toneladas. (SAGRIMA, 2017)

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Maranhão ter a maior população rural do país é um indicativo seguro de que sua economia tem por base a produção do campo, seja via agronegócio ou por intermédio da produção camponesa, por esse motivo os diferentes níveis de governo devem buscar formas de viabilizar através de políticas públicas sua produção, é assim que assume relevância a vigência e melhoramento do PRONAF no estado, sabendo-se das falhas no incrementos das políticas e das negligências de todas as esferas governamentais, todavia, faz-se necessário que se equalize tais falhas e se averigüe a lisura da aplicação do financiamento, fazendo com que este atinja de fato os seus destinatários finais, e que estes sejam contemplados com os instrumentos e assistências necessárias para que tenham sua produção viabilizada, o que com certeza beneficiará toda a sociedade maranhense que depende da produção do campo.

### REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J.E. da. 1999. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília, IPEA, 41 p. (Texto para Discussão, 641).

BRASIL, B. C. **Matriz de dados do crédito rural: Série: 1999 a 2017** - Quantidade e Valor dos Contratos por Município. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/>. Acesso em: 28 de dez. 2017.

\_\_\_\_\_, Casa Civil. Sec. Esp. de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. MA: **agricultura familiar impulsiona produção no estado**. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/ma-agricultura-familiar-impulsionaprodu%C3%A7%C3%A3o-no-estado>. Acesso em 03 de jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População urbana e rural municipal** – MA. Serie 1970 – 2010. Disponível em [www.sidra.ibge.br](http://www.sidra.ibge.br). Acesso em 13 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). **Cartilha de acesso ao Pronaf 2011-2012**. Brasília/DF, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/PC-4/Downloads/cartilha%20pronaf.pdf>. Acesso em: 16 de dez. de 2017.

BOGEA, G. **BNB destina R\$ 257 milhões à agricultura familiar no Maranhão**. Jornal Pequeno, São Luís – MA, 2017. Disponível em: <https://jornalpequeno.com.br/2017/02/02/bnb-destina-r-257-milhoes-agricultura-familiar-no-maranhao/> Acesso em: 04 de jan. 2018.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS (DESER). 2007. **Cartilha do PRONAF**. Curitiba, Editora da UFPR, 25 p.

FETRAF-MA, SINTRAFs. **Documento: 2º congresso estadual dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar no estado do Maranhão**. Ao exmo. senhor Ministro do MDA, Patrus Ananias. São Luís – MA, 2015. Disponível em: <http://contrafrasil.org.br/system/uploads/ck/files/migracao/documento-20ao-20ministro.pdf>. Acesso em 03 de jan. de 2018.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

PLOEG, J. D. V. D. **The peasantries of the twenty-first century: the commoditization debate revisited**. Journal of Peasant Studies, v. 37, n. 1, p.1-30, 2010.

SAGRIMA, **Perfil da Agropecuária Maranhense 2016**. São Luís – MA: SAGRIMA, 2017.

\_\_\_\_\_, **Perfil da Agropecuária Maranhense 2015**. São Luís – MA: SAGRIMA, 2016.

SANTIAGO, M. M. D.; SILVA, V. **A política de crédito rural brasileira e o endividamento do setor agrícola: antecedentes e desdobramentos recentes (1999)**. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/OUT/verTexto.php?codTexto=430>. Acesso em 03 de jan. 2018.

SILVA, E.R.A. da. 1999. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998**. Brasília, IPEA, 48 p.

## ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO

### **Tiago Roberto Silva Santos**

Docente no Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia de Rondônia  
Cacoal – RO

### **Helen Soares Vitória**

Discente no Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia de Rondônia  
Cacoal – RO

### **Eduardo Helison Lucas Pinheiro**

Discente no Instituto Federal de Educação,  
Ciência e Tecnologia de Rondônia  
Cacoal – RO

**RESUMO:** A soja é uma importante atividade econômica no setor agrícola brasileiro, com constante crescimento após a chamada “Revolução Verde”, mas que, por outro lado, resultou em uma modernização conservadora do espaço agrário nacional. A modernização, atende aos interesses do capital através da produção dessa *commoditie*, ampliando sua área de atuação para diversas regiões do Brasil, transformando, principalmente, o Cerrado e a Floresta Amazônica, com grande crescimento em Rondônia. O objetivo proposto para este texto é compreender a espacialidade alcançada pela soja no Brasil e principalmente em Rondônia, bem como os impactos socioambientais resultantes desse processo. A pesquisa foi desenvolvida através de revisão bibliográfica e pesquisa de campo no município de Vilhena/RO, principal centro produtor

do estado. Com os resultados, foi possível perceber diversos impactos socioambientais, desde desmatamentos até conflitos agrários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Soja; Revolução Verde, Impactos Socioambientais

### 1 | INTRODUÇÃO

A produção de soja é crescente no Brasil, principalmente após a modernização técnica que essa atividade passou com a chamada “Revolução Verde” no pós-segunda guerra. O aumento dessa atividade no país resultou na expansão da fronteira agrícola sobre áreas de Cerrado e Floresta Amazônica, promovendo impactos socioambientais nessas regiões.

Dessa forma, com incentivo financeiro do Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (DEPESP) do IFRO campus Cacoal, através do edital nº41/2017, desenvolvemos essa pesquisa, que teve como objetivo, compreender a espacialidade da soja em Rondônia e os impactos resultantes do crescimento dessa atividade no estado. Pensar os impactos causados pela soja no meio ambiente e na sociedade reflete a preocupação com a sustentabilidade das atividades econômicas, principalmente do agronegócio, que para atender ao capital,



promove destruições do espaço natural e problemas sociais como a expropriação e conflitos agrários.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico e visita de campo ao município de Vilhena, principal centro produtor no estado. Nessa visita, foi verificado *in loco* as grandes áreas destinadas ao agronegócio, que cercam os setores de agricultura familiar. Além disso, conversamos com representantes da EMBRAPA, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vilhena e com alguns agricultores familiares.

Através dos resultados obtidos em nossa pesquisa, produzimos este trabalho, que após publicação nos anais do XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em novembro de 2018 em Dourados/MS, está sendo republicado neste livro com algumas pequenas alterações, como forma de contribuir ainda mais com a divulgação científica. Este texto está organizado em duas partes além dessa introdução e da conclusão, sendo que na primeira parte, “A evolução da soja no Brasil”, abordamos o contexto histórico da implantação da atividade sojeira no país e a sua expansão, além de apontar como ocorreu a chamada “Revolução Verde” que resultou em diversos impactos socioambientais, bem como em uma modernização conservadora. Na segunda parte, “O desenvolvimento da soja em Rondônia”, abordamos como está sendo implantada a produção dessa cultura no estado de Rondônia e seus impactos, que resultam em desmatamentos, contaminação de solos e rios, prejuízos a agricultores familiares e conflitos por terra.

## 2 | A EVOLUÇÃO DA SOJA NO BRASIL

Introduzida no Brasil por volta de 1908 pelos japoneses, a soja atualmente ocupa um importante papel no agronegócio do país, porém, essa importância passou a ser maior apenas a partir da década de 1970, iniciando sua expansão na região sul (BARRETO, 2004). O aumento da produtividade foi decorrente à grande demanda, principalmente com o uso do grão em práticas culinárias, nutrição animal e exportação para países mais populosos.

A expansão da soja é resultado de um intenso processo de globalização do sistema produtivo, reestruturando o sistema de objetos e ações (SANTOS, 2014) que compõe o espaço, de forma que o capital amplie sua área de atuação (ELIAS, 2006). No Brasil, a inserção dessa lógica capitalista ao espaço rural, resultou em um processo de modernização técnica, ampliando a produtividade a partir da década de 1970.

Com os investimentos destinados à produção de soja, é possível perceber como ampliou-se o rendimento por hectares dessa oleaginosa no país (Tabela 1).

| Ano  | Produtividade (t/ha) |
|------|----------------------|
| 1976 | 1,75                 |
| 1986 | 1,42                 |

|      |      |
|------|------|
| 1996 | 2,24 |
| 2006 | 2,37 |
| 2016 | 2,90 |

Tabela 1 Produtividade da soja no Brasil entre 1976 a 2016

Fonte: IBGE, 2018

Segundo dados da EMBRAPA (MARTENDAL et al, 2015), a constante elevação da produtividade no país ocorreu devido ao alto investimento na área produtiva, incluindo melhorias e adaptações às variações climáticas de cada região. Percebe-se, nesse caso, que com os interesses do capital no desenvolvimento da atividade no Brasil, mais o auxílio do poder público através de pesquisas com órgãos institucionais, vide o exemplo da EMBRAPA, houve um incremento tecnológico bastante considerável na atividade agrícola da soja no país.

A melhoria da soja tem sido frequente não só no Brasil, mas no mundo. Os produtores têm procurado, ou são obrigados a procurar, plantas mais resistentes a doenças, fungos, insetos, além de plantas que apresentem alta produtividade, porcentagem de óleo e proteína na sua produção. Dessa forma, conseguem obter maior lucratividade com a atividade, pois aumenta quantidade em menores áreas. Por outro lado, ainda cabe aos agricultores a preocupação com variações climáticas, colheita e transporte, que normalmente resultam em perdas.

Diante desse cenário, os agentes que atuam no agronegócio da soja no Brasil e no mundo são representantes do capital industrial, que em alguns casos controlam a atividade através da concentração de ofertas de sementes e da compra da produção, as chamadas monopolização dos territórios, já em outras situações, controla a área de produção, que são as territorializações dos monopólios (OLIVEIRA, 2012). Independente da forma de controle do território, a atividade exige grande quantidade de área, capital de investimento e condições técnicas, mantendo a concentração da renda nas mãos do capital internacional que controla os preços e a indústria.

Dentre as melhorias tecnológicas necessárias para a soja brasileira ter maior rentabilidade no mercado internacional, podemos citar: aumento de seu valor proteico, que hoje varia entre 30% a 43% (MARTENDAL et al, 2015), mas que segundo os pesquisadores, é possível ter essa porcentagem ampliada; Outro aspecto a ser melhorado é a acidez da soja, no Brasil, esse produto apresenta acidez em 2,24%, bastante superior ao pedido pelas indústrias que é de 0,7%. Também estão sendo pensadas melhorias para a pureza da soja, pois hoje no Brasil, a média é de 2% de impureza por saca da semente, o que mantém os fiscais em alerta na qualidade da produção (EMBRAPA, 2000).

Essa modernização técnica no campo está ligada à chamada Revolução Verde, que teve início na década de 1940, mas só revolucionou mesmo a produção agrícola a partir dos anos 1960 (PENA, 2018). Essa revolução foi a transformação tecnológica

no setor agrário, como mão de obra especializada e equipamentos mais avançados, resultando em uma maior produção e produtividade do solo, porém também com o incremento de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos à produção (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Após a segunda guerra mundial, com o avanço das tecnologias para o setor agrário, o incentivo do mundo capitalista para adoção das inovações e atrair países para o capitalismo, ao invés do comunismo soviético, utilizou-se como propaganda, o combate à fome no mundo. Portanto, para atender à ideia de reduzir esse problema, não era necessário apenas aumentar a produção, mas também a produtividade, seja através da adoção de maquinários, melhorias genéticas ou uso de agrotóxicos e fertilizantes (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Apesar do incremento agrícola, através de tecnologia, ter como proposta a redução da fome no mundo, na verdade ela contribuiu para que o capital acumulasse poder sobre o território, ampliando sua dominação e arrecadando maior lucro. Além disso, provoca um problema social, pois com a inovação tecnológica, a mão-de-obra é substituída pela eficiência das máquinas, tornando o trabalho agrícola mais sazonal e especializado (SILVA, 1981), o resultado é a expulsão do agricultor do campo e o êxodo rural.

Com a revolução verde e o processo de modernização da produção agrícola, o capital expande inicialmente para áreas de grande produtividade natural e mais próximas ao mercado consumidor. Porém, com a introdução das inovações, a barreira natural como, a fertilidade do solo e condições climáticas, deixam de ser obstáculo, incorporando novas áreas à lógica capitalista, ampliando assim a fronteira agrícola e a concentração de terras (SILVA, 1981; PENA, 2018). Exemplificando isso, no Brasil, a produção de soja teve início nas regiões Sul e Sudeste, mais próximas ao centro consumidor e exportador, além de solos mais férteis. Porém, com a modernização, essa atividade distribui-se para outras regiões do país, como o Centro-Oeste e Norte, que em áreas de cerrado, quase todo devastado, e com solo ácido, a evolução veio e fez técnicas de correção de solo, conhecida como calagem (aplicação de calcário a certa área acida) (Figura 1 e 2).

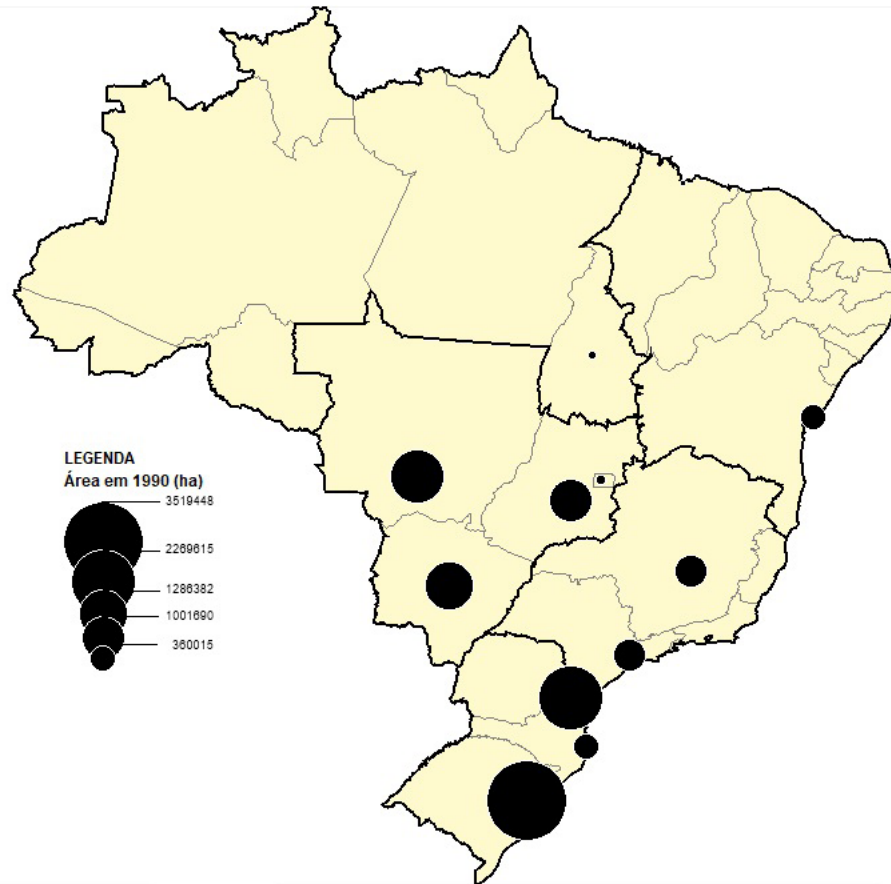


Figura 1 – Produção de soja em área (ha) no Brasil (1990)

Fonte: IBGE, 2018 org.: SANTOS, T. R. S.

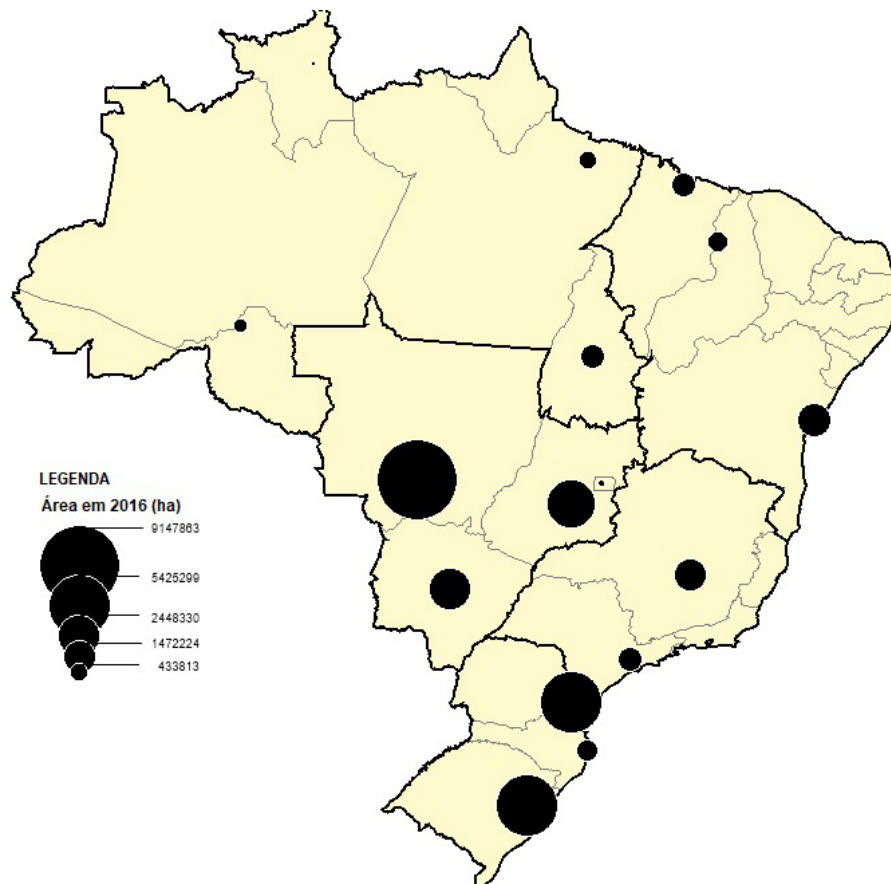


Figura 2 – Produção de soja em área (ha) no Brasil (2016)

Fonte: IBGE, 2018 org.: SANTOS, T. R. S.

Através da comparação entre as duas figuras é possível identificar a expansão da atividade sojeira no Brasil após a chamada Revolução Verde e a introdução do capital no espaço agrário brasileiro na extração de lucro. Na Figura 1, a área da produção da soja está concentrada na região Sul, Sudeste e introduzida no Centro-Oeste, já na Figura 2, que apresenta informações de 2016, essa atividade está bem mais distribuída pelo país, com maior área produtiva no estado do Mato Grosso, porém com expansão para a região conhecida como MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), além de Rondônia e Pará no norte do Brasil.

Através dessa expansão, identificada nos mapas apresentados, é possível identificar um importante impacto ambiental da produção de soja no Brasil: a expansão da fronteira agrícola, resultando no desmatamento de áreas do Cerrado e da Floresta Amazônica. Com a necessidade de ampliação de sua produção, verificou-se que o capital busca novas áreas a serem introduzidas à lógica capitalista, para isso, estende sua produção sobre áreas de preservação permanente (APP) e também áreas de expansão, reduzindo vegetações nativas dos biomas brasileiros.

Dentre os diversos tipos de impactos que a soja pode causar no ambiente, estão também: o uso de agrotóxicos, que contamina o solo e redes hídricas; compactação do solo, resultantes do intensivo uso de maquinários agrícolas e dificultam a absorção de água; e processos erosivos e assoreamento, resultantes da exposição do solo às condições atmosféricas (BARRETO, 2004).

Sua expansão acelerada também resultou em uma má distribuição e concentração de terras, inclusive promovendo a expropriação das pequenas e médias propriedades. Assim, há a expulsão dos camponeses e comunidades tradicionais para a substituição pela agricultura mecanizada e globalizada. Portanto, quando o capital se depara com estruturas agrárias que não condizem com a necessidade da produção, eles oferecem valores altos em dinheiro, empregos, entre outras propostas aparentemente boas e/ou melhores em troca das terras, resultando em êxodo rural (BARRETO, 2004). Percebe-se, portanto, que ao introduzir a atividade da soja no Brasil através da modernização técnica da revolução verde, houve a ampliação da área e da quantidade produzida, mas também resultou em concentração de terras, chamada de “modernização conservadora” (BARRETO, 2004).

### **3 | O DESENVOLVIMENTO DA SOJA EM RONDÔNIA**

A formação do espaço agrícola rondoniense acompanhou os projetos de colonização criados pelo Governo militar a partir da década de 1970. Esses projetos resultaram em intensa migração de grupos familiares de diversas partes do país, que justamente devido a intensificação da modernização agrícola, estavam sem terras para trabalhar e buscavam novas oportunidades em Rondônia (SOUZA; PESSÔA, 2009).

A abertura de terras em meio a Amazônia foi um primeiro passo para a

incorporação desse espaço à lógica do capital agrícola, pois, com a expansão da atividade sojeira para o noroeste do Mato Grosso, ele rapidamente alcançou a região chamada de Cone-Sul em Rondônia. Dois aspectos foram muito importantes para o efetivo crescimento da soja no estado: instalação de agentes econômicos importantes do capital relacionados à soja, como as empresas Amaggi e Cargill no município de Vilhena; Criação da Hidrovia Madeira-Amazonas a partir de 1997, possibilitando o escoamento da produção por rio até chegar no oceano Atlântico, quando seria exportada (SILVA, 2009).

Os fatos apontados demonstram a introdução de objetos técnicos ao espaço rondoniense, que em poucos anos, desde a colonização dirigida, passou de um meio natural, com predomínio de práticas extrativistas, para um meio técnico-científico-informacional, ligado ao mercado globalizado de *commodities* (SILVA, 2014).

Dessa forma, o município de Vilhena passa a ser um espaço de expansão e centro produtivo da soja em Rondônia, por outro lado, a capital Porto Velho, passa a ser o centro gestor dos fluxos produtivos, principalmente com a instalação dos portos das empresas Amaggi e Cargill (Figura 3).

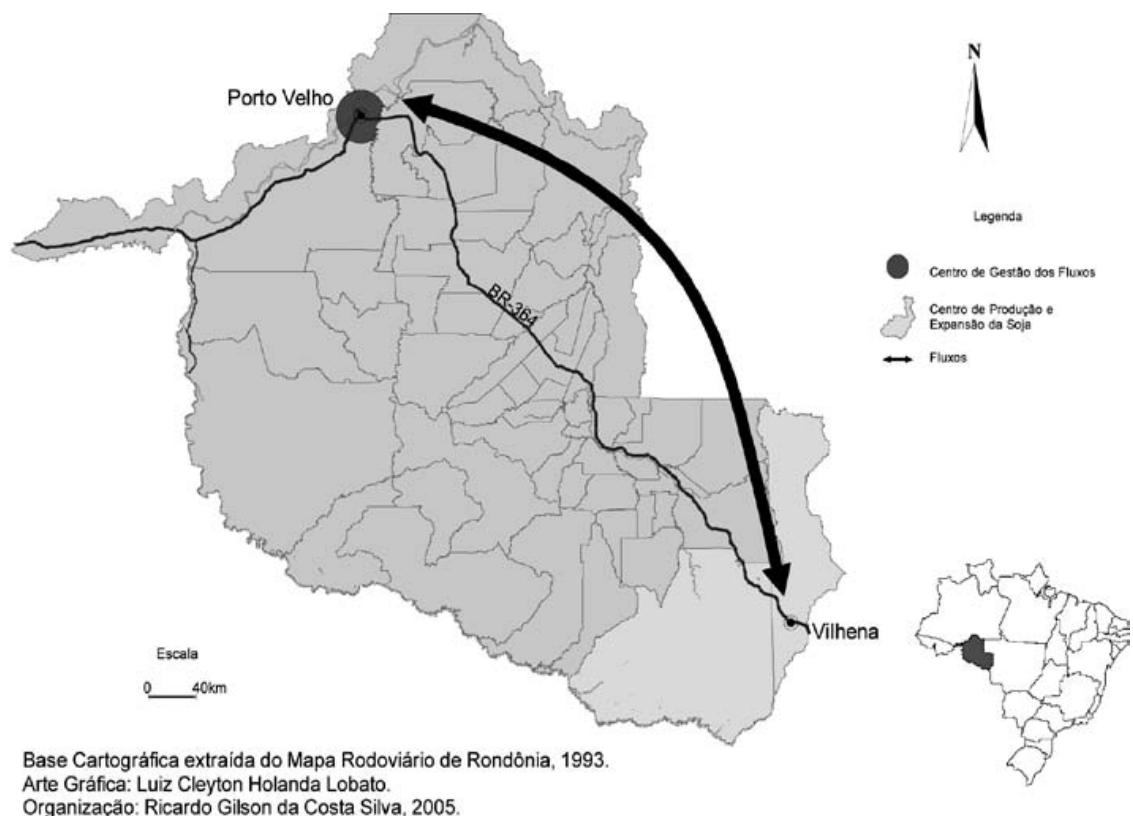


Figura 3 – Rondônia: articulação do centro de gestão dos fluxos e centro de produção de soja.

Fonte: SILVA, 2009

A partir da figura 3, é possível identificar a importância dos objetos *fixos* que possibilitam o *fluxo* produtivo (SANTOS, 2014), em que há um centro que concentra a atividade no estado, no caso a região de Vilhena, e outro que concentra a gestão logística de escoamento da produção, que ocorre através da rodovia BR-364 até o



município de Porto Velho, onde escoa pelo rio Madeira até ser exportada.

Portanto, a criação de condições específicas do capital, contribuem para a territorialização da produção de soja através de agricultores detentores de grandes latifúndios, em muitos casos, resultantes de expropriações e conflitos com posseiros. Além disso, há o incentivo por parte de agências públicas, como a EMBRAPA, que através de pesquisas, incentiva a efetivação da produção de soja na região, contribuindo com a modernização técnica e com a territorialização do capital na extração do lucro.

Em visita de campo em Vilhena, através de conversa com um representante da EMBRAPA, ficou claro em seu discurso, a valorização econômica dada ao agronegócio, indicando que somente através de grandes estabelecimentos rurais e da produção em grande escala é que se torna possível aumentar o lucro com a produção agrícola.

Acompanhando esse discurso que evidencia o agronegócio como o principal fator de crescimento, a produção de soja tem se distribuído para outras regiões do estado de Rondônia, ocupando áreas em que predominava a pecuária, como no caso das regiões de Ariquemes e de São Miguel do Guaporé (Figuras 4 e 5).

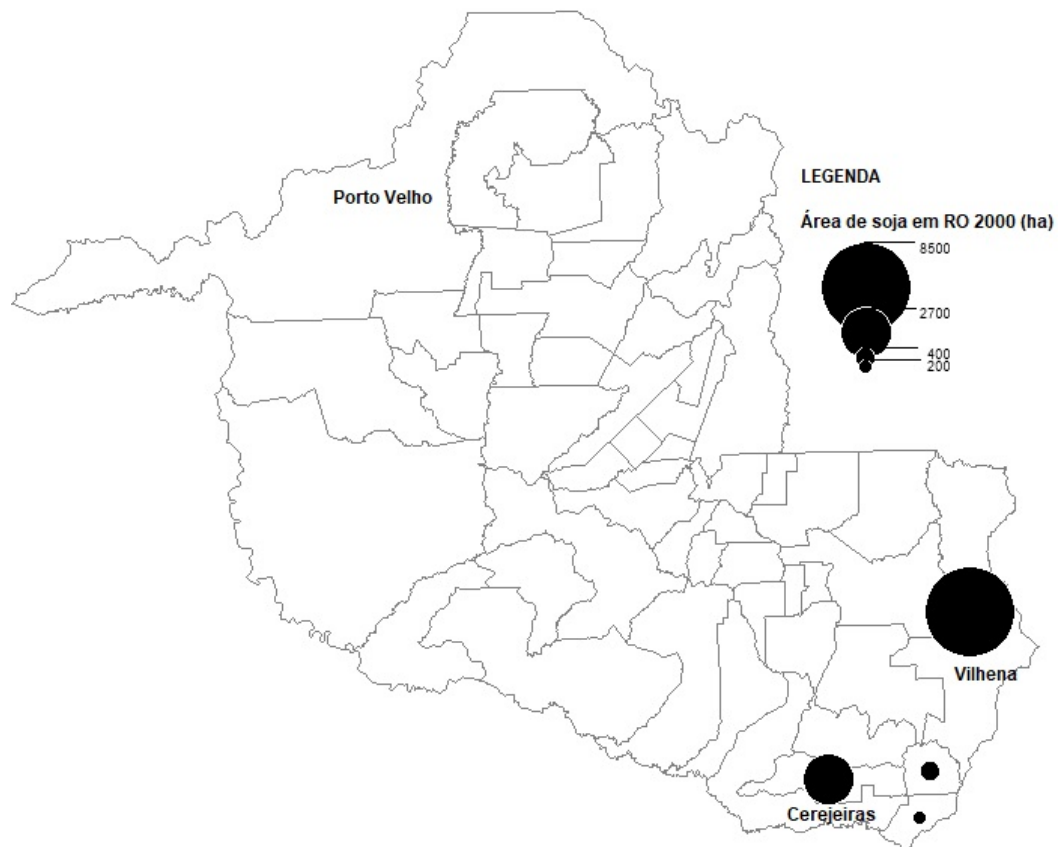


Figura 4 – Área de soja em Rondônia no ano 2000 (ha)

Fonte: IBGE, 2018, org.: SANTOS, T. R. S.

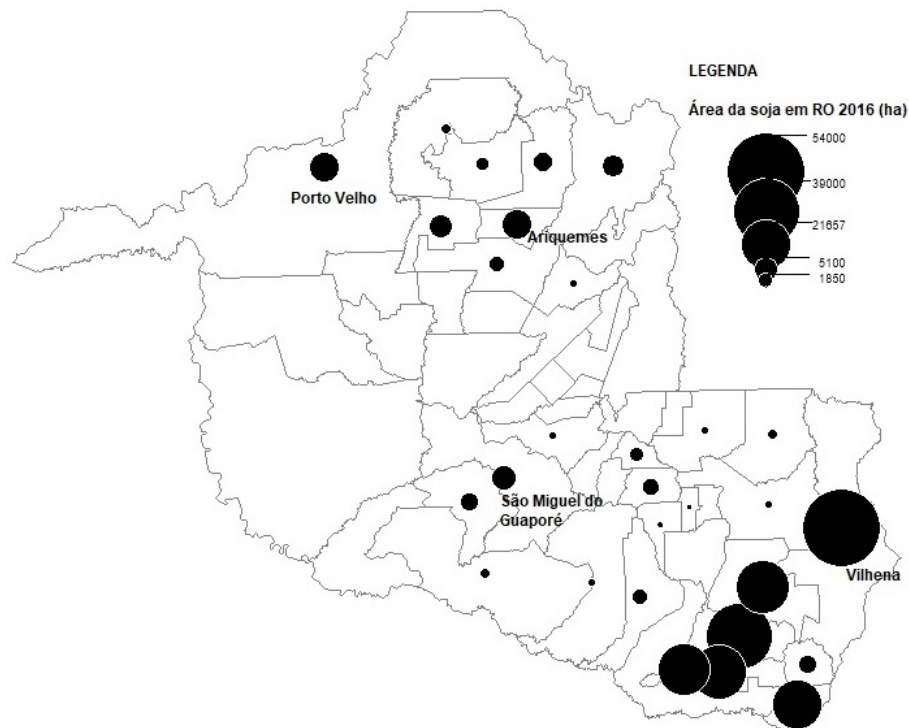


Figura 5 – Área de soja em Rondônia no ano 2016 (ha)

Fonte: IBGE, 2018, org.: SANTOS, T. R. S.

A partir das informações constantes nos mapas, é possível identificar o constante crescimento da produção de soja em Rondônia, tal fato resulta em expansão do capital sobre a região amazônica, pois apesar de ocupar áreas de pecuária e de agricultores familiares, essas atividades ocupam novas áreas da fronteira agrícola, ampliando a área de atuação do mercado globalizado e o desmatamento.

Diante desse aspecto, a soja não resulta apenas no favorecimento ao capital, mas ainda provoca impactos socioambientais, como a concentração fundiária e êxodo rural no aspecto social; além de contaminação do solo, resistência de pragas, desmatamento, compactação do solo e destruição de produções orgânicas, no aspecto ambiental.

Através da conversa com o representante da EMBRAPA em Vilhena, o mesmo defendeu com afinco o uso de agrotóxicos, argumentando que se trata de um “remédio” para as lavouras e não causa problemas ao ser humano e nem ao meio ambiente. Por outro lado, na mesma visita, em conversa com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Vilhena, a mesma relatou haver constante problemas devido ao uso desenfreado de agrotóxicos pelas fazendas. No município de Vilhena, o setor chacareiro, onde concentra-se a agricultura familiar, é “cercada” por grandes fazendas de soja, e constantemente os agricultores familiares perdem sua produção devido ao vento levar o agrotóxico até suas lavouras, conforme visualiza-se na figura 6.



Figura 6 – Relação latifúndio versus agricultura familiar em Vilhena/RO

Fonte: visita de campo. Org.: SANTOS, T. R. S.

Conforme demonstrado na figura 6, a área demonstrada pela limitação em verde demonstra um dos setores chacareiros do município de Vilhena, claramente cercado por áreas do agronegócio, que acabam resultando em pressões pelo uso da terra.

Outro impacto verificado *in loco*, na área demonstrada na figura 6, é a resistência às pragas. Em conversa com um agricultor familiar, o mesmo disse a princípio que o uso de agrotóxicos pelos produtores de soja não impacta sua produção. No entanto, com o desenrolar da conversa, o mesmo alegou que está tentando produzir milho, mas que tem surgido alguns insetos que impedem a produção de ocorrer. Segundo o agricultor, mesmo com o uso de venenos, ele não consegue eliminar essas pragas, ou seja, em sua simplicidade, o agricultor não consegue entender que há uma resistência das pragas aos agrotóxicos e que sua produção está sendo prejudicada pelos impactos ambientais causados pelos fazendeiros da soja.

Portanto, além dos impactos ambientais identificados nessa pesquisa, é possível apontar os impactos sociais, como os conflitos por terra entre fazendeiros que haviam abandonado suas terras conseguidas no período da colonização e os posseiros, que adentraram nessas terras abandonadas por períodos de mais de 10 anos (SILVA; DANDOLINI, 2018). Os conflitos por terra na região de Vilhena, corresponde a 21% dos conflitos em Rondônia, atingindo cerca de 2.402 famílias, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (2017).

Exposto isso, percebe-se como a espacialidade da soja em Rondônia tem ampliado sua área de atuação através da expansão da fronteira agrícola, o que resulta em diversos impactos socioambientais, inclusive com apoio de órgãos públicos, que acabam por atuar em favor do mercado globalizado do agronegócio.

## 4 | CONCLUSÃO

A soja é uma atividade agrícola que tem dominado o espaço agrário brasileiro, com grande expansão desde a “Revolução Verde” ocorrida no pós-segunda guerra, que resultou em um processo de modernização técnica na atividade. Com a intervenção do capital financiando a ampliação do uso de corretivos de solo, fertilizantes, agrotóxicos e maquinários, a limitação natural deixou de ser barreira para o desenvolvimento da produção de soja, resultando em maior espacialidade no território brasileiro, com avanços sobre áreas de Cerrado e Floresta Amazônica.

Acompanhando essa expansão da fronteira agrícola brasileira e a introdução de objetos técnicos ao espaço rondoniense, a produção de soja teve aumento de sua área nos últimos anos, principalmente após a criação da Hidrovia do Madeira-Amazonas e da instalação de empresas representantes do capital no município de Vilhena, centro produtor no estado. Como resultado do aumento da produção de soja em Rondônia, buscamos nessa pesquisa compreender os impactos socioambientais resultantes dessa produção.

Através de visita ao município de Vilhena, foi possível perceber a direta atuação da EMBRAPA em favor do capital, defendendo em seu discurso a defesa do uso de novas técnicas, como agrotóxicos e fertilizantes químicos, além da defesa da concentração fundiária. Por outro lado, verificamos com os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, que o uso de agrotóxicos tem provocado grande quantidade de problemas com as produções dos agricultores familiares, além de impactos ambientais como contaminação de solo e recursos hídricos, surgimento ou resistência de algumas pragas e desmatamento de Áreas de Preservação Ambiental.

Além do problema ambiental, a crescente espacialização da soja em Rondônia tem resultado em aumento dos conflitos por terra, inclusive na região do município de Vilhena, segundo dados da CPT. Nesse sentido, verifica-se que enquanto a atividade tem contribuído no aspecto econômico através da exportação de *commodities*, o meio-ambiente e a agricultura familiar estão sendo relegados aos interesses do capital internacional do agronegócio.

## REFERÊNCIAS

ANDRADES, Thiago de Oliveira; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, 2007, p. 43-56. Acesso em: 05 de abr. de 2018.

BARRETO, Clarissa de Araújo. Os impactos socioambientais do cultivo da soja no Brasil. In: Encontro da ANPPAS, 2, 2004, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba: ANPPAS, 2004. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT05/clarissa\\_barreto.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/clarissa_barreto.pdf)> Acesso em: 06 de set. de 2017.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Articulação das CPT's Amazônia (org). **Atlas de conflitos na Amazônia**. Goiânia: CPT; São Paulo: Editora Entremares, 2017.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Revista eletrônica de**

**geografia y ciências sociais.** Barcelona, v. 10, n. 218, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>> Acesso em: 06 de out. de 2015.

EMBRAPA. **Recomendações Técnicas para a cultura da soja na região central do Brasil.** Londrina: EMBRAPA soja, 2000.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal.** 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>> Acesso em: 10 de jun. de 2018.

SILVA, José Graziano da. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

MARTENDAL, Jucilene Correa; et all. Características agronômicas de cultivares convencionais de soja de ciclo tardio e semitardio, avaliados no Cone Sul de Rondônia, Safra 2014/2015. EMBRAPA, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da Agricultura brasileira. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 12, 2012, Barcelona. **Anais...** Barcelona: Universitat de Barcelona, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>> Acesso em: 15 de jan. de 2019.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Evolução das técnicas agrícolas,** 2018. Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/geografia/evolucao-das-tecnicas-agricolas.html>>. Acesso em: 16 de abr. de 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** 7°. reimp. 4° ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Globalização e dinâmicas territoriais em Rondônia. Região Amazônica. **Geograficando,** Buenos Aires, v. 5, n. 5, 2009, p. 41-61. Disponível em: <[http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.4442/pr.4442.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4442/pr.4442.pdf)> Acesso em: 15 de out. de 2015.

\_\_\_\_\_. Espaço, Sociedade e Natureza em Rondônia. **GeoAmazônia,** Belém, n.2, v. 1, jan./jun. 2014, p. 144 – 165. Disponível em: <[http://geoamazonia.net/index.php/revista/article/viewFile/26/pdf\\_25](http://geoamazonia.net/index.php/revista/article/viewFile/26/pdf_25)> Acesso em: 20 de mar. de 2015.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa; DANDOLINI, Gustavo. Conflitos agrários e acesso à terra em Rondônia. **Revista Direito e Práxis,** Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2018, p. 461-479. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdp/v9n1/2179-8966-rdp-9-1-461.pdf>> Acesso em: 10 de jun. de 2018.

SOUZA, M. M. O. de; PESSÔA, V. L. S. A contra-reforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência. In: Encontro de Grupos de Pesquisa: agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais, 5, 2009, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: UFMS, 2009. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Murilo%20Mendonca\\_NEAT-UFU.pdf](http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Murilo%20Mendonca_NEAT-UFU.pdf)> Acesso em: 31 de mar. de 2016.



## ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ

### Alexandre Pinheiro de Freitas

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP),  
Colegiado de Geografia, Macapá/Amapá.

### Daguinete Maria Chaves Brito

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP),  
Colegiado de Geografia, Macapá/Amapá.

**RESUMO:** O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) determina que as Áreas de Proteção Ambiental (APA) são Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Logo, a população residente em sua área de abrangência deve desenvolver atividades socioeconômicas em conciliação com a manutenção do equilíbrio natural e qualidade de vida humana. No entanto, esta não é a realidade da APA da Fazendinha, localizada no município de Macapá, capital do estado do Amapá. A pesquisa utilizou como instrumentos metodológicos o levantamento bibliográfico e documental, além da visita em campo e aplicação de formulários. Assim, este trabalho buscou, primeiramente, diagnosticar os principais focos de conflitos socioambientais na área de estudo, pois, é a partir da identificação dos conflitos e de suas causas que se podem desenvolver instrumentos e/ou executar ações para coibir a continuidade desse processo conflituoso. No segundo momento, são apontados os principais instrumentos de gestão que podem

ser utilizados na área, visando atingir os pressupostos encontrados na legislação que rege o SNUC.

**PALAVRAS-CHAVE:** APA da Fazendinha. Conflitos Socioambientais. Instrumentos de Gestão.

**ABSTRACT:** The National System of Nature Conservation Units (SNUC) determines that the Environmental Protection Areas (APA) are Conservation Units of Sustainable Use. Therefore, the population residing in its area of coverage must develop socio-economic activities in harmony with the maintenance of the natural balance and quality of human life. However, this is not the reality of APA Fazendinha, located in the municipality of Macapá, capital of the state of Amapá. The research used as methodological tools the bibliographic and documentary survey, besides the field visit and application of forms. Thus, this work sought, firstly, to diagnose the main focuses of socio-environmental conflicts in the study area, since it is from the identification of conflicts and their causes that instruments can be developed and / or actions taken to prevent the continuity of this conflict process. In the second moment, it is pointed out the main management tools that can be used in the area, aiming to reach the assumptions found in the legislation that governs the SNUC.

**KEYWORDS:** APA of Fazendinha. Socio-



## 1 | INTRODUÇÃO

Os estudos socioambientais são essenciais para a construção de políticas públicas que promovam o equilíbrio ambiental e social, de modo que as populações encontradas em Unidades de Conservação, um tipo de áreas protegidas, possam usufruir de um ambiente protegido com boas condições de vida. Logo, a relevância desta pesquisa consiste na sistematização dos dados qualitativos e quantitativos obtidos por meio de levantamento bibliográfico, aplicação de formulários e pesquisa de campo.

Desse modo, o presente trabalho buscou expor um debate acerca das características presentes nos conflitos socioambientais na APA da Fazendinha, apresentando, também, suas características fisiográficas e demais processos envolvidos na relação da comunidade local com o meio, as ações do órgão gestor e outros atores que contribuem para as atuais condições encontradas na referida área.

O objetivo principal da pesquisa consistiu em analisar os conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha e sua importância para gestão territorial da área, sendo acompanhado de algumas prerrogativas, como: a) selecionar referencial bibliográfico pertinente aos principais conceitos utilizados (conflitos socioambientais, Unidades de Conservação etc.); b) organizar e analisar os dados já coletados sobre a Área de Proteção Ambiental da Fazendinha; c) aplicar formulários para obter a confirmação de dados já registrados sobre a área, e identificar novas características; d) elaborar textos discutindo os resultados das análises sobre os conflitos socioambientais existentes na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha.

## 2 | METODOLOGIA EMPREGADA

Quanto à abordagem, a presente pesquisa é classificada como qualitativa - quantitativa. Dessa maneira, é tida por qualitativa ao apresentar traços que mostram a aplicação e contextualização de conceitos de maneira universal, buscando um estudo holístico do objeto em questão. Assim como seu teor quantitativo é exposto diante dos seus procedimentos pautados na análise de dados numéricos correlacionando-os ao contexto do *locus* da pesquisa. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Em relação às técnicas de pesquisa, foram utilizadas as contribuições de Marconi e Lakatos (2003) em torno da análise documental indireta, mais especificamente, por meio da pesquisa bibliográfica, e da análise documental direta, através da pesquisa de campo que, em meio às visitas na área de estudo, serão desenvolvidos pressupostos em torno das condições físicas desta área e o material que já foi produzido a respeito

dela ou abordando a temática em questão.

Há ainda a técnica de levantamento de dados por meio da aplicação de formulários que, segundo Prodanov e Freitas (2013), trata-se de uma estratégia ordenada de perguntas abertas, fechadas e de múltiplas escolhas, aplicadas pelo pesquisador ao(s) entrevistado(s), de modo que haja maior minimização de erros quanto às especificidades de algumas questões de natureza técnica, além de eliminar a possibilidade de não receber a contribuição de participantes que sejam analfabetos, tenham dificuldade de leitura etc. Neste trabalho, foram utilizadas as opções de perguntas abertas e fechadas.

A escolha da amostra populacional se deu a partir do último levantamento quantitativo de famílias que ocupam a APA, realizado por Ferreira (2011), pois o órgão gestor (Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA) publicou, oficialmente, o último relatório somente em 2009. Assim, segundo os apontamentos de Ferreira (2011, p. 122), a APA da Fazendinha possuía até 2010 o total de 241 famílias. Levando em consideração que cada família possui, em média, 5,5 indivíduos, o total corresponde a 1315 pessoas habitando a área até aquele momento.

Tendo em vista que não houve nenhum outro levantamento acerca da população ali residente, o dado amostral para a aplicação dos formulários consistirá em abordar 25% do total de famílias que, em números naturais, é traduzido por 61 famílias, correspondendo a 335,5 indivíduos. Em termos estatísticos esta população amostral é consistente, haja vista Marconi e Lakatos (2003) afirmem que a mensuração em 5% a 10% da amostra seja suficiente (para uma população que não seja demasiadamente grande).

O processo de aplicação dos formulários se deu no período de dois meses, sendo eles: abril e maio de 2018, conforme o cronograma do projeto. Uma das características da aplicação deste instrumento consiste em abordar um dos chefes da família para participar do levantamento, tendo em vista as condições que este observa e convive cotidianamente na APA.

Para tanto, as perguntas inseridas no formulário tinham como objetivos: aferir quais são as principais áreas de naturalidade da população da área; entender a principais atividades desenvolvidas pelos moradores da APA; verificar o nível de conhecimento a respeito da gerência da APA e noções de conhecimento quanto à categoria APA; identificar o principal destino dos resíduos sólidos e dejetos humanos; identificar se há a pretensão de permanecer morando numa UC e se há concordância que a área seja considerada um APA.

Acompanhado das fichas de formulário estava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que era assinado pelo participante no final da aplicação do formulário. Sendo que o mesmo já ficava informado sobre: quais os objetivos do trabalho; a certeza do anonimato e; no final estaria recebendo o dito termo, para que as informações por ele prestadas seriam utilizadas somente para fins científicos. Nesse sentido, os principais resultados levantados, a partir do levantamento bibliográfico e

aplicação dos formulários, serão abordados no tópico “Os conflitos socioambientais na APA da Fazendinha”.

### 3 | RESULTADOS

De acordo com a publicação de Veríssimo et al. (2011), o estado do Amapá desde 2010 já contava com a maior proporção de áreas protegidas em relação às suas dimensões territoriais. Estas áreas perfaziam 70,4% de seu território. Ainda nessa obra, fica evidenciado que, na Amazônia legal, o Amapá é o estado com maior proporção de UC, correspondendo a 61,2% de seu território.

Nesse sentido, o Amapá pode ser considerado um território estratégico no que concerne às políticas de institucionalização de áreas protegidas na Amazônia, pois estas se tornam importantes não somente para o resguardo de áreas como também uma forma de oferecer qualidade de vida às populações que vivem direta ou indiretamente de tais áreas. Assim, é necessário entender como tem se dado a gestão destas áreas protegidas, no sentido de fiscalização e promoção de meios alternativos que efetivem os mecanismos políticos/estruturais e gestores.

#### 3.1 Caracterização Da Área De Estudo

A APA da Fazendinha está localizada a Sul da cidade de Macapá, capital do Amapá (Figura 1). Seus limites foram estabelecidos em 2004, por meio da lei estadual n. 0873. De acordo com Neto et al. (2017), esta UC possui como limites o rio Amazonas (Sul), rodovia Juscelino Kubitschek-JK (Norte), igarapé da Fortaleza (Oeste) e igarapé Paxicú (Leste), nesta direção cardeal, também, existe o limite com um imóvel que, atualmente, tornou-se um residencial.

Diante dos aspectos referentes à sua localização e indicação quanto às formas de acesso é, também, necessário apresentar algumas características físicas naturais desta UC, como: solo, relevo, vegetação, hidrografia e clima. Para isso, serão utilizados como referências os trabalhos de Ferreira (2011), Ribeiro (2016), o relatório técnico da SEMA (2009) e a obra de Drummond et al. (2008).

- **Solo** – Segundo a SEMA (2009), estando localizada na região costeira estuarina do AP, e sendo uma planície de inundação, esta área apresenta solo heteromórfico do Gley pouco úmido, formação geológica característica do período Quaternário.
- **Relevo** – Tal como toda a área costeira estuarina do estado, a APA da Fazendinha é caracterizada por ser uma planície de inundação, que sofre influência direta do rio Amazonas, e formada por um terreno de rochas sedimentares dos períodos Terciário e Quaternário. (FERREIRA, 2016).
- **Vegetação** - É classificada como floresta de várzea, localizada na porção

costeira estuarina do estado do Amapá, e conta enorme diversidade de espécies que possuem porte médio variando de 15 a 25 metros de altura, localizadas em terrenos inundáveis (SEMA, 2009). A porção central da APA encontra-se com pouca intervenção antrópica, apresentando características de floresta primitiva. Dentre as principais espécies estão: o açazeiro (*Euterpe oleracea*), pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum*), a andiroba (*Carapa guianensis*), seringueira (*Hevea brasiliensis*) e outras. (DRUMMOND et al., 2008).

- **Hidrografia** – A área é bastante influenciada pela dinâmica hidrográfica da foz do Rio Amazonas, referente à sua localização, já que, como citado anteriormente, sofre a influência fluvial (marés) e pluvial (escoamento superficial e reservatório natural) por ser uma planície de inundação. Conforme Ferreira (2011), baseada em Drummond et al. (2008), é cortada por diversos igarapés, porém, a maior influência é provocada pelo regime de marés do rio Amazonas.
- **Clima** – Ribeiro (2016, p. 58), utilizando como referência Köppen e Geiger (1928), apresenta que a classificação climática da APA da Fazendinha é tropical e equatorial, e tem um “clima úmido com precipitação em todos os meses do ano, bem como estações do ano definidas somente como seca ou chuvosa”.

Portanto, após serem feitas as ditas considerações a respeito de algumas características fisiográficas da área de estudo, a seção seguinte irá abordar e discutir com maiores informações como tem se dado os conflitos socioambientais na APA da Fazendinha, esclarecendo as consequências que atingem a comunidade e impactam negativamente o ambiente, assim como a ineficácia de ações institucionais para minimizar tais processos.

### 3.2 Os Conflitos Socioambientais Na Apa Da Fazendinha

Como visto anteriormente, a área que hoje corresponde à APA da Fazendinha já foi o Parque Florestal de Macapá (criado em 1974) e Reserva Biológica da Fazendinha (instituída em 1984), conforme Brito (2010). Assim, tendo em vista as demais classificações instituídas à área, se faz necessário perceber o quanto esta sofreu perda na sua área total, sendo que em 1974 os limites foram definidos apenas por pontos de referência (com 2.187 ha), de 1984 (com 193,53 ha) a 2004 (com 136,59 ha) a delimitação atual da área apresentou uma perda total de 2.051 ha.

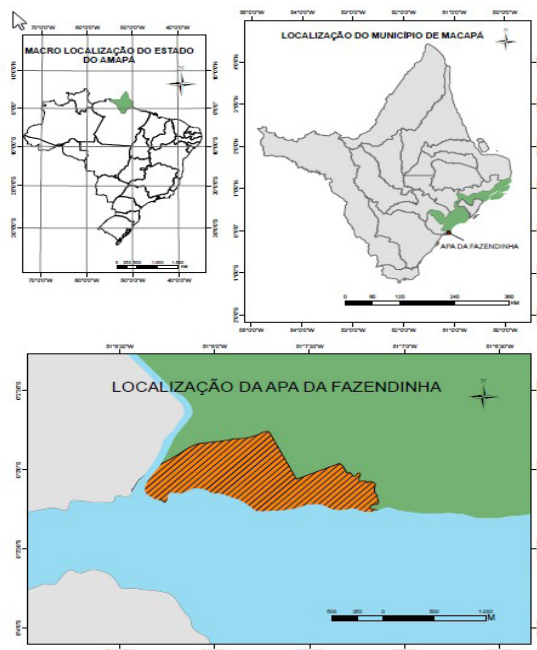


Figura 1 – Mapa de localização da Área de Proteção Ambiental da Fazendinha

Fonte: Neto et al. (2017), apud SEMA (2008).

Desse modo, para que as atuais dimensões territoriais se tornem mais claras e sejam esclarecidos os principais pontos referentes ao objetivo principal deste trabalho, será apresentada (abaixo) a figura (2), que mostra a representação cartográfica dos limites da APA da Fazendinha e, também, aponta os principais focos de pressão antrópica nesta UC.

A partir da leitura da Figura 2 pode-se perceber que a APA tem recebido pressão antrópica, principalmente, nas suas extremidades, devido o estabelecimento de bairros (nestas duas direções) oriundos de processos de invasão – ocupação acelerada e informal. Assim, as parcelas ocupadas, respectivamente, no igarapé Paxicú (limite Leste) e igarapé da Fortaleza (limite Oeste), representam parte das manchas urbanas dos municípios de Macapá e Santana.

A população estabelecida na parte leste da APA da Fazendinha tem íntima ligação com a população que ocupou a área que hoje corresponde ao distrito da Fazendinha (pertencente ao município de Macapá). Assim como a população estabelecida na parte Oeste (principal núcleo populacional desta APA) tem ligação com a ocupação da margem direita do igarapé e do bairro Fortaleza (pertencente ao município de Santana).

Neste sentido, entende-se também que a ocupação desordenada que ocorreu na área correspondente à APA desenvolveu-se similarmente como a ocupação dos bairros que estão ao seu redor. Então, conseqüentemente, as dinâmicas socioambientais encontradas na APA da Fazendinha serão reflexos das dinâmicas que ocorrem nos bairros vizinhos a esta UC. Assim, não será difícil encontrar focos de poluição por resíduos sólidos, águas servidas, desmatamento e outros.

Para auxiliar na localização destes focos (de poluição, desmatamento e demais



resultados das ações antrópicas) apresenta-se a Figura 2, que também contribui na identificação dos limites da APA da Fazendinha.

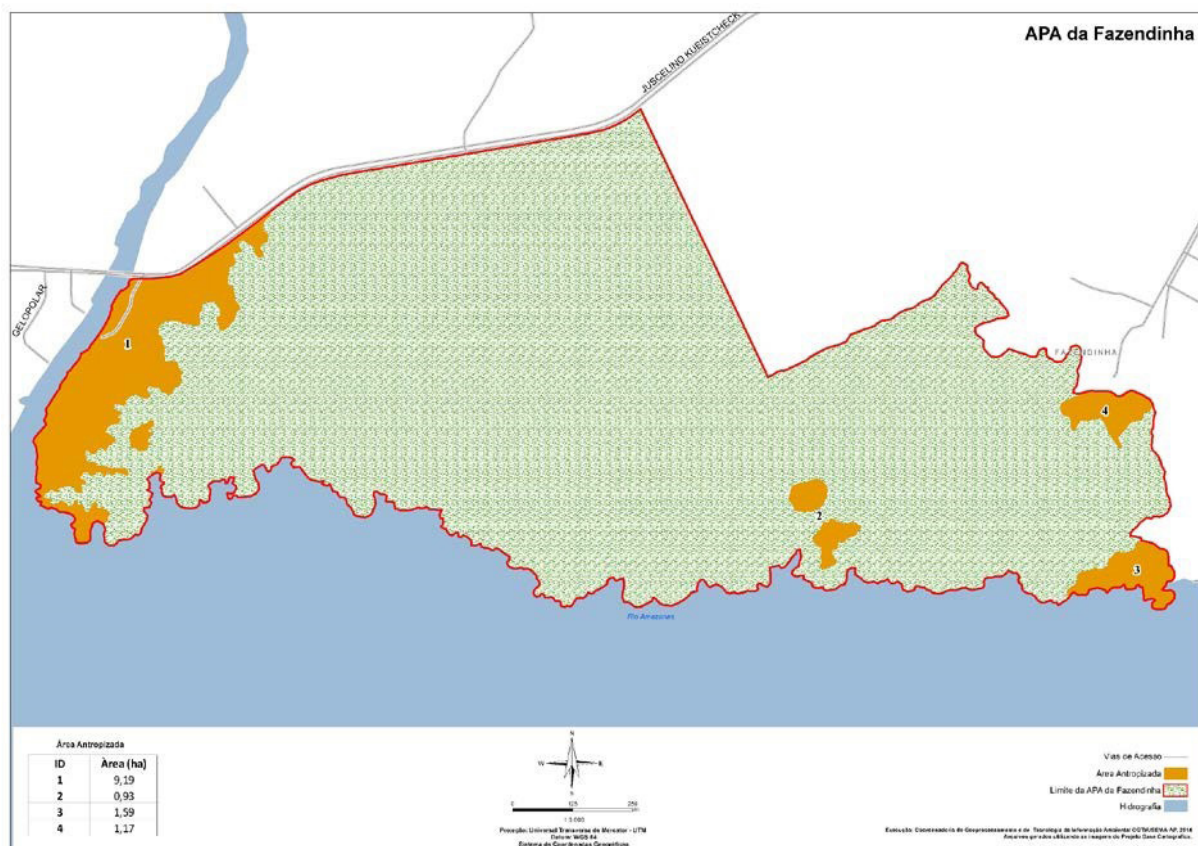


Figura 2 – Limites territoriais e focos de pressão antrópica na APA da Fazendinha

Fonte: Ribeiro (2016), apud CGEO/SEMA/AP (2015).

Corroborando com esta questão Neto et al. (2017, p. 354) consideram que o perfil de parte da população situada na APA e ao redor da área é constituído por “[...] pescadores, comerciantes, proprietários de estaleiros, estivadores e extrativistas [...]”, caracterizando não só a composição econômica como também as relações entre a população e a área. Afinal, estas atividades estão intimamente ligadas ao cenário encontrado no Igarapé da Fortaleza.

Nesse sentido, as atividades econômicas desenvolvidas no interior da APA, estando aliadas com as demais dinâmicas encontradas no referido igarapé, reforçam os argumentos em torno dos conflitos socioambientais situados nesta área. Conflitos estes traduzidos por meio das ações que impactam negativamente o meio e resultam em más condições de qualidade de vida para a comunidade inserida neste processo.

Ressalta-se que os conflitos socioambientais são entendidos como as distintas formas de apropriação e uso dos recursos naturais, aliadas às formas como se dão as relações em torno destes recursos, dos atores envolvidos e os impactos produzidos (LITTLE, 2001). Dessa forma, as múltiplas formas de uso e apropriação do potencial natural, e dinâmicas encontradas na APA da Fazendinha indicam que alguns conflitos têm se desenvolvido na área.



E, por isso, em meio aos recursos desta área tem sido destacado o Igarapé da Fortaleza, na tentativa de esclarecer as dinâmicas encontradas neste canal. Portanto, para melhor visualização destas dinâmicas será apresentada a Figura 3, a seguir, que mostra seus diversos usos e a sua importância socioeconômica, sendo, também, considerado um dos principais canais urbanos tanto para Macapá quanto para Santana.



Figura 3 – Os usos do Igarapé da Fortaleza.

Fonte: Trabalho de campo (2018).

Deste modo, percebe-se que há enorme diversidade de atividades desenvolvidas neste corpo hídrico, que polariza influência para as comunidades situadas ao seu redor, dentre elas está a população da APA da Fazendinha. Nesse sentido, cabe frisar que, além de sua importância econômica, este canal também é importante para a manutenção biológica na área, já que faz parte da complexa rede de drenagens que alimentam a planície de inundação na qual se encontra a APA.

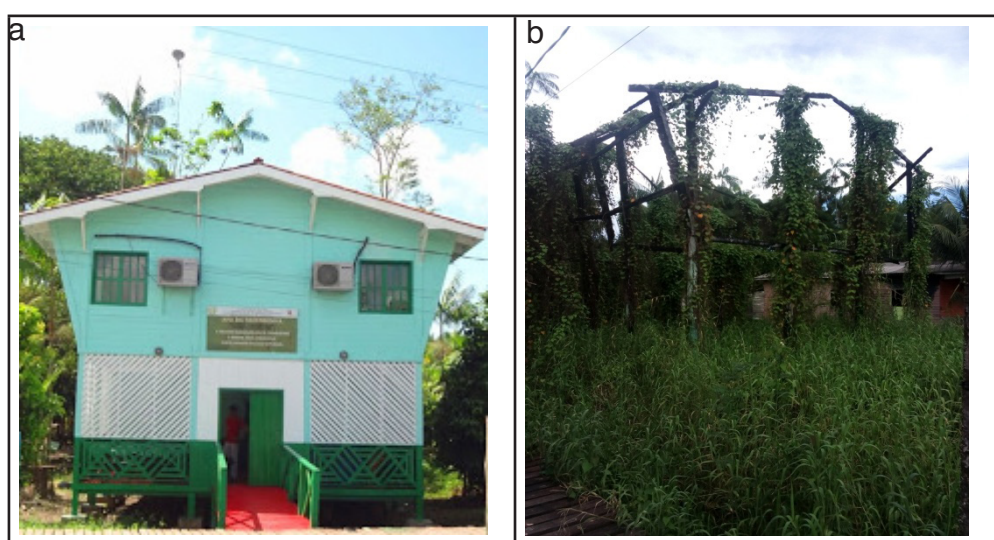
Há ainda um agravante relacionado às “ondas” provocadas pelas embarcações que trafegam no Igarapé da Fortaleza, elas podem estar estritamente ligadas ao fortalecimento do processo de erosão que ocorre nas margens do igarapé. Apesar dessa informação ainda não ter sido comprovada cientificamente no *lôcus* da pesquisa, em conversas informais com os moradores da área, os mesmos confirmam que este é um dos motivos, aliado às chuvas, infiltração, escoamento superficial e fragilidade do solo.

A iniciativa tomada pelos moradores, em construir “barreiras” com tábuas de madeira, para evitar o agravamento ou aceleração do processo tem minimizado em alguns casos e em outros não. Isto revela que a tendência é de continuidade do processo, e conseqüente ampliação da sua ocorrência, caso não sejam tomadas as devidas ações para frear a erosão ou minimizar as possíveis perdas materiais que estão suscetíveis a ocorrer, tal como já ocorreu, e ainda ocorre, na área do Aturiá (SANTOS, 2010) e Arquipélago do Bailique (MP-AP, 2016).

Outros aspectos, relacionados às condições físicas e naturais da área de estudo,

dizem respeito aos focos de depósito de resíduos sólidos na APA, a infraestrutura das passarelas e a utilização de fossas negras na grande maioria dos domicílios visitados, por exemplo. Diante disso, um fato curioso é a baixa participação da SEMA junto à comunidade, tanto para fiscalização e emissão de licenças (para construção e reformas de habitações) como para o desenvolvimento de ações de educação ambiental.

Neste sentido, algumas considerações devem ser levadas em conta, como a indisponibilidade de um imóvel de propriedade do órgão gestor da UC. Atualmente, a SEMA tem utilizado um imóvel alugado (na área da APA) para “se fazer presente” junto à comunidade, pois o antigo imóvel (Figura 4a), que foi construído para abrigar as ações do órgão na área, sofreu um sinistro ocorrido no dia 06 de Janeiro de 2016 (RIBEIRO, 2016), vindo a ser consumido, praticamente, em sua totalidade por um incêndio (conforme a Figura 4b).



Figuras 4a e 4b – Antes e depois da antiga base da SEMA na APA da Fazendinha

Fonte: 3a- Castelo Roger/Blog (2013); 3b- Trabalho de campo (2018).

Ressalta-se que ainda não foi emitido laudo pericial explicando as causas do fato incidente. Nessa base eram disponibilizados alguns serviços, como o acesso ao acervo de uma biblioteca, reunião do conselho gestor da APA, gabinete do chefe da APA e outros. Sua localização era às margens do Igarapé da Fortaleza, sendo inaugurado no ano de 2009, o ambiente era frequentado tanto pelos servidores da SEMA, como pesquisadores, comunidade local e geral.

Apesar de muitos moradores reclamarem quanto às ações ou ineficácia das ações da SEMA, grande maioria dos participantes (91%) alegaram que concordam com a classificação e instituição da área como uma APA. Segundo eles, a manutenção e coibição da construção de mais moradias favorecem para que a área não seja mais impactada ambiental, social e criminalmente, pois temem que o local se torne ainda mais degradado e perigoso.

Houve, inclusive, a afirmação de vários deles que informaram a vontade de permanecer morando na área 49%. Dentre os argumentos, que os levou a

continuarem morando no local, estavam inseridas questões relativas tanto pelas condições ambientais, sociais, da área como também pelo encarecimento do solo urbano – especulação imobiliária, que diminui a possibilidade de pessoas de baixa renda acessarem áreas com maior infraestrutura, indicando uma lógica que sobrepõe o valor de troca ao seu valor de uso social.

Além disso, em conversas informais, outro argumento, que favorece a permanência das pessoas na área, é a não cobrança de taxas quanto ao fornecimento de água, energia elétrica e outras. Dessa forma, percebe-se o perfil socioeconômico dos moradores da área, sendo caracterizado por baixo rendimento financeiro, pois, pouco mais de 62% dos moradores afirmaram possuir rendimento familiar menor ou igual a 1 (um) salário mínimo.

Assim sendo, a pesquisa amostral feita neste trabalho identificou que grande parte das pessoas que desenvolvem alguma atividade econômica (de carteira assinada ou não) realizam suas tarefas fora da área da UC (59%), mostrando que muitos moradores não tem se utilizado dos recursos naturais da área para se beneficiar economicamente. Diante disso, frisa-se também que o restante da população entrevistada, que desenvolve algum tipo de atividade econômica na área (41%), exerce a atividade remunerada na UC voltada para setores relacionados ao comércio e prestação de serviços.

Portanto, evidenciam-se algumas questões de possíveis impactos ambientais visualizados na área referente à APA da Fazendinha: há o despejo de águas servidas, dos estabelecimentos comerciais, diretamente no solo (assim como a grande maioria das habitações da APA da Fazendinha); existem algumas casas que recebem o despejo de caroços de açaí diretamente no seu quintal; as águas servidas e possíveis focos de despejo de óleo diesel das embarcações no igarapé da Fortaleza. Estas e outras questões merecem atenção especial dos órgãos de fiscalização responsáveis pela área e da saúde pública em geral.

Apesar dessas características negativas, tem ocorrido uma ação positiva (de acordo com os moradores) para a melhoria e produção de um ambiente menos degradado ambientalmente. Na pesquisa amostral, foi identificado que, em todas as passarelas, há coleta regular de resíduos sólidos em pelo menos três dias da semana. Os dados levantados mostram que 100% dos moradores entrevistados afirmaram receber a coleta dos resíduos sólidos em sua ponte/passarela.

O trabalho dos coletores de resíduos sólidos nas pontes/passarelas, na APA da Fazendinha, consiste em coletar os resíduos nas moradias e despejar num local específico (uma das entradas principais da APA) até que o caminhão coletor chegue ao local, e transporte todo o material até o destino final, o aterro sanitário de Macapá.

Assim, no local onde todos os resíduos coletados são despejados, à espera do caminhão, tem se criado um ambiente com odor muito desagradável, que pode ser percebido de distâncias consideráveis, principalmente com a ação dos ventos. Portanto, apesar de haver certa virtude no serviço prestado pela empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Macapá (PMM), o fato de não ocorrer a coleta pelo



caminhão coletor logo em seguida à ação do colaborador da empresa, que recolhe os resíduos nas pontes/passarelas, resulta na produção de locais específicos para o acúmulo de resíduos sólidos, comumente chamadas de “lixeiros viciadas”.

Na Figura 5a é possível perceber o local onde, de acordo com Fernandes et al. (2017), existe uma lixeira viciada, e o despejo dos resíduos sem a devida seleção necessária e, por vezes, descartados de forma inadequada, tem provocado o desenvolvimento de um local fétido e passível de ser mais um agravante nos impactos ambientais na área e desconforto ambiental. Junto a isso, a figura 4b colabora na visualização das duas principais lixeiras viciadas da área.

Frisa-se que, na Figura 5b, o ponto A é a lixeira viciada encontrada em frente à principal entrada do principal núcleo populacional da APA da Fazendinha, enquanto o ponto B é uma lixeira viciada, que se encontra na área da APA, localizada às margens da rodovia estadual JK (AP 010). No entanto, a diferença entre as duas está na sua origem. No ponto A, a lixeira viciada tem sido usada para acomodar os resíduos sólidos coletados nas pontes/passarelas da UC, já no ponto B, a lixeira se originou, segundo os moradores da área, da ação de pessoas que transportam os resíduos sólidos em veículos e despejam no local.

Desta maneira, observa-se a consolidação de impactos e conflitos socioambientais por conta de ações da população da área (moradores), população externa (bairros vizinhos, pessoas que trafegam de pela rodovia e pelos igarapés) e pela ausência/ineficiência de serviços públicos, pois ambos agem de forma direta e indireta nas condições encontradas na APA. As figuras (5a e 5b) a seguir colaboram com as afirmações supracitadas.



Figuras 5a e 5b – Coleta de resíduos sólidos e lixeiras viciadas na APA da Fazendinha.

Fonte: Trabalho de campo (2018).

Fonte: Amapá (2012). Adaptado.

Para efeito de destaque, é necessário informar que os impactos ambientais, que vêm sendo discutidos neste trabalho, dizem respeito, segundo Sánchez (2013), às alterações no ambiente provocadas pela ação humana, de modo que esta possa ser avaliada, considerando o resultado dessas intervenções numa análise entre antes e depois. Diante disso, a lixeira viciada supracitada é entendida também como outro

impacto ambiental na área de estudo, além dos vários outros, como as próprias habitações, comercialização de produtos dentre outras atividades.

A rodovia AP 010, faz parte do movimento pendular que ocorre entre a população das cidades de Macapá, Mazagão e Santana. Logo, ao destacar esta via neste trabalho, objetiva-se indicar a necessidade dos órgãos públicos em construir infraestrutura capaz de oferecer segurança aos moradores da APA, e demais pessoas que por ali circulam.

Fatos que colaboram com esta afirmação são: o estabelecimento informal de um ponto de parada de ônibus, em frente à área da APA (limite com AP 010), sem nenhum tipo de cobertura ou outra forma de proteção e acomodação dos usuários do transporte público; assim como a ocorrência do deslocamento de crianças até à escola

Sendo assim, o referido trabalho concorda com as afirmações de Neto et al. (2017), quando estes revelam que um dos principais motivos para a existência dos conflitos socioambientais, na área da APA, consiste na pressão antrópica gerada pelo aumento populacional, que exige a construção de mais habitações, outros tipos de estabelecimento e consequente consolidação, e continuidade, dos impactos ambientais já encontrados.

Ao analisar que o Rio Amazonas e seus afluentes (os igarapés) adentram a área e, naturalmente, participam da inundação desta planície nos períodos de maiores cheias, que ocorrem de fevereiro a abril, destaca-se o caso da destinação dos excrementos humanos diretamente no solo ou igarapé. Os dados levantados na pesquisa mostram que, dos domicílios pesquisados, 79% das moradias possuem fossa negra, consistindo no lançamento de dejetos humanos diretamente no solo, sendo “acobertados” por estruturas de madeira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2011) classifica como Fossa Rudimentar.

Segundo o IBGE (2011), a fossa séptica consiste num sistema de canalização da matéria esgotada até uma estrutura de tratamento ou decantação que, em seguida, pode, ou não, ser para uma área de deságue geral do município ou região. Neste caso, a estrutura encontrada nas residências corresponde a uma caixa de tijolos impermeabilizada por cimento e concreto.

Assim, sendo explanadas as principais considerações a respeito de problemáticas impactantes ao ambiente e que perfazem os conflitos socioambientais na área. Para isso tomou-se como referência principal o trabalho de Neto et al. (2017), neste são evidenciados mecanismos ou instrumentos que podem possibilitar a construção de um ambiente mais equilibrado e harmônico, entre pessoas, suas relações sociais e com o ambiente. Neste sentido, serão listadas e, brevemente, descritas tais ferramentas de auxílio à gestão territorial e análise dos conflitos socioambientais.

Antes de adentrar aos instrumentos/mecanismos de gestão territorial, cabe ressaltar que, até o presente momento (agosto de 2018), a referida UC ainda não conta com plano de manejo, assim como não contava quando era Parque Florestal (1974-1984) e Reserva Biológica (1984-2004). Neste caso, são cerca de quarenta

e quatro anos de uma área protegida sem um instrumento legal de manejo, sendo exigido para todas as UC até, no máximo, cinco anos após sua instituição, conforme o parágrafo terceiro do artigo 27, Lei n. 9.985/2000.

### Instrumentos de Gestão

|                                      |  |
|--------------------------------------|--|
| <b>Plano de manejo</b>               | Essencial para orientar, gerir e acompanhar as condições e atividades desenvolvidas na área da UC. Desde 1974 (Parque Florestal de Macapá) esta área protegida não possui um documento desta natureza, que oriente todas as atividades e potenciais usos da área. São 45 anos sem tal documento. |
| <b>Licenciamento Ambiental</b>       | Frisa-se a necessidade do aumento do efetivo de colaboradores para atuar na fiscalização da área.  |
| <b>Zoneamento Ambiental</b>          | Diagnóstico específico para as potencialidades e fragilidades da área.   |
| <b>Cadastro dos Moradores</b>        | O último levantamento de moradores foi publicado pela SEMA em 2009.  |
| <b>Monitoramento Ambiental</b>       | A carência desta atividade se dá, principalmente, pela pouca diversidade dos levantamentos que são realizados.   |
| <b>Educação Ambiental</b>            | Atualmente, existe somente um projeto de Educação Ambiental (EA) na área, que não é promovido pela SEMA, sendo desenvolvido por um grupo de moradores.   |
| <b>Fiscalização Ambiental</b>        | Atualmente, a SEMA tem atuado num imóvel alugado, com a mínima infraestrutura para desenvolver suas atividades no local.   |
| <b>Atuação do Conselho Gestor</b>    | Após o incêndio na base da SEMA na área, as atuações do Conselho Gestor (CG) também diminuíram no local.   |
| <b>Infraestrutura na área</b>        | A APA da Fazendinha não conta com parada de ônibus, não possui calçadas adequadas e vários trechos das pontes/passarelas estão deterioradas.   |
| <b>Parcerias interinstitucionais</b> | A efetivação de parcerias (UNIFAP, IFAP, UEAP) pode ajudar a minimizar a deficiência de funcionário e promover facilidade no ingresso de estagiários voluntários e/ou facilitar o andamento de pesquisas científicas no local.   |

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação da área é bastante antiga e já consolidada, por isso, torna-se preponderante as ações da SEMA em torno da fiscalização e monitoramento ambiental, seja por meio de ações integradas com outros órgãos do setor ambiental municipal, estadual e federal, de forma que a aglomerado subnormal encontrado na APA não cresça e provoque o agravamento dos conflitos socioambientais e impactos ambientais.

A realização de parcerias estratégicas não deve se restringir às atividades de fiscalização e monitoramento da área, sendo possível, também, que a SEMA realize ações em conjunto com as escolas do entorno da APA, estabelecimentos de ensino superior públicos e privados, e escolas técnicas e profissionais públicas ou privadas para oferecimento de cursos de capacitação profissional, ações de educação ambiental, projetos de usos sustentáveis na área, minimização dos impactos ambientais com reutilização de resíduos sólidos recicláveis e outros.

Frisa-se, ainda, que é necessário o desenvolvimento de pesquisas técnicas para



avaliar a qualidade da nos igarapés da área, especialmente no Igarapé da Fortaleza, pois neste há grande concentração de embarcações, é atingido diretamente pelos dejetos das fossas rudimentares e, principalmente nas enchentes da maré, é utilizado por crianças, adolescente e outros moradores como um local de lazer, onde os mesmo tomam banho e brincam.

Neste sentido, há evidência de possíveis riscos à saúde pública por conta da ligação da população com os recursos hídricos da área, a proximidade com a floresta (habitat natural de alguns mosquitos vetores de doenças endêmicas na região amazônica), os baixos níveis de saneamento básico e de condições socioeconômicas, a falta de fiscalização sanitária nos estabelecimento de venda de produtos alimentícios prontos (marmitas, prato feito, espetinhos, peixe ou frango assados, camarão cozido e outros) ou frescos (peixes e camarão) que ocorrem na APA.

Os objetivos da presente pesquisa podem ser considerados alcançados, de forma que foi possível entender as relações e impactos socioambientais na APA da Fazendinha, além de serem apontados mecanismos de gestão para a área, visando diminuir os conflitos e impactos ambientais, para que a população nela estabelecida possa usufruir de equidade ambiental e social. Espera-se que se torne mais uma fonte de informações, podendo ser utilizada em ambiente acadêmico, escolar, técnico e, sobretudo, pela sociedade em geral.

Este trabalho foi desenvolvido no período de agosto de 2017 a julho de 2018, tratando-se de um projeto de Iniciação Científica, vinculado ao grupo de pesquisa “Geografia do Amapá e Gestão de Áreas Protegidas”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

## REFERÊNCIAS

BRITO, D. M. C. Conflitos em Unidades de Conservação. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP**. N. 1 dez. 2008.

\_\_\_\_\_, D. M. C. **Conflitos socioambientais na gestão de Unidades de Conservação: o caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. UFPA, Belém, 2010.

DRUMMOND, J. A.; DIAS, T. C. A. de C.; BRITO, D. M. C. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª edição; São Paulo: Atlas, 2003.

FERNANDES, L. G.; MOREIRA, T. S.; ROCHA, M. A. B. **Percepção ambiental dos moradores da APA da Fazendinha quanto ao acúmulo de resíduos sólidos**. Universidade Estadual do Amapá, 2017.

FERREIRA, G. S. C. P. **Relações Socioambientais: ocupação, uso e degradação na territorialidade da APA da Fazendinha (Amapá-Amazônia – 1974 a 2010)**. Dissertação de mestrado MDR-UNIFAP. Macapá, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 1ª Ed.; São Paulo: Atlas. 1987.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª Ed.; São Paulo: Atlas. 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In. Burzryn, M. **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MP-AP. Ministério Público do Estado do Amapá. **Ata da audiência pública no distrito de Bailique**, em 22 de agosto de 2016.

NETO, H. C. C. et al. Conflitos socioambientais e gestão na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, Amapá, Brasil. **Anais do 6º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade** (20 a 23 de junho 2017) ISSN 2525-4928. Disponível em <<http://itr.ufrj.br/sigabi/anais>> Acesso em 16 de jan. de 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, F. M. B. **Educação Ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**: estudo de caso na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, Macapá-AP. Dissertação de Mestrado. UFPA, Belém, 2016.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. 2 ed.; São Paulo – Oficina de textos, 2013.

SANTOS, K. A. A. C. **Análise socioambiental da ocupação urbana da área do Aturiá-AP**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. 2010.

SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Relatório Reserva Biológica (REBIO) da Fazendinha** – Macapá, 1995.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Relatório Técnico: estimativa ocupacional e socioeconômica da APA da Fazendinha, junho de 2009**. Macapá: Biblioteca da SEMA/Memorial Ambiental, 2010.

SILVEIRA; D. T.; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2 – A pesquisa científica. (In) GEDARHART, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de pesquisa**. 1ª Ed.; Porto Alegre: editora da UFRGS. 2009.

VERÍSSIMO, A. *et al.* Áreas Protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

## A ABORDAGEM TERRITORIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

### Paulo Roberto Rosa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – campus de Presidente Epitácio/SP, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Faculdade de Ciências de Tecnologia (FCT) de Presidente Prudente/SP.

### Marcos Pereira Campos

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) – campus de Aquidauana/MS, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Faculdade de Ciências de Tecnologia (FCT) de Presidente Prudente/SP. Aquidauana/MS.

**RESUMO:** O presente texto lança o olhar para duas realidades territoriais sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural, quais sejam: Brasil e Portugal. O objetivo deste texto reside justamente no apontamento e discussão das similitudes entre os programas direcionados ao espaço rural em Portugal e no Brasil, cuja abordagem seja territorial. Para a consecução do objetivo traçado, realizamos levantamento bibliográfico sobre as políticas públicas destes dois países. Pelas análises realizadas é possível perceber, tanto em Portugal quanto no Brasil, a existência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial. Apesar de estarem em diferentes estágios evolutivos, em diferentes graus de transição entre a abordagem setorial

e a territorial, ambos os países acumulam problemas relacionados a falta de efetividade de tais políticas, o desperdício de dinheiro público e a persistência das assimetrias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas; Desenvolvimento rural; Brasil e Portugal.

**ABSTRACT:** The present text looks at two territorial realities on the public policies of rural development, namely: Brazil and Portugal. The purpose of this text is precisely to point out and discuss the similarities between the programs directed to the rural space in Portugal and Brazil, in a territorial approach. In order to reach the objective outlined, we carried out a bibliographical survey on the public policies of these two countries. From the analyzes carried out, it is possible to perceive, in both Portugal and Brazil, the existence of public policies focused on territorial development. Although they are at different evolutionary stages, in different degrees of transition between the sectorial and territorial approaches, both countries accumulate problems related to the lack of effectiveness of such policies, waste of public money and the persistence of asymmetries.

**KEYWORDS:** Public policies; Rural development; Brazil and Portugal.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este texto é resultado das discussões realizadas em um Seminário de Doutorado ministrado pelo Prof. Dr. Rui Manuel Missa Jacinto, intitulado “O rural em Portugal: dinâmicas, reestruturações e processos de mudança”, no primeiro semestre do ano 2016, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - FCT – UNESP – Presidente Prudente. O seminário foi de fundamental importância para estabelecer um paralelo entre as realidades do rural português e brasileiro. Foi possível identificar que Portugal, apesar de uma nação mais antiga, colonizadora, posicionamento geográfico, menor dimensão territorial, etc; apresenta, mesmo que em escalas diferentes, no passado e no presente, muitas das características e problemas encontrados no Brasil. Como exemplos tem-se as assimetrias regionais e entre o urbano e o rural, o baixo capital social, o êxodo rural - em especial dos jovens, o que compromete a sustentabilidade as atuais atividades rurais; além de uma reforma agrária inconclusa, com a presença do latifúndio e permanência da luta pela terra.

A adesão de Portugal a Comunidade Econômica Europeia permitiu-lhe experimentar, ainda no século XX, a concepção e implementação de políticas públicas de caráter territorial voltadas ao rural. A adoção de tal abordagem nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil é recente, as ações são embrionárias e encontram-se ainda em transição paradigmática, ou seja, na transição de uma abordagem setorial para uma abordagem territorial. Oliveira (2002, p. 8) assevera que “a evolução das políticas voltadas para o desenvolvimento do meio rural depende, e muito, da própria evolução da concepção de desenvolvimento”.

O objetivo deste texto reside justamente no apontamento e discussão das similitudes entre os programas direcionados ao espaço rural em Portugal e no Brasil, cuja abordagem seja territorial. O texto encontra-se organizado em três partes, a primeira aborda o desenvolvimento rural sob a perspectiva territorial, a segunda apresenta uma visão do programa europeu LEADER, em suas várias versões, e a terceira os programas brasileiros PRONAF Infraestrutura e Territórios de Cidadania.

## 2 | A PERSPECTIVA TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Para pensar o desenvolvimento rural sob a perspectiva territorial é necessário romper com a ideia de que ele estaria necessariamente atrelado a um setor específico, no caso a agricultura, bem como a dissociação entre rural e urbano. “Espaço rural e espaço urbano, duas realidades ainda bem distintas quando se entrou na segunda metade do século XX interpenetram-se hoje e deixam muitas dúvidas quanto a sua real delimitação” (MEDEIROS, 2005, p. 25).

Cada vez mais a agricultura vem perdendo sua hegemonia no campo, não que ela vá desaparecer ou tornar-se irrelevante. Nesse sentido, Oliveira (2002, p. 7) afirma que “[...] apenas com o desenvolvimento agrícola não se atinge o desenvolvimento rural.

O rural é mais que o agrícola, e as políticas aplicadas ao seu desenvolvimento devem considerar outros elementos, atores e atividades [...]”. Ainda sobre desenvolvimento rural, Alves e Guivant (2010) apontam que é importante perceber que as experiências locais não são locais no sentido estrito, pois são/estão conectados ao global mediante uma série de fatores, como os agentes, as técnicas, a questão ambiental, a política, dentre outros.

No que concerne as políticas públicas, Hespanhol (2010) aponta que o Estado brasileiro introduziu, ao menos no nível do discurso, novos aportes, como a municipalização da gestão dos programas, o estímulo à participação dos beneficiários e/ou de suas formas de representação, a organização coletiva dos atores sociais e, mais recentemente, a perspectiva territorial. As análises realizadas por Hespanhol (2012) traçam uma visão geral sobre temas que envolvem os espaços rurais do Brasil e de Portugal. A autora indica que tanto no Brasil quanto em Portugal os problemas derivados do desenvolvimento (rural, local, regional etc.) desigual dos espaços são tratados de forma diferenciada pelos respectivos Estados nacionais.

A configuração do espaço rural é outro fator a ser discutido, pois a diversificação das atividades no campo deve ser valorizada e fomentada, uma vez que, é da exploração dessa heterogeneidade que se poderá obter as vantagens comparativas e os diferenciais competitivos necessários ao desenvolvimento do campo. Em sua análise sobre o campo em Portugal, Medeiros (2005, p. 25, grifo do autor) destaca que “[...] para além das actividades agrícolas e ligadas à produção pecuária e silvícola, o espaço rural assume hoje um significado diferente e multifacetado. É conhecida a sua vocação para o turismo, muito em especial o que expressamente se designa como *rural*”.

A agricultura é uma actividade económica que permanece importante em Portugal, mais pelo emprego, pela ocupação do espaço e pela multifuncionalidade, da produção e bens à conservação das paisagens e do ambiente e à preservação de valores culturais, do que pelo valor relativo do produto, expresso por exemplo no PIB. Importa aliás alargar a sua fronteira, para além da silvicultura, às indústrias agroalimentares e às da madeira, cortiça, celulose e pasta de papel (CAVACO, 2005, p. 34).

Vale compreender a dinâmica do espaço rural, à luz das novas ruralidades, como consequência dos efeitos do processo de globalização, conforme apontam Moreira e Hespanhol (2012), tanto no que se refere às alterações dos mercados de trabalho como ao papel das políticas públicas destinadas à agricultura e ao rural. As autoras apontam uma perspectiva múltipla e heterogênea na configuração do espaço rural. Há que se utilizar o conceito no plural, considerando a diversidade existente no interior das “localidades rurais”. A noção de localidades rurais foi formulada por Jean Remy e enfatiza o pertencimento ao lugar.

O fomento à diversidade de atividades possibilita aos camponeses a resiliência necessária para ajustar-se as constantes transformações impostas pelo mercado,



permitindo-lhes permanecer sobreviver e desenvolver-se enquanto camponeses. Além de incentivar a diversificação, uma outra característica importante das políticas de cunho territorial está em considerar todas as dimensões do rural, ou seja, econômica, social, cultural e tecnológica, além dos atores sociais presentes no território.

Ao se considerar o campo em sua heterogeneidade - com sua pluriatividade e multidimensionalidade - abre-se uma janela de oportunidade para políticas do tipo *bottom-up*. Tratam-se de políticas públicas conquistadas, «[...] pensadas a partir da realidade econômica, social, cultural e institucional de determinado espaço» (OLIVEIRA, 2002, p. 9). O contrário são as políticas públicas do tipo *top-down*, impostas, “[...] políticas que não levam em consideração as peculiaridades regionais, e nem a participação das populações beneficiárias, justificadas pela simplificação da concepção de desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2002, p. 8). No contexto da União Europeia (UE), através de sua Política Agrícola Comum (PAC), instituiu-se o programa LEADER para promover, revalorizar e/ou reforçar o patrimônio, recursos, cultura e produtividade camponesa.

### 3 | O PROGRAMA LEADER

A iniciativa ou abordagem Leader foi lançada em 1991 objetivando proporcionar maior dinamismo ao meio rural, bem como mobilizar e incentivar o desenvolvimento rural. Moreno (2005) apresenta a seguinte definição para a abordagem: “LEADER - Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural. Trata-se de um Programa de Iniciativa Comunitária (PIC) que introduziu uma abordagem territorial, integrada e participativa” (MORENO, 2005, p. 95). O autor assevera que “só com a criação e implementação do PIC LEADER em 1991 se iniciou, de forma consistente, um processo de promoção da inovação e de valorização das identidades territoriais e dos recursos endógenos em meio rural” (MORENO, 2005, p. 93).

Hespanhol (2010) aponta que o LEADER inovou ao considerar a participação dos atores sociais e as peculiaridades locais das regiões selecionadas, adotando o enfoque territorial em substituição à perspectiva anterior que privilegiava a dinâmica dos diferentes setores da economia (agricultura, indústria, comércio etc.). Segundo a CE (2006), a implementação da abordagem LEADER deu-se em três estágios: LEADER I, de 1991 a 1993, LEADER II, de 1994 a 1999, e LEADER+, de 2000 a 2006. À abordagem territorial, integrada e participativa, o estágio LEADER II agrega a inovação e o LEADER+ adiciona ações voltadas “[...] a cooperação e a organização das parcerias a nível local, interterritorial e transnacional” (VEIGA apud MORENO, 2005, p. 95). De 2007 em diante a abordagem LEADER passou a integrar o conjunto de ações ou políticas voltadas ao desenvolvimento rural no contexto global da UE.

Desde o seu lançamento em 1991 que a abordagem Leader proporcionou às

comunidades rurais da UE as ferramentas necessárias para desempenharem um papel activo na definição do seu próprio futuro, tendo evoluído no tempo, simultaneamente com o resto da PAC. As informações obtidas através de avaliações e directamente dos agentes do mundo rural indicam que a abordagem Leader é um instrumento que funciona de modo adequado em situações e tipos de zonas muito diferentes, adaptando a elaboração de políticas rurais à extrema diversidade das necessidades das zonas correspondentes. Por essas razões, tornou-se uma parte integrante da política de desenvolvimento rural. Ao incentivar a participação local na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável, a abordagem Leader pode revelar-se um recurso precioso para a futura política rural. No período de programação 2007-2013, a abordagem Leader deixará de constituir um programa separado e passará a estar integrada em todos os programas de desenvolvimento rural, nacionais ou regionais. Deste modo, abrem-se-lhe novas possibilidades de aplicação a uma escala muito mais vasta e a uma gama muito mais ampla de actividades de desenvolvimento rural que até agora. A abordagem Leader incentiva os territórios rurais a explorarem novas formas de se tornarem ou permanecerem competitivos, de utilizarem da melhor maneira os seus trunfos e de vencerem os desafios que possam enfrentar, como envelhecimento da população, níveis reduzidos de oferta de serviços ou falta de oportunidades de emprego. Desse modo, a abordagem Leader contribui para melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais, tanto das famílias de agricultores como da população a nível mais amplo, utilizando uma abordagem global de resolução dos problemas dessas zonas. Por exemplo, a abordagem Leader reconhece que ser competitivo a nível da produção de alimentos, desfrutar de um ambiente atraente e criar oportunidades de emprego para a população local constituem aspectos complementares da vida rural, que exigem competências específicas, tecnologias adequadas e serviços que devem ser encarados como um conjunto coerente e acompanhados de medidas políticas específicas. (CE, 2006, p. 5).

No que concerne a Portugal, Moreno (2005, p. 93) destaca que na primeira fase da abordagem LEADER eram “[...] 20 grupos de acção local (GAL), com incidência numa área equivalente a 37% do espaço nacional e 14,3% da população. Na fase do LEADER II houve 48 GAL, abrangendo praticamente o dobro da área e cerca de 33% da população portuguesa [...]”. O autor destaca que na terceira fase houve um pequeno acréscimo em termos de GAL, mas suas ações atingiram 80% do território português. No entanto, Jacinto e Alves (2013, p. 132) asseveram:

As dinâmicas económicas, sociais e culturais das últimas décadas mudaram a face dos espaços rurais e expuseram debilidades que sucessivos ciclos de políticas de desenvolvimento foram incapazes de reverter, trajetórias que se acentuaram com a adesão de Portugal à União Europeia e fortemente potenciadas com as subseqüentes reformas da Política Agrícola Comum (PAC). As novas orientações das políticas comunitárias para o desenvolvimento rural inspiraram sucessivas gerações de políticas públicas, desde Iniciativas Comunitárias, onde releva, para este efeito o LEADER, aos Quadros Comunitários de Apoio e respetivos Programas Operacionais (do PEDAP ao PRODER), cujos apoios financeiros, assimetricamente repartidos em termos geográficos e quanto ao tipo e dimensão das explorações beneficiárias, não geraram actividades alternativas nos espaços rurais nem minoraram a crescente perda da importância da agricultura.

Os autores destacam ainda o equívoco de muitas políticas que tentaram transformar o desenvolvimento rural em sinónimo de turismo, ou seja, a difusão de um ideário onde o desenvolvimento seria atingido a partir da monoactividade turística.

Dessa forma, ao menos no contexto de Portugal, apesar de todo o esforço, as políticas públicas não têm logrado êxito em romper com um histórico de pobreza, obsolescência e estagnação. Por isso, Jacinto e Alves (2013, p. 132-133) destacam:

O espaço rural necessita mudar uma imagem depauperada e reforçar a auto-estima dos seus naturais; sujeito a novas procuras com finalidades produtivas, consumo, lazer, etc., mantendo a pressão para atrair atividades e funções sem dispensar a presença duma agricultura mais expressiva. Reduzir o isolamento e promover a integração dos espaços rurais passará pela diversificação das atividades, a montante e a jusante da agricultura, pela criação de emprego e rendimento a partir de iniciativas que aproveitem e valorizem velhos e novos recursos endógenos (património cultural e paisagístico; ambiente; biodiversidade e conservação da natureza; etc.).

Influenciado pela experiência europeia e também pelas pressões internas, cuja origem remete as transformações sociopolíticas que o Brasil começa a experimentar a partir de meados da década de 80 do século XX, em 1996 é lançado no Brasil o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Iniciam-se, assim, os primeiros movimentos no sentido de mudar a forma de se conceber as políticas públicas no Brasil, são os primeiros passos para substituir a perspectiva setorial pela territorial.

#### **4 | OS PROGRAMAS PRONAF INFRAESTRUTURA E TERRITÓRIOS DE CIDADANIA**

No Brasil, pelas suas dimensões continentais, diversidade étnico-racial, diferenças na qualidade do solo e das condições climáticas, a concepção de políticas públicas efetivas é um desafio considerável. A imposição de políticas de cima para baixo (*top-down*) acaba, muitas vezes, comprometendo os poucos recursos disponíveis para apresentar resultados muito abaixo do esperado. No entanto, a concepção de políticas que considerem as especificidades de determinado território apresentam alto grau de complexidade e grandes desafios a serem superados, pois muitas são as variáveis a se considerar e grande é a dificuldade em envolver as partes interessadas. Mas é um passo que precisa ser dado quando se almeja reduzir as assimetrias provocadas por um modelo econômico que prioriza as áreas de maior desempenho econômico na hora de distribuir os recursos. Segundo Oliveira (2002, p. 12, grifos do autor),

No Brasil, a linha de Infra-estrutura e Serviços do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf-I) é um programa de intervenção pública que visa a conformação de uma estrutura institucional capaz de incluir a participação dos atores sociais beneficiários do programa. Apesar de todas as dificuldades, algumas inerentes ao espaço geográfico escolhido para a intervenção (municipal), outras à própria dificuldade de articulação e coordenação dos atores sociais, o fato é que o Pronaf [...] tem contribuído muito para a discussão sobre as políticas para o desenvolvimento rural brasileiro. Contribui como uma alternativa de elaboração e implementação de política para o meio rural, que visa superar o

viés setorial-agrícola e contribuir para a mudança na direção da elaboração dos instrumentos de intervenção no espaço rural, do *top-down* para o *bottom-up*.

Como é possível observar, não se trata unicamente de criar uma política pública com a finalidade de prover os recursos materiais e/ou financeiros necessários, a mudança de abordagem requer a modificação das atuais instituições ou a criação de novas, é necessário uma nova institucionalidade. Além do desafio envolto na criação dessa nova institucionalidade, será necessário torná-la capaz de sobreviver à volatilidade política característica do Brasil. Segundo Oliveira (2002, p. 13) “[...] esse processo tem ocorrido de forma desorganizada no Brasil, comprometendo até a realização de serviços sociais por falta de coordenação e de alocação de recursos”. Para Favareto (2009/2010, p. 56) “[...] seria preciso proceder a uma série de ajustes estruturais nas diretrizes e na operacionalização da política de desenvolvimento territorial”.

Além do Pronaf, “recentemente deu-se mais um passo importante, com a criação do programa Territórios de Cidadania. Com ele, veio a expectativa de uma verdadeira integração para além dos limites de um ministério” (FAVARETO, 2009/2010, p. 56). O programa foi criado pelo Governo Federal em 2008 e, sob a coordenação da Casa Civil, envolve dezenove ministérios.

*O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações. (MDA, 2008, p. 2, grifos do autor).*

Assim como o Pronaf, o Territórios de Cidadania envolvem a participação de um emaranhado de instituições, algumas já existentes, habituadas a atuar de forma setorial, e outras novas, concebidas para pensar e atuar de forma territorial. Não bastasse isso, trata-se de mais uma política pública isolada, carente de integração com outros programas. Por isso, Favareto (2009/2010, p. 56) assevera que “os territórios continuam sendo vistos como um repositório de investimentos”, ou seja, transformaram-se em um verdadeiro “[...] *delivery* de políticas públicas” (FAVARETO, 2009/2010, p. 57, grifos do autor).

Sob esse prisma, o Territórios da Cidadania revela-se, até o momento, mais uma inovação parcial. Inovação importante, porque abre a possibilidade inédita de que se reconheça o Brasil rural, o Brasil interiorano, o Brasil profundo como um espaço de investimentos tendo por foco os segmentos mais precarizados. Mas, inovação parcial porque reproduz uma dicotomia: para o Brasil dinâmico, a aceleração do crescimento, e para o Brasil rural, ampliação da cidadania dos mais pobres. Para uma incorporação a contento da chamada abordagem territorial, tal como ensina

a literatura especializada e a experiência internacional, seria preciso, no mínimo, superar a dicotomia entre redução da pobreza e dinamização econômica. Obras de infra-estrutura e políticas sociais ou focalizadas são condições básicas, mas estão longe de serem o bastante para promover o desenvolvimento territorial. (FAVARETO, 2009/2010, p. 56-57).

Não bastasse a sua insuficiência, não há qualquer preocupação com o acompanhamento dos investimentos realizados e tampouco uma aferição dos resultados alcançados. Uma série de não conformidades podem ser facilmente identificadas quando se vista os locais que receberam ou que deveriam ter recebido tais investimentos. Um exemplo de tais irregularidades pode ser encontrado em Rosa (2016), que acompanhou, entre 2013 e 2015, diversos locais onde deveriam estar funcionando salas para inclusão digital de comunidades rurais de assentados da reforma agrária. Das salas acompanhadas e que receberam investimentos do Projeto Territórios Digitais, uma vertente do programa Territórios de Cidadania, nenhuma entrou em funcionamento.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas análises realizadas é possível perceber, tanto em Portugal quanto no Brasil, a existência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial. Apesar de estarem em diferentes estágios evolutivos, em diferentes graus de transição entre a abordagem setorial e a territorial, ambos os países acumulam problemas relacionados a falta de efetividade de tais políticas, o desperdício de dinheiro público e a persistência das assimetrias. É inegável a importância na mudança de perspectiva para planejamento e concepção das políticas públicas. No entanto, “[...] são necessários ajustes no âmbito de apoio da participação dos agentes sociais nos fóruns destinados à sua gestão em âmbito local, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural” (OLIVEIRA, 2002, p. 14).

Cumprir destacar ainda que, ao analisar as diferenças existentes entre Portugal e Brasil, conforme o faz Hespanhol (2012), com destaque para as questões históricas, sociais, econômicas, culturais, políticas e territoriais, percebe-se que a relevância assumida pelos espaços rurais nas respectivas sociedades dependeu da forma como os Estados nacionais privilegiaram (ou não) as atividades realizadas nesses espaços e de suas articulações com o entorno (regional, nacional e internacional). Como resultado teve-se uma maior ou menor destinação de recursos públicos, a disponibilização de infraestrutura e serviços à população, a geração de novos postos de trabalho, etc

A efetiva participação social é o grande desafio na elaboração e gestão dessas políticas, é necessário criar instrumentos e instituições capazes de sobreviver às mudanças de governo ou em suas filosofias. Segundo Oliveira (2002, p. 14) “A elaboração de políticas do tipo *bottom-up* no Brasil ainda está nos estágios iniciais (sic) de desenvolvimento, enfrentando problemas inerentes ao próprio ambiente institucional,



desfavorável às mesmas e às peculiaridades da estrutura federativa brasileira”. É preciso dotar tais instituições de mecanismos que reduzam suas vulnerabilidades ao uso e influência política. Somente dessa forma será possível reduzir o grau de ineficácia das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Adilson F.; GUIVANT, Júlia S. O que há do endógeno e exógeno nas pesquisas sobre o desenvolvimento rural? In: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roselí A. dos (Orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 89-106.
- BRANDÃO, Carlos. Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 145-157, abr./jun. 2008.
- CAVACO, Carminda. Enquadramento macroeconómico, mudança e crise. In: MEDEIROS, Carlos (Dir.). **Geografia de Portugal: actividades económicas e espaço geográfico**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 34-45.
- CE - Comissão Europeia. **A Abordagem Leader: um guia básico**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/leader/2006\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/leader/2006_pt.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- FAVARETO, Arilson. As tentativas de adoção da abordagem territorial no desenvolvimento rural: lições para uma nova geração de políticas públicas. **Raízes**, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2, e v. 29, n. 1, p. 52-62, jan. 2009 a jun. 2010.
- HESPANHOL, Rosângela A. de M. Trajetória recente das políticas direcionadas ao meio rural brasileiro. In: SPÓSITO, Eliseu S.; SANT'ANNA NETO, João Lima. **Uma geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 561-582.
- \_\_\_\_\_. Espaços rurais, povoamento e processos migratórios em Portugal e no Brasil. In: PASSOS, Messias M. dos; CUNHA, Lucio; JACINTO, Rui . (Orgs.). **As novas geografias dos países de língua portuguesa: paisagens, territórios e política no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 171-188.
- JACINTO, Rui; ALVES, Carolina. Refuncionalização dos espaços rurais de montanha: desindustrialização e turismo no Concelho de Manteigas. In: JACINTO, Rui (Coord.). **Paisagens, patrimónios e turismo cultural**. Guarda: CEI, 2013, p. 125-157.
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Territórios de Cidadania: Brasil 2008. Brasília:MDA, 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- MEDEIROS, Carlos A. O espaço rural: condicionamentos, formas de utilização dos solos, mutações. In: MEDEIROS, Carlos (Dir.). **Geografia de Portugal: actividades económicas e espaço geográfico**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 16-25.
- MOREIRA, Erika V.; HESPANHOL, Rosângela A. de M. O rural e o agrícola nos municípios de Piedade e Pilar do Sul – SP. In: PASSOS, Messias M. dos, CUNHA, Lucio; JACINTO, Rui . (Orgs.). **As novas geografias dos países de língua portuguesa: paisagens, territórios e política no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 241-272.
- MORENO, Luís. Novas dinâmicas no espaço rural. In: MEDEIROS, Carlos (Dir.). **Geografia de Portugal: actividades económicas e espaço geográfico**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 92-102.
- OLIVEIRA, Rodolfo O. de. Desenvolvimento, política agrícola e política rural: do setorial ao territorial. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 32, n. 12, p. 7-16, dez. 2002.

ROSA, Paulo R. **Desenvolvimento, questão agrária e exclusão digital do campesinato**: um estudo na Região do Pontal do Paranapanema/SP. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

## A DINÂMICA NEOEXTRATIVISTA DA VALE S.A. ENTRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

**Guilherme Magon Whitacker**

Universidade Estadual Paulista (UNESP). Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL)

**RESUMO:** tendo em vistas a necessidade do debate sobre conceitos e temas centrais ao entendimento da Questão Agrária na atualidade, apresentamos, neste artigo, um estudo geral sobre a empresa Vale S.A. que, fazendo uso do discurso ideológico do desenvolvimento sustentável, promove processos de desterritorialização camponesa em diversos países. Neste sentido, o trabalho se desenvolve sobre a criação de novos espaços de reprodução do modo de produção capitalista, centrado em debates entre o desenvolvimento sustentável, o neoextrativismo e a acumulação por espoliação.

**PALAVRAS-CHAVE:** território; neoextrativismo; acumulação por espoliação; desenvolvimento sustentável

**ABSTRACT:** in view of the need to debate concepts and themes central to the understanding of the Agrarian Question, we present in this paper a general study of the multinational Vale that by making use of the ideological discourse

of sustainable development, promotes peasant dispossession processes in various countries. In this sense, the work develops on the creation of new spaces of reproduction of the capitalist mode of production, centered in debates between the sustainable development, neoextrativism and the accumulation by spoliation.

**KEYWORDS:** territory; neoextrativism; accumulation by spoliation; sustainable development.

### 1 | INTRODUÇÃO

Com a crise estrutural do modo de produção capitalista iniciada na década de 1970, emergiram manifestações originárias para que o processo de acumulação e reprodução de capitais não fosse interrompido. Dentro desse contexto, econômico e político, foram desencadeados processos de acumulação predatória, de alguma forma semelhantes aos propostos por Marx (2013) em sua narrativa sobre a acumulação primitiva. Trata-se de processos que envolvem o uso, a posse e o controle de recursos naturais e sua transmutação em fontes de lucro (WHITACKER, 2015). A partir deste reconhecimento é possível argumentar que tais processos estão relacionados à mobilidade espacial de capitais e a materialização desses

em fixos territoriais promovidos por empresas multinacionais que implementam megaprojetos neoextrativistas.

Para o entendimento geográfico desses processos econômicos e políticos ligados à reprodução expandida do modo de produção capitalista, fazemos uso dos conceitos de acumulação por espoliação e neoextrativismo. Como expressão territorial da materialização destes processos trazemos à tona a empresa multinacional Vale S.A. que, por meio da estratégia ideológica do desenvolvimento sustentável, se apropria de recursos naturais e promove, conseqüente, a desterritorialização para a transformação desses em *commodities* minerais.

A construção teórica de um arcabouço geográfico para a análise das tensões políticas e forças econômicas atuantes em torno da acumulação por espoliação, no período atual, exige uma análise focada em torno de alguns processos, neste sentido, a partir de revisão bibliográfica, o presente estudo tem como objetivo geral identificar relações entre os circuitos e padrões de acumulação de capital no período atual com a intensificação e alteração do *uso dos territórios*, a acumulação por espoliação, desenvolvida por Harvey (2012) nos é útil como categoria analítica. Como objetivo específico, analisamos os processos territoriais de acumulação por espoliação desencadeados no período recente pela multinacional Vale S.A., e, a partir do retrato das singularidades, pretendemos colaborar com estudos que visem entender os impactos socioterritoriais que megaprojetos de mineração influem sobre os territórios e intensificam a questão agrária em distintas escalas.

## **2 | A EMPRESA VALE S.A. E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO ESTRATÉGIA DE USO DOS TERRITÓRIOS**

A dinâmica territorial impulsionada pelo processo de mundialização do modo de produção capitalista avançou no setor das *commodities* como um novo ciclo ascendente de valorização no início de século XXI impulsionado, principalmente, pelo crescimento da China. Tais mudanças ocorreram a partir das transformações no Sistema Internacional durante a década de 1990, período em que o centro dinâmico da acumulação capitalista deslocou-se para a Ásia e o novo eixo da geopolítica mundial tornou-se Estados Unidos da América – China – Rússia, sendo a China o centro articulador da economia mundial. Foi configurada, então, uma nova corrida imperialista para países subdesenvolvidos com o intuito de garantir o fornecimento de *commodities* minerais e, de acordo com Lacoste (1976) o subdesenvolvimento ainda é um fato que compromete a estabilidade e autonomia desses países.

A partir da verificação deste fato e tendo como ponto de partida o processo de produção do espaço pelas relações sociais em permanente conflitualidade, analisamos a amplitude e os limites da narrativa sobre desenvolvimento sustentável da Vale S. A., conceito este entendido como estratégia empresarial e como processo de reprodução

dos territórios a partir do modo de produção capitalista (WHITACKER, 2017). A extração de recursos naturais e exploração territorial acontece desde a acumulação primitiva. Esse conceito é fundamental para compreender o processo do neoextrativismo que, relacionado a teoria da acumulação por espoliação (HARVEY, 2012), pode ser entendido como resultante do novo imperialismo, como processo “[...] de uma relação dialética entre as lógicas territorial e capitalista de poder” (HARVEY, 2012, p. 149), superando o extrativismo primitivo e acentuando a fragmentação territorial e os enclaves econômicos (ACOSTA, 2016) por meio do processo de apropriação territorial multidimensional e multiescalar gerando uma nova forma de uso dos territórios a partir da mobilidade espacial de capitais estrangeiros.

De acordo com Foster (2004), a extração de matérias primas em benefício de empresas multinacionais acompanha a evolução do capitalismo desde os seus primórdios até a atualidade. No ponto de vista de Foster (2004), o controle informal dos recursos naturais, obtido “[...] não só por meio de políticas do Estado, mas também de ações de corporações empresariais e de mecanismos de mercado, finanças e investimento” (FOSTER, 2004, p. 172), e esse controle é tão efetivo quanto a dominação política formal exercida na época do colonialismo.

Para compreendermos este processo geograficamente podemos entender o modo de produção capitalista enquanto um sistema orgânico, no qual cada uma de suas frações sustenta as demais, seja por meio de sua mobilidade entre os chamados circuitos primário, secundário e terciário da produção, descritos por Harvey (1990); ou, por meio das crises sistêmicas de produção, a partir das quais determinados espaços são considerados enquanto um fator de reprodução ampliada, ou uma nova sobre acumulação.

É fato que o modo de produção capitalista está assentado sobre uma contradição estrutural articulada a mecanismos de controles sobre os recursos naturais e a sociedade voltados à extração de mais valor colocando em dúvida sua própria capacidade de reprodução. No limite, este modo de produção demonstra sua irracionalidade, contradição sistêmica e irreformabilidade, embora sustentado por relações hegemônicas e antagônicas que o permitem, por meio do revolucionamento constante das forças produtivas, continuar edificando seu processo sociometabólico. Assim compreendido, esse modo de produção é mais que um conjunto de mecanismos econômicos e políticos, é também um modo de reprodução sociometabólico multifacetado e onibranquente, demasiadamente arraigado, que afeta profundamente tudo e cada aspecto da vida, visando assegurar a expansão, conduzido pela acumulação como um fim em si mesma (MÉSZÁROS, 2007).

Na totalidade da crise estrutural do modo de produção capitalista também encontramos outras crises específicas, produtos da desregulação neoliberal dos mercados, cujo objetivo último é a acumulação e especulação desmedidas. A exploração de *commodities* minerais relaciona-se com todas essas outras crises no que diz respeito a acumulação, a abertura econômica, e a especulação nos mercados



de futuros das bolsas de valores. E, deste modo, os investidores necessitam de novos espaços de reprodução, nos quais possam investir e auferir lucros. Então, os mercados de *commodities* minerais ganham força como um meio de reprodução ampliada de capitais via investimentos financeiros alhures, principalmente porque se tratam de mercados onde a presença das corporações transnacionais protagoniza o processo produtivo, regulando os preços dos alimentos bem como o acesso à terra por meio do controle de territórios, o que intensifica a questão agrária em determinados países.

A questão agrária não é somente um problema de renda da terra derivada da posse; fazer uma análise somente a partir desse aspecto é uma visão reducionista. Consideramos a questão agrária, também, uma questão geopolítica que envolve agentes nacionais e internacionais que materializam suas práticas acumulativas em determinados territórios e, a geopolítica dos recursos naturais portanto, uma linha de pesquisa derivada da geopolítica crítica que, devido a tendência neoliberal de transformar todo e qualquer tipo de recurso natural em mercadoria, se dedica ao estudo de formas de produção de *commodities* e comércio, lícito e ilícito, nacional e internacional, entre países exportadores e importadores, entendendo que esse processo apresenta impactos socioterritoriais negativos, mormente nos países exportadores, que resultam, por exemplo, em conflitos, conflitualidade e guerras por recursos naturais, a geopolítica dos recursos naturais objetiva, por tanto, compreender os processos e relações de poder internacionais que influem sobre o controle territorial de recursos naturais estratégicos, no sentido proposto por Le Billion (2005), Bruckman (2011), Lee (2013), Santos e Milanez (2013), Zhouri (2016), e outros que entendem as multinacionais como sujeitos acentuando o controle de territórios.

Neste sentido, a compreensão da dinâmica territorial exercida pela multinacional Vale S.A. tem significação contundente para entendermos esses processos, pois consideramos que quando se aborda o neoextrativismo e o uso dos territórios podemos considerar que as dinâmicas territoriais condicionantes que incidem sobre distintas áreas modificam as formas produzidas por forças econômicas e políticas (SANTOS, 2003) espacialmente consubstanciadas por meio de um processo dominante que Raffestin (1993) define como o trunfo do poder, o domínio da população e do território: “O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e as coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 20).

Com a concepção etimológica apresentada por Corrêa (1994), podemos compreender que a produção de territórios ocorre a partir da ação de distintos agentes e suas concepções sobre as formas de usos dos territórios e como essas relações de domínio materializam suas ações e organizam os seus objetos e agem sobre eles no espaço, transformando esse em território. Neste contexto, o processo de mundialização do modo de produção capitalista incluiu no cenário geopolítico global agentes que atuam sobre os territórios com diferentes poderes. Esse fato ocasionou a perda da soberania estatal sobre os territórios e, especificamente, sobre os usos de territórios.

Autores como Becker (1983) e Fernandes (2008) enfatizam que atualmente já

não é possível ocultar a existência da multidimensionalidade do poder, com reflexos ao nível escalar e territorial, permitindo desta forma, expandir o entendimento sobre o conceito de território entendendo que este não é formado a partir de um único agente, o Estado. Mas, que há possibilidades de diferentes agentes participarem na produção dos territórios, como a multinacional Vale S.A. A partir das relações de poder intermediadas pelo espaço, cria-se o território. É o poder “[...] definido e delimitado pelas relações de poder” (SOUZA, 2007, p.78) que está na origem do conceito do território. Sobre este aspecto, Andrade (1994) escreveu que território e poder devem estar sempre ligados, seja o poder estatal ou empresarial.

Portanto, é a forma como distintos agentes organizam os sistemas de objetos e de ações que se torna a base para o estudo, como escreveu Santos (2009), os diferentes usos dos territórios permitem que este seja entendido como categoria analítica. É interessante notar que a proposta apresentada por Santos (2009) faz menção ao fato de entendermos o território usado na perspectiva de como determinada porção do espaço está sendo usada para determinadas finalidades por meio daquilo que o autor chamou de sistemas de engenharias, aquilo que daria condições para que os fixos e fluxos desencadeiem ações em determinado território: “[...] onde é central o papel dos sistemas de engenharia concebidos para assegurar uma maior fluidez dos fatores hegemônicos e uma maior regulação dos processos produtivos, por intermédio das finanças e da especulação” (SANTOS, 2009, p. 171). Nesse contexto, ao estudarmos os fixos e fluxos da Vale S.A. somos obrigados a compreender entendê-los como propulsores de atividades voltadas a reprodução ampliada de capitais, o que gera espaços mediados pelas relações de poder gerando novas territorialidades.

Nesse contexto, ao estudarmos os fixos e fluxos da Vale S.A. somos obrigados a compreender essas como atividades voltadas a satisfação de suas próprias necessidades de reprodução ampliada de capitais, o que gera espaços mediados pelas relações de poder gerando novas territorialidades. Autores como Sack (2011), Raffestin (2010) e Corrêa (1994), dentre outros, nos fornecem algumas das interpretações necessárias à compreensão das estratégias utilizadas por diferentes agentes, como a Vale S.A., para a produção dos seus respectivos territórios.

Raffestin (2010) compreende a territorialidade como sendo: “[...] o conjunto das relações que os homens têm com a exterioridade e a alteridade, com a ajuda de mediadores, para satisfazer suas necessidades, na esperança de obter maior autonomia possível” (RAFFESTIN, 2010, p. 14). Com essa conceituação, fica evidente que o agente se reporta a um conjunto de estratégias que são acionadas por um ou vários agentes com vista a tornar um território sob seu domínio ou influência. Na mesma vertente, Sack (2011) define a territorialidade como “[...] a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (SACK, 2011, p. 76).

Os três autores apresentam definições que convergem principalmente no fato dos agentes utilizarem estratégias que sejam adequadas para manterem o domínio

sobre um determinado território. Esse conjunto de estratégias são carregadas de intencionalidades e de poder, pois só com a sua aplicação é que se podem materializar os interesses daqueles que pretendem ver as finalidades emergirem do seu domínio. Para Sack (2011) a territorialidade é a forma espacial primária de poder que permite economizar esforços no seu controle.

Diante destes fatos, que revelam a intensificação da mercantilização da natureza na forma do neoextrativismo, conceitos como imperialismo e acumulação por espoliação se correlacionam e permitem estudos que tornem explícita a contradição entre a manutenção sociometabólica na relação entre a sociedade e a natureza quando examinada a partir da dinâmica territorial e questionando o conceito *mainstream* do desenvolvimento sustentável.

As atividades mineradoras da Vale S.A. forjam o desenvolvimento desigual e combinado dos, e nos, territórios a partir da produção de commodities, o que demonstra a contrariedade sobre o desenvolvimento sustentável proposto pela Vale S.A. que, indo ao encontro de iniciativas empresariais, massifica a disseminação de informações de que sua missão é: “Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável” (VALE, 2016, p. 3). E, por meio deste argumento central, transmite a ideia de “Ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta” (VALE, 2016, p. 3). Dessa forma, o desenvolvimento sustentável é utilizado como estratégia ideológica, econômico e político voltada a reprodução do modo de produção capitalista criando, assim, condições para o domínio de determinados territórios.

### **3 | NEOEXTRATIVISMO E ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO NOS TERRITÓRIOS DA VALE S.A.**

A produção de novos espaços de reprodução e acumulação de capitais é necessária para assegurar a continuidade deste modo de produção entre períodos de crises, sendo assim o neoextrativismo é uma possível saída para a crise de sobre acumulação que vai resultar na acumulação por espoliação.

A partir desta contextualização é que trazemos à tona a problematização do neoextrativismo promovido pela Vale S.A., pois este, relacionado ao atual estágio neoliberal, resulta em acumulação por espoliação; estrangeirização de terras, conflitos territoriais e expropriação de terras camponesas. Em escala global, Gudynas (2012), Smith (2009) e Foster (2004), por exemplo, analisam as diferentes formas como vêm sendo acentuado o debate em torno do neoextrativismo e novas formas de imperialismo; na América Latina estudos publicados por Malpartida (2012), Moreno (2015), Porto-Gonçalves (2015), Lander (2015), Ve outros revelam esse processo; no continente Africano, pesquisadores como Selemane (2009), Mosca (2011), Marshall (2014) e Matos (2016) fundamentam estudos e criam referências sobre a questão

agrária africana.

É nítida a busca incessante da Vale S.A. de novos fixos territoriais para a reprodução e acumulação de capitais por meio do fortalecimento de seus sistemas assimétricos que permitem a intensificação da prática do neoextrativismo fazendo uso de maneiras pelas quais o fluxo do poder econômico atravessa e percorre um espaço contínuo – ordenação espaço-temporal –, mediante práticas cotidianas de incorporação e centralização de extensas áreas agricultáveis gerando conflitualidades por modelos de desenvolvimento a partir do uso dos territórios, o que permite que realizemos a análise destes processos a partir da concepção de relações de poder, pois esta forma de análise traz em si o sentido de disputas por territórios revelando como o neoextrativismo se materializa na desterritorialização de comunidades camponesas tendo em vistas a territorialização de megaprojetos neoextrativistas, o que nos revela a existência de territórios contidos em um mesmo território a partir do reconhecimento da conflitualidade gerada por empresas transnacionais que controlam ou participam do controle de territórios (FERNANDES, 2008).

Neste sentido, os princípios territoriais que nos servem de referência para entendermos o uso do território pela Vale S.A. são aqueles trabalhados por Fernandes (2009) e que nos permitem identificar o sentido da disputa territorial a partir de determinados conceitos, quais sejam: soberania, conflitualidade e multiescalaridade. O conceito de soberania nos é útil, pois permite identificar que esta deixa de ser exclusiva do Estado, pois é forjada pela presença da Vale S.A. que constrói territórios dentro de territórios nações; por sua vez, este nos remete ao conceito de conflitualidade que nos permite entender e verificar a existência de relações sociais de enfrentamento contínuo entre a Vale S.A. e camponeses, ou seja, distintos modelos de desenvolvimento para o campo, onde, o que vêm prevalecendo, é a perda de áreas agricultáveis para a produção de commodities minerais o que revela, a multiescalaridade, pois, o território da Vale S.A. está organizado em escala internacional e contém, dentro deste amplo território, territórios em escala local (FERNANDES, 2009).

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista, reproduzindo, de modo desigual e conflitante, relações sociais capitalistas e não capitalistas, as quais geram disputas territoriais permanentes, que, por sua vez, se desdobram nos âmbitos econômico e político. Crescem assim territórios sob o domínio da mobilidade de capitais internacionais, não sem a intervenção estatal direta ou indireta, de agências multilaterais e das grandes transnacionais, especialmente daquelas ligadas às atividades produtoras de commodities minerais, direta ou indiretamente atinentes à concentração territorial, que, em suma, se reproduzem ao acionar o mecanismo da renda da terra e a especulação de ativos nos mercados de futuros, cuja finalidade última é o lucro e a acumulação desmedida.

A compreensão geográfica para além da ordem econômica e política de tendência mundializante, cujas formas têm assumido padrões de funcionamento e de racionalização técnica articulado a lógica territorial de expansão e acumulação

de capitais nos permite entender que, na perspectiva da mundialização do modo de produção capitalista: “[...] o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais [...]” (FERNANDES, 2008, p. 279).

Nesse contexto insere-se a multinacional neoextrativista Vale S.A. Líder mundial na produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, além de possuir as maiores reservas de níquel do planeta. A Vale S.A. também é produtora global de concentrado de cobre, carvão, bauxita, alumina, alumínio, potássio, caulim, manganês e ferroligas. A história da Vale S.A. está ligada ao contexto internacional da Segunda Guerra Mundial, que provocou uma forte demanda de matéria-prima e ao modelo de industrialização por substituição de importações adotado pelo Brasil e em plena implantação naquela época. Assim, a empresa foi pensada para atender à demanda dos aliados, sobretudo Inglaterra e Estados Unidos. Para que estes países pudessem manter seu fornecimento de matéria-prima foram firmados, em 3 de março de 1942, os Acordos de Washington pelos governos do Brasil, Inglaterra e EUA, que estabeleceram as bases para a organização de uma companhia de exportação de minério de ferro.

Pelos acordos o governo britânico se obrigava a adquirir e transferir ao governo brasileiro, livre de quaisquer ônus, as jazidas de minérios de ferro pertencentes à Itabira Iron e o governo norte-americano se comprometia a fornecer um financiamento no valor de US\$ 14 milhões para a compra, nos EUA, de equipamentos, máquinas, material rodante e serviços necessários ao prolongamento e restauração da Estrada de Ferro que liga o porto de Vitória ao Estado de Minas Gerais, de modo a assegurar a produção, transporte e exportação de 1,5 milhão de toneladas/ano de minério de ferro, a serem compradas em partes iguais pelos dois países por um prazo de três anos, a um preço bastante inferior ao de mercado (CVRD, 1992). Foi, portanto, neste contexto que a empresa iniciou suas atividades.

Depois de privatizada, a empresa transformou-se numa das maiores mineradoras do mundo e uma das maiores empresas brasileiras com penetração no mercado internacional. Assim, ações da Vale S.A. potencializam a dinâmica territorial do neoliberalismo ao priorizar relações econômicas voltadas à produção de commodities minerais e enfraquecimento da soberania nacional, reforçando a dependência econômica dos países periféricos aos do centro do capitalismo. Conforme Gudynas (2012), a dependência dos mercados globais se acentua.

#### **4 | DA APARÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL A ESSÊNCIA DO NEOEXTRATIVISMO**

Levamos em consideração que a forma como a sociedade produz o espaço no tempo histórico é influenciada por determinadas relações sociais de produção e, sabendo que a Geografia estuda a sociedade através da sua organização espacial



que é, também, forma de reprodução social, o que nos importa é superar a aparência humanista do desenvolvimento sustentável difundida pela Vale S.A. e revelar sua essência, o neoextrativismo.

O desenvolvimento do capitalismo, evoluindo nas suas formas de acumulação de capitais, associadas ao papel imprescindível do Estado, permitiu que formas de desterritorialização se impusessem sobre os diversos tipos de territórios. Raffestin (2010) refere que a produção de um território nunca está desligado das ações do passado. O território é criado a partir das relações de poder que se materializam no espaço. É nesta perspectiva que o autor (1993) afirma que o espaço é antecedente ao território, sendo este último reflexo de determinadas ações sobre o primeiro. Ainda demonstra que “[...] o processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território.” (RAFFESTIN, 2010, p.21)

Raffestin (2010) evidencia o caráter dinâmico do território, ao demonstrar que este se forma, ou a partir daquilo que se poderia considerar da primeira natureza, como também da destruição de um território. É, pois, esta segunda forma de produção de território – desterritorialização – que nos interessa. O espraiamento do modo de produção capitalista para diferentes territórios nacionais passa a ser bem mais fácil, em decorrência do desenvolvimento tecnológico, assim, a volatilidade de capitais tem atingido um patamar nunca visto na história deste modo de produção. A territorialização deste modo de produção em qualquer ponto do globo permite que se introduzam lógicas empresariais responsáveis pelas transformações no uso dos territórios selecionados, afetando os usos anteriores bem como de seus respectivos agentes, que, dependendo das necessidades dos agentes hegemônicos, podem ser obrigados a abandonar o território gerando a desterritorialização.

Como a dimensão econômica passa a ser o motor da produção territorial, principalmente no decurso da mundialização, exportando consigo as outras dimensões que viabilizem o seu projeto, os gestores do território nacional sentem-se compelidos a abrir os seus espaços para a territorialização das empresas ou firmas. Esse processo de territorialização, que normalmente tende a ser temporário pois as dinâmicas de acumulação de capitais variam com o tempo, prejudicam as anteriores lógicas de apropriação territorial. A territorialização da Vale S.A. está dependente das vantagens que o lugar oferece, desterritorializando-se sempre que as condições oferecidas pelo lugar não permitirem a sustentação da produção de mais valor. Mudar de território passa a ser a principal alternativa. Isto se deve pelo fato de que, determinadas empresas, como a Vale S.A., estarem preocupadas com “[...] o uso explorador, extorsivo, pragmático de um pedaço do território” (SILVEIRA, 2011, p.52), do que com o sentimento de pertencimento ou enraizamento.

Como a mundialização, acompanhada do neoliberalismo e suas formas de materialização, como o neoextrativismo, tornam os território mais “[...] sensíveis, nervosos e objetos de numerosas mudanças de conteúdo” (SANTOS, 2003, p.302),



a desterritorialização passa a ser a regra e não a exceção. Desterritorialização está entendida, por Corrêa (1994, p.252) como sendo “[...] a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território”. Andrade (1994) compreendeu que a desterritorialização pode ser efetuada pelo próprio agente que controla o território, isto é, a desterritorialização é parte de um processo levado a cabo pela Vale S.A. como forma de se manter competitiva em relação às demais empresas.

A partir de Andrade (1994) é possível compreender que a desterritorialização nem sempre é provocada por um agente que ainda não é responsável pelo domínio do território. A desterritorialização pode ser uma estratégia de fuga dos agentes hegemônicos, implicando, em alguns casos, na sua reterritorialização num outro espaço. Este tipo de desterritorialização está ligado ao tempo neoliberal, onde a dinâmica econômica força as empresas a abandonarem os seus territórios, não necessariamente em função da sua ocupação por uma outra de maior poder, mas sim como forma de ajuste à dinâmica econômica, quando o território se apresenta incapaz de manter os ganhos financeiros necessários.

Ao mesmo tempo em que acontece uma desterritorialização programada, também acontece uma reterritorialização programada. Andrade (1994) refere que a reterritorialização programada estaria associada ao fato da empresa antecipar a ocupação de um novo espaço, com vista a garantir novos recursos para o futuro, neste mesmo sentido, a partir de Corrêa (1996) entendemos as práticas espaciais como estratégias de mobilidade espacial de capitais. A empresa antecipa a dinâmica do mercado para um determinado produto ou serviço, constatando que é fundamental fechar uma determinada atividade com o objetivo de garantir a ocupação de uma nova área que será lucrativa, apesar dessa área ainda não atender aos níveis mínimos do mercado. Nesse caso, a desterritorialização leva à reterritorialização e, esta representa a formação de um novo território. Esse novo território pode responder em parte ou na totalidade as necessidades e intenções dos grupos sociais que o formam, como pode não responder as necessidades e intenções daqueles que são forçados a produzirem uma nova territorialidade.

A mobilidade espacial e territorial de capitais – da qual decorrem processos de desconcentração de atividades econômicas; movimentação de atividades para áreas consideradas exteriores ao processo de acumulação capitalista; revalorização dos processos de acumulação primitiva e a compressão tempo-espaço, dentre outras – têm sido característica da atualidade. Essas características tem gerado processos criando condições para uma massificação dos processos de desterritorialização que valorizam os territórios de acordo com o mais-valor que o mesmo pode oferecer.

Assim, a afirmação feita por Karl Marx de que o capitalismo, enquanto modo de produção, precisa continuar a se expandir continuamente para poder sobreviver, se reafirma. Marx (2013) elucida o surgimento deste modo de produção a partir do exercício da violência, que separou uma classe minoritária que passou a dominar

os meios de produção para toda sociedade, mesmo sem produzir trabalho e, outra majoritária que apesar de dominar a sua própria força de trabalho, está obrigada a vender para sobreviver. O autor destaca que essa separação, violenta, foi responsável por parir este modo de produção. Marx (2013) deixa claro que com a consolidação do capitalismo, podendo se sustentar sozinho, a acumulação primitiva daria lugar à um novo estágio de acumulação não capitalista.

Autores como Harvey (2012) e Fontes (2010) consideram que a acumulação primitiva nunca deixou de existir, pois sempre fez parte do modo de produção capitalista. David Harvey se associa a Rosa Luxemburgo ao demonstrar que Karl Marx estava equivocado ao considerar a acumulação primitiva como algo pré-histórico e, que com o tempo deixaria de fazer parte do modo de produção capitalista. Harvey (2013, p.292) concorda com o argumento de Luxemburgo (1986) que destaca que “[...] o capitalismo teria deixado de existir há muito tempo, se não tivesse se engajado em novos ciclos de acumulação primitiva, sobretudo por meio da violência do imperialismo” (LUXEMBURGO, 1986, p. 87). Para Fontes (2010), a acumulação primitiva nunca deixou de existir, pois sempre esteve presente e desempenhou papel importante na acumulação de capital. Essa visão da autora é formulada com o intuito de contrariar a leitura que ela faz da obra de David Harvey, considerando que o autor defende que com a consolidação da acumulação normalizada, a acumulação primitiva desapareceu.

Para Harvey (2012), “[...] parece estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de ‘acumulação por espoliação’” (HARVEY, 2012b, p.120). São essas novas roupagens apresentadas pela nova acumulação primitiva que leva Harvey (2013) a utilizar o conceito acumulação por espoliação, pois apesar de incorporar as características descritas por Karl Marx, sendo em alguns pontos e momentos mais violenta, ela se ajusta ao momento histórico de novos espaços de reprodução e acumulação de capitais. Porém, Fontes (2010) não concorda com a conceituação de David Harvey, pois para ela essa mascara algumas características que o fenômeno apresenta. Fontes (2010) demonstra que esse tipo de acumulação não se circunscreveu apenas aos países da periferia e que não existira um desaguamento do capitalismo predatório para o capitalismo produtivo, como, de acordo com a autora, equivocadamente, David Harvey retirou da obra de Marx.

Esta abordagem apresentada por Fontes (2010) é importante para o enriquecimento do debate, pois os argumentos levantados pela autora estão bastante relacionados com a crítica que ela faz à obra de Harvey, porém, ao se analisar os argumentos de David Harvey e da própria autora, consideramos que ambos caminham para a mesma direção pois houve um avanço na forma de materialização da acumulação primitiva, embora ele tenha incorporado novas características. Fontes (2010) diferencia a expropriação primária da expropriação secundária: “[...] *expropriações primárias* seguem extirpando os recursos sociais de produção das mãos dos trabalhadores rurais, incluindo diretamente sobre os recursos sociais de produção, em especial sobre

a terra” (FONTES, 2010, p.59, *itálicos no original*), e, ainda de acordo com Fontes (2010), as expropriações secundárias se “[...] abatem também sobre conhecimentos [...], sobre a biodiversidade, sobre técnicas diversas, desde formas de cultivo até formas de tratamento de saúde utilizadas por povos tradicionais” (FONTES, 2010, p.59). As diferenciações que Fontes (2010) apresenta elucidam alguns avanços na materialização da acumulação primitiva definida por Karl Marx. Para a autora:

[...] as expropriações contemporâneas não param por aí [onde terminam as expropriações primárias] e devoram também bens naturais sobre os quais até então não incidia propriedades exclusiva de tipo capitalista, como as águas doces e salgadas, o patrimônio histórico e cultural (convertidos em mercadorias através do turismo), o patenteamento de códigos genéticos, a qualidade do ar [...] (FONTES, 2010, p.60).

Essas características segundo ela não faziam parte da acumulação primitiva definida por Karl Marx. Nesse aspecto, Virgínia Fontes e David Harvey apresentam pontos em comum. E, neste debate sobre o avanço nas formas de materialização da acumulação primitiva, nos associamos a David Harvey e entendemos a acumulação por espoliação como nova forma de materialização da acumulação primitiva. Esta conceituação se aproxima bastante dos processos de acumulação que ocorrem nos países africanos, por exemplo. Esse processo remonta à partilha do continente africano, às incursões coloniais e imperialistas e atualmente, com o espraiamento do neoliberalismo, e a sua materialização pelo neoextrativismo, revela sua essência, a acumulação por espoliação. Esta opção se dá, por tanto, com base naquilo que Harvey (2012) apresenta como características da acumulação por espoliação.

Posteriormente, Harvey (2013) defende que a espacialização em escala global do modo de produção capitalista global, principalmente na década de 1970, não estava conseguindo gerar crescimento e, como medida adotada pelo sistema para a consolidação do poder de classe foi a apelação para a acumulação por espoliação (Harvey, 2013). A revalorização da acumulação primitiva como o principal mecanismo de acumulação de capitais foi largamente facilitada pela implementação do neoliberalismo e pelo neoextrativismo e, é neste contexto que trazemos ao debate a Vale S.A. que, fazendo uso estratégico do desenvolvimento sustentável mascara suas ações e expande a acumulação por espoliação.

Tal consideração se baseia na mais importante organização que representa os interesses dos grupos sociais negativamente impactados pelas ações da Vale S.A., qual seja, a Atingidos pela Vale, organização que representa as lutas e os direitos de pessoas impactadas pela multinacional em várias partes do mundo. Além de brasileiros, compõe a Atingidos pela Vale, representantes do Paraguai, Argentina, Chile, Peru, Canadá, França, Moçambique, China e Índia. Em seu último relatório os membros da organização desconstruem a visão e missão da empresa e asseveram que a Vale S.A. possui como missão atuar a nível global para transformar recursos naturais em catalisadores de lucros continuamente crescentes para os acionistas, desconsiderando

os direitos e expectativas dos trabalhadores e populações tradicionais e, tendo como visão, lucrar acima de tudo e todos, extraindo o máximo de recursos naturais com os menores custos possíveis a partir da desobstrução de qualquer entrave legal (ORGANIZAÇÕES, 2015).

Consideramos, portanto, que a dinâmica territorial exercida pela Vale S.A., do ponto de vista geográfico da lógica espacial e territorial do modo de produção capitalista, intensifica a exploração das condições sociais e naturais desiguais sob as quais ocorre a acumulação de capitais, aproveitando-se da dialética inerente a este modo de produção – criação, destruição e recriação de novos espaços para sua própria reprodução por meio de práticas imperialistas vinculadas a fluxos de capitais restritos – que, histórica e geograficamente, resultam em desigualdades e, é deste modo que se constitui a dinâmica territorial da expansão econômica capitalista na atualidade, pelo fortalecimento institucional desta corporação e consequente enfraquecimento do Estado.

Essas determinações retratam o paradoxo da abundância. Neste, a grande quantidade de riquezas naturais não é corolário de um desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações no entorno do projeto. Pelo contrário, essas comunidades são atingidas de maneira prejudicial por esses empreendimentos, além dos processos de desterritorialização, dos problemas relacionados à subsistência e à sobrevivência de seus modos de vida, sofrem com ameaças de morte promovidas pelos funcionários das empresas e pela ação violenta pelo Estado. Assim, denota-se o modelo de ação da empresa caracterizando a conflitualidade e intensificando a questão agrária em vários países.

Trata-se, pois, de novas formas de expropriação. Não se trata de uma linha reta histórica e geograficamente, mas de uma relação simultânea de formas dialéticas de explorar lucrativamente a sociedade e a natureza. A análise desenvolvida por Harvey (2012) deixa exposto o caráter espoliador exercido por aqueles que personificam o modo de produção capitalista na sociedade contemporânea, em nosso caso, os agentes que controlam a corporação Vales S/A e os governos brasileiro e moçambicano.

A acumulação por espoliação, materializada na expropriação de terras de populações pobres e na privatização de bens públicos, tem caracterizado a atual forma de acumulação de capital. Harvey (2012) demonstrou que a forma primitiva de acumulação que parecia ter sucumbido no tempo, resiste e adota ajustamentos à nova conjuntura, mas escrevendo, como referira Marx, “[...] com letras indeléveis de sangue e de fogo” (MARX, 2013, p. 328).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, consideramos que o desenvolvimento sustentável vem sendo utilizado, a tempos como estratégia econômica e política voltada a reprodução e acumulação de capitais. No estágio atual de desenvolvimento do modo de produção

capitalista, a necessidade de garantir sua existência traz novos desafios, pois as alianças internacionais entre Estados e multinacionais buscam sempre mascarar as contradições existentes entre o neoextrativismo e o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável promovido pela Vale S.A. vai demonstrando que serve aos propósitos do neoliberalismo. Com a efetivação e intensificação de suas ações neoextrativistas, a empresa causa impactos sociais e naturais revelando que, na verdade, o desenvolvimento que vem promovendo sustenta apenas a acumulação de capitais a custos cada vez maiores, de populações camponesas e da apropriação, via acumulação por espoliação, de recursos naturais para a produção de commodities. Fato este que potencializa a aparência do modo de produção capitalista, a produção de mais valor, e mascara sua essência, a degradação humana e natural.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. 2011. "Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición". In *Más Allá del Desarrollo*, Quito, Equador: Fundación Rosa Luxemburg/AbyaYala, 83–120.

ANDRADE, Manuel Correa de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; Souza, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria L. (Org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

BECKER, Bertha. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha; COSTA, R.; SILVEIRA, C. (Org). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BRUCKMAN, Monica. Recursos naturales y la geopolítica de la integración sudamericana. <https://cronicon.net/paginas/Documentos/Libro-Bruckmann.pdf> Creative Commons, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; Souza, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. (Org). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *A mineração no Brasil e a Companhia Vale do Rio Doce*. Rio de Janeiro: CVRD, 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. Expressão popular: São Paulo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. Imperialismo ecológico: la maldición del capitalismo. In: *Socialist Register: el nuevo desafío imperial*. 2004. Disponível em: [http://socialistregister.com/index.php/srv/issue/view/1167#.Ut\\_9rRBTvIU](http://socialistregister.com/index.php/srv/issue/view/1167#.Ut_9rRBTvIU). Acesso em 12/05/2018.

GIORDANO, Eduardo. *Economía política del petróleo y militarismo*. In: SEMPERE, Joaquim; TELLO Tello (coords.). *El final de la era del petróleo barato*. Icaria: Barcelona, 2014.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2012.



- HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. Espacios del capital: hacia una geografía crítica. Madrid: Akal, 2007.
- HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. Los límites del capitalismo y la teoría marxista. México D.F.: Fondo de Cultura Económica. 1990.
- LACOSTE, Yves. Geografia do subdesenvolvimento. Difel: São Paulo, 1975
- LANDER, Edgardo. Neo-Extractivismo: un modelo de desarrollo controvertido y sus alternativas. In: Más allá de la sobre explotación. Alternativas latino americanas al extractivismo. Fundación Heinrich Böll. No 1, septiembre, 2015.
- LE BILLON, Philippe. The geopolitics of resource wars. Resource dependence, governance and violence. Frank Cass, 2005.
- LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MALPARTIDA, Javier. ¿Extractivismo o desarrollo? Reflexiones desde Apurímac. Centro Latino Americano de Ecología Social. Plataforma Transiciones: alternativas al desarrollo. Aportes para las Transiciones. Peru. 2012.
- MARSHALL, Judith. A gigante mineradora brasileira Vale: por trás da imagem de solidariedade Sul-Sul. Tensões mundiais. Fortaleza. v. 10, no 18, 19, p. 173-230, 2014.
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. Boitempo: São Paulo, 2013.
- MARX, Karl. A origem do capital: a acumulação primitiva. São Paulo: Centauro, 2005.
- MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOSCA, João. Mega-projectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza: o caso de Tete. Maputo: IESE, 2012.
- ORGANIZAÇÕES Integrantes do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale. Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo, 2010. Disponível em: [http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie\\_versaoweb.pdf](http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie_versaoweb.pdf) Acesso em: 12/1/2018.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A natureza da globalização e a globalização da natureza. 6ª ed. São Paulo: civilização brasileira, 2015.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PERREIRA, Sílvia R; COSTA, Benhur P. da; SOUZA, Edson B. C. de (Org). Teorias e práticas territoriais: análise espaço-temporais. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SACK, Robert D. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila C.; FERRARI, Maristela (Org). Territorialidades humanas e redes sociais. Florianópolis: Insular. 2011.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. 5ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. 2a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Rodrigo; MILANEZ, Bruno. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1940>. Acesso em 16/01/2019

SILVEIRA, Maria Laura. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, Leila C.; FERRARI, Maristela (Org). Territorialidades humanas e redes sociais. Florianópolis: Insular. 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elis de; et al. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SMITH, Neil. Nature as accumulation strategy. 2009. Disponível em: <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5856/2752>. Acesso em: 16/01/2019.

VALE. Política de desenvolvimento sustentável global. Vale S/A. 2016. Disponível em: [http://www.vale.com/brasil/PT/suppliers/code\\_conduct/Documents/politica-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf](http://www.vale.com/brasil/PT/suppliers/code_conduct/Documents/politica-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf) Acesso em: 10/12/2016.

VALE. Relatório anual de Sustentabilidade de 2011. VALE S/A: Rio de Janeiro, 2014.

VALE. Relatório anual de sustentabilidade de 2012. VALE S/A: Rio de Janeiro, 2015.

VALE. Relatório de anual de sustentabilidade 2016. Vale S/A. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/sustainability/Paginas/default.aspx> Acesso em:12/04/2018

VÁSQUEZ, Daniel Sandoval. Conservación oficial y extractivismo en México. Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano. 2016.

WHITACKER, Guilherme Magon. Território e poder: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista. Biblio3W REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21.742-98 Vol. XX, núm. 1.135 15 de octubre de 2015 Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1135.pdf> Acesso em 23:033/2018.

WHITACKER, Guilherme Magon. Desenvolvimento sustentável: decifra-me ou te devoro. Análise sobre o desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista. Tese. 332f. Unesp. Presidente Prudente SP. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150194> Acesso em 1/5/2018.

ZHOURI, Andréa. Produção de conhecimento em um campo minado. In: Mineração, violências e resistências. Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Disponível em: [http://www.aba.abant.org.br/files/20180308\\_5aa16473d6197.pdf](http://www.aba.abant.org.br/files/20180308_5aa16473d6197.pdf) Acesso em 16/01/19.

## O DEBATE DOS/DAS TERRITÓRIOS/TERRITORIALIDADES NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: REFLEXÕES SOBRE A DISCIPLINA DE “GEO-HISTÓRIA E TERRITORIALIDADES DE MS”

**Rodrigo Simão Camacho**

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC),  
Dourados - MS

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão a partir de uma experiência pedagógica ocorrida na disciplina “Geo-História e Territorialidades de Mato Grosso do Sul” no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – MS. Analisamos a repercussão e a metodologia de ensino-aprendizagem dessa experiência na formação profissional e humana dos futuros educadores do campo. A partir da leitura e discussão de textos que analisam as diferentes territorialidades presentes no campo de Mato Grosso do Sul (MS): quilombolas, indígenas, camponesa etc., os educandos puderam entender a importância da inserção dessa temática no currículo do curso de graduação de Licenciatura em Educação do Campo, bem como estabelecer diálogo entre seus saberes populares e os conhecimentos técnico-científicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Licenciatura em Educação do Campo; Territorialidades;

Formação de Educadores.

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to reflect on the a pedagogical experience occurred in the discipline “Geo-History and Territorialities of Mato Grosso do Sul” in the course of Licenciatura in Education of the Countryside (LEDUC) of the Indigenous Intercultural Faculty (FAIND), Federal University of Grande Dourados (UFGD) - MS. We analyze the repercussion and the teaching-learning methodology of this experience in the professional and human formation of the future educators of the countryside. From the reading and discussion of texts that analyze the different territorialities present in the countryside in the Mato Grosso do Sul (MS): quilombolas, indigenous peoples, peasants, etc., the students could understand the importance of inserting this theme in the curriculum of the undergraduate course in Education of the Countryside, also establish a dialogue between their popular knowledge and technical and scientific knowledge

**KEYWORDS:** Graduation in Education of de Countryside; Territorialities; Training of Educators.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo fazer

uma reflexão a partir de uma experiência pedagógica ocorrida durante as aulas da disciplina “Geo-História e Territorialidades de Mato Grosso do Sul” ministradas pelo Professor Dr. Rodrigo Simão Camacho no curso da Licenciatura em Educação do campo (LEDUC) da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) - MS.

Analizamos a repercussão e os procedimentos metodológicos dessa experiência na formação profissional e humana dos futuros educadores do campo. Essa atividade acadêmica em questão se pautou, sobretudo, na leitura e discussão de algumas bibliografias que exploram as diferentes territorialidades, diálogos e conflitualidades, que se fazem presentes no campo de Mato Grosso do Sul (MS), envolvendo os povos do campo, de um lado (quilombolas, indígenas, camponeses etc.), e o agronegócio do outro, cuja finalidade foi problematizar a importância desse debate para a Educação do Campo.

As ações metodológicas de ensino-aprendizagem se configuram por meio da leitura e discussões de textos em sala de aula e a produção de trabalhos acadêmicos ministrados em encontros de alternância. A discussão teórica diz respeito à diversidade dos sujeitos do campo e suas territorialidades com seus diálogos e conflitualidades.

Partimos do princípio de que um dos objetivos do curso é o de compreender as diferentes formas de reprodução dos sujeitos do campo e a multidimensionalidade de seus territórios (política, econômica, cultural, ambiental), seus diálogos e conflitualidades, para, a partir dessa reflexão, pensar os projetos político-pedagógicos, os conteúdos programáticos e as metodologias de ensino-aprendizagem nas escolas do campo.

Os debates construídos e a identificação dos educandos com o conteúdo demonstraram o envolvimento intenso dos estudantes, bem como os impactos significativos na formação profissional e, sobretudo, humana dos futuros educadores das escolas do Campo. Por isso, a inserção do debate da diversidade de territorialidades e conflitualidades no campo no currículo da formação dos futuros educadores do campo se mostra indispensável.

## **2 | A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

A construção de um novo projeto de Educação do Campo está relacionada com a junção de algumas entidades que em 1998 formaram a Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. Estas entidades que promoveram este movimento foram: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Universidade Nacional de Brasília (UNB) por meio do Grupo de Trabalho e Apoio à Reforma Agrária (GTRA). A primeira conferência denominada Por uma Educação Básica

do Campo ocorreu em Luziânia/GO em 1998 (NASCIMENTO, 2003; FERNANDES, 2003). Uma das principais concepções defendidas nesta conferência foi à necessidade de visualizarmos o campo como parte do mundo e não como aquilo que sobra além das cidades. Então, os sem-terra foram pensando essa questão e discutindo-a com os povos do campo: camponeses, quilombolas e indígenas e ficou esboçada essa assertiva nessa Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo de 1998. Era necessário, primordialmente, estabelecer a importância que tem o campo para, a partir daí, refletirmos acerca de uma Educação do Campo (FERNANDES, 2003, 2006).

O primeiro motivo que dá início para a luta pela conquista de uma Educação do Campo é a realidade de exclusão no qual vivem os moradores do campo. Exclusão esta que fez com que os povos do campo (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses etc.) ficassem a margem dos avanços conquistados na educação pública. Tendo em vista que na sociedade capitalista a leitura e a escrita são instrumentos de status e poder, quase sempre é considerada um privilégio das classes dominantes, conseqüentemente as classes subalternas têm poucas oportunidades de dominar os códigos da cultura letrada, ficando submetidos a “[...] privação absoluta ou quase absoluta de símbolos e objetos da cultura letrada [...]”. (BRANDÃO, 1999, p. 35).

A ausência de políticas públicas demonstra a forma de tratamento desigual e discriminatório com relação à população do campo. Esta ação negligente do Estado acarretou em problemas educacionais que perduram há séculos como: analfabetismo; crianças, adolescentes e jovens fora da escola, sem escolas; defasagem idade-série; repetência e reprovação; conteúdos inadequados; problemas de titulação, salários e carreira dos seus mestres e um atendimento escolar, na maioria das vezes, reduzido a quatro primeiras séries do ensino fundamental (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004).

O princípio básico, portanto, para defendermos a necessidade da construção de uma Educação do Campo é o fato de estarmos partindo do pressuposto de que houve um processo histórico de exclusão dos habitantes do campo do processo educativo formal público. A falta de uma política pública direcionada a atender as necessidades educacionais dos moradores do campo foi um dos fatores que influenciaram a existência de uma grande quantidade de analfabetos presentes no campo (CAMACHO, 2014).

O campo, também, foi durante muito tempo esquecido pela universidade. A produção científica acerca do campo era bastante precária. Esta realidade começa a ser modificada quando os movimentos socioterritoriais camponeses começam a se manifestar em escala nacional. As pesquisas que tratavam acerca da educação nas áreas rurais eram uma minoria comparada com as pesquisas de educação urbana. O movimento “Por Uma Educação do Campo” nasce para combater esta realidade de descaso. Descaso este tanto da Universidade quanto do Estado. O movimento Por Uma Educação do Campo começa a exigir dos órgãos governamentais o incentivo a políticas públicas e o financiamento de pesquisas relacionadas às questões educacionais no campo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004).

A exclusão social e educacional dos moradores do campo tem que ser entendida



historicamente. No Brasil, a força da ideologia dominante, composta pelas oligarquias agrárias que imperam desde o Brasil colonial, defendia o discurso de que aprender a ler e a escrever para os camponeses era inútil e supérfluo. O argumento era o de que a natureza do trabalho camponês (produção de alimentos a partir manejo com a terra para sua subsistência e a venda de excedentes para a população urbana) não prescindia de formação escolar nenhuma. O próprio modo de vida camponês, a priori, era a justificativa para a negação do acesso a educação para os mesmos. O que a ideologia das classes dominantes do campo pretendia com este argumento era naturalizar as desigualdades sociais e mascarar as diferenças de condições de acesso à educação formal. Estavam difundindo a ideologia de que pensar, ler, escrever e refletir é algo necessário e possível somente à elite dominante (NASCIMENTO, 2003; CAMACHO, 2014).

Faz-se necessário rompermos com esta ideologia dominante presente no Estado e na Universidade de que a educação oferecida para os povos do campo não tem necessidade de ter boa qualidade, bastando às “primeiras letras”. Como já explicitado, esta concepção é produto do discurso dominante de que o camponês não necessita de saber ler, escrever, pensar ou refletir, devido à natureza de seu trabalho e de seu modo de vida. Com esta ideologia, os camponeses teriam que se contentar com as precárias condições educacionais até hoje oferecida a eles: uma escola de péssimas condições de infraestrutura com professores mal preparados e mal remunerados (ARROYO, 2004; CAMACHO, 2014).

Apesar do reconhecimento da educação como um direito humano desde a década de 1980, este reconhecimento não chegou até o campo. Não houve a exclusão total dos habitantes do campo com relação a esta conquista, porém, este direito ficou apenas no nível abstrato do conceito de cidadania e não alcançou às especificidades concretas necessárias a realidade do campo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004). O sistema educacional do campo sempre foi tratado como um elemento residual. A consequência dessa desigualdade foi à negação aos povos do campo dos direitos conquistados nas décadas anteriores. Nem mesmo as pedagogias progressistas foram capazes de assimilar a importância da construção de uma educação que respeite as especificidades dos povos do campo. Isto porque “As políticas educacionais no Brasil padecem de uma indefinição de rumos. E as políticas para campo ainda mais. A escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro [...]”. (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004, p.10).

### **3 | A FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO: LEDUC**

Temos a necessidade urgente de pensar os direitos dos sujeitos concretos com suas especificidades: classe, culturais, identitárias, territoriais, étnicas ou raciais. Isto significa pensar em políticas focadas nessas especificidades. Os princípios, normas e

políticas generalistas não têm garantido o direito às diferenças de classe, raça, etnia, gênero, território etc. O protótipo de cidadão universal ignora as alteridades. Com a intenção de formar um profissional único de educação, num sistema único, com currículos e materiais únicos, orientados por políticas únicas, os direitos às diferenças continuam não garantidos. Por isso, não temos, historicamente, uma tradição de formulação de políticas públicas, bem como de teorias e práticas, que tenha a formação de professores-educadores do campo como preocupação central. O caso da formação de professores-educadores das escolas do campo é uma formação específica que se faz necessária para garantia dos direitos na especificidade de seus povos (ARROYO, 2007).

É de fundamental importância que as universidades possam formar educadores-professores preparados para compreender a realidade do campo, por isso, estes educadores-professores devem ser oriundos dessa realidade. Camponeses-militantes que se tornam camponeses-militantes-estudantes na universidade e, em seguida, camponeses-militantes-professores nas escolas dos assentamentos (CAMACHO, 2014).

A proposta de formação de professores-educadores assentados não se trata apenas de uma solução pragmática para a escassez de educadores habilitados nos assentamentos, mas também de uma aposta na hipótese de que o processo de ensino-aprendizagem será favorecido pelo fato de os educadores compartilharem com os educandos a mesma linguagem, cultura e histórica de luta, o que lhes possibilita assumir o papel de agentes dinamizadores da vida cultural das comunidades. (ANDRADE; DI PIERRO, 2004, p. 28). Existem três vantagens estratégicas para a formação de professores oriundos dos próprios assentamentos. A primeira é a elevação do grau de instrução dessa população. A segunda é o envolvimento desses profissionais com a comunidade. E a terceira é a melhoria de qualidade de ensino nas escolas do campo tendo em vista a utilização de conteúdos e metodologias específicas para realidade dos assentados (ANDRADE; DI PIERRO, 2004; CAMACHO, 2014).

Para pensarmos a formação de educadores do campo, temos que refletir acerca da conquista e ampliação das políticas públicas. A história da Educação do Campo está diretamente relacionada com a conquista de políticas públicas. Mas, o tema de políticas públicas adquire caráter central a partir da II Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, quando se consolida com a expressão **Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado** (MOLINA, 2012). As políticas públicas fazem parte de uma construção de concepção da igualdade jurídico-política que está presente em nossa sociedade atual. Elas significam a materialização dos direitos contidos no artigo 6º da Constituição Federal brasileira de 1988. Dentre estes direitos constitucionais está a educação. O Estado é obrigado, devido a Constituição Federal, a implantar ações que sejam capazes de criar condições de garantirem a igualdade de direitos a todos os cidadãos. Os direitos são universais, e somente o Estado tem condições de instituí-los mediante suas ações, ou seja, por meio de políticas públicas.

Pelo fato de as desigualdades existentes no acesso à educação pública no campo serem muito grandes, isto obriga o Estado, respeitando a constituição, implantar políticas específicas que sejam capazes de minimizar os prejuízos já sofridos pela população do campo por terem sido privados historicamente do direito à educação escolar (MOLINA, 2012).

Para os movimentos sociais camponeses entrar na disputa do Estado por políticas públicas de Educação do Campo, significa alargar o sentido da luta de classes. É conquistar territórios imateriais das classes dominantes (CALDART, 2010; CAMACHO, 2014). Mas, que políticas precisamos de formação de educadores(as) do campo? Políticas que afirmem uma visão positiva do campo; Políticas de formação articuladas a políticas públicas de garantia de direitos: direito à terra, vida, cultura, identidade, memória, educação; Políticas de formação afirmativas da especificidade do campo: a especificidade das formas de produção da vida, da cultura, do trabalho, da socialização e sociabilidade; Políticas de formação a serviço de um projeto de campo: projeto de campo, de desenvolvimento econômico, social, cultural do campo no grande projeto de nação; Políticas de formação sintonizadas com a dinâmica social do campo: um campo tenso, dinâmico, tanto no terreno da política, das resistências, da cultura e dos valores como na presença de novos atores sociais. Nessa dinâmica estão sendo afirmados direitos aos territórios, à terra, à cultura e identidade, à educação. (ARROYO, 2007).

Os movimentos socioterritoriais camponeses propõem que nos cursos de formação de educadoras e educadores do campo estejam incluídos conhecimentos que dizem respeito às especificidades dos camponeses. A terra-território deve ser a temática central, pois lhe é inerente às questões relativas ao modo de vida, a cultura, a identidade etc. Temáticas como: o conflito e as disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio, a concentração fundiária, a reforma agrária, a territorialização-desterritorialização-reterritorialização dos povos do campo, os movimentos socioterritoriais do campo etc. devem fazer parte do currículo da formação específica de educadoras e educadores do campo (ARROYO, 2007; CAMACHO, 2014).

Em Mato Grosso do Sul temos uma demanda clara de formação específica de docentes no estado para atuarem no campo. O estado possui, oficialmente, 12 Escolas Rurais e 22 escolas urbanas com extensões no campo. Isto justifica a oferta do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), enquanto uma política pública focal que tem como base legal nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no em seu artigo 28, e o Conselho Nacional de Educação. Em Mato Grosso do Sul esses preceitos legais se embasam nas Diretrizes Operacionais (RESOLUÇÃO/SED n. 2.501, de 20 de dezembro de 2011), que propõe uma parte diversificada da matriz curricular no ensino fundamental e médio para escolas do campo, e um calendário escolar com tempos e espaços pedagógicos específicos em alternância (tempo escola e tempo comunidade). O Grau acadêmico conferido na LEDUC é de *Licenciado em Educação*

do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza ou Licenciado em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas (UFGD, 2014).

O Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso traz como princípios: a “Pedagogia da Alternância”, a organicidade com os movimentos socioterritoriais camponeses e o contexto local. A perspectiva teórico-metodológica tem como base as experiências de Educação Popular embasadas, principalmente, na Pedagogia Freireana, que trazem como preocupação pedagógica o vínculo às comunidades camponesas, e os conhecimentos pedagógicos locais como ponto de partida do processo formativo, estabelecendo-se, assim, uma relação dialógica com o saber técnico-científico. O PPC também traz a preocupação do desenvolvimento territorial com sustentabilidade no campo em todas as suas dimensões: ambiental, econômica, política, cultural e social em oposição ao modelo de desenvolvimento econômico hegemônico (UFGD, 2014). Os objetivos do curso são:

Formar licenciados/as em Ciências da Natureza e Ciências Humanas com uma sólida formação humanística, que sejam capazes de atuar como profissionais críticos/as da realidade multidimensional da sociedade brasileira, do processo educacional e nas organizações dos movimentos sociais, habilitando-os/as a produzir conhecimentos que resultem em práticas de docência, lideranças de movimentos sociais, pesquisas e intervenções sócio educacionais.

Fortalecer a educação e a possibilidade de ação qualificada no campo de Mato Grosso do Sul, com conhecimentos teórico-metodológicos voltados às especificidades, às necessidades e ao desenvolvimento sustentável do campo para a conquista de melhorias na qualidade de vida.

#### 4 | A “PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA” COMO METODOLOGIA PARA A FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO

A “Pedagogia da Alternância” é uma metodologia de ensino-aprendizagem que remete a primeira experiência na tentativa de construção de uma educação adequada à realidade concreta dos educandos do campo. Nesta metodologia, “[...] todo o processo parte da **realidade do educando/a**, a fim de que se possa construir uma educação realmente condizente com o mundo no qual estão inseridos”. (NASCIMENTO, 2003, p. 1, grifo nosso).

Com relação à origem da “Pedagogia da Alternância”, Jean-Claude Gimonet (1999) afirma que ela se dá a partir de 1935 com o Movimento das **Casas Familiares Rurais**. Ela surge num vilarejo da França a partir da proposição de um padre e alguns agricultores. Eles observaram a rejeição dos jovens à escola que era descontextualizada de sua realidade e, ao mesmo tempo, se preocupavam em promover o desenvolvimento local. No Brasil, a primeira experiência a partir dessa concepção metodológica que temos conhecimento se deu no Espírito Santo, em 1969.

A alternância significa que se alternam dias na comunidade do educando com os dias na universidade. A intenção é criar uma relação entre teoria e prática em que os educandos não se desvinculem do modo de vida de origem. A integratividade entre

os tempos escola e comunidade deve então se dar através da noção de intervenção socioeducacional, isto é, os saberes/realidades do/no campo precisam interferir no planejamento e desenvolvimento das aulas no tempo-escola, de maneira praxiológica, a partir das atividades desenvolvidas no tempo-comunidade (CAMACHO; KNAPP, 2016).

A relação entre **trabalho, cultura e a vida**, de maneira geral, com a educação, apesar de ser uma relação interdependente, ela foi dicotomizada em nossa educação desenvolvida sob os pilares do modo de produção capitalista. A educação até hoje desvinculou o conhecimento teórico das relações que compõem o modo de vida do campesinato e outros povos do campo, como família, terra, trabalho, cultura etc. (NASCIMENTO, 2003).

Esta metodologia traz uma importante contribuição que é pensar o processo educativo para além dos muros da escola. Nos ajuda a entender que a construção do processo educativo se dá em interação entre **a escola, a família, a comunidade e os movimentos sociais**. A “Pedagogia da Alternância” permite a construção do processo de ensino-aprendizagem em **territórios distintos e alternados**. É esta rotatividade entre os territórios **escola – comunidade** que dá o significado específico a este processo inovador de construção do conhecimento. Devido a esta dinâmica indissociável e solidária existente durante o processo de ensino-aprendizagem que podemos denominar estes dois tempos-espacos interligados de **territórios educativos** (ANTUNES-ROCHA; MARTINS, 2012).

O caráter **sistêmico, complexo, dialógico e dinâmico** presente na “Pedagogia da Alternância” se deve ao fato de que essa Pedagogia contempla uma **diversidade** de relações: entidades parceiras, tempos-espacos diversos de aprendizagem, diversidade cultural no campo, diversidade de campos do conhecimento: práticos, populares, técnicos, empíricos e teórico-científicos etc. Essa diversidade são instrumentos que servem para canalizar as experiências, trazer os conhecimentos da vida para a escola e, assim, proporcionar a construção de novos conhecimentos com intervenção na realidade. Por isso, a alternância compõe um projeto educativo sistêmico e complexo porque o mesmo contém componentes interdependentes em constante interação. Esta interação propicia um equilíbrio, mas é um equilíbrio em movimento. Como um sistema aberto, a alternância vai se enraizando nas culturas dos povos do campo, dos sujeitos que dela participam. Estas características permitem que a “Pedagogia da Alternância” se torne um sistema **ativo, dinâmico e inacabado**. É um projeto educativo que caminha tendo como pressuposto um movimento participativo, envolvendo famílias, comunidades, entidades e profissionais em vários países (BEGNAMI, 2006).

A relação entre alternância e formação de professores do campo se torna uma proposta interessante levando em conta os benefícios dessa pedagogia e a comunidade atendida, pois ela pretende proporcionar uma série de vantagens às escolas do campo. No que tange à formação de professores, podemos observar dois argumentos básicos para sua utilização: no ‘âmbito escolar’, ela propicia um espaço privilegiado



de integração entre as experiências das comunidades com o currículo que parte da realidade e valoriza os saberes locais, estimulando a autonomia dos estudantes; e, no ‘âmbito familiar na comunidade’, a alternância permite a manutenção dos vínculos das pessoas com as suas famílias e parentelas, pois o estudante, além de poder atuar perto da sua família, proporciona a atuação em favor da coletividade da comunidade, reconhecendo e valorizando os saberes locais (CAMACHO; KNAPP, 2016).

Dessa maneira, a “Pedagogia da Alternância” vem ao encontro dos objetivos da Educação do Campo. A intenção é criar uma relação entre teoria e prática em que os educandos não se desvinculem do modo de vida de origem, pois a relação entre trabalho, cultura e a vida, com a educação, apesar de serem relações interdependentes, elas foram historicamente separadas. A educação até hoje desvinculou o conhecimento teórico das relações que compõem o modo de vida como família, terra, trabalho, cultura etc. A alternância cumpre os objetivos estabelecidos pela Educação do Campo de não se separar: a Militância, do Processo Ensino-Aprendizagem; o Conhecimento Popular, do Conhecimento Técnico-Científico; e a Teoria, da Prática (CAMACHO, 2014).

Esta prática pedagógica privilegia a construção coletiva, o diálogo como ferramenta de constituição do discurso e das ações, considerando a capacidade que os sujeitos têm para tomar decisões, planejar e orientar suas ações. Nesta experiência, os sujeitos aprendem, incorporam **hábitos e habilidades** do modo de agir coletivo. A participação em assembleias, em reuniões, a participação ativa em sala de aula fazem parte da rotina da vida coletiva. A responsabilidade de gestão, de tomada de decisão e de organização do espaço educacional é compartilhada com os sujeitos-educandos, gerando comportamentos e condutas novos e mais críticos (ANTUNES-ROCHA *et al.*, 2010).

## 5 | A DISCIPLINA: GEO-HISTÓRIA E TERRITORIALIDADES EM MATO GROSSO DO SUL

A disciplina “Geo-História e Territorialidades de Mato Grosso Do Sul”, tem como objetivo compreender os processos Geo-Históricos e os diálogos e conflitos de territorialidades diversas em Mato Grosso do Sul. Pretendemos construir com os estudantes o entendimento das diferentes territorialidades existentes no campo em Mato Grosso do Sul, com destaque para camponeses (tradicionais e assentados da reforma agrária), quilombolas e indígenas, e suas conflitualidades com o desenvolvimento do capital no campo sob a forma do agronegócio.

A metodologia foi aula expositiva e dialogada; leitura e discussão de textos; debates em grupos a partir de textos lidos; sistematização de ideias a partir de produção textual e de imagens; debate a partir de documentários; slides com imagens e fotos; leitura e interpretação de mapas, gráficos e tabelas.



Com relação às aulas expositivas e dialogadas, lemos e debatemos em sala de aula a questão da geo-história e territorialidades de MS a partir de alguns textos principais. A seguir, vamos relatar quais eram os textos e que discussões relevantes traziam para contribuir com a formação dos educadores do campo.

A partir de Moraes (2000), em seu texto: Bases da Formação Territorial do Brasil, discutimos o processo de colonização do Brasil, as estratégias de Portugal para expandir seu domínio sobre o território brasileiro e alguns movimentos de resistência territoriais que criaram territórios autônomos ao poder de Portugal, entre eles, os **Territórios das Missões**, no Sul do país, hoje estado do Rio Grande do Sul, que marca a resistência indígena e o **território do Quilombo dos Palmares**, que localizava-se na Serra da Barriga, na então Capitania de Pernambuco, atualmente, município de União dos Palmares, no estado de Alagoas, que marca a resistência Quilombola. Com isto concluímos que o processo de produção do território brasileiro é um processo marcado pela colonização imposta, mas também, pelas resistências dos povos.

A partir dos livros “(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe” (ALMEIDA, 2006) e “A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar” (ALMEIDA, 2008), pudemos discutir a construção do território Sul-mato-grossense a partir do debate da **Questão Agrária**. Entender como ocorreu o início da luta camponesa pela terra no estado que deram origem aos assentamentos. Nestes textos, muitos estudantes se identificaram como parte do processo. Muitos participaram destas lutas ou seus pais fizeram parte do mesmo. Alguns sujeitos das pesquisas são conhecidos ou familiares dos estudantes da LEDUC. Entender a Geo-História do estado por meio da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses contra o latifúndio e pela construção seus territórios, dá elementos para os estudantes entenderem o campo na perspectiva da Educação do Campo.

Com os textos de Melo e Nardoque (2014), “As manifestações em Mato Grosso do Sul e a relação campo-cidade” e de Camacho (2012), “A Insustentabilidade Social e Ambiental do Agronegócio: a Territorialização do Complexo Celulose-Papel na Região Leste de Mato Grosso do Sul”, discutimos o campo Sul-mato-grossense na atualidade. Como que a territorialização do agronegócio (cana, soja e eucalipto) tem se sobreposto a outros modos de vida (indígenas, camponeses e quilombolas) e tem impactado estas comunidades de diferentes maneiras, seja pelo uso dos agrotóxicos, matando plantas, animais, contaminando a água e afetando a saúde das pessoas, ou pela superexploração do trabalho. E, por outro lado, como que estes sujeitos têm resistido e se manifestado contra a territorialização do agronegócio no estado, e pela construção dos territórios não capitalistas: da vida, do trabalho, da cultura, da educação, da economia solidária, da agroecologia etc.

Com relação à **Questão Indígena** trabalhamos com os textos do Antonio Brand (2004), “Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS”; Brand et al. (2005), “Território e Sustentabilidade entre os Kaiowá e Guarani no Mato

Grosso do Sul”, Mizusaki (2011), “O ‘agrobandidismo’ e as disputas territoriais em Mato Grosso do Sul” e o Documentário: “À Sombra de um Delírio Verde”. Discutimos o processo de perda dos territórios dos Guarani e Kaiowá e, conseqüentemente, seu confinamento em reservas, e, atualmente, suas lutas pela retomada dos seus territórios tradicionais. Buscamos compreender os impactos que estes sujeitos sofreram historicamente com a territorialização do latifúndio e do agronegócio e os conflitos territoriais envolvidos neste processo: perdas de seus territórios, mudanças em seu modo de vida, violência sofrida na luta pelas retomadas: ameaças de morte e assassinatos das lideranças etc.

Com o texto, “A Invisibilidade das Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul” (SOUSA, 2016) e a notícia “INCRA reconhece área da comunidade quilombola Picadinha/MS” (2016), discutimos a **Questão Quilombola** no Estado. Buscamos entender historicamente o direito territorial destes povos e como a constituição federal lhes assegura o direito a terra. Todavia, ressaltamos o não reconhecimento destes sujeitos por parte da sociedade, ainda que estejam tão próximos a nós, como o território quilombola Picadinha que está localizado cerca de 10 km do campus II da UFGD.

Como atividade avaliativa, cada grupo apresentou em forma seminário a história de formação do seu território: assentamento ou aldeia e sua condição atual: educação, produção agrícola, problemas estruturais, cultura, meio ambiente etc. Com este seminário, os educandos puderam compartilhar informações a respeito de onde moram, comparando as diferenças e semelhanças no que diz respeito ao processo histórico de formação, organização territorial, paisagem, conflitos e os desafios na atualidade para superação das problemáticas sociais e ambientais inerentes a sua realidade. Também, puderam entender-se enquanto sujeitos produtores de seus próprios territórios, assim como seus futuros educandos.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de fundamental importância que as universidades possam formar educadores-professores preparados para compreender a realidade do campo. Temos a necessidade urgente de pensar os direitos dos sujeitos concretos com suas especificidades: classe, culturais, identitárias, territoriais, gênero, étnicas ou raciais. Isto significa pensar em políticas focadas nessas especificidades. O caso da formação de professores-educadores das escolas do campo é uma formação específica que se faz necessária para garantia dos direitos nas especificidades territoriais de seus povos.

A disciplina “Geo-História e Territorialidades de Mato Grosso Do Sul”, que teve como objetivo compreender os processos Geo-Históricos e os diálogos e conflitos de territorialidades diversas em Mato Grosso do Sul, pretendeu construir com os estudantes o entendimento das diferentes territorialidades existentes no campo em Mato Grosso do Sul, com destaque para camponeses (tradicionais e assentados da reforma agrária), quilombolas e indígenas, e suas conflitualidades com o

desenvolvimento do capital no campo sob a forma do agronegócio. Propiciando aos futuros educadores do campo compreender diferentes problemáticas presentes no campo para pensar os projetos político-pedagógicos das escolas do campo, por isso, a importância da inserção dessa temática no currículo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (Org.). **A questão agrária em Mato grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2006.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: UNESP, 2006.
- ANUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida. Tempo Escola e Tempo Comunidade: territórios educativos na Educação do Campo. In: ANUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Territórios Educativos na Educação do Campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. P. 21-36. (Caminhos da Educação do Campo, 5).
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 09 jul. 2012.
- ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 7-18.
- BEGNAMI, João Batista. Pedagogia da Alternância como Sistema Educativo. **Revista da Formação por Alternância**, Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, ano 01, v. 01, n. 02, p. 24-47, jul. 2006.
- BRAND, Antônio Jacó; COLMAN, Rosa Sebastiana; SIQUEIRA, Eranir Martins. Território e Sustentabilidade entre os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 23, Londrina, 2005. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005.
- BRAND, Antonio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. **Revista Tellus**, Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr. 2004.
- BRASIL. INCRA. **INCRA reconhece área da comunidade quilombola Picadinha/MS**. 02 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/incra-reconhece-area-da-comunidade-quilombola-picadinham>>. Acesso em: 01 jun. 2017.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. A Insustentabilidade Social e Ambiental do Agronegócio: a Territorialização do Complexo Celulose-Papel na Região Leste de Mato Grosso do Sul. **Revista Científica ANAP Brasil**, v.5, p.01 - 18, 2012.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. 806 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.
- CAMACHO, Rodrigo Simão; KNAPP, Cássio. A formação de educadores dos povos do campo em alternância: *TEKO ARANDU* e LEDUC In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DA GRANDE DOURADOS, 2, 2016, Dourados - MS. **Anais...** Dourados - MS: UFGD, 2016.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e

território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-40.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

GIMONET, Jean-Claude. Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de educação e de orientação. In: União Nacional das Escolas Agrícolas do Brasil. **Pedagogia da alternância**: alternância e desenvolvimento. Salvador: UNEFABE, 1999. P. 39-49.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MELO, Danilo Souza; NARDOQUE, Sedeval. As manifestações em Mato Grosso do Sul e a relação campo-cidade, **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, n. 73, jan. 2014.

MIZUSAKI, Márcia. Y. O ‘agrobandidismo’ e as disputas territoriais em Mato Grosso do Sul. *Jornal O Progresso*, Dourados, 23 nov. 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Bases da Formação Territorial do Brasil. **Revista Geografares**, Vitória, n. 2, jun. 2000.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Pedagogia da resistência cultural: um pensar a educação a partir da realidade campestre. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 8, 2003, Goiás. **[Trabalhos apresentados]**, [S.L: s.n.], p. 1-11. Mimeografado.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território. In:\_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-158.

SOUSA, Nayhara Almeida de. **A Invisibilidade das Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<http://geraufms.blogspot.com.br/2013/04/a-invisibilidade-das-comunidades.html>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

SOUZA, Maria Antônia de; BELTRAME, Aparecida Branco. Educação do campo, movimentos sociais e políticas públicas. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 84-94. (Série NEAD Debate, 20).

UFGD. FAIND. **Curso de Licenciatura em Educação do Campo** - Habilitação em Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Projeto Pedagógico Curricular, Dourados: [s.n], 2014.

## O CARÁTER POLÍTICO DO DISCURSO SOBRE O ENSINO: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO CRÍTICA E INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO

**Carlos Marcelo Maciel Gomes**

Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Universidade  
Federal de Sergipe (UFS)

São Cristóvão – Sergipe, Penedo – Alagoas

**Márcio dos Reis Santos**

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Aracaju – Sergipe

**RESUMO:** todo discurso sobre/na educação carrega um conteúdo social e político, expressando determinado projeto de sociedade, todavia, a negação deste caráter político transfere para as questões burocráticas e instrumentais toda carga que direciona um debate. A centralidade da relação capital-trabalho influi na educação de modo a interiorizar como próprias, as metas do capital, reforçando a separação entre o fazer e pensar no ensino-aprendizagem, que no contexto de crise estrutural possibilita a construção de ajustes via reforma. O conjunto de valores que integram a Reforma do Ensino Médio expressa um projeto político não só pelo que o projeto trata, mas também pelo que deixou de tratar e pelo modo como se implanta tal reforma, como observado no Brasil e em Sergipe. Ao analisarmos as bases discursivas de tal reforma, observamos grandes desafios institucionais para uma escola e uma ciência que se propõem explicar as contradições do real e colaborar com uma formação crítica. A produção de conhecimento

científico não pode se separar do dia-a-dia da sala de aula, contudo, caminhamos para um descolamento do discurso face ao real alimentado por um projeto que defende uma suposta neutralidade, acredita-se ser apolítico, prega o ensino reduzido ao instrumental, a burocracia autoritária e estimula ou permite a criminalização da ciência e dos docentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma do Ensino. Discurso. Educação.

### 1 | O DISCURSO POLÍTICO NA EDUCAÇÃO COMO PROJETO DE SOCIEDADE

Toda dinâmica encontrada numa sala de aula expressa um conjunto de valores sociais historicamente produzidos, assim como reflete a perspectiva direcionada em cada teoria científica engendrada em seu contexto. Em geral, o ensino reflete a produção e reprodução social do conhecimento, que não pode ser descolado da produção e reprodução da existência, como apontado por Marx (2007) e Mészáros (2006), e suas implicações nas relações sociais e mediações.

Embora haja uma aparente separação entre produção científica e a rotina da sala de aula no ensino médio, toda forma de produzir e socializar o conhecimento científico constitui

uma mediação necessária para qualquer projeto de sociedade, pois requer uma *práxis* projetada em um fazer e pensar socialmente realizado.

Todo projeto de sociedade que busque o desvelamento de fenômenos ou de problemas a serem resolvidos deve engendrar uma ciência nesta perspectiva, com uma reprodução do conhecimento alinhada a tal concepção. Todo projeto de educação integra um projeto de sociedade. Pensar em um ambiente escolar que busque a universalização do conhecimento, como princípio democrático e humano, requer esforços que escapam a sala de aula, do mesmo modo que pensar uma sociedade que combata substancialmente a desigualdade requer uma ciência e uma escola autônoma e crítica.

Tais dimensões que influem para a sala de aula permitem fazermos uma leitura mais aprofundada, além de analisarmos a função social do discurso, especialmente o da neutralidade na escola. Conforme Bakhtin (2009), o discurso é polifônico, com a presença de várias vozes no interior de um discurso, inter-relacionado. Neste sentido, todo discurso é social e expressa uma concepção de mundo.

A construção de um discurso sobre a educação não ocorre de modo individual ou isolado, mas é produto histórico e fruto das tensões entre classes e grupos, não sendo isento de valores e ações, conscientes e inconscientes, que endossam ou negam determinados projetos de sociedade. Portanto, todo discurso é, além de social, político.

Tratando da Gestão Produtiva, Taylor (1856-1915), famoso engenheiro conhecido por introduzir o conceito da chamada Administração Científica, afirmou:

Um dos primeiros requisitos para um homem ser apto a lidar com ferro-gusa como ocupação regular é que ele deve ser tão estúpido e tão fleumático que mais se assemelhe no seu quadro mental a um boi (...). Ele é tão estúpido que a palavra 'porcentagem' não tem qualquer significado (*apud* MÉSZÁROS, 2006).

O enunciado acima expressa uma determinada concepção de educação, que por sua vez é reflexo de um determinado projeto de sociedade. A formação sugerida ao trabalhador industrial se limitaria ao trabalho manual, repetitivo e com forte submissão, que seja suficiente para a execução da atividade destinada sem a possibilidade de refletir sobre sua condição e mundo.

Paulo Skarf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP), escreveu em 2013:

Num ano em que o Sesi-SP vai inaugurar 70 novas escolas, equipadas com os mais modernos laboratórios de química, física e informática, com bibliotecas, quadras poliesportivas, boa alimentação, área de lazer, além de um bom material didático e ensino em tempo integral, não é possível evitar a comparação com o que está ocorrendo com as escolas públicas: depredações, violência, abandono, desistência por parte dos professores e falta de treinamento e capacitação dos profissionais (disponível em <<http://www.fiesp.com.br/tag/rede-bom-dia/>> e <<http://www.fiesp.com.br/>>).



Tal enunciado sustenta um projeto de educação funcional às indústrias e suas entidades (que defendem a reforma trabalhista, previdenciária e ajustes fiscais públicos com cortes no orçamento), ao passo que critica a escola pública por problemas considerados próprios (e não sociais, a exemplo da violência), mas que se intensificam com o corte do orçamento, e por ausência de qualificação dos profissionais da educação, responsabilizando-os, sustentada na compreensão de formação limitada a um treinamento e capacitação destinada à execução de tarefas.

Deste modo, todo discurso carrega um conteúdo social e político, não neutro, inscrita em um projeto de mundo. O discurso sobre/na educação acaba se constituindo uma expressão de certo projeto de sociedade, seja na defesa da universalização do conhecimento, da problematização da realidade para reflexão crítica e possíveis soluções, do ensino livre, gratuito e público; assim como a negação de todas essas bandeiras. Portanto, todo discurso que trate a educação, pode representar interesses de determinado grupo social.

A tônica nos discursos supracitados se baseia em pensar uma educação ajustada e limitada a execução de atividades reguladas por um modo econômico, sob a lógica socio-metabólica do capital, alicerçada na separação entre fazer e pensar. A centralidade da relação capital-trabalho influi na educação de modo a interiorizar como próprias, as metas do capital. Assim, a defesa de um ensino instrumental tem sido tratada como tema central.

Para Mészáros (2006) não existe qualquer atividade humana da qual se possa excluir a intervenção intelectual. Contudo, ao separar o fazer e pensar a partir da divisão social do trabalho, concebe-se um modelo educacional que reforça a própria desigualdade que tanto a educação se faz crer combater.

A separação entre o trabalho físico e intelectual permitiu, como analisa Marx (2007), uma autonomização da “consciência”, pois o pensamento se descola da prática, isto é, as representações podem se desprender do real, ao ponto que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual” (MARX, p. 47, 2007).

O domínio material e o pensamento hegemônico não podem ser questionados com uma ciência e um projeto de educação baseados na censura, sendo assim estéreis. É preciso expor o conteúdo político dos discursos sobre a educação, revelando a perspectiva de classe e sua relação com a divisão social do trabalho sustentada na alienação, que incapacita o pleno desenvolvimento humano ao limitar o ensino-aprendizado e impossibilita a construção de uma (auto)crítica do projeto de sociedade hegemônico.

Retornando ao ponto inicial do tópico, a sala de aula no ensino médio e a construção da ciência devem se inter-relacionar e ambas são pensadas a partir

de uma concepção de mundo. Contudo, o caráter político na educação tem sido desconsiderado nos debates nas escolas e outras instituições. Tal lacuna vem sendo ocupada pela discussão sobre o modelo de gerenciamento burocrático e eficiência do ensino instrumental, como solução dos problemas escolares, sobretudo na esfera pública. A negação do caráter político nos discursos sobre a educação brasileira revela o teor ideológico através do ocultamento e da ignorância das bases que formam as diferentes concepções de educação.

Existem dois movimentos na construção da ciência (incluindo a geográfica) que, mesmo separados, vem colaborando com o discurso de desprestígio das ciências humanas, dificultando a construção do debate crítico na escola e na ciência: 1 - quando a realidade é tomada enquanto autoexplicativa, clara, transparente e racional e a sociedade é tomada como ordenada, natural e tende a imposição por um “consenso” criado; 2 – quando o discurso representa a própria realidade, quase que se confundindo, desautorizando a ciência nos debates e supervalorizando o senso comum.

O positivismo aliado ao projeto de modernidade (HARVEY, 2008) permite uma ciência voltada para o pragmatismo e a eficiência produtiva, muitas vezes utilizando a natureza para justificar a realidade, assim, naturalizando. Por outro lado, a chamada pós-modernidade (*idem*, 2008) e suas derivações criticam a metateoria ou metanarrativa como explicativas da realidade, por vezes utilizando a cultura para justificar a realidade. Ambos abandonam a história para explicação do mundo (EAGLETON, 2005).

Na Geografia, por exemplo, temos observado a influência da chamada Pós-Colonialidade, inclusive nos eventos científicos. Propõem-se um “novo” paradigma, mas retornando aos métodos clássicos como a descrição e classificação. Tal perspectiva vem negando categorias universais como “classe”, “capital” e a própria totalidade, por conseguinte, atacando o marxismo, tido como homogêneo e superado. Também nesta área, podemos ainda destacar a manutenção por parte de alguns pesquisadores de uma concepção de “ciência natural”, tratando o espaço enquanto absoluto ou simples palco de ações. Tal perspectiva ainda reproduz pressupostos da geografia clássica, ora incorporando a técnica como neutra, ora negando a totalidade em função de microescalas.

A imposição de um ensino instrumental na primazia da técnica e no discurso da neutralidade, sustenta um discurso de banalização das ciências humanas, inviabilizando a Geografia como disciplina capaz de explicar o caráter social e político da dinâmica espacial, intensificando a criminalização da crítica e da prática docente.

Neste sentido, projetos de educação no ensino médio acabam expressando de modo consciente ou não posições políticas que no contexto de crise estrutural possibilita a construção de ajustes funcionais e instrumentais ao capital através de uma racionalidade considerada neutra e apolítica, mas que é imposta de forma autoritária, como observado na Reforma do Ensino Médio, aumentando as contradições e os desafios para uma formação integral e crítica que corresponda aos anseios da sociedade.

Assim, todo um conjunto de valores defendidos por determinados grupos sociais, declarados conservadores e/ou liberais, modelaram os debates para o ensino brasileiro nos últimos anos. Assistimos a ascensão de projetos na perspectiva do ensino instrumental funcional ao mercado, do descrédito de professores taxados como doutrinadores, da superioridade do senso comum sobre o científico (este tratado como autoritário) e da hierarquia burocrática como solução, já que qualquer tema estrutural que discuta publicamente o projeto político da educação brasileira é tratado como “ideológico”. Neste sentido, a proposta de Reforma do Ensino Médio expressa um conteúdo político não só pelo que o projeto trata, mas também pelo que deixou de tratar e pela forma como se implanta.

## **2 | A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E A PROPOSTA DO ENSINO INTEGRAL EM SERGIPE**

Sobre as mudanças no ensino médio a partir da reforma divulgada sob forma de Medida Provisória nº 746, no dia 24 de setembro de 2016, convertida posteriormente na Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, apontamos alguns pontos cruciais que põem diretamente em xeque a qualidade do ensino no Brasil.

A previsão da reforma é de que haja um aumento da carga horária do ensino médio de 800 horas/ano para 1,4 mil horas/ano, exigindo assim o turno integral. À época, o então ministro da educação, Mendonça Filho, anunciou um investimento de R\$ 1,5 bilhão para a expansão do ensino em tempo integral.

No tocante às disciplinas, com a reforma, serão obrigatórias todas as 13 disciplinas apenas no primeiro ano e metade do segundo. No restante do ensino médio, os estudantes poderão escolher as disciplinas da área pela qual tenham mais interesse - com exceção de português, matemática e inglês, que continuam obrigatórias. Além disso, as disciplinas estão organizadas em cinco áreas de conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino técnico). A depender da área escolhida, o estudante poderá ou não ter maior ênfase de estudos nas disciplinas obrigatórias. É importante considerar que as escolas não são obrigadas a ofertar as cinco áreas, portanto, caso um estudante de determinada escola optar por cursar uma área de conhecimento não ofertada por sua escola, ele se vê, então, obrigado a mudar de escola.

Um outro ponto conflitante na Reforma do Ensino Médio diz respeito ao “notório saber”, que nada mais é do que a permissão para que os entes da Federação possam contratar profissionais não formados em área específica de qualquer disciplina, mas que tenham reconhecido o seu “notório saber” em relação aos temas abordados por estas. Essa permissão surge como pretexto para suprir a falta de professores que deve ocorrer no ensino integral, por exemplo. O detalhe que não há definição pelo Governo Federal sobre o que seja “notório saber”. Cada estado deve definir o que é e

que tipo de profissionais poderá como professor no ensino médio.

A partir do início de 2017, o Governo Estadual de Sergipe começou a implementar o modelo de ensino médio integral em escolas da rede pública estadual, e este processo, que surge no bojo de uma proposta de reforma do ensino médio, tem provocado uma série de debates, questionamentos e manifestações em todo o estado.

Um dos pilares do discurso propagado pela Secretaria do Estado da Educação de Sergipe – SEED para justificar este processo é a indicação no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, da ampliação do ensino médio integral em todo o país, chegando no mínimo à metade do ensino básico até 2024. Segundo o PNE, conforme consta em sua meta 6, o Estado deverá “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos(as) alunos(as) da educação básica.” (BRASIL, p. 59). Para atender a essa meta estão previstas nove estratégias, das quais fazemos menção às duas primeiras que apontam, respectivamente, para a promoção da oferta de educação básica pública em tempo integral por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, com o objetivo de garantir que o tempo diário de permanência dos alunos nas escolas seja de sete horas, contando com a ampliação progressiva da jornada de trabalho de professores em somente uma escola; e para a construção de escolas adequadas para o atendimento em tempo integral. (*idem*, p. 60).

O confronto de ideias a respeito da implantação do ensino integral nas escolas de Sergipe tem sido intenso, e as contradições do projeto afloram à medida em que o Estado avança em suas ações sem o diálogo necessário com todas as esferas da educação no estado, investindo num processo que, para a sociedade sergipana e, especialmente as comunidades escolares, torna-se confuso, mal conduzido e repleto de interrogações.

A Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEED) justifica suas ações afirmando que foram feitos estudos nas comunidades para que fosse compreendida a demanda de cada uma delas e, assim, a implantação do ensino integral fosse direcionada àquelas cujas demandas apontassem essa necessidade. Inclui com a indicação de que o governo estadual pretende se isentar do atendimento do ensino fundamental, repassando toda a responsabilidade por esta modalidade de ensino às prefeituras municipais. A municipalização das escolas da rede pública estadual já foi iniciada, conforme relatos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE: “Aquidabã: Professoras e Professores da Escola Estadual Milton Azevedo dizem não a municipalização” (disponível em: <<http://www.sintese.org.br/index.php/educacao/rede-estadual/7130-aquidaba-professoras-e-professores-da-escola-estadual-milton-azevedo-dizem-nao-a-municipalizacao>>); e “SEED quer entregar quase metade das escolas estaduais à prefeitura de São Cristóvão”. (disponível em: <<http://www.sintese.org.br/index.php/educacao/rede-estadual/7554-seed-quer-entregar-quase-metade-das-escolas>>

estaduais-a-prefeitura-de-sao-cristovao>). O sindicato, além de denunciar e mobilizar professores e estudantes, aponta para a possibilidade de grande evasão do ensino médio, em virtude das ações da SEED que desconsideram efetivamente as realidades de cada comunidade.

Um grave ponto da implantação do ensino integral é o fato de que a maioria das escolas não possui infraestrutura adequada para receberem esta modalidade de ensino. Sabe-se que para a implantação as escolas precisam, em tese, atender a pré-requisitos estabelecidos pelo Ministério da Educação – MEC, publicada no Diário Oficial em 11 de outubro de 2016. As recomendações para infraestrutura das escolas, segundo Anexo IV da Portaria 1.145 do MEC são: 1. Espaços Administrativos: Almoxarifado; Circulação; Coordenação; Diretoria; Secretaria; Sala dos professores; sanitários adultos: masculino e feminino. 2. Espaços Pedagógicos: Biblioteca - 50 m; Informática; Laboratório - 60 m; Circulação Salas de aula (12) - mínimo 40 m<sup>2</sup> cada; sanitário masculino - 16 m; sanitário feminino - 16 m. 3. Espaços Esportivos: Quadra poliesportiva - 400 m; Vestiário masculino - 16 m; Vestiário feminino - 16 m. Observação: Caso a escola não tenha quadra, deverá demonstrar onde as atividades esportivas serão realizadas. 4. Espaços para Serviços: Área de Serviço externa: Central GLP (Gás); Depósito de lixo; Pátio de serviço; Circulação; Depósito de material de limpeza; Despensa; Cozinha - 30 m<sup>2</sup>; Bancada de preparo de carnes, guarnições e preparo de legumes e verduras; Bancada de preparo de sucos, lanches e sobremesas; Bancada de lavagem de louças sujas; Área de Cocção; Balcão de passagem de alimentos prontos; Balcão de recepção de louças sujas; Vestiário com chuveiro e sanitário para funcionários; Observação: Caso a escola não tenha cozinha, deverá apresentar alternativas para terceirização da alimentação. Pátio coberto - espaço de integração entre diversas atividades e faixas etárias, onde se localiza o refeitório. (disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49121-port-1145-11out-pdf/file> >).

Tais pré-requisitos foram “recomendados” para que fosse feita a escolha das escolas que receberiam o ensino integral. O que se vê é que a existência dos pré-requisitos de infraestrutura não foi considerada em sua plenitude.

A maioria das escolas no estado de Sergipe não atende ao previsto pelo Ministério da Educação (MEC) para poderem receber o ensino médio integral. Ocorreram casos em que, para que o ensino médio fosse implementado em determinadas escolas, as informações acerca das suas infraestruturas foram alteradas no sistema do MEC. Assim, escolas que não possuíam, de fato, quadra, vestiário e cozinha, constavam no sistema como escolas que possuíam tais pré-requisitos, sendo assim, estariam, portanto, aptas a receber o ensino integral sem nenhum problema ou pendência de infraestrutura. Fatos como este foram sendo desmascarados pelos próprios professores e estudantes ao iniciarem o embate contra as ações do Estado e tomarem conhecimento dos documentos que fazem parte de todo o processo.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as bases discursivas que colaboram com o descrédito dado a ciência no Ensino Médio, especialmente as ciências humanas, observamos grandes desafios institucionais para uma escola e uma ciência que se propõem explicar o caráter social e político e suas contradições. Chamamos atenção para projetos como a “Escola sem Partido”, que mesmo sem uma força de lei se materializa nas práticas de criminalização da crítica e dos próprios docentes, fundindo-se aos discursos da neutralidade, do apolítico, do ensino reduzido ao instrumental e da necessidade de um gerenciamento burocrático autoritário como solução para os problemas educacionais.

A imposição autoritária de um projeto, sem o devido debate público e com os principais sujeitos, corresponde a uma incapacidade de entender o divergente. Para tal concepção, o próprio conflito é indigerível e precisa ser anulado através do simples ocultamento ou, nos casos mais graves, utilizando-se de censura e perseguições.

A forma como uma política educacional é implantada corresponde também a sua própria concepção de educação. A aplicação da Reforma do Ensino Médio no Brasil e em Sergipe permitiu uma leitura concreta do caminho escolhido pelos grupos que estão conduzindo a educação pública e suas prioridades. Não devemos esquecer que tais escolhas partem de uma determinada concepção de mundo e estão num dado contexto histórico e geopolítico.

A construção de um ensino com formação integral, crítica (livre) e com a contribuição das diversas disciplinas requer uma concepção de mundo humana e radicalmente contrária à lógica do capital, na contramão da naturalização da barbárie e do fundamentalismo. Deste modo, saberíamos com clareza que uma palavra como “intelectual” só poderia se tornar palavra-fruto de uma escola fundamentalista numa distopia como *Fahrenheit 451* (BRADBURY, 2012), não de uma concepção de educação que venha engendrar as políticas públicas educacionais para as próximas gerações. Seremos responsáveis à luz da história.

### REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 13ª ed., São Paulo, Hucitec, 2009.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. 2ª ed., São Paulo, Globo, 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125). “Atualizada em: 1/12/2014”.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. (Reforma do Ensino Médio) (Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)>).**

EAGLETON, Terry. **A Ideia de Cultura**. São Paulo, editora UNESP, 2005.



FIESP, Federação das Indústrias do estado de São Paulo. **Nós Investimos em Pessoas**. Disponível em <<http://www.fiesp.com.br/artigo/nos-investimos-em-pessoas/>>. Acesso em 01 de Agosto de 2018.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17° ed., São Paulo, Loyola, 2008.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo, Boitempo, 2007.

MEC, Ministério da Educação. Diário Oficial em 11 de outubro de 2016. **Portaria 1.145**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49121-port-1145-11out-pdf/file>>

*MÉSZAROS, István*. **A Educação Para Além do Capital**. São Paulo, Boitempo. Editorial, 2006.

SINTESE, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe. **Aquidabã: Professoras e Professores da Escola Estadual Milton Azevedo dizem não a municipalização**. Disponível em: <<http://www.sintese.org.br/index.php/educacao/rede-estadual/7130-aquidaba-professoras-e-professores-da-escola-estadual-milton-azevedo-dizem-nao-a-municipalizacao>>. Acesso em 12 de Julho de 2018.

SINTESE, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe. **SEED quer entregar quase metade das escolas estaduais à prefeitura de São Cristóvão**. Disponível em: <<http://www.sintese.org.br/index.php/educacao/rede-estadual/7554-seed-quer-entregar-quase-metade-das-escolas-estaduais-a-prefeitura-de-sao-cristovao>>. Acesso em 12 de Julho de 2018.

## AS ESPACIALIDADES DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM ARAGUAÍNA-TO (2017-2018): LIMITES E RECUOS

### **Antonio Jadson Rocha Sousa**

Universidade Federal do Tocantins (UFT),  
Câmpus Araguaína-TO

### **Vanda Balduino dos Santos**

Colégio Estadual Guilherme Dourado, Araguaína-  
TO

### **Antônia Alves dos Santos**

Centro de Ensino Médio (CEM) Paulo Freire,  
Araguaína –TO.

### **Agenor Neto Cabral da Cruz**

Faculdade Dom Orione e do Colégio Santa Cruz,  
Araguaína-TO

### **Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior**

Secretaria Municipal de Educação (SEMED),  
Araguaína-TO

### **Fátima Maria de Lima**

Universidade Federal do Tocantins (UFT),  
Câmpus Araguaína –TO

**RESUMO:** A reforma do ensino médio realizou-se através da Medida Provisória nº 746/2016 transformada na Lei nº 13.415/2017. A presente pesquisa tem como objetivo geral: compreender o processo de implantação da reforma do Ensino Médio em Araguaína-TO (2017-2018). Os objetivos específicos são: relatar as condições da implantação da reforma do Ensino Médio em Araguaína-TO de forma vertical; comparar a implantação dessa reforma em 02 (duas) Escolas Estaduais, em 01 (uma) Escola Confessional e em 01 (uma) Instituição

Federal, em Araguaína - TO; avaliar os limites e os recuos da reforma para o Ensino Médio nesta cidade, principalmente nas instituições em estudo; analisar o espaço reservado no currículo do Ensino Médio para o estudo da Geografia, nas instituições aqui pesquisadas. É um tema, que apresenta relevância acadêmica e social, tanto local quando nacionalmente. Trata-se de um Estudo de Caso, de tipo qualitativo e exploratório. Tem-se como resultado provisório desta investigação que a implantação da reforma do Ensino Médio em Araguaína-TO, ocorre de forma vertical, ou seja, via Ministério da Educação, Secretaria Estadual de Educação do Tocantins, Diretoria Regional de Ensino de Araguaína - TO e instituições de ensino, sem dialogar satisfatoriamente com a comunidade docente, contrariando assim, o princípio constitucional de gestão democrática da educação pública. Verificou-se também que uma das escolas estaduais encerrou a oferta de Ensino Médio, noturno. Esta pesquisa encontra-se em andamento, portanto, apresenta resultados preliminares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma. Ensino Médio. Currículo. Geografia.

**ABSTRACT:** The high school reform was carried out through Provisional Measure nº 746/2016 transformed into Law nº 13.415/2017. The present research has as general objective:

to understand the process of implementation of the High School reform in Araguaína-TO (2017-2018). The specific objectives are: to report the conditions of the implementation of the high school reform in Araguaína-TO vertically; compare the implementation of this reform in 02 (two) State Schools, 01 (one) Confessional School and 01 (one) Federal Institution, in Araguaína - TO; to evaluate the limits and setbacks of the reform for High School in this city, especially in the institutions under study; to analyze the space reserved in the curriculum of High School for the study of Geography, in the institutions researched here. It is a theme that presents academic and social relevance, both locally and nationally. This is a study case of a qualitative and exploratory nature. It is a provisional result of this investigation that the implementation of the high school reform in Araguaína-TO occurs vertically, that is, through the Ministry of Education, State Secretariat of Education of Tocantins, Executive Board of Education and educational institutions, without a satisfactory dialogue with the teaching community, thus contradicting the constitutional principle of democratic management of public education. It was also verified that one of the State Schools shutted down the offer of High School, at night. This research is in progress, therefore, presents preliminary results.

**KEYWORDS:** Reform. High school. Curriculum. Geography.

## 1 | INTRODUÇÃO

A reforma do ensino médio brasileira deu-se através da Medida Provisória (MP) nº 746/2016 (BRASIL, 2016), que foi transformada na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), em 16 de fevereiro de 2017. A rapidez na aprovação desta Lei e o seu processo de execução de forma vertical é algo questionável, o que demanda estudos sobre as suas espacialidades e suas especificidades, principalmente em Araguaína –TO que situa-se em uma das fronteiras agrícolas do agronegócio na região Norte do Brasil. Trata-se, portanto, de um tema de estudo, que apresenta relevância acadêmica e social, em termos locais e nacionais.

Tem-se como arcabouço teórico e metodológico autores/as como: Gentili (1995), Gentili; Silva (1999), Libâneo; Oliveira; Toschi (2003); Motta; Frigotto (2017), Ramos; Frigotto (2016), Saviani (2002) e Tocantins (2015), que abordam as reformas produtivas e seus reflexos nas políticas educacionais no espaço brasileiro e mundial e os documentos oficiais que tratam do assunto: Brasil (1988, 1996, 2014, 2016 e 2017).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa em andamento, que apresenta aqui, resultados provisórios desta investigação, que terá continuidade ao longo do ano letivo de 2019.

## 2 | OBJETIVOS

### 2.1 Objetivo geral

Compreender o processo de implantação da reforma do Ensino Médio na cidade de Araguaína-TO, em especial suas espacialidades e suas peculiaridades (2017-2018).

### 2.2 Objetivos específicos

Relatar as condições da implantação da reforma do Ensino Médio em Araguaína-TO.

Comparar a implantação desta reforma em 02 (duas) Escolas Estaduais, em 01 (uma) Confessional e em 01 (uma) Instituição Federal de Ensino, na cidade de Araguaína - TO (2017-2018).

Avaliar os limites e os recuos da reforma para o Ensino Médio em Araguaína – TO, principalmente nas instituições de ensino em estudo.

Analisar o espaço reservado no currículo para o ensino de Geografia, na etapa final da educação básica, nas instituições aqui pesquisadas (2017-2018).

## 3 | METODOLOGIA

Trata-se de um Estudo de Caso. Nele busca-se fazer um estudo qualitativo e exploratório (GIL, 2002). Para a realização deste estudo escolheram-se 04 (quatro) instituições de ensino, que ofertam Ensino Médio em Araguaína-TO (2017-2018). Entre elas, 02 (duas) são estaduais, sendo que, 01 (uma) delas, se encontra em processo de transformação para Escola de Tempo Integral, denominada aqui de Instituição “A”, e a outra, Estadual, que não funciona em tempo integral, nomeada nesta investigação de Instituição “B”. Um Colégio Confessional, denominado neste estudo de Instituição “C”. E, ainda, uma Instituição Federal denominada, para esta pesquisa, de Instituição “D”. A escolha destas instituições de ensino ocorreu devido às possibilidades de acesso para executar as pesquisas empíricas e documentais nelas.

Iniciou-se a pesquisa através de um levantamento documental e bibliográfico sobre o tema. Realizou-se pesquisa empírica, no período 30 de março a 18 de junho, nas instituições aqui elencadas. Realizou-se também, grupo de diálogos com docentes do Ensino Médio destas instituições de ensino, no período de 14 de maio a 18 de junho do corrente ano, no Campus de Araguaína-TO, acerca dos reflexos e implicações da reforma do Ensino Médio nessas instituições.

Portanto, de posse das fontes levantadas até o presente, fez-se esta análise provisória, através da escrita deste resumo expandido. Lembra-se, contudo que a pesquisa terá continuidade ao longo do ano letivo de 2019, momento em que se realizará uma análise mais densa da problemática levantada, com base nas fontes levantadas e consultadas.

## 4 | RESULTADOS PRELIMINARES

Tem-se como resultado provisório, que a implantação da reforma do Ensino Médio em Araguaína-TO, ocorre de forma vertical, ou seja, via Ministério da Educação (MEC), Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (SEDUC-TO), Diretoria Regional de Ensino de Araguaína - TO (DREA-TO) e instituições de ensino, com um ínfimo diálogo como a comunidade docente, contrariando assim, o princípio constitucional de gestão democrática da educação pública (BRASIL, 1988).

Verificou-se que nos Colégios Estaduais pesquisados, em especial no denominados de Instituição “B”, houve alteração na carga horária anual do curso de Ensino Médio regular de tempo parcial, isto é, das três séries do curso médio anuais. A carga horária total passou de 2480 horas anuais para 3000 horas anuais, ou seja, houve um aumento de 1000 horas anuais, para cada série do Ensino Médio, respectivamente sem, no entanto, ter ocorrido ampliação da estrutura física da escola, bem como contratação de novos/as docentes.

Já o Colégio Estadual, chamado aqui de Instituição “A”, encontra-se em processo de implantação do curso de Ensino Médio em regime de tempo integral. Ele aumentou sua carga horária total de 2480 horas anuais do ensino médio regular, ou seja, das três séries, para 5400 horas anuais para o curso de Ensino Médio em regime de tempo integral, que funcionará nos horários matutino e vespertino, respectivamente.

Constatou-se também que, na Instituição “A”, o curso de Ensino Médio em tempo parcial encontra-se em processo de encerramento e a carga horária das turmas, ainda em funcionamento foi alterada de 800 horas anuais para 1000 horas anuais. Esta instituição encerrou a oferta de Ensino Médio noturno e, conseqüentemente, não funciona neste horário, pois o horário noturno foi fechado.

Averiguou-se de forma provisória, que o Colégio Confessional, nomeado aqui de Instituição “C”, alterou sua carga de 3880 anuais, dividida entre as três séries do Ensino Médio anuais, para 4640 anuais. Percebe-se que a carga horária anual desta instituição, antes e após a reforma do Ensino Médio feita pelo MEC, já era superior e continua maior que aquela proposta pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017).

Verificou-se ainda que, na Instituição Federal, nomeada nesta pesquisa de Instituição “D”, encontra-se em um processo de debate sobre o currículo do Ensino Técnico, de nível médio integrado e subsequente.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revela-nos, preliminarmente, que a reforma do ensino em processo de implantação tende a reduzir a oferta de Ensino Médio nas Escolas Estaduais de Araguaína –TO. O que poderá afetar a oferta de Ensino Médio para os/as os jovens e adultos/as trabalhadores/as.

Em relação à Instituição Confessional, é interessante avaliar o seu currículo, antes e após a reforma do Ensino Médio para analisar os impactos que possam ter havido quando desta reforma.

A Instituição Federal requer um estudo sobre as concepções de Ensino Médio Técnico para entender como ela o define e como o MEC, o define para as escolas estaduais brasileiras.

Portanto, preliminarmente é interessante sinalizar que o fechamento de turmas de Ensino Médio noturno, das Escolas Estaduais, poderá contribuir para a diminuição do número de candidatos/as a ingressar no Ensino Superior, seja nas licenciaturas, seja nos demais cursos superiores, sobretudo na cidade de Araguaína-TO. Será que o Ensino Superior vai encerrar suas portas também?

Percebe-se, assim, que as metas do PNE (2014-2024) (BRASIL, 2014) e do PEE-TO (2015-2025) (TOCANTINS, 2015) para a Educação Superior e para a Educação Básica respectivamente, estão sendo prejudicadas devido à implantação da reforma do Ensino Médio na atualidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: **Palácio do Planalto**, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Alterada pela Medida Provisória Nº 746/2016. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: **Palácio do Planalto**, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 06 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. In: **Palácio do Planalto**, 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Convertida na Lei nº 13.415, de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. In: **Palácio do Planalto**, 2016. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017. Reforma do Ensino Médio. In: **Palácio do Planalto**, 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GENTILI, Pablo; SILVA (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**:



políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória Nº 746/2016 (Lei Nº 13.415/2017). In: **Educ. Soc.** Campinas, SP, v. 38, nº. 139, abr.-jun., 2017, p. 355 -372. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

RAMOS; Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória 746/2016: A Contra-Reforma do Ensino Médio do Golpe de Estado de 31 de agosto de 2016. In: **Revista HISTEDBR On-line.** Campinas, SP, n. 70, p. 30-48, dez. 2016 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649207>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

TOCANTINS. Lei n. 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências. In: **Diário Oficial** (Palmas, Estado do Tocantins), Ano XXVII, n. 4.411, 09 jul. 2015, p.2-22. Disponível em: < <https://central3.to.gov.br/arquivo/240524/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

## A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)

### **Osmar Oliveira de Moura**

Universidade Federal do Tocantins (UFT),  
curso de Licenciatura em Geografia, Câmpus  
Araguaína-TO

### **Fátima Maria de Lima**

Universidade Federal do Tocantins (UFT),  
curso de Licenciatura em Geografia, Câmpus  
Araguaína-TO

### **Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues**

Universidade Federal do Tocantins (UFT),  
curso de Licenciatura em Geografia, Câmpus  
Araguaína-TO

### **Patrícia Fonseca Dias Miranda**

Universidade Federal do Tocantins (UFT),  
curso de Licenciatura em Geografia, Câmpus  
Araguaína-TO

**RESUMO:** O tema gênero tem gerado tensões na política educacional brasileira, e narrativas conservadoras buscam silenciá-lo. Esta investigação tem como objetivo geral: conhecer a fundamentação dos discursos dos/as vereadores/as, que votaram favoravelmente à exclusão do debate de gênero do PME-TO (2015), bem como a dos/as religiosos/as que a apoiaram. Os objetivos específicos são: identificar as semelhanças e as diferenças nas justificativas apresentadas para excluir a questão de gênero dos Planos de Educação (2014 e 2015) e da BNCC (2017) e seus reflexos para os currículos da educação básica, especialmente

na cidade de Araguaína-TO; analisar as concepções de gênero dos/as vereadores/as e dos/as religiosos/as de Araguaína-TO, que foram contrários à inclusão do debate de gênero(s) nos currículos da educação básica. Justifica-se pela sua relevância acadêmica e social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória do tipo bibliográfica e documental. Tem-se como resultados preliminares, que a questão de gênero foi excluída do PME-TO (2015), a semelhança do que ocorreu no PNE (2014) e na BNCC (2017). Verificou-se também que as narrativas dos/as vereadores/as e religiosos/as, que se opuseram à inclusão de gênero do PME-TO (2015) são equivalentes e fundamentam-se nos discursos de proteção à família, no entendimento de gênero enquanto sinônimo de sexo e/ou de orientação sexual, e/ou de identidade sexual. Portanto, pode-se inferir, preliminarmente, que a exclusão da questão de gênero dos Planos de Educação e da BNCC (2017) foi de abrangência nacional e tem como um dos seus fundamentos o Escola “Sem” Partido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Gênero. Planos. BNCC.

**ABSTRACT:** Gender theme has caused tensions in Brazilian educational policy, and conservative narratives try to silence it. This research has as a general objective: to know

the validity of the councilors' speeches, who voted in favor of exclusion of the gender discussion in PMEATO (2015), as well as the religious people who supported it. The specific objectives are: to identify the similarities and differences in the justificatives presented to eliminate gender issues of the Education Plans (2014 and 2015) and BNCC (2017) and their consequences for the Elementary Education Curricula, especially in the town of Araguaína-TO; to analyze gender conceptions of the city councilors and religious people in Araguaína-TO, who opposed the inclusion of gender discussion in Elementary Education Curricula. This study is justified by its academic and social relevance. It is a qualitative exploratory research and a bibliographic and documentary search. The preliminary results point out to the exclusion of gender issues in PMEATO (2015), likewise to what happened in PNE (2014) and BNCC (2017). In addition, it was verified that the narratives of city councilors and religious individuals, who opposed the inclusion of gender issues in PMEATO (2015), are similar and are based on discourses of protection to the family, understanding that gender is synonymous of sex and/or sexual orientation or identity. Therefore, it can be inferred, preliminarily, that the exclusion of gender issues in Education Plans and BNCC (2017) was a national phenomenon and it is based on the idea of "No" Political Party at School.

**KEYWORDS:** Education. Gender. Plans. BNCC.

## 1 | INTRODUÇÃO

Política Educacional e gênero(s) em Araguaína-TO (2015-2017): diálogos silenciados?

O presente estudo busca investigar as narrativas de políticos/as e religiosos/as para justificar a exclusão do debate de gênero do texto do Plano Municipal de Educação de Araguaína-TO de 2015 - PMEATO/2015 (ARAGUAÍNA, 2015a) e suas mediações com as narrativas discursivas, que justificaram também a exclusão dessa questão do Plano Nacional de Educação de 2014 - PNE/2014 (BRASIL, 2014), bem como dos temas da Base Nacional Comum Curricular de 2017- BNCC/2017 (BRASIL, 2017).

Esta pesquisa tem como território de investigação as narrativas discursivas dos/as vereadores/as da Câmara Municipal de Araguaína-TO – CMA-TO, durante o processo de aprovação do PMEATO (ARAGUAÍNA, 2015a). A CMA-TO é composta por 17 (dezesete) vereadores/as (ARAGUAÍNA, 2016).

O espaço de abrangência do PMEATO (ARAGUAÍNA, 2015a) é o município de Araguaína-TO, que possui uma população de 150.484 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010 (IBGE, 2010). Araguaína faz parte do estado do Tocantins (TO), criado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) de 1988, através do desmembramento do norte do estado de Goiás.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória do tipo bibliográfica e documental, que se encontra em andamento. Sendo assim, apresentam-se aqui os

resultados preliminares desta investigação.

Portanto, a pesquisa bibliográfica e documental encontra-se em processo de fichamento e análise. Atualmente, elabora-se a revisão da literatura de autoras e autores como: Beauvoir (1970), Butler (2003), Foucault (1984), Guedes (1995), Louis (2006), Scott (1995) e outros/as sobre o conceito de gênero, bem como o levantamento das narrativas discursivas e de seus fundamentos teóricos para excluir a questão de gênero do território escolar, presentes em fontes documentais e jornalísticas.

## **2 | OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Conhecer a fundamentação dos discursos dos/as vereadores/as, que votaram favoravelmente à exclusão do debate de gênero do texto do PMEA-TO/2015-2025 (ARAGUAÍNA, 2015a), bem como a dos/as religiosos/as que a apoiaram.

### **2.2 Objetivos específicos**

Identificar as semelhanças e as diferenças nas justificativas apresentadas para excluir a questão de gênero dos Planos de Educação (2015) e da BNCC (2017) e seus reflexos para os currículos da educação básica, especialmente na cidade de Araguaína-TO.

Analisar as concepções de gênero dos/as vereadores/as e dos/as religiosos/as de Araguaína-TO, que foram contrários à inclusão do debate de gênero(s) nos currículos da educação básica.

## **3 | METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória do tipo bibliográfica e documental, em andamento. Em termos metodológicos encontra-se organizada em 03 (três) momentos. No primeiro momento elaborou-se um levantamento bibliográfico sobre o tema. No segundo momento levantou-se fontes primárias e secundárias, especialmente fontes oficiais e jornalísticas. O terceiro momento encontra-se em andamento, ou seja, trata-se da análise das fontes coletadas através da escrita de: fichamentos, relatórios, resumos e artigos científicos.

## **4 | RESULTADOS PRELIMINARES**

Verificou-se, como resultados preliminares desta investigação, que a questão de gênero foi excluída do PMEA-TO/2015-2025 (ARAGUAÍNA, 2015a), a exemplo do que ocorreu no Plano Nacional de Educação/2014-2024 (BRASIL, 2014) e na Base

Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017). Na pesquisa documental que será ampliada, foram identificadas fontes jornalísticas e oficiais que revelam a exclusão desse debate do PME-TO (ARAGUAÍNA, 2015a), a saber:

| Fonte                        | Tipo de documento          | Ano, número, local, dia, mês e página                | Título   | Conteúdo   |
|------------------------------|----------------------------|--|--|--|
| Ata manuscrita               | Ata da 8ª sessão ordinária | Araguaína, 23 de junho de 2015, p.62-72              | Ata da 8ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Araguaína - TO | Relata o processo de votação e de aprovação do PME-TO (2015), marcado pela exclusão do debate de gênero do seu texto.  |
| Jornal do Tocantins          | M a t é r i a jornalística | Ano 36, Nº 6486, Palmas, 26 de junho de 2015, p.7    | “Em Araguaína, PME também exclui”                                | Faz menção que o PME-TO (2015) substituiu o termo gênero, por sexo e excluiu ou substituiu as palavras gênero e diversidade no documento por outros termos.              |
| Jornal do Tocantins          | M a t é r i a jornalística | Ano 36, Nº 6488, Palmas, 28 de junho de 2015, p.2    | “Araguaína”  | Diz que o PME-TO (2015) recebeu duas emendas.  |
| Ministério da Educação (MEC) | Nota técnica (NT)          | NT, Nº 24 / 2015, Brasília, 12 de agosto de 2015     | “Nota técnica, nº 24/2015[...]”                                  | Reitera a importância dos conceitos de gênero e orientação sexual para o desenvolvimento das políticas e educacionais e do processo pedagógico.                          |
| Jornal do Tocantins          | M a t é r i a jornalística | Ano 36, Nº 6553, Palmas, 12 de setembro de 2015, p.6 | “ C o n s e l h o orienta inclusão de ‘gênero’ em planos”        | Informa que o Conselho Nacional de Educação (CNE) recomendou, em nota técnica, que os planos de educação sejam revistos para inserirem a questão de gênero em seu texto. |

Quadro 1- Fontes pesquisadas sobre o processo de aprovação dos Planos de Educação, especialmente de Araguaína-TO

Fonte: Pesquisa documental/ mar. /2018, Org.: Lima.F.M.

Na documentação pesquisada até o presente, em especial na Ata da 8ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Araguaína-TO, de 23 de junho de 2015, que aprovou o PME-TO (ARAGUAÍNA 2015a), verificou-se que participaram da votação 16 (dezesesseis) vereadores/as. Sendo que 08 (oito) vereadores votaram favoráveis à exclusão da palavra gênero do texto do PME-TO (ARAGUAÍNA, 2015a) e 06 (seis) vereadores/as votaram contrários/as à exclusão da questão de gênero do Plano. Houve 02 (duas) abstenções: a do vereador presidente da Câmara Municipal e de outro vereador. Ocorreu também a ausência de 01 (uma) vereadora que justificou sua ausência (ARAGUAÍNA, 2015b, p. 68).

Identificou-se também na Ata da 8ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Araguaína-TO (ARAGUAÍNA, 2015b), que nesta sessão houve a participação de religiosos/as: evangélicos e católicos, que pressionaram os/as vereadores/as para que

excluísem a dimensão de gênero da redação do PME-TO (ARAGUAÍNA, 2015a). Observou-se que a problemática de gênero foi identificada como uma ideologia, que colocava em risco o direito da família de educar seus/suas filhos/as, bem como colocava em risco crianças e adolescentes em relação à sua identidade sexual etc. Essa posição foi identificada também nos discursos dos/as vereadores que votaram favoravelmente à exclusão da temática de gênero. (ARAGUAÍNA, 2015b).

Verificou-se ainda que há diferença na compreensão do significado da questão de gênero nos discursos dos/as vereadores/as e religiosos/as de Araguaína-TO em relação às teóricas feministas, que trabalham essa temática. A polissemia da palavra gênero apesar de não ter sido identificada nos discursos dos/as vereadores/as e nem nos dos/as religiosos/as, influenciou, entretanto, o debate e percebeu-se que a complexidade do significado da categoria gênero foi sentida por eles/as. Contudo, limitaram os significados de gênero a uma questão moral que, segundo eles/as, serviria para confundir crianças e adolescentes em relação à sua identidade sexual. Sendo assim, nesta visão, seria prudente abster-se dela no teor do documento do PME-TO (ARAGUAÍNA, 2015a), para proteger, no seu entender, as crianças, os adolescentes e a família.

Em sentido diverso a essa perspectiva, Scott (1995, p. 73-86), entende gênero como “[...] uma categoria de análise [...]” e funciona “[...] como uma forma primária de dar significado às relações de poder [...]”, ou seja, entender como os papéis sociais foram impostos historicamente pela sociedade.

Já Butler (2003) entende gênero enquanto construção discursiva cultural, que não se limita ao sexo biológico. Ela critica a cultura heteronormativa e binária, que oprime mulheres, gays e lésbicas.

Percebe-se assim, que a questão de gênero é complexa e polissêmica. Então, para entendê-la faz-se necessário ter um conhecimento mínimo dessa multiplicidade de significados para não o limitar.

De acordo com as fontes levantadas até o presente, nesta pesquisa, percebeu-se que o debate favorável à exclusão da questão de gênero no PME-TO (ARAGUAÍNA, 2015a) teve o apoio de religiosos/as: católicas e evangélicas. Há relatos de vereadores que afirmam que consultaram líderes religiosos antes da votação. Esses políticos justificaram a exclusão desse debate como uma forma de defesa dos valores da família (ARAGUAÍNA, 2015b, p. 66-67).

Outro discurso, de um dos vereadores, revela-nos seu entendimento do debate de gênero como sinônimo de orientação sexual: “Eu acredito que, a orientação sexual é dever das famílias e, para as escolas, cabe a educação básica da criança.” (MENDES, 2015, p. 7). O que demonstra haver um equívoco em relação ao conceito desta categoria de análise.

Percebeu-se que ocorreram pressões das igrejas, tanto católica quanto evangélicas, alguns pais e professores, que defenderam o direito da família em continuar discutindo o ensino sobre sexualidade em casa (ARAGUAÍNA, 2015b).



Em relação à exclusão da temática de gênero do PME-TO (ARAGUAÍNA, 2015a) e suas mediações com o PNE (BRASIL, 2014) e a BNCC (BRASIL, 2017) são problemáticas, que serão desenvolvidas ao longo desta pesquisa, que encontra-se em desenvolvimento.

Portanto, esta pesquisa encontra-se em andamento e as considerações ora apresentadas são de caráter preliminar.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, em termos preliminares, verificou-se que as narrativas discursivas dos/as vereadores/as e religiosos/as, que se opuseram à inclusão da problemática de gênero no texto do PME-TO (ARAGUAÍNA, 2015a) são semelhantes e fundamentam-se nos discursos de proteção à família, no entendimento de gênero enquanto sinônimo de sexo e/ou de orientação sexual, e/ou de identidade sexual.

Percebe-se aqui que seus fundamentos e significados são diametralmente diversos do entendimento de autoras feministas como: Butler (2003) e Scott (1995), que definem a categoria gênero em termos gerais, como um território de poder, que possui múltiplos significados e que trata-se de uma construção cultural e não, biológica.

Verificou-se também semelhança nas narrativas discursivas dos/as vereadores/as e religiosos/as de Araguaína-TO, como as narrativas discursivas difundidas pelo Escola “Sem” Partido. (FRIGOTTO, 2017).

Portanto, é possível inferir, de forma provisória, que o movimento de exclusão da questão de gênero dos Planos de Educação e da BNCC/2017 (BRASIL, 2017) foi de abrangência nacional e tem como um dos seus fundamentos as narrativas do Escola “Sem” Partido, que advogam a neutralidade político-ideológica da ação pedagógica.

## REFERÊNCIAS

ARAGUAÍNA. Lei Municipal nº 2957, de 24 de junho de 2015. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação de Araguaína, Estado do Tocantins e dá outras providências. **Diário Oficial** (da cidade de Araguaína - Estado do Tocantins), Araguaína, Suplemento do Diário Oficial, n. 864, p. 1-29, 24 jun. 2015a. Disponível em: <<https://diariooficial.araguaina.tk/Arquivo/DiarioOficialSuplemento/pdf/5.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal da Cidade de Araguaína – TO. Ata da 8ª sessão ordinária. (manusc.). Araguaína, 23 jun. 2015b, **Livro de Atas**, p. 62-72.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Município de Araguaína – Tocantins**. Araguaína, 2016. Disponível em: <<http://araguaina.to.leg.br/a-camara/lei-organica-do-municipio/>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 12 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm)>. Acesso em: 10 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão [...]. **Nota técnica nº 24/2015** – CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>>. Acesso em: 10 jan.2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: 1ª versão.** Set. 2015. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: 2ª versão revista.** Abr.2016. Disponível em: <<http://historiadabncc.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. 3ª Versão** – Conteúdo em discussão no CNE. Texto em revisão. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Versão final.** Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Marcelo Santos. Araguaína. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 28 jun. 2015, Antena Ligada, Política, p.2.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: UERJ/ LPP, 2017.

GUEDES, M<sup>a</sup>. Gênero, o que é isso?. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 4-11, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v15n1-3/02.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Araguaína. **IBGE**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

JORNAL DO TOCANTINS. Conselho orienta inclusão de ‘gênero’. Sessão Educação. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 12 de setembro de 2015. Geral, p. 6.

LOUIS, Marie-Victoire. Diga-me: o que significa gênero?. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 711-724, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n3/a08v21n3.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2018.

MENDES, Gláucia. Em Araguaína, PME também exclui. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 26 jun. 2015. Geral, p. 7.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

## O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA

### Gilberto de Carvalho Soares

Professor de Geografia do Colégio Santa Maria  
(IISC)  
São Paulo, SP

**RESUMO:** Como todo dispositivo foucaultiano, a escola está impregnada de curvas e linhas, como meadas de um novelo e que se incrementam com equipamentos que enredam o cinema e a educação. E como emaranhar-se em suas dobras? No final dos 80, Jorge Furtado lança “Ilha das Flores”. Trata-se de uma narrativa documental de uma ficção. A verdade está no que a imagem oculta, contrapondo-se à aula que busca na luz da imagem a verdade dos temas em destaque. Passados onze anos, Jorge Furtado entrega “O sanduíche”. Uma narrativa que articula em um único plano-sequência uma separação de casal, um ensaio de teatro, uma gravação, casais enamorados pelo cinema. Tudo ensaiado e pensado para ser verdade. Este filme pouco é exibido nas escolas, pois suas imagens não tratam das verdades a serem universalizadas. A luz do projetor ofusca o professor e o que sobra é a realidade da imagem. Mestre e aprendiz estão em pé de igualdade, ignorantes - o que os une é a imagem e o som em movimento. Se as linhas de força que atravessam a escola buscam linearizar cada vez mais através de uma base

curricular nacionalizada, o entrelaçamento com o cinema permite novos enunciados, devires e mutações que escapam a essa linearização. Assim, planejar a aula como comunidade de cinema transforma a geografia escolar, ao permitir que os alunos se apropriem do cinema e produzam rupturas, fraturas e esburacamentos, oscilações, dúvidas e incorporações novas naquilo que antes já era geografia. (Oliveira Jr, 2014).

**PALAVRAS-CHAVE:** Jorge Furtado; geografia menor; educação

**ABSTRACT:** As all Foucault Apparatuses, schools are filled with curves and lines, like a yarn, and they increase with devices that entangle the cinema and education. Thus, what to do to get entwined in its strings? At the end of the 80s, Jorge Furtado releases “Ilha das Flores”. This work is a documentary narrative of a fiction. The truth lies in what the image hides, going against the lesson that seeks in the image’s lights the truth of the highlighted subjects. Eleven years later, Jorge Furtado releases “O Sanduíche”. A narrative which combines in a single shot sequence a couple’s breakup, a theatre essay, a movie shooting and couples in love with the movies. Everything rehearsed and thought-out to look real. This movie is under-exhibited at schools because its images don’t deal with truths which are meant to be universal. The projector

light overshadows the teacher and what remains is the real appearance of the image. Teacher and student are equal, ignorant – what unites them is the image and the sound in motion. If the great powers that controls the schools seek to linearize more and more through a common curricular basis, the relation between education and the cinema allows new statements, transformations and mutations which escape this linearization. Therefore, planning classes as a cinema community transforms scholar geography, by allowing students to appropriate themselves of the cinema and to produce disruptions, breaks, de-structurings, oscillations, doubts and new incorporations in what was once geography. (free translation- Oliveira Jr, 2014).

**KEYWORDS:** Jorge Furtado; minor geography; education

## O CINEMA DE JORGE FURTADO: ENTRE A VERDADE E A MENTIRA

Como deslizar o cinema para a sala de aula, sem mutila-lo? A prática pedagógica tantas vezes embrutecedora, ao cooptar as imagens de cinema para a sala de aula, arranca-lhe sua essência, sua arte e o racionaliza, edita, mutila a imagem para que ela se torne a validação da verdade professada. E a escola moderniza-se com equipamentos de cinema que em um ambiente de verdades modernas, favorecem a dissociação entre a imagem e o humano.

Didi-Huberman já nos alertava que a imagem é um recorte de tempo-espço que atravessa a realidade e a faz arder, como fogo ou brasa, daí derivando sua força. Mutilar um filme é tirar-lhe esse ardor, a possibilidade de experiência que o encontro da história-até-agora da imagem proporcionará com as histórias-até-agora dos alunos e professores.

Se pretendemos uma escola atual, presente na vida dos estudantes, não há caminho pela escola moderna, pautada no futuro e ignorando a potência do presente. Não há caminho nesta escola pautada em uma ciência que se pretendia absoluta, mas cujas verdades desfazem-se no ar. Não há caminho nesta escola pautada em uma razão que, ao final, denuncia as idiosincrasias de seus profetas.

E nesta escola moderna, para cada intenção de encontro há um cinema ou imagem que lhe caiba. E quando este não cabe, da-se um jeito de caber. Este foi o caso do blockbuster educacional “Ilhas das Flores”, de Jorge Furtado.

Este não é um filme de ficção. Existe um lugar chamado Ilha das Flores. Deus não existe”. Assim começa o Ilha das Flores e aí reside o seu primeiro impacto. Seja por afirmar através de uma negação o que não precisa ser dito “Este não é um filme de ficção”, seja por enfrentar o tabu do ateísmo em um país cuja religiosidade é traço cultural definidor. Não por acaso, grande parte das versões digitalizadas na plataforma do Youtube cortam este início e, confesso, nas primeiras exibições que realizei do filme em salas de aula do Ensino Fundamental II, também cortava este início com receio das possíveis repercussões, afinal, precisava garantir o emprego. Esta exibição centrava-se na verdade do professor – sensibilizar os alunos para a desigualdade social e desumanização do indivíduo promovida pela lógica do Capital. O filme era uma

ferramenta didática a serviço da verdade do professor. Era apresentado aos alunos e alunas como representação de algo posto, fechado.

Quando o filme abre em uma tela preta com os dizeres “Este não é um filme de ficção”, o espectador médio é deslocado para a expectativa de um documentário, embora o diretor jamais afirme isto. Por outro lado, nos créditos, ao escrever que “Na verdade...” a Ilha das Flores chama-se Ilha dos Marinheiros, que as personagens são atores e atrizes, o diretor reforça o caráter ficcional do filme, para, na última cena, apresentar novamente a tela preta com os dizeres em letras brancas “O resto é verdade”.

Lins e Mesquita (2008) situam Ilha das Flores como um ensaio fílmico, junto com outros filmes da década de 80, como Santiago, de João Moreira Salles, em que “partem do princípio de que a imagem é um dado a ser trabalhado e relacionado com outras imagens e sons, e não mera ilustração de um real preexistente”. É nesta fase de transição entre os governos militares e civis que o documentário procura se reinventar e questionar o monopólio da verdade fílmica e quando surge Ilha das Flores.

Jorge Furtado, mais do que denunciar as desigualdades sociais e problematizar o lixo, como sugerem as abordagens tradicionais, coloca a imagem como elemento de dissenso. A fala monotônica do narrador acompanha o ritmo das imagens de forma representativa, mas a quebra desta representação direta leva os espectadores, comumente ao riso, por exemplo, entre os minutos 1´46´´ e 1´50´´, quando descreve a habilidade manual em pinça da mão humana e a imagem de uma casa converte-se imediatamente em uma maquete, quando o quadro é atravessado por uma mão com um pincel, ou entre os minutos 2´00 e 2´10´´, quando o narrador descreve as maravilhas construídas pelo homem e, em uma pausa do narrador, surge a imagem da bomba atômica, seguida da imagem de um tomate, personagem central da narrativa. Estes são exemplos de como o diretor carrega o espectador para a construção da imagem cinematográfica, fazendo oscilar a compreensão da narrativa monocórdia do tomate e seu trajeto entre a plantação e as crianças na Ilha das Flores. Esta quebra se dá também quando o diretor coloca a imagem de uma prova de História no lixo e a partir dela descreve uma educação centrada na memorização e nas verdades.

Assim, as imagens de “Ilha das Flores” abrem-se em uma multiplicidade capaz de gerar dissensos e abrir a sala de aula para a multiplicidade que pode compor uma comunidade de cinema. Trata-se de uma narrativa muito bem didatizada, que ao transformar-se em cinema, abre-se a uma série de incompletudes. Tais incompletudes permitem diferentes reações individuais em relação à imagem e seu compartilhamento na comunidade, incluindo a do professor de geografia que compartilha uma análise a partir dos conceitos de geografia para a compreensão do filme. Porém, só ocupará este lugar de igualdade o professor que não queira preencher vazios, mas pensar junto, através do princípio da igualdade de inteligências. As interpretações possíveis são parte deste espaço geográfico e não devem ser obstruídas pelo professor.

Passados onze anos do lançamento de Ilha das Flores, Jorge Furtado entrega ao



mundo “O sanduíche”. Uma narrativa que surpreende o espectador ao articular em um único plano-sequência realidades que somente seriam possíveis pelo cinema. Uma separação, um ensaio de teatro de onde emerge um romance, uma gravação de onde emerge um flerte, casais enamorados pelo cinema. Tudo ensaiado e pensado para ser verdade. Este último filme pouco é exibido nas escolas, pois suas imagens não tratam das verdades a serem universalizadas. E é aí que encontramos a potência do filme.

O impacto de “O sanduíche” em alunos pré-adolescentes é voraz, Sentem-se “trolados” pela imagem. E quando analisamos as descontinuidades da obra, como em seu final, em que há a troca de atores do penúltimo casal, os alunos e alunas mostram-se ainda mais surpresos. A verdade da imagem se desfaz por terra e emerge a autoria da obra, as escolhas do diretor, que tanto em Ilha das Flores, quanto em “O Sanduíche”, insiste em fazer este cinema que se equilibra entre a ficção e o documentário. Das discussões e relatos de experiência da exibição do filme em sala de aula, desdobram-se inquietações e questionamentos acerca das verdades ditas por qualquer um. Entre o fato e a narrativa do fato sempre existirá um intermediário. É destas fissuras de pensamento que a criticidade emerge e se torna parte do cotidiano, gerando ondas que desestabilizam o banal.

## **UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO HÍBRIDO SALA DE AULA/SALA DE CINEMA**

Toca o sinal. Os corpos infantis, quase adolescentes libertam-se das carteiras. Desfaz-se a autoridade do professor que segue para outra sala, onde, tal qual a equilibrista de Aldir Blanc e João Bosco, deve fazer o show continuar. Como todo dispositivo em seu sentido foucaultiano, a sala de aula está impregnada de curvas e linhas, como meadas de um novelo. São as curvas de visibilidade - verdades iluminadas e universais. São as curvas de enunciação - regimes em mutação que colocam em questão as verdades da Pedagogia, da Geografia, da História, da Matemática, das Línguas. São as linhas de força que buscam retificar estas curvas e, por isso mesmo, invisíveis e indizíveis - a dimensão do poder, terceira dimensão do espaço, nos dizeres de Delleuze. Cada vez mais o dispositivo da sala de aula incrementa-se com projetores, telões e alto-falantes que enredam o cinema e a educação. E como desfiar este novelo, emaranhar-se em suas dobras?

Como explorar toda a potência do cinema em salas de aula cada vez mais tecnicamente equipadas para ele? Quais trajetos este dispositivo sala de aula nos permite? Aonde nos leva? Quais encontros nos permite e quais nos nega?

Se a escola é um dispositivo disciplinar, como analisou Foucault, podemos entender que este processo de invasão do cinema na educação não se dá ao acaso, mas legitima este processo de controle dos corpos. Pensar estratégias de aula para o uso destas tecnologias, dissociando-as de seu contexto no qual foram desenvolvidas, fará com que o cinema perca sua potência de arte e torne-se um instrumento legitimador da autoridade bruta do professor. Nem cinema, nem educação, apenas o controle



embrutecedor do corpo, a docilização do indivíduo, seja para o mercado, seja para a utopia salvífica. A ideia de que trabalhar cinema envolve os discentes e acalma a sala de aula.

E se a sala de aula é lugar, identificado, reconhecido, localizado, é possível nos apropriarmos de conceitos da geografia para desvendá-la, reconhecê-la e vivê-la de forma plena e livre, apropriando-se de sua arquitetura de controle e disciplina para o exercício da democracia. Doreen Massey ao propor o espaço como eventualidade, aponta-nos para um lugar aberto, de histórias-até-agora que se cruzam e, por isso mesmo, promovem o conflito e, através dele a construção de identidades.

E a imagem cinematográfica é uma destas histórias-até-agora que fazem o lugar. Assim, quando a imagem do cinema atravessa a sala de aula, ela arde, no sentido que nos traz Didi-Huberman, ao afirmar que

*“Saber olhar uma imagem seria, de certo modo, tornar-se capaz de discernir o lugar onde arde, o lugar onde sua eventual beleza reserva um espaço a um ‘sinal secreto’, uma crise não apaziguada, um sintoma. O lugar onde a cinza não esfriou”*

E mais adiante complementa que *“Uma imagem bem olhada seria, portanto, uma imagem que soube desconcertar, depois renovar nossa linguagem, e portanto, nosso pensamento.”*

Assim, se seguimos com Massey, entendendo que o lugar é o espaço privilegiado da política, o lugar “sala de aula” explode em conflitos, onde o mestre é parte deles. Legitimado pelas instituições sociais como o detentor do saber, o professor e a professora têm em suas mãos as sanções disciplinares e os exames para controle dos corpos que ali se encontram e se se iludem com o micropoder que lhes é conferido, as tecnologias do cinema a sua disposição devem conter o conflito, acalmar os espíritos e docilizar as jovens almas. Para isso, nada melhor que imagens clichês, expostas como espelhos moralistas do que deve ou não ser feito para o caminho do sucesso sempre postergado.

Por outro lado, se o mestre toma consciência de sua ignorância e da humanidade ali presente, as tecnologias do cinema permitem produzir encontros com imagens que desloquem o pensamento para aventuras inusitadas, que gerem o novo, através do exercício da liberdade, agora vivida no presente, como nos alerta Rancière.

O conhecimento estriado e rígido dos currículos se abre a novas possibilidades de interpretação. O universal se particulariza a partir da brasa incandescente das imagens, que ardem ao deslocar o pensamento para um espaço liso, inusitado. E ao exigir novas linguagens para novos pensamentos, o conteúdo curricular significa-se menos a partir da sabedoria externa e mecânica do mestre e mais a partir das experiências dos corpos presentes na sala de aula.

## **A IMAGEM SEM VERDADES – A SALA DE AULA COMO COMUNIDADE DE**

## CINEMA

Se a sala de aula é este dispositivo de controle e disciplina dos corpos e cada vez mais entrelaçado com os sistemas de objetos técnicos que realizam o cinema, é na sua dinâmica como lugar que ela explode em possibilidades, devires de corpos e mentes que resistem ao embrutecimento.

E estes múltiplos processos de resistência e reprodução passam pelo corpo e mente do professor. Sem ele, o conflito da autoridade não existe ou organiza-se em outra coisa que não uma escola. Mesmo o professor e a professora de práticas mais democráticas ou fluídas na relação com os alunos e alunas, carregam em si a força do controle. É o que se espera deles e delas – conhecimento e controle.

Porém, como nos alerta Simondon, os objetos técnicos somente o são na relação com os humanos. O objeto mais perfeito é aquele que melhor se adapta às mais variadas necessidades. Se a sala de aula densifica-se tecnicamente, as relações construídas com os objetos técnicos devem se reorganizar. Politizar os objetos (neste caso os projetores) como atores que não estão pré-determinados em seu modo de uso é o caminho que aponta Cezar Migliorin (2015) para o cinema na escola.

O professor e a professora que conduzirem a sala de aula para uma comunidade de cinema, dobram este lugar construído para ser o espaço estriado da educação positivista para um espaço liso, imponderável. Os corpos que atravessam uma proposta positivista como indisciplina, abrem-se nesta proposta como pensamento. A desorganização é parte do processo criativo, como afirma Migliorin (2015):

*“O mafuá é a própria operação do pensamento e dos corpos; não um lugar, mas um campo de conexões frescas e experiências que instabilizam as formas e permitem pensamento. O pensamento é o que acontece na passagem entre formas; quando um conhecimento se produz. O mafuá, na bagunça em que os atores sabem se movimentar, é a forma e o desforme, a ordem e o caos, a materialidade e a imaterialidade. O acoplamento necessário para o mundo andar e a complexidade hiperconectiva para o mundo diferir” (pág. 197)*

Mas como conseguir estas dobras com currículos cada vez mais verticalizados e homogeneizadores e com professores e professoras que precisam lidar diuturnamente com a precarização das relações de trabalho docente?

A resposta para estas questões está na potência da imagem. Considerando-a como um dado objetivo do lugar em que é exibida, a imagem despe-se da ideia de verdade e torna-se possibilidade. Se a formação acadêmica positivista do professor e professora de geografia faz com que se enxergue no curta-metragem de Jorge Furtado “Ilha das Flores” cadeias produtivas, urbanização, divisão de classes, fragmentação do território, para o aluno e aluna senciante, as imagens apresentadas na tela podem gerar indignação, culpa e até força para resistir ao controle de seus corpos pelos exames.

E assim como a produção da imagem em cinema, o exercício de planejar a aula é por definição a tentativa de antecipar o tempo, estriar o espaço, para garantir que o

currículo externamente definido se cumpra em sala de aula, assim como o roteiro em relação ao filme. Trata-se de um exercício de racionalidade que para dobrar-se em comunidade de cinema, precisa incorporar o irracional. Ao incorporar mafuás para a produção e reflexão de imagens, o tempo organizado pelo planejamento abre espaços novos, surgidos a partir da trama curricular.

Um vídeo como *Ilhas das Flores* pode ser visto e revisto, com múltiplos olhares, já que nada daquilo é verdade (ou tudo o é), como expressa o diretor nos créditos. Um vídeo como “*O Sanduíche*” pode ser visto e revisto nos trabalhos e conceitos de escala, território, lugar e região, ao explorar o incômodo gerado pela explicitação da falsidade da imagem.

E a cada exibição, camadas do filme vão se desfazendo em pensamentos novos que podem ser o mote para a produção de documentários e ficções cuja verdade dependerá tanto da exploração dos objetos técnicos disponíveis para captação e edição de imagens, quanto do exercício de empatia que a produção de cinema exige, para que a imagem arda diante dos olhos de seus espectadores.

Pensar a sala de aula como comunidade de cinema, antes de buscar uma nova escola, busca a experimentação da liberdade que sempre estará nos indivíduos e que está fora do controle de qualquer professor ou professora, pois os sentimentos e pensamentos daí oriundos fazem parte da solitária experiência de Ser. Por definição, a escola sempre tentará escravizar os corpos que ali se encontram, assim, é na resistência consciente e sensível que a escola e a sociedade se transformarão em devires outrora imprevisíveis e que exigirão inovações de controle e disciplina que, ao chegarem à sala de aula, reorganizarão a aula e abrir-se-ão para novos devires, até que o que antes parecia sólido, desmanche-se no ar.

## BIBLIOGRAFIA

**DELEUZE, G. & GUATTARI, F.** *Kafka: Por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015.

**DELEUZE, G. & GUATTARI, F.** *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2012.

**DIDI-HUBERMAN, Georges.** *Quando as imagens tocam o real*. Pós: Belo Horizonte, v.2, n.4, p. 204-219, nov 2012.

**GALLO, Silvio.** *Deleuze e Educação*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

**HOLLOWAY, John.** *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.

**ELDEN, Stuart.** *Mapping the presente: Hedegger, Foucault and the Project of a spatial History*. Continuum, 2002.

**ILHA DAS FLORES.** Direção de Jorge Furtado. Casa de Cinema de Porto Alegre. Brasil, 1989. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=e7sD6mdXUyg>

**FOUCAULT, Michel.** *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

**GUIMARÃES, Cesar.** *O que é uma comunidade de cinema.* Revista Eco Pós, V. 18, n1, 2015.

**LACLAU, Ernesto.** *Nuevas Reflexiones sobre la Revolución de Nuestro Tiempo.* Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2000.

**LATOUR, Bruno.** *Jamais fomos modernos.* São Paulo: Editora 34, 3 edição, 2013.

**MASSEY, Doreen.** *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

**MIGLIORIN, Cezar.** *Inevitavelmente Cinema: Educação, política e mafuá.* Beco do Azougue, Rio de Janeiro, 2015.

**O SANDUÍCHE.** Direção de Jorge Furtado. Casa de Cinema de Porto Alegre. Brasil, 2000. Disponível em [https://www.youtu.be/v\\_YcDYGdAKs](https://www.youtu.be/v_YcDYGdAKs)

**OLIVEIRA JR., Wenceslao Machado de Oliveira.** *Videos, resistências e geografias menores – linguagens e maneiras contemporâneas de resisitir.* Terra Livre, São Paulo, SP. Ano 26, V.1, n. 34. Jan-Jun, 2010.

\_\_\_\_\_. *As geografias menores nas obras em vídeo de artistas contemporâneos.* XIV Colóquio Ibérico de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade do Minho. Nov. 2014.

\_\_\_\_\_. *Outros espaços no cinema contemporâneo: campo de experimentações escolares?* Quaestio, Sorocaba, SP, v. 18, n.1, p. 67-84, maio 2016. Disponível em <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=quaestio> Acesso em 29 jun. 2016.

**RANCIÈRE, Jacques.** *O mestre ignorante – cinco lições sobre a emancipação intelectual.* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

**SANTOS, Milton.** *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* Campinas: Hucitec, 1997.

**SIMONDON, Gilbert.** *El modo de existência de los objetos técnicos.* Buenos Aires: Prometeo libros, 2007.

## INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO

### Jean da Silva Santos

Professor da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus XI - Serrinha e da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana – BA.

### Ana Margarete Gomes da Silva

Professora da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus XI - Serrinha e da Rede Estadual de Educação da Bahia

### Lorena Silva de Oliveira Souza

Licencianda em Pedagogia Centro Universitário Leonardo da Vinci, Feira de Santana – BA

**RESUMO:** Trata-se de uma breve análise curricular que pauta o Programa Telecentros.BR, a fim de identificar os agentes componentes da Rede Nacional de Formação para a Inclusão Digital, bem como analisar as potencialidades pedagógicas das TIC para a formação dos monitores, a partir do olhar formativo do tutor, enquanto instrumentos para a emancipação sócio-espacial de comunidades, além de expor alguns aspectos observados sobre a interação e mediação promovida no processo formativo dos monitores sob a responsabilidade do Polo Nordeste.

**PALAVRAS-CHAVE:** telecentros, inclusão digital, Programa Telecentros.BR.

**ABSTRACT:** This is a brief curricular analysis

that rules the Program Telecentros.BR, in order to identify the National Training Network for Digital Inclusion's componentes, as well as to analyze the ICT's pedagogical potentialities for the training of the monitors, from the tutor's formative view, as instruments for the socio-spatial emancipation of communities, besides exposing some observed aspects about the interaction and mediation promoted in the monitors' training process under the responsibility of the Northeast Pole.

**KEYWORDS:** telecenters, digital inclusion, Telecentros.BR Program.

### INTRODUÇÃO

*O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir.*

(Milton Santos)

Analisar o contexto de criação e desenvolvimento do Programa Telecentros.BR, e o processo formativo de alguns dos agentes multiplicadores do Programa, e as possíveis implicações práticas deste junto as comunidades em condições de vulnerabilidades sócio-espaciais, é de fundamental importância. O Programa define comunidade como “[...] moradores da área do entorno e usuários do telecentro” (BRASIL, 2011, p. 16). Tais questões são necessárias de maneira a possibilitar a

compreensão das estratégias pedagógicas pautadas nas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para a formação do monitor de telecentro, que por sua vez, é entendido como,

“[...] pessoa responsável pelo atendimento ao público no espaço do telecentro, auxiliando e propondo processos que permitam aos frequentadores fazerem uso das tecnologias da informação e comunicação disponíveis, de maneira articulada ao desenvolvimento da comunidade. O monitor bolsista é jovem de baixa renda, com idade entre 16 e 29 anos, morador da comunidade em que o telecentro está localizado, estudante do ensino fundamental ou médio, ou com o Ensino Médio concluído” (BRASIL, 2011, p. 16).

Diante disto, é latente a compreensão de que as TIC no referido Programa se revestem de duas salutares dimensões, a saber: a de nortear o processo formativo de tais agentes e de servir como instrumento metodológico operacional em potencial para a execução de projetos comunitários de intervenção visando a emancipação sócio-espacial dos lugares – os quais foram pensados e aplicados por estes agentes durante o processo formativo em curso.

Discutir em um estudo de caso as potencialidades pedagógicas das TIC em processos formativos por e a partir de políticas públicas é possibilitar uma fecunda análise sobre o papel das técnicas e seus impactos, sobretudo na sociedade atual. É permitir que o conjunto das técnicas, mas precisamente aquelas articuladas em rede, possa confluir para resultados cujas intencionalidades são previamente pensadas para uma determinada finalidade. Nestes termos, imprimir esforços para entender o significado das TIC perpassa, também, pela condição discursiva essencialmente política, uma vez que sua adoção ou uso por organizações ou indivíduos, na condição coletiva ou individual, paira por intencionalidades bem definidas a partir de planejamentos com finalidades também específicas e com importantes rebatimentos espaciais, os quais impactam positiva ou negativamente no seio das comunidades espacialmente localizadas, fato que implica repensar a produção e o desenvolvimento das TIC diante do alinhamento das técnicas ao processo histórico, partindo da premissa de que ela é “[...] construída por agentes sociais no contexto da própria sociedade [...]” (BENAKOUCHE, 1999, p. 2).

O Programa Telecentros.BR estudado aqui é uma ação do Governo Federal que trouxe em sua concepção original, uma política de inclusão digital através da implantação e fortalecimento dos telecentros no país. Destaca-se que a temporalidade desse estudo situou-se no recorte do primeiro semestre de 2011, período composto de ações formativas e de execução prática do programa nos telecentros. A proposta do telecentro é um espaço comunitário e público que vai além de disponibilizar acesso a computadores conectados à *internet* para que os usuários tenham acesso à rede mundial de computadores de maneira livre e assistida, oferecendo cursos de capacitação e como espaço de articulação comunitária de maneira a promover o desenvolvimento local em seus múltiplos aspectos, sejam eles sociais, políticos e



econômicos.

São alguns os sujeitos que animam um telecentro, a exemplo do gestor, do monitor e dos integrantes da comunidade, cada qual com seu papel definido. Dentre estes, destaca-se o monitor, que é um jovem selecionado na própria comunidade e cuja função é prestar serviços relacionados à inclusão digital de maneira a orientar os usuários do telecentro neste sentido. Entretanto, esta orientação deve acontecer par e passo a um processo formativo que se dá via curso promovido pela Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital na modalidade a distância e que para tal, percebe uma bolsa de estudos por um período de 12 meses.

Com base neste curso de formação e nas intencionalidades do referido Programa, o presente estudo visou analisar e discutir as potencialidades das TIC no contexto de aplicação, já que estas foram os principais instrumentos pedagógicos para o processo formativo de alguns dos sujeitos envolvidos no Programa, dentre os quais estão incluídos os tutores – agentes que foram responsáveis pela mediação pedagógica, que acompanhavam e orientavam à distância os monitores que, por sua vez, tornaram-se os agentes de base do Programa. Por Mediação pedagógica este trabalho alinha-se as ideias de Masseto (2000), o qual afirma que a mediação pode ser entendida como uma atitude, uma intervenção pedagógica que visa facilitar, incentivar a aprendizagem, onde o professor assume a condição de elo de comunicação entre o aprendiz e seu aprendizado de forma dinâmica que favoreça o que esse autor apresenta como interaprendizagem.

Oriundos das diversas comunidades do país, os monitores foram os responsáveis por desenvolver orientações aos usuários, organizar as atividades dos telecentros, bem como apresentavam as potencialidades de articulação as necessidades da comunidade. De antemão é correto afirmar que o referido Programa pretendeu que os monitores fossem requalificados em suas ações de maneira a se tornarem mais que meros atendentes, mas agentes mobilizadores dos anseios sociais comunitários nas diversas localidades do país.

Portanto, diante dos dois processos formativos, tanto dos tutores, quanto dos monitores, foi possível identificar outros agentes componentes da Rede Nacional de Formação para a Inclusão Digital, bem como analisar as potencialidades pedagógicas das TIC para a formação dos monitores, a partir do olhar formativo do tutor, enquanto instrumentos para a emancipação sócio-espacial de comunidades, além de expor a visão destes sobre a interação e mediação promovida no processo formativo dos monitores sob a responsabilidade do Polo Nordeste. Nestes termos, destaca-se que o referido Programa esperava que o monitor assumisse o legítimo papel de agente responsável pela observação, reflexão, análise, proposição e intervenção nas questões sócio-espaciais do lugar, sobretudo em seus espaços de vivências.

No sentido de apresentar a relevância do estudo, coloca-se em primeiro plano o fator responsável por instigar o desenvolvimento da pesquisa: o autor participou como tutor da Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital – Telecentros.BR, tornou-

se, portanto, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de pesquisa uma vez que vivenciou e refletiu sobre a própria prática e sobre as observações tecidas.

## AGUÇANDO OLHARES...

A complexidade que permeia a sociedade contemporânea com suas demandas construídas por e a partir do desenvolvimento das técnicas – capaz de engendrar um novo perfil de construção social cujo ponto de referência é a antiga forma de aglutinação humana, a exemplo das comunidades espacialmente localizadas –, é, em última instância, uma das bases para a origem da sociedade em rede (CASTELS, 1999).

Por sua vez, tal sociedade traz em seu perfil características sociotécnicas onde as TIC se apresentam com força na questão da interatividade entre os sujeitos, da construção coletiva e colaborativa de projetos e para a contribuição do desenvolvimento da *cibercultura*, esta caracterizada por Lévy (1999, p. 32) como um “[...] conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores, que se desenvolve juntamente com o crescimento do *ciberespaço*” que, assim, define-se pelo “[...] espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores [...]” (LÉVY, 1999, p. 92) e que é responsável pela transgressão da lógica da transmissão para a lógica da interatividade. O conceito de interatividade defendido neste trabalho perpassa pelas ideias de Primo (2005), cuja abordagem sistêmica-relacional é pautada pelas contribuições da complexidade e da comunicação interpessoal.

Tomando como pressuposto as ideias descritas acima agregadas às intenções do Estado via políticas públicas e, considerando a interatividade entre agentes sociais geograficamente dispersos na ação de formação de redes formadas a partir de trabalhos colaborativos, cujas estratégias adotadas extrapolam a virtualidade, com rebatimentos específicos no espaço geográfico, foi que se identificou e analisou algumas das contribuições e as possibilidades presentes no currículo do Programa Telecentros.BR através das TIC e suas implicações para o processo de formação dos agentes sociais, no que diz respeito à ação destes para a emancipação sócio-espacial de suas comunidades.

Como abordagem de pesquisa adotou-se nesse trabalho inspirações baseadas na dialética, uma vez que se acredita no posicionamento da discussão de ideias frente ao fenômeno, possibilitando a clara oposição de ideologias. No presente estudo, o método permitiu a explicação de três complexas dimensões, a saber: as ações do Estado, as relações sociais e o movimento advindo deste processo. O resultado latente das imbricações de tais dimensões é a emergência de contradições existentes no complexo processo que se inter-relacionam com as políticas públicas educacionais/ sociais adotadas e as ações comunitárias geradas por agentes oriundas diretamente da capilaridade social, que neste caso é fomentada, potencializada e estimulada pela

citada ação do Estado, através do Programa Telecentros.BR de Inclusão Digital.

As indicações promovidas acima, destacaram também a leitura do referido fenômeno pelo enfoque da Geografia, por entender que esta Ciência apresenta um escopo teórico-conceitual capaz de subsidiar um olhar mais preciso para os fenômenos técnicos e sociotécnicos presente na contemporaneidade, sem negligenciar a dimensão da reflexão sobre os processos e as relações estabelecidas no sistema lugar-mundo e, por esta ciência dialogar com operacionalidade com outros ramos do saber por conta de sua natureza epistemológica interdisciplinar.

Diante das ações do Estado, os citados agentes sociais subvertem a lógica do tecnicismo em uma mudança dialética, ao utilizar as TIC no sentido de fomentar uma ecologia cognitiva (LÉVY, 1999), cuja transformação qualitativa se reverte para o espaço de vivência que transcende ao espaço geográfico concreto espraiando-se ao *ciberespaço*, estabelecendo novas possibilidades sociais e novas relações culturais mediadas pela virtualidade – a *cibercultura*, fato que permite novas formas de conceber o processo de construção do conhecimento e da emergência de novos espaços de discussão política, a exemplo das comunidades virtuais de aprendizagem, no sentido da articulação social, que vai além de conteúdos formais de aprendizagem, pois perpassam pela discussão política de temas e conteúdos pautados pela reflexão cidadã, que permitem sustentar as mobilizações ou ações comunitárias.

Ao compreender o devir dos processos sociais, a exemplo do mencionado no parágrafo anterior, é possível vislumbrar a interpenetração dos contrários presente na questão dialética, uma vez que a mudança quantitativa em qualitativa ocorre de modo considerável em duas dimensões, se considerada as ações colaborativas em rede. Uma delas é a articulação entre grupos regionalmente localizados proporcionados pela disposição do Programa nas diversas regiões do espaço brasileiro, a saber: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, além de mais dois Polos Estaduais, um em São Paulo e outro no Ceará. Estes polos regionais foram responsáveis para além da condução do Curso de Formação para Monitores do Programa Telecentros.BR, todos estes sob a coordenação do Polo Nacional, se articularam para a criação, adequação e aperfeiçoamento dos conteúdos curriculares e da gestão da Rede de Formação do Programa Telecentro.BR, cujo resultado se reverteram para os monitores em processos formativos.

A outra dimensão é justamente os resultados destes primeiros esforços observados na formação dos agentes na modalidade EAD através da contribuição do tutor para com os monitores, cuja culminância ou produto final deste processo é o desenvolvimento e aplicação do projeto comunitário. Este projeto, em sua dimensão prática atrelou-se a um telecentro, aonde o mesmo se inter-relacionou com projetos de outros monitores presentes em comunidades diferentes tendo como referência outros telecentros para que coexistisse a articulação em rede.

Os procedimentos metodológicos propostos para este estudo apresentam-se em duas partes: a primeira consistiu numa fase exploratória de levantamento documental

relacionado ao Programa Telecentros.BR na rede mundial de computadores; a segunda consistiu na busca de dados e informações sobre o Programa junto a equipe do Polo Nordeste e nos arquivos do próprio site. Outro dispositivo metodológico adotado foi a observação participante, por conta da própria dinâmica do processo em que o próprio pesquisador se tornou parte da pesquisa pelo fato de fazer parte do fenômeno em questão, inserindo-se neste como tutor do Polo Nordeste. O questionário, outro importante dispositivo de coleta de dados, foi utilizado com questões abertas e fechadas e foi aplicado virtualmente junto à totalidade dos tutores pertencentes ao Polo Nordeste.

Os procedimentos operacionais para esta pesquisa solicitaram uma periodização, na qual versou pela análise a partir das ações do Programa Telecentro.BR nos estados do Nordeste, mas precisamente no Polo Nordeste no momento em que iniciou-se a formação das primeiras 15 turmas de monitores, tal fato pode ser datado a partir de Abril de 2011, estendendo as análises agosto do mesmo ano, portanto os 6 primeiros meses de funcionamento.

### **SOBRE O QUE EFETIVAMENTE EXISTE...**

De acordo com as análises feitas em três importantes documentos do Programa disponíveis na *web*, a saber: Manual Operacional para o Curso de Monitores do Telecentros.BR, de Março de 2010, onde está presente a síntese da proposta de formação dos monitores; o Manual de Rede 1.0, onde é possível verificar as diretrizes pedagógicas, os objetivos comuns e as ações partilhadas e os resultados previstos para o coletivo e, por fim, a Cartilha das Orientações de Propostas Selecionadas, que trata brevemente do curso de formação, foi possível identificar os eixos norteadores da organização curricular articulado aos princípios do Programa.

Curiosamente, a análise dos supracitados documentos permitiu identificar os princípios da educação popular freireana regendo as diretrizes do Programa Telecentros.BR, uma vez que os processos de autonomia são destacados ao lado dos anseios de autonomia social e educacional pautados em processos formativos cooperativos e em processos sociais baseados também nos princípios de cooperação e solidariedade social.

O Programa Telecentros.BR (PT.BR) traz no seu texto, indicações ao multiculturalismo ao destacar o reconhecimento da não-homogeneidade étnica e cultural da sociedade. Referenda o marco do mosaico de cultura estabelecida pelas experiências dos lugares de forma a contrapor o etnocentrismo como olhar que pode determinar práticas sócio-espaciais equivocadas, sobretudo no aspecto dos preconceitos, alinhando-se ao relativismo cultural. É fato que o Programa deixa passar a oportunidade de centrar-se nas diferenças de classe existentes no tecido social a partir de uma discussão política mais profunda e que as diretrizes do currículo também apresentam a valorização da diversidade em seu conceito mais amplo, levando

em consideração as questões inerentes ao espaço urbano e rural, étnica/racial, as questões intergeracionais, bem como das relacionadas a sexualidade e gênero.

A pedagogia de projetos quando é destacada a necessidade da elaboração de projetos comunitários, cujo objetivo principal e teleológico é à apropriação do telecentro pelas pessoas que o animam, apresenta-se no referido documento como o principal e obrigatório dispositivo a ser adotado. Outro ponto a ser evidenciado é a concepção de processos colaborativos de aprendizagem, cujo sentido perpassa pelo construtivismo social e da cognição situada, uma vez que os centros de experiência do conhecimento e a aprendizagem não se encontra separadas da ação, de forma que os processos de aprendizagens estão orientados mais para a experiência em comunidade no âmbito da coletividade, num esquema de sistemas complexos e adaptativos, que para a dimensão individual, isolada.

Por fim, a concepção pela abordagem sistêmica alinha-se à proposta do PT.BR no sentido de entender os processos sociais como um ciclo de acontecimentos interligados em rede, em um esquema conceitual aberto, onde os *inputs* e os *outputs* se inter-relacionam com objetivos claros com fins de gerar resultados para o auxílio nas resoluções de problemas espacialmente localizados e concretos. Compreende-se esta abordagem sistêmica como um caminho metodológico para entender os processos que envolvem a retroalimentação de ações de variados agentes na perspectiva de ações colaborativas em rede cuja finalidade é o desenvolvimento sócio-espacial.

O termo desenvolvimento está para além do viés econômico, assim, antes de tudo tem de ser social. Para Souza (1996) o desenvolvimento sócio-espacial deve contemplar a autonomia, justiça social e qualidade de vida, ou seja, essas seriam três variáveis que o desenvolvimento deve contemplar para não ser considerado apenas econômico e sim sócio-espacial. O desenvolvimento pressupõe mudança, todavia o desenvolvimento só terá êxito se essa mudança estiver aberta enquanto valor socialmente construído, ajustável as particularidades (mutável) da cultura de cada coletividade.

Segundo Martins (*et al*, 2011) *design* instrucional do Programa foi pensado inicialmente em uma estrutura linear, apesar de, desde as primeiras discussões, a preocupação ser em desenvolver uma matriz curricular (MARTINS, *et. al.*, 2011, p. 9) cujas informações fossem independentes. De acordo com Martins (*et al*, 2011, p.8) após construída a primeira proposta, ela se mostrou cumulativa, distribuídas em sete temas, a saber: telecentros, inclusão digital, cultura digital, comunidade, monitor, comunicação comunitária e, história e compartilhamento, assim, percebeu-se que

A matriz resultou em uma proposta de formação que facilitava a apropriação, mas que ainda trazia em seu modelo uma de trilha única a ser seguida pelo aluno (monitor de telecentros). Esta trilha era o entendimento que a rede tinha, naquele momento, de como deveria ser desenvolvida a formação (MARTINS, *et. al.*, 2011, p. 8).

Nos termos da citada trilha única, novos elementos foram aderidos a produção

curricular de maneira a transpor a linearidade de acesso aos conteúdos, o que se inspirou visualizar a segunda fase da formação de maneira rizomática, a exemplo de incluir “[...] ferramentas da *web 2.0* (redes sociais) com a formação formal” (MARTINS, *et. al.*, 2011, p. 8). Assim, após reflexões e a devida reestruturação da matriz curricular, os temas se transformaram em Zonas Temáticas. Diante de todas as implementações o percurso formativo, até a temporalidade das observações e análises deste trabalho, se mostrava por duas etapas: fase 1 (80hs) e 2 (400hs),

[...] sendo que na primeira fase o aluno se situava frente a formação, conhecendo a estrutura geral do programa e todas as referências conceituais que ele teria na fase dois, bem como se apropriando da tecnologia da informação e se integrando ao seu papel como monitor de telecentro, ou seja, agente de transformação social comunitária. Já na segunda etapa ele teria acesso aos conhecimentos específicos que iriam fundamentar a elaboração de um projeto comunitário (MARTINS, *et. al.*, 2011, p. 8).

Após a sistematização dos conteúdos das duas fases de formação pela implementação de ações de designers instrucionais de maneira a “[...] unificar a linguagem e estratégias de apresentação dos conteúdos” (MARTINS, *et. al.*, 2011, p. 8), e este mesmo autor confirma que tais modificações no desenho instrucional e curricular, causou um impacto significativo na forma de apresentação dos conteúdos e de condução das estratégias pedagógicas, cuja formação que visualmente tinha um caráter linear e mesmo com a adoção da ferramentas da *web 2.0* (redes sociais) a proposta ainda não detinha um fluxo real de aprendizagem nas redes, fato que cabia ao tutor fomentar a ativação das redes.

A observar a comparação exposta na figura 1, percebeu-se que na fase 2, os hipertextos foram organizados de maneira a contemplar a autonomia de aprendizagem do cursista, fato que permite-lhe flunar pelo *ciberespaço* de forma mais fluida e de acordo com os seus interesses, os quais perpassam, dentre outros, e principalmente pela produção do projeto comunitário – culminância para o resultado final do curso de formação.

Segundo Ferreira (2009, p. 18) hipertexto do inglês *hyperlink*, tornou-se um termo bastante conhecido na linguagem informática das redes de computadores por significar cada uma das ligações de hipertexto que estão embutidas em um documento hipermídia, possibilitando que o leitor salte de uma parte da informação para outro item relacionado, não importando onde ele esteja armazenado.

Para tanto, esse projeto foi pensando nas instâncias concretas do espaço geográfico: as comunidade espacialmente localizadas que o programa teceu o seu currículo e vinculou instrumentos (TIC) como caminho metodológico para a qualificações de jovens de entre 15 e 30 anos de idade, cuja finalidade reside em capacitá-los de acordo com os interesses do Programa. Assim, verifica-se nas diretrizes que,

[...] estão voltadas ao desenvolvimento da autonomia e de valores éticos dos agentes



de inclusão digital, por meio de processos formativos participativos, cooperativos e solidários. Buscam contemplar as diferenças entre as comunidades urbanas e rurais, o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial e sexual, o equilíbrio nas relações de gênero e intergeracionais, entre outros.

As atividades devem partir de uma perspectiva sistêmica da realidade, por meio da metodologia de resolução de problemas locais concretos, tendo em vista a apropriação do telecentro pela comunidade de seu entorno. O trabalho a partir de eixos temáticos e com enfoque em projetos comunitários oferecerá repertório, orientação prática e sistematizada para facilitar sua adequação a cada realidade local. A formação, além de orientar, busca o desenvolvimento de potencialidades que o indivíduo possui, valorizando o saber local e incentivando a formação de sujeitos autônomos.

Por fim, a promoção de processos cooperativos na Rede de Formação, como a pesquisa e a produção coletiva, incentivará a construção de uma identidade coletiva – uma rede social de agentes de inclusão digital atuante nas comunidades. A familiarização e desmistificação das tecnologias facilitará a aproximação da comunidade aos diferentes tipos de artefatos tecnológicos para que possam fazer uso de suas possibilidades em busca da autonomia, da ação colaborativa em rede e da transformação social (BRASIL, 2010, p. 14).

No que tange as ações governamentais no processo de apropriação das TIC, cita-se a política de governo federal em análise no presente estudo. O Programa Telecentros.BR tem um princípio de gestão territorial a partir de ações comunitárias na figura do gestor, monitor, em fim, a partir do telecentro. Instituição que visa propiciar a difusão de novas formas de organização comunitária através da inclusão digital.

Ao analisar a proposta pedagógica e curricular do PT.BR, é verificado alinhamento à uma concepção de currículo que foge ao paradigma tradicional, cuja amalgama perpassa pelas teoria de currículo críticas e pós-críticas, uma vez que a proposta traz elementos comuns a tais paradigmas, a exemplo das ideias de emancipação humana coletiva e individual, libertação, e de questões de alteridade e identidade. A utilização das TIC na perspectiva transformadora e da produção do conhecimento utiliza-se da não-linearidade para pautar os saberes/fazeres na condição de o sujeito aprendente desenvolver capacidades colaborativas em rede.

É possível verificar que tais capacidades colaborativas estão presentes em algumas dimensões: tanto na sistematização e organização do currículo, quanto no processo de aprendizagem dos monitores entre si e entre os outros agentes que compõe a formação. Há que se destacar que nas duas dimensões o que se considera como capacidades colaborativas em rede virtual perpassa não só pela utilização do *Moodle* enquanto ambiente de interação, mas por todas as formas de comunicação entre os nós, a exemplo das listas de discussão por *e-mails* e via redes sociais virtuais. Segundo Martins (2011), a lista de e-mail dos Polos Regionais foi um espaço de referência para a conversação entre os participantes no momento de implementação do projeto.

No que tange a dimensão organizativa citada, Martins (2011) demonstra através de gráficos de interconexão em rede (Figura - 2) como os fluxos se moldaram nos primeiros 3 meses de Projeto.

No que tange a ecologia *web* desenvolvida, Martins (2011) destaca que o processo de colaboração em rede se apoiou também na *web 2.0*, cujas redes sociais virtuais agem de maneira a complementar o processo formativo. Nestes termos, plataformas como o *Orkut*, *Facebook*, *Flickr*, *Youtube* foram bases para extrações de conteúdos, temas e como ambiente de discussão e reflexão, nos quais o cursista, mediado ou não pelo tutor, utilizaram-se das plataformas que mais apresentaram afinidades.

De acordo com Maturana (2001),

Nós, seres humanos, vivemos em conversações, e tudo o que fazemos como tais o fazemos em conversações como redes de entrelaçamento consensual de emoções e coordenações de comportamentos consensuais (MATURANA, 2001, p. 180).

**FASE 1**

**FASE 2**

**telecentros acessíveis**

**Acessibilidade**

Quando falamos de inclusão digital estamos nos referindo a promoção de acesso às tecnologias de informação e comunicação a camadas da população que são menos favorecidas ou até marginalizadas. Muito raramente esse termo é aplicado para as pessoas com deficiência, embora elas representem 14,2% do equivalente a 27 milhões de pessoas da população total do Brasil – ou seja, uma proporção muito significativa!

Elas não estão nas ruas e locais públicos porque eles não têm acessibilidade: como andar de calçada de rolhas em calçadas esburacadas? Ou entrar em ônibus que não são adaptados? Já imaginaram uma pessoa com deficiência visual utilizando óculos, ventiladores ambulantes, bancas de jornal, postes, que se espalham pelas calçadas sem nenhuma pavimentação?

E no ambiente em decorrência da baixa oferta nos espaços sociais que se faz urgente debater a inclusão de pessoas com deficiência e, mais do que isso, estímulos e promoção, criando condições favoráveis para que ela aconteça.

Mas se temos tanta dificuldade para a inclusão digital de pessoas com deficiência. Escolha um dos caminhos abaixo para começar sua jornada!

- Inclusão digital e pessoas com deficiência
- Como tornar o telecentro acessível
- Equipamentos que promovem acessibilidade
- A prática terapêutica e a inclusão digital de deficientes

**com o próprio computador**

Telecentro e  
 Cidades de telecentro  
 Múltipla acessibilidade  
 Cidades Participativa  
 Acessibilidade

43 | 49

Figura 1 – Design Instrucional: comparação entre as fases 1 e 2 do curso de formação de monitores.

Fonte: Martins (et. al., 2011, p. 9).

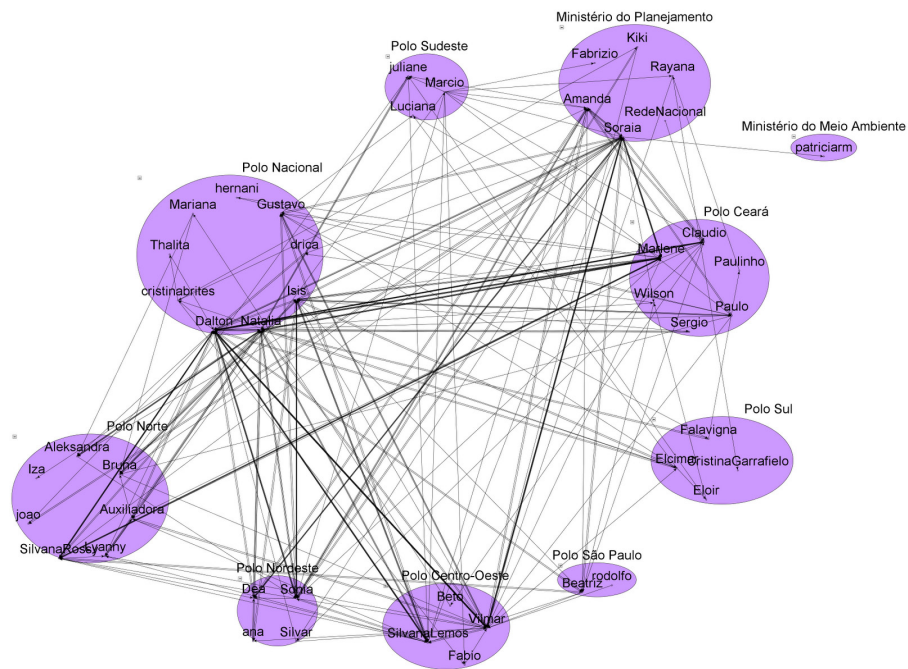


Figura 2 – Organização do Programa: processo de colaboração em rede.

Fonte: Martins (et. al., 2011, p. 9).

Na leitura de Maturana (2001), é possível destacar que as interações humanas são tecidas a partir da língua falada, escrita e por uma amalgama de emoções. Neste sentido e, no sentido do trilhar autônomo, percebe-se que é de suma importância que os processos se construam pelo viés desta autonomia de maneira que cada pessoa identifique em seu próprio caminhar, “[...] seu próprio ritmo de aprendizagem, sem perder de vista a cooperação, a possibilidade de aprender com o grupo, pesquisar conjuntamente, desenvolver projetos de estudos” (VALENTE, 2010, p. 17).

## ISTO É, SOBRE ALGUNS ACHADOS INTERESSANTES E O QUE EFETIVAMENTE PODE EXISTIR...

Após as análises, observou-se que a rede pode aprender com sua própria dinâmica, deixando espaço para que a mesma possa rever suas apostas, a partir daquilo que foi feito, a fim de refletir sobre novas questões e novos modos de olhar. Entende-se que estas novas formas de se apropriar do *ciberespaço*, seja, efetivamente, com um único viés: o de melhorar as condições das vidas, as quais são reais e estão fincadas no espaço geográfico, condição *sine qua non* de suporte as redes técnicas.

Esta relação de aproximação entre real/virtual e em seus movimentos contrários, conduz a uma discussão de cunho filosófica, em tratar de espaço e *ciberespaço*. A discussão de espaço geográfico é muito cara a geografia e não pode ser tratada de maneira desconectada quando se relaciona a questão do *ciberespaço* na temática em que se apresenta este estudo, haja vista que é muito corriqueiro perceber que a discussão se encerra no momento em que se trata da questão da supressão do espaço e do tempo ou em ferramentas síncronas e assíncronas, abordagens que esvaziam de

historicidade o significado de dois entes ontológicos da história humana.

Primo (1997) buscou em Baudrillard (1997) a discussão de que o espaço virtual transforma as representações que os sujeitos têm do mundo em seus aspectos políticos e sociais da realidade. Uma vez que não se está acostumado a pensar o virtual em profundidade, é pertinente observar o enquadramento do pensamento coletivo nos processos de construção de opinião por parte das grandes agências internacionais de veiculação da informação que utiliza o ciberespaço como difusora dessas informações de forma estrategicamente pensada. Empresas que se mostram monopolizadoras e massificadoras de notícias e ideias, nas quais são criadas para serem aplicadas no rebatimento espacial concreto, cuja finalidade reside em enquadrar ideologicamente as ações da sociedade.

Assim, é necessário se ter a dimensão que o espaço geográfico é lócus de representação de poder em variadas instâncias e escalas, de tomada de decisões do mundo para o mundo e inclusive para o mundo virtual. Deve-se também clarificar que as TIC possuem um alto poder de difusão de notícias e abrangência coletiva, e que esta não é o espaço decisivo onde se origina, avalia e se põe em prática decisões propriamente ditas para a virtualidade fechada em si mesma, de maneira espontânea e desprovida de intencionalidades. Deve-se entender que a produção de informação e tendências é para a realidade concreta, uma vez que esta é composta por sujeitos reais que podem ou ao ter a dimensão virtual.

Diante da observação do conjunto de diretrizes, metas e objetivos, verificou-se que o Programa apostou nas TIC como instrumento metodológico para alcançar os seus intentos e que operacionalmente, mesmo em um período curto de tempo, foi possível vislumbrar que já se começavam a ser gestados projetos de intervenções a serem aplicados nas comunidades, com temáticas variadas e com o apoio dos tutores. Salieta-se que o processo de autonomia foi presente no contextos formativos do PT.BR entretanto, a mediação pedagógica também se faz fundante, pois o tutor se destacou como um agente ativo do processo capaz de inserir reflexões interessantes que problematizavam as temáticas abordadas pelo curso, fato que permitiu chegar a uma conclusão teórica importante, a de que estes dois conceitos não são excludentes, mas sim complementares nos processos de ensino e de aprendizagens em contexto de ambientes virtuais de aprendizagens.

## REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, J. **Tela total**: Mito-ironias da era do virtual e da imagem. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BENAKOUCHE, T. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. PPGSP/UFSC, **Cadernos de Pesquisa**, nº. 17, Setembro 1999.

BRASIL. **Manual operacional do Programa Telecentros.BR**, março de 2010.

BRASIL. **Documento orientador – versão 2.0 do Curso de Formação de Monitores do Programa**

**Telecentros.BR**, jan. 2011.

CASTELLS, M. A. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MASSETO, M. T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, José Manuel. *Novas Tecnologias e Mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papirus, 2000. – (coleção Papirus Educação) 3ª Ed. 2001.

MATURANA, H. **Cognição, Ciência e Vida Cotidiana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

MARTINS, D. Novos modos de olhar para as redes. Rev. ARede nº74, outubro de 2011. Disponível em: <http://www.arede.inf.br/inclusao/edicoes-antiores/184-edicao-no-74-outubro2011/4808-opinioao> Acessado em 15 Nov. 2011

OKADA, A. L. P. **A mediação pedagógica e a construção de ecologias cognitivas: um novo caminho para a educação a distância**. Disponível em: <http://people.kmi.open.ac.uk/ale/chapters/c02futura2003.pdf> acessado em 20 set. 2011

PRIMO, A. F. Teixeira. A emergência das comunidades virtuais. In: *Intercom 1997 - XX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 1997, Santos. Anais... Santos, 1997. Disponível em: <[http://www.pesquisando.atraves-da.net/comunidades\\_virtuais.pdf](http://www.pesquisando.atraves-da.net/comunidades_virtuais.pdf)>.

SOUZA, M. L. **A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial**. UFRJ: Rev. Território, 1996.

VALENTE, V. R. **Mediação pedagógica**: especialização em EAD. Salvador: UNEB / GEAD, 2010.



## FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO

**Marcos Aurelio Zanlorenzi**

Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral  
Matinhos – Paraná

**Neusa Maria Tauscheck**

Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral  
Matinhos – Paraná

**RESUMO:** Diante do autoritarismo inerente às reformas educacionais promovidas unilateralmente pelos governos neoliberais, que envolvem a estrutura e os objetivos da Educação Básica, é fundamental que nós, educadoras e educadores, nos posicionemos criticamente a fim de resistirmos a esses desmandos, que têm como objetivo não apenas mercantilizar a educação pública, mas também dividir os estudantes entre aqueles que terão acesso a um ensino propedêutico, elitizado e aqueles que terão acesso a um ensino técnico, voltado apenas à formação de mão de obra para o mercado de trabalho. É nesse sentido de análise e crítica que, com este texto, temos a intenção de apresentar o Projeto Político Curricular do curso de Licenciatura em Geografia (PPC) da Universidade Federal do Paraná – Litoral, como uma alternativa contra-hegemônica às reformas educacionais em curso no país, bem como nossas práticas sobre o planejamento e encaminhamentos do módulo Fundamentos e Estruturas das Educações. Acreditamos que a

especificidade desse módulo pode contribuir em aspectos como: a) a formação de um educador geográfico que compreenda as políticas públicas enquanto territórios a serem disputados; b) o exercício da pesquisa em educação, como forma de olhar o Território da Escola dentro das suas contradições. Assim, no módulo em questão existe a possibilidade de construirmos uma proposta de estudos e pesquisas que façam com que os educandos vejam a Escola e o Ensino de Geografia como desafios a serem enfrentados em tempos de discursos e políticas públicas na Educação que criminalizam práticas docentes voltadas para ações de criticidade, de análise de conjuntura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de educadores. Currículo. Ensino de Geografia. Políticas Públicas.

**ABSTRACT:** Given the authoritarianism inherent in the educational reforms promoted unilaterally by the neoliberal governments that involve the structure and objectives of basic education, it is fundamental that we, educators and teachers are critically positioned in order to we resist these dismantling, which aim not only to commercialize public education, but also to divide students among those who will have access to a propedeutical, elitised teaching and those who will have access to technical education, focused solely on Labour market training. It is



in this sense of analysis and criticism that, with this text, we intend to present the political curriculum project of the undergraduate course in Geography (PPC) of the Universidade Federal do Paraná-Litoral, as an alternative hegemonic to the reforms Education in the country, as well as our practices on the planning and referrals of the foundations and structures of educations module. We believe that the specificity of this module can contribute to aspects such as: a) The formation of a geographic educator who understands public policies as territories to be disputed; b) The exercise of research in education, as a way of looking at the territory of the school within its contradictions. Thus, in the module in question there is the possibility of constructing a proposal for studies and research that will make the students see the school and the teaching of geography as challenges to be faced in times of discourses and public policies in education that criminalize teaching practices aimed at actions of criticality, analysis of conjuncture.

**KEYWORDS:** Training of educators. Resume. Geography teaching. Public policies

## 1 | INTRODUÇÃO

A partir de 2003 o Ministério da Educação (MEC) iniciou o processo de desenvolvimento e implementação de uma série de políticas públicas, por meio de um macroprograma educacional, que tinha a finalidade de dar cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96) e atender aos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Dentre os diversos subprogramas ligados a esse programa maior destacamos aqueles relativos à expansão da educação superior pública, em especial o Programa EXPANDIR (Programa de Expansão da Educação Superior Pública SESu/MEC), que teve seu desenvolvimento no período de 2003 a 2006 e o Programa REUNI (Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação de Universidades Federais) que teve sua implementação entre 2007 e 2012. Cabe destacar que algumas ações do Programa EXPANDIR estenderam-se até 2010, desse modo ações deste programa foram realizadas concomitantemente às ações do REUNI.

É nesse contexto que se insere a Universidade Federal do Paraná que, a partir de um olhar retrospectivo para a sua constituição, percebe a necessidade de consolidar seu compromisso com a sociedade paranaense, por meio da ampliação de suas ações de desenvolvimento sustentável em regiões historicamente esquecidas pelo poder público. Assim,

A gênese da UFPR Litoral provém do Planejamento Estratégico da Gestão 2002/2006 realizado de dezembro de 2001 a abril de 2002, no período que vai da eleição à posse da nova reitoria. A atuação no Litoral do Estado do Paraná, assim como no Vale do Ribeira e na Região Metropolitana de Curitiba foi destacada como um desafio para os anos seguintes. (UFPR LITORAL, 2008a, p. 03)

Ciente de que a criação de uma universidade comprometida com uma lógica societária de desenvolvimento regional sustentável, significa a implementação de uma dinâmica de formação acadêmica voltada para as demandas da materialidade da vida dos sujeitos, do local onde ela está inserida e compreendendo a importância da escola pública enquanto *lócus* no qual essas demandas ressoam e entram em contradição com a sociedade capitalista, a UFPR Litoral fez uma opção radical pela relação cotidiana com a escola pública, a partir do tripé ensino-extensão-pesquisa.

Para tanto foi fundamental a implantação, a partir de 2008, de diferentes cursos de licenciatura que, numa perspectiva não colonizadora dos espaços e expressões culturais locais, contribuíssem para uma mudança no paradigma educacional local.

É nesse contexto que foi construído o curso de Licenciatura em Geografia, a partir de 2014, com a finalidade de pensar outras maneiras de fazer educação, de forma a atender as históricas demandas dos sete municípios litorâneos e do Vale do Ribeira Paranaense.

Na medida em que se insere no PPP da UFPR Litoral, o Curso de Licenciatura em Geografia também busca materializar sua proposta a partir da articulação de três grandes fases:

1- conhecer e compreender; 2- compreender e propor e, 3- propor e agir. Essas fases temporais são desenvolvidas dentro de três grandes módulos que dialeticamente se constituem e organizam todos os cursos. O primeiro módulo é constituído por Projetos de Aprendizagem, o segundo formado pelas Interações Culturais e Humanísticas e o terceiro módulo organizado pelos Fundamentos Teórico-práticos. (UFPR LITORAL, 2008, p. 07).

Neste texto, contudo, vamos nos ater apenas ao terceiro espaço pedagógico, denominado “Fundamentos Teórico-práticos”, em especial ao módulo denominado “Funcionamentos e Estruturas das Educações”. Importa observar que encontramos o uso da expressão “Fundamentos Teórico-práticos” associado a termos como: “módulo” [no PPP – Setor Litoral] e “eixo pedagógico” [no PPC – Licenciatura em Geografia]. Contudo, nós optamos em associá-lo à expressão “espaço pedagógico”, por acreditarmos que o mesmo não se fecha nele mesmo. Como constructo curricular o termo “espaço” associado ao caráter pedagógico possibilita que o licenciando experimente a construção dos conhecimentos de forma dinâmica e transformadora. O uso da expressão “espaço pedagógico”, portanto, busca dar a dimensão de uma construção formativa dentro de contextos que não se limitem a algo pontual e estático.

Da mesma forma, a utilização do termo “módulo” no lugar de “disciplina” não é meramente semântica. Trata-se da busca por uma mudança de fato nas práticas pedagógicas. Enquanto a disciplina se constitui como um elemento a ser trabalhado por si e em si, o módulo se constitui como um elemento que somente tem sentido se for articulado com os demais módulos do semestre, formando um conjunto de saberes harmônicos e coerentes.

Feitas essas observações, vejamos como este módulo foi trabalhado, no sentido de buscar cumprir com os objetivos do curso, quais sejam:

O curso tem por objetivo geral formar o licenciado em geografia com autonomia intelectual, consciência política, pensamento crítico e criativo voltado à justiça social que tenha como princípios de atuação o respeito às diferenças, a solidariedade, o senso crítico, as propostas populares de transformação social, os diálogos de saberes, a superação das formas de opressão, a fim de que possa investigar, pensar e propor processos educativos sobre fenômenos territorialmente relevantes na perspectiva do bem viver.

Constituem-se em objetivos específicos do curso o trabalho coletivo, comunitário e colaborativo que serão fundamentais para os processos de ensino e aprendizagem de conhecimentos e práxis geográficos, fundados nos princípios da educação popular. (UFPR LITORAL, 2016, p. 13).

Vejamos, portanto, de que forma o curso de Licenciatura em Geografia, coloca em prática o seu PPC, a fim de cumprir esses objetivos.

## **2 I PALAVRASMUNDO COMO ARTICULADORAS DE PROCESSOS FORMATIVOS**

Constituídos basicamente por elementos de natureza teórica, prática, metodológica, ontológica e epistemológica, específicos da Licenciatura em Geografia, os Fundamentos Teórico-práticos (FTPs) têm como objetivo proporcionar aos educandos os conhecimentos e os domínios técnicos específicos requeridos ao futuro egresso, definidos nas Diretrizes Nacionais para a formação na área.

Esses elementos foram articulados em Palavrasmundo – termo emprestado de Freire (1989) por meio do qual nos lembra que a leitura da palavra jamais deve significar ruptura com a leitura do mundo – que têm como função sintetizar os conhecimentos fundamentais que devem ser trabalhados ao longo dos anos e que subsidiarão leituras do/no mundo, bem como organizarão semestralmente as ações nos FTPs, ICHs e PAs. Dessa forma, cada semestre é organizado em torno das mesmas, por meio de objetivos a serem atingidos por todos os módulos de FTP do semestre. Segue, abaixo, o quadro geral das palavrasmundo do segundo ano, bem como os objetivos e os módulos do 3º semestre, dentre os quais está o denominado “Funcionamentos e Estruturas das Educações”, objeto deste texto.

|  |
|--|
| <b>PALAVRAMUNDO DO 2º ANO:</b> Semear conhecimentos; Compreensão do sistema mundo; Formação espacial brasileira; a diáspora africana; o território brasileiro na contemporaneidade; reflexões epistemológicas e ontológicas sobre a educação básica e a geografia  |
| <b>OBJETIVOS DO 3º SEMESTRE - Fase: Conhecer e Compreender:</b><br>Semear conhecimentos; Ampliar escalas analíticas para a compreensão do sistema mundo, elaborar mapas e outros produtos cartográficos para fins de análise geográfica e comunicação, juntamente com outras linguagens; Compreender a formação espacial brasileira na relação com os povos originários, negros escravizados e populações tradicionais; Compreender as questões agrárias e urbanas e os conflitos por terras e territórios; Conhecer e compreender as estruturas e o funcionamento da educação básica em sua diversidade nas cidades e nos campos; Elaborar etnografias das escolas e do ensino de geografia |
| A compreensão do sistema mundo I: Formação espacial brasileira: povos originários, colonização, negros escravizados e populações tradicionais  |
| O território brasileiro na contemporaneidade: os conflitos por terras e territórios nas cidades e nos campos, a questão ambiental e as sustentabilidades.  |
| Fundamentos e Estruturas das Educações.  |

Imagem: PPC do curso de Licenciatura em Geografia – página 28.

Dessa forma procura-se orquestrar processos de ensino e aprendizagem coesos e que dialoguem entre si, transformando o trabalho nos/com os mesmos em um movimento orgânico. Segue abaixo a denominada “Ficha 1”, na qual temos a ementa, bem como os demais dados do módulo em foco.

| <b>Ficha 1 (permanente)</b>  |                 |                                       |                   |  |                  |                            |
|--|-----------------|---------------------------------------|-------------------|--|------------------|----------------------------|
| Módulo: Fundamentos e estruturas das educações   |                 |                                       |                   |  | Código: SLGEO009 |                            |
| Natureza:<br>( x ) Obrigatória<br>( ) Optativa   |                 | ( x ) Semestral ( ) Anual ( ) Modular |                   |  |                  |                            |
| Pré-requisito: -   |                 | Co-requisito: -                       |                   | Modalidade: ( x ) Presencial( ) Totalmente EaD( ) ..... % EaD* |                  |                            |
| CH Total: 105<br>CH semanal: 7   | Padrão (PD): 60 | Laboratório (LB):0                    | Campo (CP):<br>45 | Estágio (ES): 0  | Orientada (OR):0 | Prática Específica (PE): 0 |
| <b>EMENTA (Unidade Didática)</b>   |                 |                                       |                   |  |                  |                            |
| As estruturas e os funcionamentos da educação básica em sua diversidade nas cidades e nos campos; Análise de conjuntura e política educacional em diferentes escalas; Elaborar etnografias das escolas e do ensino de geografia. |                 |                                       |                   |  |                  |                            |

Imagem: PPC do curso de Licenciatura em Geografia – página 58.

### 3 I A ASSEMBLEIA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

Muito tem se falado em formação para a cidadania e para a emancipação. Contudo, particularmente em relação à cidadania, partilhamos do entendimento de Paulo Freire, quando afirma:

Às vezes penso que se fala em cidadania como se fosse um conceito, muito abstrato, com certa força mágica, como se, quando a palavra cidadania fosse pronunciada, automaticamente todos a ganhassem. Ou como se fosse um presente que políticos e educadores dessem ao povo. Não é isso. É preciso deixar claro que a cidadania é uma produção, uma criação política. (FREIRE, 2004).

Ora, é a teoria liberal que funda a ideia de cidadania, entendida enquanto o usufruto individual dos direitos garantidos e o cumprimento dos deveres que nesta

condição lhe são atribuídos. Ou seja, essa concepção de cidadania nada mais é que uma concessão de alguns direitos reivindicados pelas classes subalternizadas, desde que isso não coloque em risco a ordem burguesa. Trata-se da famosa política de “entregar os anéis para não perder os dedos”.

Nessa concepção, portanto, a formação para a cidadania está diretamente relacionada ao ensino de conteúdos que explicitem os direitos, mas especialmente os deveres dos cidadãos. Ao contrário entendemos a cidadania na perspectiva da “cidadania do sentimento” (MARONI, 2006), ou seja, como uma construção íntima, na medida em que é a partir de nós, do que sentimos, que construímos o “ser cidadão”. Nessa perspectiva, os interesses públicos e políticos derivavam dessa construção íntima, subjetiva, mas sempre pautada pela alteridade, ou seja, sempre em relação ao outro.

É por isso que entendemos que uma formação para a cidadania e para a emancipação não pode se converter apenas em conteúdo, mas principalmente deve considerar práticas e atitudes políticas. É nesse sentido que uma de nossas opções metodológicas é a assembleia em sala de aula.

A assembleia não permite erradicar o conflito e as tensões no interior de um grupo, mas permite que os participantes exponham seus pontos de vista e possam escutar os de outros, o que implica em uma apropriação da palavra, bem como a capacidade de “fazer ouvir sua voz”; embora isso possa parecer um fato simples, em contextos onde a palavra de alguns é silenciada pelas decisões de outros, é de vital importância promover espaços de diálogo onde as decisões possam ser o produto da voz coletiva. (BERRÍOS et al. 2015, p. 09, tradução nossa).

Dessa forma, entendemos a assembleia como sendo uma estratégia pedagógica fundamental de prática de formação política em processos que impliquem a construção do conhecimento que envolvam conteúdos fundados na realidade, bem como no desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo.

Foi nessa perspectiva que iniciamos o trabalho do módulo “Fundamentos e Estruturas das Educações”. A partir das palavras-mundo do 2º ano, dos objetivos do 3º semestre e da ementa do módulo, o coletivo, em assembleia, elencou cinco palavras-chave que tinham como finalidade a elaboração dos objetivos específicos do módulo, bem como as possibilidades metodológicas e avaliativas para os mesmos. As palavras-chave selecionadas foram: Etnografia; Campo; Política Educacional; Diversidade; e Ensino de Geografia.

Elencadas as palavras-chave, no sentido de dinamizar e oportunizar ainda mais a multiplicidade de vozes, foi realizado um painel integrado – metodologia ativa por meio da qual o educando é o personagem principal e o maior responsável pelo processo de aprendizagem, pois incentiva-o a aprender de maneira autônoma e participativa – formado por cinco grupos (um para cada palavra-chave), no qual cada grupo ficou responsável por construir um objetivo específico a partir da sua palavra-chave. Na sequência, os grupos foram reorganizados de tal forma que cada um contemplasse



participantes de todas as palavras chaves, que deveriam relatar as discussões de seus grupos de origem, a fim de reestruturarem os objetivos específicos, agora para todas as palavras-chave. Os objetivos elencados pelos grupos foram, então, sistematizados dando origem aos seguintes objetivos específicos:

01. Pesquisar nas LDB, nas DCN's, nos PCN's, no PNE e demais leis e Políticas Educacionais, quais são as especificidades garantidas ou ignoradas para os diferentes contextos escolares como nas escolas das ilhas, quilombolas, indígenas e do campo.
02. Buscar nos PPP destes distintos contextos, suas possíveis aberturas às diversidades (gênero e sexualidade; culturais e étnicas; religiosa; deficiências e inclusão) e a relação destas diversidades e dos conhecimentos tradicionais do local com o currículo.
03. Estudar a metodologia etnográfica a fim de compreender os contrastes culturais e as distintas matrizes simbólicas nestes diversificados contextos e conjunturas, assim como as diferentes formas possíveis de lidar com as leis e diretrizes, ou seja, a vasta diversidade existencial que resulta em distintas formas de agir como sujeitos dos currículos.
04. Compreender a Base Curricular Comum e suas intencionalidades. Investigar a repercussão direta no ensino de Geografia e os possíveis impactos da ausência do ensino de Geografia para alunos e professores.

No que se refere às metodologias, foram elencadas as seguintes possibilidades: trabalhos de campo; rodas de conversa; leitura de documentos; seminários e outras metodologias ativas; elaboração de materiais informativos; cine debates.

Particularmente em relação às rodas de conversa, as mesmas se constituem como uma abordagem que favorece a emancipação de coletivos invisibilizados e excluídos. Considerando que o ato educativo contextualizado se apresenta como um marcador da imersão dos sujeitos no ato de conhecer e transformar a própria realidade, a roda de conversa possibilita a ligação entre questões que, em um primeiro momento podem parecer separadas.

Como metodologia de trabalho são oportunizados encontros dialógicos, possibilitando a produção e ressignificação de saberes sobre as experiências dos partícipes. Fundada na horizontalização das relações de poder, entende a fala como expressão de modos de vida. Assim, trata-se de uma postura ético-política em relação à geração do conhecimento. Assim, o trabalho com as rodas de conversa é fundamental na formação do futuro licenciado em geografia, na medida em que as mesmas diferenciam a construção de um projeto para a comunidade, de um projeto com a comunidade. Diferença essencial na construção de vínculos com as comunidades com as quais os egressos terão contato em suas atuações profissionais.

No que tange à avaliação, foram elencados os seguintes procedimentos: Portfólio (constituído por relatórios formais/informais sobre as saídas de campo; produção textual; participação de espaços/eventos, inclusive ICH, que englobem as temáticas



estudadas) e autoavaliação coletiva.

Aqui cabe um destaque para o processo de autoavaliação coletiva, na medida em que ela é fundada na noção de *parrhesía*, resgatada por Michel Foucault da sociedade Greco-romana. Foucault vê a *parrhesía* como sendo utilizada de diversas formas em diferentes contextos e é entendida como o franco-falar, a franqueza, o dizer-verdadeiro, o tudo-dizer, a liberdade da palavra, entre outras utilizações. Contudo, mais que um termo polissêmico, ele se constitui como uma prática de si, uma atitude ética de um lado e um procedimento técnico de outro. De um modo bastante abrangente a *parrhesía* pode ser considerada como a “abertura que faz com que se diga, com que se diga o que se tem a dizer, com que se diga o que se tem vontade de dizer, com que se diga o que se pensa dever dizer porque é necessário, porque é útil, porque é verdadeiro” (FOUCAULT, 2004, p.440), ou ainda “a franqueza, a liberdade, a abertura, que fazem com que se diga o que se tem a dizer, da maneira como se tem vontade de dizer, quando se tem vontade de dizer e segundo a forma que se crê ser necessário dizer (FOUCAULT, 2004, p.440).

Assim, a *parrhesía* se apresenta como uma noção que permite que a verdade seja enunciada – não a verdade como uma meta a ser atingida, uma verdade imposta, mas uma verdade vivida, a verdade como uma ferramenta que permite o deslocamento do sujeito no sentido de sua reconstrução, ou seja, é uma noção que tem a capacidade de problematizar nossa relação com a verdade e, portanto, é um conceito difícil de ser descolado do pensamento sobre a ética e sobre as estéticas da existência.

Dessa forma, utilizando-se dessa noção, cada educando se autoavalia a partir de critérios estabelecidos coletivamente em assembleia e passa a palavra para que o coletivo se coloque diante da sua avaliação de forma franca e responsável. Assim, o conceito – que é algo meramente formal, para atender à institucionalidade – é construído coletivamente, mas o mais importante e enriquecedor é o processo dialógico que se dá em torno das convergências e divergências de percepções sobre o envolvimento do educando nos processos educativos ao longo semestre, dentro e fora de sala de aula. Ou seja, trata-se de um processo avaliativo muito mais rico, na medida em que alcança espaços (estudos na biblioteca ou nas casas dos educandos, por exemplo) que os educadores não abrangem.

Para o módulo em questão, os critérios coletivamente elencados foram: empenho na aprendizagem; protagonismo e autonomia formativa; comunicação; sistematização do conteúdo; contextualização da aprendizagem; compromisso e contribuição com a construção do coletivo; compreensão da integralidade do processo formativo.

Mas, em que medida um processo avaliativo como esse pode contribuir para a formação do futuro licenciado em Geografia? Ora, nosso entendimento é que, para além da avaliação em si, essa prática *parrhesiástica* é entendida também como um princípio educativo. Em uma sociedade na qual os espaços políticos estão cada vez mais esvaziados e/ou restritos a algumas minorias dominantes, problematizar a coragem da prática da *parrhesía*, considerada como a coragem de dizer a verdade

nesses espaços, significa problematizar a verdade enquanto uma força política, voltada a uma atitude limite de enfrentamento e de resistência. Atitude essa não apenas importante para a prática profissional do egresso, mas também e principalmente para a sua atuação cotidiana na sociedade.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES

Importante salientar que entre o processo de construção coletiva do módulo e sua efetivação prática encontramos um obstáculo significativo, que foi o grande número de atividades extracurriculares que aconteceram na universidade e fora dela, durante o semestre e que não estavam previstas no cronograma construído coletivamente, mas que em assembleias foram definidas também como importantes na formação dos educandos.

Destacamos duas dessas atividades, não apenas pela importância na formação dos licenciandos, mas por se constituírem como ações que contribuíram para a análise da atual conjuntura, colocando-se como perspectivas contra-hegemônicas. Foram elas:

- *5ª Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária: A Luta dos Povos do Campo no Contexto do Golpe*, no qual o MST denuncia a impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido nessa mesma data, em 1996, resultando na morte de 19 trabalhadores Sem Terra. A JURA, que durou todo o mês de abril com diversas atividades, também buscou visibilizar as ações de luta pela terra que o MST realiza durante a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária.

*Curso de Extensão Democracia e o Golpe de 2016*, que integrou um movimento nacional em defesa da autonomia universitária, iniciado em resposta à reação do Ministério da Educação ao primeiro curso com o tema, lançado pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. O curso ocupou várias sextas-feiras ao longo de todo o semestre com importantes aulas como, por exemplo, a aula magna que tratou do tema *Genealogia Familiar e Política* e o painel *A crise política e legalidade no Brasil: o que está em jogo?*

Nesse sentido, quando retomamos os objetivos específicos ao longo do semestre, o coletivo percebeu que não haveria tempo para adensarmos todos os objetivos elencados. Assim, a opção foi por dividir a turma em grupos que ficariam responsáveis por ministrar uma aula referente a um PPP de uma escola específica (urbana, do campo, quilombola, das ilhas e indígena), a partir dos objetivos elencados.

Apesar das lacunas que, ainda assim, ficaram, a avaliação geral foi positiva, em especial porque foram realizadas duas aulas de campo, sendo uma em uma escola do campo e outra em uma escola quilombola que, juntamente com as aulas em sala, contribuíram para um olhar crítico-reflexivo para os documentos oficiais e para as políticas públicas voltadas à educação.

Nesse sentido, se considerarmos a forma, juntamente com o conteúdo, não temos dúvida da importância de práticas fundadas nos princípios da educação popular (um dos eixos do curso). Afinal, assim como para os zapatistas, no México, o trabalho coletivo não se reduz aos trabalhos ditados hierarquicamente, mas implica toda a dinâmica, desde a tomada de decisões até o produto final, em um processo de resistência, na medida em que constitui a base da construção de novas relações sociais (ZIBECHI; MACHADO, 2017), diferentes das capitalistas.

## BIBLIOGRAFIA

BERRÍOS, Franz Coronel; GÓMES, Alejandro Garrido; MALLEA, Javier Paredes; SARUZI-LIMA, Marcelo. **La asamblea em la escuela: hacia una radicalización de la democracia em la educación**. La Paz – Bolívia: Instituto Internacional de Integración. 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. Trad. Marcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: UNESP. 2004.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez. 1989.

MARONI, Amnéris. **Psicanálise e ciências sociais: tecendo novos caminhos de pesquisa**. J. psicanal., São Paulo, v. 39, n. 71, p. 231-246, dez. 2006. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352006000200014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000200014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 21 jul. 2018.

UFPR LITORAL. **Projeto Político Pedagógico**. Matinhos. 2008. Disponível em: <[http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL\\_Set-2008\\_Alteracao\\_Dez-2008.pdf](http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PPP-UFPR-LITORAL_Set-2008_Alteracao_Dez-2008.pdf)>. Acessado em: 20/06/2018.

UFPR LITORAL. **Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Geografia**. Matinhos. 2016. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/10/PPC-Geografia-Vers%C3%A3o-Final-AlteradoCoord-geral-estagio-of-11fev2016-1.pdf>>. Acessado em: 20/06/2018.

ZIBECHI, Raúl; MACHADO, Decio. **Os limites do progressismo: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

## ENSINO PÚBLICO E PRIVADO: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES

### **Marbio Pereira de Almeida**

Graduando em Geografia pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão  
UEMASUL  
marbio90@gmail.com

### **Maikon Geovane Oliveira Vila Nova**

Graduando em História pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão  
UEMASUL  
maikongeovanne@gmail.com

### **Gilvânia Ferreira da Silva**

Professora Orientadora – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL  
gilvaniamst@hotmail.com

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo realizar um estudo comparativo, analisando os avanços e as contradições nas instituições educacionais, na modalidade ensino médio, ofertado na Escola Estadual Nascimento de Moraes e a escola privada de Ensino médio Colégio Metropolitano Aliança, ambas localizadas no município de Imperatriz – MA, compreendendo que são duas concepções distintas de educação, que possibilita acesso a um grupo social definido de poder aquisitivo direcionado para esses estabelecimentos educacionais. Para compreender estas questões, buscamos dialogar com os autores da Educação, Demerval Saviani, refletindo

sobre a escola e a democracia (1995), Moacir Gadotti as idéias educacionais (1999), Paulo freire, em pedagogia da autonomia (2001), Gaudêncio Frigotto, para compreender os circuitos da história na trajetória educacional brasileira (2010), dentre outros intelectuais da educação. A educação no Brasil tem como um dos seus pilares na sua matriz educacional preparar o aluno para competir no mercado de trabalho, buscando na concorrência um lugar na sociedade para ofertar sua mão de obra “qualificada” pelas instituições de ensino, seja escola pública ou privada. A realidade do ensino médio é bem complexa, no município de Imperatriz, bem como na maioria dos municípios maranhenses, as escolas da rede pública tem sua infraestrutura precária, no Maranhão, o ensino médio tem obtido alguns avanços com o projeto “escola digna” nos diversos municípios do estado, que se tome referência para saber onde buscar ainda mais soluções para a problemática educacional, rompendo com os limites ainda existentes aos alunos do ensino médio da rede pública de forma o mais ampla possível.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino público e privado, Educação, contradições.

**ABSTRACT:** The objective of this work is to carry out a comparative study, analyzing the advances and contradictions in the educational

institutions, in the modality secondary education, offered in the State School Nascimento de Moraes and the private high school Colégio Metropolitano Aliança, both located in the municipality of Imperatriz - MA, understanding that they are two distinct conceptions of education, that allows access to a defined social group of purchasing power directed to these educational establishments. In order to understand these issues, we sought to dialogue with the authors of Education, Demerval Saviani, reflecting on school and democracy (1995), Moacir Gadotti educational ideas (1999), Paulo Freire, in pedagogy of autonomy (2001), Gaudêncio Frigotto, to understand the circuits of history in the Brazilian educational trajectory (2010), among other intellectuals of education. Education in Brazil has as one of its pillars in its educational matrix to prepare the student to compete in the labor market, seeking in the competition a place in society to offer their workforce “qualified” by educational institutions, whether public or private school. The reality of high school is very complex, in the municipality of Imperatriz, as well as in most municipalities in Maranhão, public schools have their precarious infrastructure, in Maranhão, high school has made some progress with the project “dignified school” in several municipalities in the state, that is taken to know where to look for even more solutions to the educational problem, breaking with the limits still existing to the high school students of the public network in the widest possible way.

**KEYWORDS:** Public and private education, Education, contradictions.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho busca uma visão panorâmica da trajetória do Ensino público e privado no Brasil tendo a pretensão de expor de forma breve o quadro evolucionário dos avanços e contradições de tal contexto. De modo alusivo, este artigo analisa a narrativa de uma educação fabricada para a classe dominante, embora tenha sido dirigida a outros grupos. Enfim, almeja-se a reflexão de que o ensino deve ser irrestrito, portanto, para todas e todos os cidadãos a fim de que estes usufruam do sistema instrucional público com o mais alto padrão de qualidade.

Mas, para isso, é necessário deslegitimar o discurso contemporâneo de que a formação é e deve ser de posse de “*Uma ilha de letrados num mar de analfabetos*”, ideia originária de grupos políticos dominantes do Brasil Imperial, a qual afirmada por José Murilo de carvalho, mas que, já existia desde a colônia e que se preserva até hoje em sua nova versão estatal- neoliberal (CARVALHO, 2010, p. 65). Vale citar que desde a colônia foi muita clara a divisão de classe social, tendo o monopólio Jesuítico tornado o fato mais evidente ainda. Quanto ao império até o final da primeira República não foi diferente. Tendo apenas, em 1988, havido uma melhoria da instrução pública em tese, garantida pela mais pródiga das constituições republicanas deste mesmo ano.

Em relação às escolas particulares, vieram depois, acentuadamente no Brasil Imperial, almejando trazer uma educação mais abrangente, com melhor qualidade. No entanto, há um contraste nessa narrativa, pelo fato de ter havido diferentes

estabelecimentos primários e secundários, contudo, é relevante ver os autos do projeto pedagógico de educação dos sistemas entre essas dinâmicas de ensino com o passar do tempo em uma ótica mais apurada.

É necessário abarcar todo um contexto histórico, político, social, cultural e econômico, abrangendo-se a perspectiva da História P. Ex., e de disciplinas como Política educacional brasileira, isso para verificar o fenômeno chamado instrução em uma profundidade. Destarte, primeiramente, das origens: No cenário brasileiro desde a colônia passando pelo império à era republicana, os mecanismos de ensino figurantes foram europeus, e, sobremaneira, um legado português com a inserção do ensino amplamente e exclusivamente religioso da ordem jesuítica.

## 2 | EDUCAÇÃO DO MARANHÃO

No Maranhão a publicação nunca esteve com políticas educacionais voltadas para um ensino de primeira qualidade. Para compreender tal fato, basta analisar como estava a condução dos governos e as secretarias de educação desde o ano de 1995, é destacado como exemplo o primeiro mandato da governadora Roseana Sarney, para entender os aspectos dessas políticas na qualidade do ensino do Estado. Este, mesmo tão cheio de riquezas naturais, terras e pessoas acolhedoras não apresenta uma política pública educacional para atender todos os âmbitos sociais.

Nesse sentido, se forem observados governos de Roseana Sarney, José Reinaldo, e em seguida Jackson Lago, ficam evidentes reformas, programas e projetos de políticas públicas de Educação com a mesma finalidade de deixar a marca de elevar ao senso comum à impressão de uma imagem positiva. No entanto, as referidas ramificações das governanças, na realidade se associaram a programas de progressos e mudanças que não trouxeram a ação ideal de governabilidade.

Assim, o território maranhense, em meio a seu contingente populacional possui um baixo desempenho no Exame Nacional de Ensino Médio Enem, em razão do descaso estatal explicitado. Isso, conforme os dados mais recentes de Pesquisas nacionais por amostragem de domicílios, o Pnad/ IBGE de 2009. O Estado obteve o pior desempenho entre os estados do Nordeste no CEAD e no Enem foi o terceiro pior na prova objetiva e o quinto pior na prova de redação.

Quanto ao IDEB, o Estado obteve o quinto pior do Nordeste estando à frente apenas do Piauí, Rio Grande do Norte e de Alagoas. Com o referido déficit educacional revela-se, portanto, que só o que interessa é o poder político para os seus governantes deixando, assim, um quadro de deficiência Educacional do Estado. Dessa forma, com esses aspectos percebe-se que é necessário que haja transformações de políticas públicas voltadas no funcionamento das escolas e com a participação dos pais.

Mas, não exclusivamente a estes, além do mais, torna-se imprescindível tornar formidável a condição de trabalho dos Professores, do ensino. Que as mudanças



vindouras possam apresentar novos objetivos. Contudo, o Maranhão em meio a tanto fracasso em sua história educacional asseverou mudanças significativas. Uma ilha de prosperidade em seu sistema educacional com a eleição do governador Flávio Dino, foi reformulado. Logo nos primeiros dias de sua gestão, já começavam várias ações de práticas efetivas.

Foi garantido um salário inovador aos professores, o qual ficara acima do piso nacional. Bonificando quase 30 mil professores, Dino efetivou a progressão funcional de 11.144 profissionais e concedeu reajuste de mais de 15% nos salários dos Professores, prorrogando contratos de 4.990 educadores temporários. Além disso, realizou mais de mil contratos novos, regulamentou a eleição direta para gestores das escolas dando assim uma nova eficiência digestão no âmbito escolar.

Sabe-se bem da importância dos profissionais e suas valorizações na educação com a prática de formações continuadas, como melhorias salariais, promoções e progressão de carreira, tendo assim, melhores condições de trabalho. Criando, nessa perspectiva, o maior programa educacional da história do Maranhão, a “Escola digna”. Sendo de fato, construídas escolas que eram de taipa e reconstruindo novos prédios onde há séculos não havia o mínimo de ambientação acomodável.

Contudo, para aplicação de uma mudança formidável, se fez presente a secretaria de educação - SEDUC através de seu programa Educacional de ações à escola de tempo integral no Maranhão. O novo modelo de escola pública voltada para o desenvolvimento estudantil; intelectual, social, cultural, e física por meio das ações Integradas possibilita três refeições diárias promovendo um auto rendimento do ensino. Por exemplo, os educadores e gestores passam a figura como uma família mais acolhedora, funcionando de segunda a sexta-feira de 7 horas às 17 horas em prédios escola digna.

Outro tempo sobreveio e perpassou a educação maranhense inovando o progresso e o ensino. Na aprendizagem pode ser vista uma diminuição do abandono escolar, promovendo a iniciação científica e elevando os indicadores educacionais do Estado.

### **3 | EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

A Educação Municipal há mais de 10 anos não é novidade, o descaso da gestão do município com a educação é sistematicamente será uma luta constante. Luta essa de quem está em sala de aula às melhorias das condições de trabalho, isso é, prédios escolares que não estejam no padrão do que se espera para uma boa educação. Aumento salarial é uma questão relevante, todo ano para se conseguir um aumento em seus salários os professores têm que fazer greve e isso é um absurdo. O que já é direito deveria ser postergado com tal, o trabalhador, os profissionais de modo geral possuem uma lista de melhorias.

Estas, pelo que se tem notado, não acontecem, por exemplo, ensinar em sala de aula que não seja superlotada ou ter que tecer seus registros nos tão esperados diários eletrônicos. Neste ano de 2018 batemos o recorde, entramos no segundo semestre sem os livros didáticos que nunca foram entregues, falar de educação atualmente no município gera revolta. Ter uma equipe administrativa desqualificada que não consegue organizar o ano letivo, a falta de livros, falta de diários, de fichas de relatório e ainda sem aumento salarial. Vivemos um retrocesso, infelizmente, o sonho da educação digna foi adiado porque principalmente na base foi podado, quando teremos uma instrução de ponta para melhorar os índices em frente a comunidade internacional?

## 4 | OBJETIVOS

### Objetivo Geral:

- Analisar as políticas públicas dirigidas ao ensino do Estado brasileiro, destacando sua relação com o ensino privado e seus avanços e suas deficiências em várias regiões do país.

### Objetivos específicos:

- Verificar o sistema de ensino da rede privada, os seus pontos positivos e os negativos;
- Entender quais são as reais causas do abismo que se diferencia entre a rede pública e o ensino particular;

## 5 | METODOLOGIA

Foi realizada fundamentalmente uma pesquisa bibliográfica e documental, onde também foram consultados sites de pesquisa como o IBGE. Ademais, foi verificado na prática em estudo de campo, a atuação de educadores em sala de aula, por mais que tenha sido em um breve espaço de tempo.

## 6 | RESULTADOS PRELIMINARES

Quanto a resultados, são expostos dados encontrados nas próprias fontes e documentos pesquisados. Houve uma deturpação no mínimo preocupante para os professores que trabalham em escola pública, somente não sendo mandado embora, porque tem toda uma corporação e uma determinada estabilidade no emprego. Porém, compete à direção da escola agir de forma imparcial. Em seguida, para uma gestão bastante comprometida faz-se necessário mostrar uma educação sem contradições,

atuando como uma política educacional distinta da que é dada no país, em um cenário de condições tão adversas em diferentes regiões.

| <b>Regiões</b> | <b>Matriculas</b> | <b>Abandono</b> | <b>Reprovação</b> |
|----------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| Norte          | 3.356.716         | 362.537         | 520.613           |
| Nordeste       | 10.887.853        | 1.284.458       | 1.797.919         |
| Sudeste        | 12.344.341        | 399.852         | 1.119.624         |
| Sul            | 4.256.747         | 103.286         | 575.386           |
| Centro Oeste   | 2.437.006         | 164.357         | 287.520           |
| Brasil         | 33.282.663        | 2.314.490       | 4.301.062         |

Tabela- 1 ensino público fundamental segundo região administrativa

Fonte: MEC/Inep. Senso Escolar 2006

As regiões Sudeste e Nordeste tem o maior número de matrículas no ensino fundamental, no entanto, as duas regiões mais necessitadas do país, Norte e Nordeste, tiveram 1.646.995 de abandono do ensino fundamental. No Brasil tiveram por abandono um total de 2.314.490 num percentual de 71% nessas situações. Também no que se refere à reprovação as regiões Norte e Nordeste tiveram 2.318.540 representando assim 54% de reprovação do país.

Por outro lado, as escolas particulares tem administração bastante diferente, pois elas funcionam como uma empresa procurando sempre o melhor resultado. Resultado satisfatório com seus clientes e com a sociedade empresarial que exige qualidade no ensino que é voltado sempre ao nível superior. Os professores passam a ter outro tipo de responsabilidade mesmo até sendo os profissionais da escola pública mais com outra perspectiva porque afinal tem que prevalecer a qualidade do ensino particular.

A educação tem um lado otimista e um lado pessimista. O lado otimista focaliza todas as possibilidades que a educação possui para melhorar a saúde e a participação econômica, social e política das massas. (...). O lado pessimista vê os resultados do sistema educacional na dependência decisiva da natureza da sociedade. numa sociedade injusta as escolas também serão injustas. Numa sociedade repressiva as escolas também serão repressivas. A prevalência da posição otimista ou pessimista dependerá. (1) de como a educação está distribuída: (2) do conteúdo e da estrutura do sistema educacional: e (3) das conexões da educação com o resto da sociedade. (Henry Levin, p. 29)

Em um país em desenvolvimento, dada a importância das instituições e da escola em um desafio aproximadamente ao meio tempo pelo motivo de que a educação pode ser vista por muitos políticos educadores como uma das melhores alternativas de tirar milhões de educadores da linha da pobreza e da miséria que no momento se encontram mais também desinteressados quando se percebe que a limitação da educação não se produz efeito que se espera da democratização e como instrumento de política e de poderes que a educação proporciona e que muitas vezes uma prática deixa de existir para muitos indivíduos que não chegam a concluir as fases iniciais da educação básica a educação brasileira é bastante perturbadora apesar do aumento dos esforços e do

número de matrículas à situação da educação brasileira ainda encontra-se a desejar.

Em consideração que a educação brasileira esta em evolução, em uma sociedade bem competitiva a cada dia que passa que uma parte da população não poderá usufruir dos benefícios da escolarização a educação poderá livrar os indivíduos da pobreza e usufruir de um sistema capitalista no sistema da educação pública brasileira ainda há esperança e os possíveis contornos das dificuldades vivenciadas que o sistema público tem alguns exemplos de escola pública com ensino de ponta como em Nova Mutum e Lucas do rio verde MT e cocal dos Alves PI.

Em duas cidades como em Nova Mutum e Rio Verde há um mesmo modelo de educação pública, que são sistemas de ensino médio integrando educação profissional e técnico voltado para atender as necessidade do mercado local. À educação partem de três eixos escolares, alunos e pais que dão todo apoio aos filhos e a escola que funciona em sincronia com isso faz que a comunidade se sinta dona da escola esse pertencimento faz melhorar a qualidade do ensino.

Cocal dos Alves no sertão piauiense se destaca com uma escola pública de qualidade onde o ensino é tão concentrado e também é uma escola de tempo integral vale ressaltar que essa modalidade de ensino é extremamente eficiente, pois os alunos tem mais contato com a educação mais ou menos dez horas por dia e todos sabem a necessidade de mudar a realidades de um grupo de professores que resolveram a revolucionar o ensino na escola bastou o primeiro exemplo um aluno se destacou todos outros passou na seguir seu feito que resultaram numa motivação em cadeia com isso gerou em quadro de medalhas orgulho da escola e da educação de município.

O papel duplo da educação como pode ser visto com grande potencial que chega a possibilitar as oportunidades e de igualdade no desenvolvimento humano isso leva uma aprendizagem e sucesso econômico que em se pensar que isso poderia ser diferente podemos entender esta incoerência pelo fato de que a educação apresenta duas alternativas por promover a igualdade ou a desigualdade de dar as pessoas a chance de desenvolver seu potencial ou até retarda-lo explorar as oportunidades ou ficar inerte a ela, a sociedade e a educação tem a função dupla, assim, os dois papeis são intrínsecos da educação as aspirações, atitude, valores e o conhecimento pode ser sua força libertadora na expansão da educação como uma participação democrática e política de todo cidadão.

## **7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo desse artigo teve o foco e se concentrou a estudar as políticas públicas do ensino da rede pública seus avanços e suas deficiências em várias regiões do país. Analisar o sistema de ensino da rede privada, os pontos positivos e os pontos negativos, buscando enfim, entender quais são as reais causas do abismo que diferencia entre a rede pública e o ensino particular, pois como vimos, não é a falta

de recursos, porém, está implicada as más gestões e a falta de sintonia no sistema educacional da rede pública. O estudo também mostra que tanto a rede privada e a rede particular são extremamente deficientes se colocadas em avaliações internacionais como nos programas internacionais de avaliações de alunos como - O pisa- o qual nos possibilitou observar a trajetória da Educação do Maranhão.

## REFERÊNCIAS

Fonte: MEC/Inep. **Senso Escolar**, 2006.

ARAUJO, G. C. Estado. **Política educacional e direito à educação no Brasil**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

FREITAS, L. C. **Os Reformadores Empresariais da Educação**: Da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.- jun. 2012.

LEVIN, H. M. **Educação e desigualdade no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial 4º ed. - Rio de Janeiro: Civilização, 2003.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

### **Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia -"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-320-0

